

378 exemplares corresponde
a redação final de tese
de Delgado e aprovada pela
Comissão Julgadora pela
23 de agosto de 1984
Mário Pij

CAPITAL FINANCEIRO E AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO
RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Guilherme Costa Delgado

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Economia e Pla-
nejamento do Instituto de Filoso-
fia e Ciências Humanas da Univer-
sidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Sérgio S.
Silva.

D378c
5848/BC

Campinas, julho de 1984.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Classif.	T
Autor	W 378 c
V.	Ex.
Tembe BC/	5848
BC	

BT000018673

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições colaboraram de maneiras diversas para a realização deste trabalho, sendo praticamente impossível, pelo seu grande número, nomear a todas sem incorrer no risco da injustiça pela omissão. Em especial, algumas pessoas colaboraram de maneira mais direta ao encaminhamento desta tese, embora não para os descaminhos eventuais, que são de minha completa responsabilidade.

Quero registrar destacadamente meus agradecimentos a dedicação e paciência com que o Prof. Sérgio Silva leu, anotou e comigo discutiu várias versões parciais deste trabalho, indicando-me pistas e correção de rumo.

Aos meus colegas do Curso de Doutorado da UNICAMP de 1981 a 1983, devo a oportunidade de desenvolver frutuosas discussões sobre temas que posteriormente vieram a se organizar no corpo teórico desta tese.

Quero mencionar ainda a contribuição em discussões direta ou indiretamente ligadas à elaboração deste trabalho que mantive em diferentes ocasiões com os Profs. Tamás Szmreczsanyi, José Graziano da Silva e José Juliano de Carvalho.

Compartilho também com os colegas do IPLAN-IPEA de Brasília, minha gratidão pelo apoio recebido em sugestões, dados e acesso a fontes oficiais de informação. Christine Viveka Guimarães, Roberto Araujo e Ronaldo Garcia, embora não sendo únicos, terão sido os colegas que mais frequentemente recorri aqui no IPLAN.

Outra forma de contribuição igualmente importante obtive de Ana Maria Vieira Martins, que datilografou com esmero todo o trabalho e de Cynthia Teles Peter Silva que revisou a redação.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento íntimo dedico a minha esposa Adélia, que muito ajudou a realizar este trabalho, pela leitura e comentários dos originais, e ainda pelo desdobramento aos cuidados de nossas filhas Janaina e Mariana.

"Como a terra faz desabrochar
seus rebentos e como um jar-
dim faz germinar suas sementes,
Deus fará germinar a justiça
e o louvor diante de todas as
nações".

(Is. 61,11)

Í N D I C E

	Pág.
APRESENTAÇÃO GERAL	9
PARTE I - "O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA BRASILEIRA	14
Introdução	15
Capítulo 1 - <u>Caracterização Geral do Desenvolvimento Rural</u>	17
1 - Período de Análise	17
2 - Urbanização e Agricultura	20
3 - Comércio Exterior e Agricultura	23
4 - Transformações na Base Técnica da Agricultura e Constituição do Complexo Agroindustrial - C.A.I.	31
5 - Mediação Estatal das Relações Econômicas e Sociais - Auge e Crise	40
Capítulo 2 - <u>Estilo de Crescimento Global e Estratégia Agrícola</u>	47
Introdução	47
1 - Marco Geral do Desenvolvimento Econômico ...	48
2 - Articulação de uma Estratégia de Crescimento Rural	53
3 - Políticas Econômicas Gerais e Estratégia de Crescimento Agrícola	58
3.1 - Política Econômica Externa	61
3.2 - Política Monetária	63
3.3 - Política de Controle de Preços Agrícolas	72

	Pág.
Capítulo 3 - Políticas Explícitas de Fomento Agrícola ...	76
Introdução	76
1 - Política de Financiamento Rural	78
2 - Política Tecnológica	90
3 - Política Fundiária	97
3.1 - Polos de Desenvolvimento Rural no Con- texto da Política Fundiária	106
4 - Sentido de Conjunto da Política Agrícola ...	110
 PARTE II - "CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL FI- NANCEIRO NA AGRICULTURA	113
 Introdução	114
 Capítulo 4 - <u>Desenvolvimento do Sistema de Crédito e o</u> <u>Processo de Integração de Capital na Agricul</u> <u>tura</u>	120
1 - Desenvolvimento do Sistema de Crédito	120
1.1 - Demanda Efetiva e Administração das Margens de Lucro na Agricultura	122
1.2 - Mudança no Padrão de Financiamento e Suas Implicações	128
2 - Processo de Conglomeração de Capitais e Sua Manifestação na Agricultura	133
2.1 - Integração de Capitais X Integração Técnico-Produtiva	137
2.2 - Mobilidade do Capital Fixo na Agricul- tura	142
 Capítulo 5 - <u>Formas de Integração de Capitais na Agricul</u> <u>tura Brasileira</u>	148
Introdução	148
1 - Importância das S.A. e "Holdings" na Agricul tura Brasileira	149

	Pág.
2 - Cooperativas Empresariais e "Multicooperati- vas" na Agricultura	168
3 - Pequenos Produtores e as Diversas Formas de Associação ao Capital Financeiro	183
Capítulo 6 - <u>Mercado de Terras e Questão Agrária Face ao Capital Financeiro</u>	196
Introdução	196
1 - Circulação Financeira e Mercado de Terras ..	197
1.1 - Especificidade do Setor Agrícola para o Capital Financeiro	204
2 - Mercado de Terras no Brasil	209
3 - A Questão Agrária Face ao Capital Financeiro ..	222
3.1 - Dinamismo e Debilidades da Produção Ca pitalista na Agricultura	223
3.2 - A Questão da Terra e o Capital Finan- ceiro	228
CONCLUSÕES	235
ANEXO	243
NOTA EXPLICATIVA	244
QUADRO 1	248
QUADRO 2	290
QUADRO 3	293
QUADRO 4	301
QUADRO 5	303
QUADRO 6	304
LISTA DE TABELAS E QUADROS	310
BIBLIOGRAFIA	315

APRESENTAÇÃO GERAL

Este trabalho se propõe a realizar uma interpretação do desenvolvimento econômico recente da agricultura brasileira. Com esse propósito, delimito a abordagem do tema em dois grandes blocos analíticos, que enfatizam, de um lado, os aspectos mais especificamente históricos desse processo recente e, de outro, o enfoque teórico, centrado na experiência brasileira, do desenvolvimento do capital financeiro na agricultura, com suas contradições, limites e tendências gerais.

A divisão formal da tese em duas partes pretende incorporar esse corte analítico a que me referi. A Primeira Parte, contendo os três primeiros capítulos, apresenta uma tentativa de caracterização do desenvolvimento da agricultura brasileira, a partir de meados da década dos 60 até o presente. Ficam destacados como elementos de mudança significativa na estrutura econômica, as transformações que se operam no conjunto da sociedade, com crescimento rápido da urbanização e do comércio exterior agrícola, mudança na base técnica de produção rural e consolidação simultânea de um sistema nacional de crédito rural, que apóia e potencia a realização desse projeto.

Esse projeto, que com muita propriedade foi cognominado de "modernização conservadora", mantém intocável a estrutura da propriedade territorial, sancionando-a como base de integração e valorização junto ao sistema de crédito, e fonte de obtenção de financiamentos em condições favorecidas de juros, prazos e carências.

A direção desse projeto de modernização, cujo auge é alcançado no final dos anos 70, requer um envolvimento profundo do Estado na regulação desse processo, destacando-se não apenas o seu papel de financiador, por intermédio do sistema de crédito e das políticas de comércio exterior e de preços, mas ainda: 1) a articulação orgânica do Departamento de Bens de Produção da Indústria para a Agricultura (reestruturação do sistema de pesquisa e extensão rural e complementação da produção interna de bens de capital e de insumos básicos agroquímicos); 2) estruturação de uma política fundiária, cuja execução prática se traduz em proteção e favorecimento da propriedade territorial rural.

A crise desse projeto de articulação financeira e estatal do processo de modernização, revelada no final dos anos 70, traz a um só tempo problemas econômicos e sociais graves desse estilo de desenvolvimento. Aparecem de imediato os problemas da crise do crédito e suas repercussões instabilizadoras sobre a produção agrícola e dos setores industriais conexos que se articulam no chamado Complexo Agroindustrial.

Por seu turno, a "modernização conservadora" avançou como um caudal, erodindo barreiras, destruindo estruturas produtivas primitivas, concentrando os frutos do processo técnico, num movimento de profunda e historicamente acelerada rejeição do contingente primitivo de população rural. A sua crise, que coincide e reflete a crise mais geral da economia, leva a uma pressão social aguda da massa de população sobrando em busca de condições humanas mínimas de subsistência, pressão essa que se traduz, principalmente, como um fenômeno urbano de subemprego ou desemprego aberto ou pela demanda exacerbada em busca de proteção dos benefícios do estado-previdência.

Na segunda parte deste trabalho, compreendendo os capítulos 4º, 5º e 6º, pretendo estudar a constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura, numa tentativa de propor teoricamente a integração do capital financeiro e da produção rural e aplicá-la ao caso concreto do desenvolvimento brasileiro.

Na primeira parte, o eixo da modernização vem explicado pelo sistema de crédito cimentando relações interindustriais sob patrocínio do aparato bancário do Estado. Esse integra, ainda, a propriedade territorial no processo, mediante a ampliação e favorecimento da dívida hipotecária rural e dos favores da política fundiária. Por sua vez, o enfoque da segunda parte deste trabalho tenta estabelecer uma sequência analítica, do 4º ao 6º capítulos, que dá conta da articulação do sistema de crédito em consorciação com as agências estatais de política agrícola e com o grande capital, envolvidos com o movimento que conceituo de integração de capitais no complexo agroindustrial. Esse movimento de integração de capitais, não apenas de integração técnica agricultura-indústria, abrange ainda uma linha de diversificação das aplicações do grande capital conglomerado no mercado de terras, perseguindo a valorização financeira dos títulos de propriedade, à semelhança da valorização dos ativos financeiros em geral.

Se na Primeira Parte identifiquei o eixo analítico da modernização com base na política de financiamento governamental, nessa Segunda Parte identifico esse novo eixo explicativo no capital financeiro, relação social mais abstrata do capital consigo próprio, que comanda da órbita financeira a centralização e mobilidade do capital, organiza monopolisticamente também os mercados agrícolas e diversifica as suas aplicações multisetorialmente em busca de uma taxa média de lucro do conglomerado.

O movimento de diversificação do capital e sua estratégia específica de integração de capitais no campo persegue, em última instância, a valorização dos capitais individuais em busca das margens diferenciais de lucro por um lado e dos "ganhos de fundador" e outras rendas especulativas oriundas da operação do mercado de terras, por outro. Mas tanto a diferenciação das margens operacionais de lucro, quanto a realização dos ganhos especulativos no mercado de terras, passam, necessariamente, pela regulação e íntima co-participação das agências estatais encarregadas de gerir a política de preços e de financiamento de um lado e a política de terras por outro. No primeiro caso, o da diferenciação e administração das margens privadas de lucro, é fundamental a administração de um complexo e discriminatório sistema de benefícios financeiros, fiscais e da política de preços, favorecendo a realização de margens diferenciais de lucro aos empreendimentos conglomerados ao estilo agroindustriais, agrocomerciais, agroexportadores, etc.. No segundo caso, o da regulação das rendas patrimoniais, requer-se todo um conjunto de normas e procedimentos administrativos que garantam a plenitude da criação e circulação dos títulos patrimoniais rurais e de sua valorização. Essa se dá, agora, em um mercado onde o preço desse ativo forma-se basicamente pela avaliação prospectiva da capitalização da renda da terra. Esse mercado - o mercado de terras - atribui valor à essa renda capitalizada que é o preço da terra, pela mesma lógica que avalia a cotação dos demais títulos portadores de renda (ações, debêntures, títulos públicos, etc.), tendendo a converter a renda da terra no rendimento proporcional e equivalente da aplicação alternativa do capital dinheiro.

As formas concretas de como se dá o movimento de integração de capitais e a regulação diferencial das margens de lucro e dos

ganhos financeiros leva o grande capital a realizar distintas estratégias de associação com o Estado. Examinamos em especial, no Capítulo 5, a estratégia de diversificação dos grandes grupos econômicos privados na agricultura brasileira (grandes S.A. e "holdings"). Estabeleço, ainda, um paralelo dessa linha de penetração à estratégia de crescimento das grandes cooperativas nos mercados agrícolas e agroindustriais. Trato, também, nesse capítulo, das diferentes formas com que os pequenos produtores se associam de forma subordinada, ou, ainda, são rejeitados no processo de crescimento econômico sob a égide do capital financeiro.

A estratégia de crescimento econômico sob a égide do capital financeiro carrega na esteira do seu avanço inovações crescentes no âmbito da criação de novas fronteiras de inversão, abertura de mercados, disseminação do progresso técnico, etc.. Mas é, ao mesmo tempo, uma estrutura extremamente instável do ponto de vista da produção e do abastecimento interno, podendo mesmo se converter, nos momentos de crise, em campo peculiar de especulação com terras e de parasitismo dos agentes financiadores, relativamente ao lucro dos produtores agrícolas. Ademais, o inteiro descompromisso da acumulação capitalista relativamente às condições de vida e de trabalho dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, promovendo a sua rejeição crescente, agrava as condições sociais no campo em grau elevado.

Finalmente, a maneira íntima e umbilical de como se dá a associação do grande capital com o Estado na economia brasileira é igualmente fator de instabilização para o exercício das funções da política pública, envolvendo, por um lado, crescente politização das relações econômicas e da estratégia de crescimento do conglomerado e, por outro, uma certa privatização das agências do Estado.

Desse estilo de desenvolvimento econômico emergem questões críticas do ponto de vista da política agrária. A concentração da propriedade e da renda social aprofunda-se com a dominação do grande capital no meio rural e, paralelamente, as condições de reprodução dos pequenos produtores deterioram-se. Por sua vez, o acesso dos trabalhadores a postos estáveis de trabalho e relações formais de emprego torna-se problemático, convivendo a relação de assalariamento por curtos períodos e baixa remuneração com diferentes formas de subemprego e mesmo desemprego aberto no mercado de trabalho rural.

Isto tudo desemboca numa nova "questão agrária", a requerer novos padrões de regulação do crescimento capitalista e novas formas de incorporação da maioria da população rural a condições condignas de vida e de trabalho, tema que me parece da maior pertinência para avaliação e reconstrução da política agrária a partir da tomada de posição da sociedade civil em seu conjunto e, em especial, dos grupos sociais marginalizados.

PARTE I

O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Introdução

Na Primeira Parte deste trabalho, como assinala*ei* inicialmente, pretendo caracterizar os grandes traços do desenvolvimento recente da agricultura brasileira. Nessa análise, ainda não explicito os aspectos teóricos do capital financeiro, que tomo por base na Segunda Parte, para interpretar a agricultura brasileira.

A construção analítica que me proponho a desenvolver nos três primeiros capítulos, restringe-se a descrever e analisar as grandes mudanças por que passa a economia em geral e particularmente a economia rural, no período que vai de meados dos anos 60 até a crise econômica do início dos anos 80. Mas, se por necessidade didática, separo, na Primeira Parte, a abordagem histórica dessas mudanças, da abordagem teórica, que desenvolvo na Segunda, nem por isso essa última deixará de estar presente ao longo de toda a exposição, embora de maneira implícita.

No primeiro capítulo procedo à caracterização geral do desenvolvimento recente, ressaltando os elementos gerais que o particularizam e distinguem de períodos anteriores: 1) crescimento muito rápido e diversificação das demandas do setor urbano e do comércio exterior pela produção agropecuária; 2) transformação da base técnica de produção rural; 3) constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural. Esses três processos se realizam em interação e encontram nas diversas instâncias de regulação estatal das relações econômicas e sociais o seu lugar de destaque.

No segundo capítulo tento explicitar de forma mais detida as diversas formas com que se dá, no âmbito da política econômica, a definição das estratégias de desenvolvimento econômico.

Ocupo-me de maneira mais breve com a elucidação da estratégia de transferência de renda rural-urbana que, a meu ver, caracteriza o papel da agricultura no estilo de desenvolvimento do período an

terior ao que estou analisando. Em seguida, analiso de maneira mais detida as políticas econômicas que propiciam a nova estratégia, posterior a meados dos 60: a modernização conservadora.

A maior parte do segundo e terceiro capítulos ocupam-se de explicitar os diferentes mecanismos de política agrícola que tornam viável e posteriormente instável esse processo de modernização. A política monetária e sua forma peculiar de manipular excedentes financeiros para aplicação em programas de crédito favorecido é o eixo em torno do qual se move o aprofundamento das relações interindustriais do setor rural.

Por sua vez, a montagem de um Departamento de Meios de Produção Industriais para a Agricultura, apoiado em investimentos do Estado, Empresas Multinacionais e Grandes Empresas Nacionais, traz a baila novos interesses e novos protagonistas do que até então ficava compreendido como setor rural. Emerge a categoria nova do Complexo Agroindustrial, como uma teia de relações muito ampla, a jusante e a montante do setor rural.

Finalmente, é importante, também, destacar a execução de toda uma política fundiária no período pós-65, cuja diretriz maior se traduz de forma permissiva, e ainda como incentivo direto, para promover intensa valorização da propriedade territorial.

Capítulo 1

Caracterização Geral do Desenvolvimento Recente da Agricultura

1 - Período de Análise

O corte histórico que pretendo estabelecer, analiticamente, para dar conta de importantes características do estilo recente de desenvolvimento agropecuário brasileiro, converge, em linhas gerais, para o final da década de 60, particularmente o ano de 1965, estendendo-se até o presente.

O final dos anos sessenta marca um momento de transição entre duas fases de desenvolvimento rural, onde sobressaem os seguintes aspectos, que dão sentido ao mencionado corte analítico:

a) Inicia-se com certo vigor um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação integrado denominado complexo agroindustrial brasileiro-CAI. Essa mudança significa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural de terra e da força de trabalho rurais e, simultaneamente, mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e, por outro, com a indústria processadora de produtos naturais.

Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura, e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colhedoras, etc.), que cumpriria, a grosso modo, o papel de Departamento de Meios de Produção da indústria para a agricultura.

b) O final dos anos 60 e a década dos setenta, no Brasil, são, também, um período de intensa urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola, com pressões conseqüentes em termos de de-

manda de produtos agrícolas. Conjugada essa pressão de demanda interna com a maior integração e diversificação das exportações agrícolas, que evoluem a taxas muito elevadas no período, configura-se um quadro de crescentes exigências pelo suprimento de produtos agrícolas, cujo atendimento é crucial para que se mantenha o ritmo de acumulação.

O crescimento rápido da demanda de produtos agrícolas pelo setor não agrícola (setor urbano e mercado externo) leva a uma acentuação do processo de mercantilização geral das relações econômicas do setor rural. Esse processo manifesta-se de maneira mais clara em três dimensões da dominação das relações capitalistas, pela imposição da lógica homogeneizadora da economia mercantil:

1. constituição, em escala nacional, do mercado de produtos agrícolas e agroindustriais;
2. consolidação de um mercado de trabalho;
3. constituição de um mercado de terras, transacionáveis à semelhança da negociação de ativos no mercado financeiro.

c) O terceiro fator que justificaria a escolha da periodização adotada diz respeito, explicitamente, à relevância que assume a política de crédito rural como principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador.

É evidente que o crédito rural institucional é anterior à constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965 (SNCR). É também verdade que a modernização da agricultura, medida genericamente em termos dos indicadores de tratorização e consumo de NPK, já se observa nos anos cinquenta, como pretendo mostrar mais adiante. Mas as políticas agrícolas anteriores ao SNCR explicitam-se, basicamente, por intermédio dos institutos isolados de produto - Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e Comissão Especial da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)*. O objeto maior dessas políticas consis-

* Para uma análise da política agrícola centrada nos interesses específicos dos produtores do café e do açúcar ver os seguintes trabalhos: Tamas Szmreczsanyi "Contribuição à Análise do Planejamento da Agricultura Canavieira do Brasil", UNICAMP, 1976, Tese de Doutorado. José Juliano de Carvalho "Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos: 1961/71", São Paulo, FEA-USP, 1975, Tese de Doutorado, mimeografado.

tia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos. Essa política não fornecia o conjunto do setor agrícola, mas unicamente os setores ligados ao modelo primário-exportador. Ademais, não se buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria interna. Buscava-se, predominantemente, compatibilizar o crescimento industrial, em plena ênfase na década dos cinquenta e parte dos sessenta, com a obtenção de divisas a partir das exportações agrícolas para viabilizar o processo de substituição de importações, assim como para abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais.

Somente com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da *mercadoria* rural em geral. O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital de trabalho na agricultura passam a depender cada vez mais de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se imiscuir no negócio rural, traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente a mudar a própria base técnica da agricultura.

O crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos do C.A.I.; a organização de um novo sistema de financiamento para atividades rurais - o Sistema Nacional de Crédito Rural - e, por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado, configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural, que se convencionou, com propriedade, chamar de modernização conservadora*. Os meados da década de 60 são tomados por referência para datar, senão o início, pelo menos o desencadeamento em larga escala das transformações sócio-econômicas que mencionei e que pretendo explorar mais adiante.

* Alberto Passos Guimarães "O Complexo Agroindustrial", Revista Opinião, nº 159 (21/11/75), p. 6.

2 - Urbanização e Agricultura

Considerando-se, inicialmente, o movimento geral dos fluxos demográficos para indicar a tendência recente da urbanização, observa-se que entre 1970 e 1980 a população urbana aumentou de 54,5% (taxa geométrica anual de 4,5%), significando o influxo de 28,4 milhões de novas pessoas que se urbanizaram. Em apenas uma década, a proporção da população urbana, que é de 55,92% da população total, em 1970, passou a 67,57% em 1980. No mesmo período, ocorreu declínio absoluto da população rural das regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste, em torno de 4,54 milhões de pessoas. Parte dessa população migrante - 2,11 milhões de pessoas - realizou migração rural-rural em direção aos Estados de fronteira agrícola (Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso)*.

Esse incremento relativamente alto da população urbana é explicado por três fatores: o crescimento vegetativo da população urbana; as migrações com destino urbano e, ainda, a incorporação de populações que por ocasião do Censo de 1970 eram consideradas rurais.

Considerando o crescimento total da população urbana entre 1970 e 1980 (taxa geométrica anual de 4,5 a.a.), o fator de crescimento vegetativo deve ter sido o de menor peso relativo, recaindo sobre os fatores de migração e de redefinição do espaço urbano a maior parcela de crescimento demográfico.

Sustentando esse rápido processo de urbanização, tivemos a intensificação da industrialização, que é, aparentemente, o grande fator de viabilização desse movimento demográfico.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, o emprego não agrícola cresceu à expressiva taxa de 4,8% a.a. na década dos sessenta, enquanto o emprego industrial, crescendo a 5,2% a.a. entre 1960/70 e a 8,4% entre 1970/74, apresentou grande dinamismo, que em última instância refletia o "boom" industrial observado no período de 1967/1974 (Ver dados e observações sobre crescimento industrial à seção 1, Cap. 2.

* Dados demográficos extraídos do IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, vol. 1, Tomo 1, Rio de Janeiro, 1981.

O crescimento do emprego não agrícola na década dos 50 também é alto (3,7% a.a.), permitindo que durante praticamente todo o Pós-guerra, até o final dos anos 70, a urbanização acelerada se apoie, com pequenas flutuações, no movimento de crescimento e transformação da economia brasileira.

Concluído o auge do ciclo industrial, iniciado em 1967 e que vai até o 2º semestre de 1974, o ritmo de crescimento do emprego industrial começa a cair rapidamente, atingindo níveis negativos, em termos absolutos, no primeiro semestre de 1981 (Ver tabela 1).

A desaceleração do crescimento a partir da segunda metade dos anos 70 reflete-se com maior velocidade pelos indicadores de emprego industrial (crescimento de 2,9% a.a.), enquanto verifica-se que o produto industrial, no mesmo período, ainda crescia em torno de 7% a.a. (Ver dados da Tabela 4).

Tabela 1 - Evolução Recente do Emprego no Brasil e no Estado de São Paulo: Taxas Anuais de Crescimento

Períodos						1980/81	1981/83
	1950/60	1960/70	1950/70	1970/74	1974/80	Média do Índice Anual	Média do Índice Anual
Taxas Incremento							
Emprego não agrícola	3,7	4,8	4,3	-	-	-	-
Emprego industrial	1,9	5,2	3,6	8,4	(2,9)	(-8,5)	(-9,3)
Emprego agrícola	3,6:C.A. 1,8:C.D.	1,2:C.A. 0,6:C.D.	2,4:C.A. 1,2:C.D.	2,96:C.A. -0,40:C.D.	0,8:C.A. -0,4:C.D.	-	-
Emprego total	2,7	2,6	2,7	-	-	-	-

FONTES: "Emprego não Agrícola" - "Relatório de Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Brasil"- DEPE - UNICAMP 1980 - citados por Paulo Renato de Souza in "Estudos Econômicos", São Paulo, FEA-USP, março/81, p. 63.

"Emprego Industrial" - Censos Industriais para o Brasil e dados entre () para o Grande São Paulo-FIESP. Extraído do relatório de pesquisa DEPE-UNICAMP, dados até 1980. De 1981 a 1983 - calculado com base no índice da FIESP.

"Emprego Agrícola" - C.A. - Censo Agropecuário e C.D. - PEA rural - Censo Demográfico.

Por sua vez, a queda absoluta do emprego não agrícola, no início dos anos 80, coloca novos problemas relativos à grave questão do desemprego urbano. A partir daí é que se recoloca a questão do emprego rural, cujo ritmo de crescimento já era declinante na época do "boom" da economia, comparado aos anos 60, e que se revelará ainda mais cadente no final da década dos 70. (Ver dados de crescimento do "Pessoal Ocupado" e "População Economicamente Ativa Rural" na Tabela 1, relativamente aos períodos intercensitários de 1950 a 1980).

Acresce notar que o "Pessoal Ocupado" na agropecuária, cujo crescimento observado no período 75/80 é de 0,8%, é uma medida ainda superestimada do emprego agrícola. Na verdade, mais da metade do pessoal ocupado na agropecuária ocupava postos de trabalho em estabelecimentos entre menos de 1 hectare até 20 ha. Em 1975 é de 56% o contingente de força de trabalho rural que o Censo Agropecuário indica como ocupada nos pequenos estabelecimentos com até 20 hectares de área total, enquanto em 1980 essa mesma participação cai para 52%. Considere-se, ainda, que estes microestabelecimentos, em geral, apresentam precárias possibilidades de manutenção e subsistência do numeroso contingente populacional que neles reside ou trabalha, enquanto que nos estabelecimentos de maior tamanho escasseiam as oportunidades de trabalho produtivo, relativamente ao contingente total de força de trabalho livre.

Deve-se, ainda, fazer a ressalva sobre os conceitos censitários de pessoal ocupado ou população economicamente ativa, com o argumento da provável alta taxa de subemprego e até desemprego aberto aí incorporados, fato que é possível detectar mas requeriria pesquisa específica para quantificar.

O processo de urbanização intenso, acompanhado por uma evolução do emprego não agrícola também rápida requer, de qualquer forma, a elevação da oferta de alimentos, mesmo que se observem, em alguns subperíodos, a queda da taxa média de salário real da economia. De qualquer forma, na década dos 70, e especialmente no quinquênio 1970/74, a massa de salários cresceu e assim também a demanda de bens-salário de origem agropecuária.

A resposta da produção agrícola a essa pressão de demanda interna é funcional, se tomada a economia em seu conjunto e também

o período de análise como um todo. Mas certamente quando se o decompõe em subperíodos e se observa diferentes estratos de demanda, o desempenho da oferta interna agrícola e seu crescimento é altamente desproporcional, requerendo crescente complementação pela importação de alimentos. Esse aspecto, por sua vez, remete-nos a uma análise do setor agrícola e de seu papel no comércio exterior, objeto do próximo tópico dessa seção.

Ressalte-se, ainda, que o processo intenso de urbanização por que passa a economia brasileira no período em foco reflete-se sobre o setor agrícola em profundidade, produzindo movimentos de população, e elevação da demanda por produtos agropecuários que transformam inteiramente os espaços previamente definidos como rurais e urbanos. Isso tudo, operando-se em ritmo historicamente inédito, enseja, ainda, uma valorização das terras agrícolas e do solo urbano também em ritmo acelerado, movimento que, em seu conjunto, propicia ganhos substanciais aos detentores de patrimônios imobiliários. Esse aspecto específico de valorização imobiliária, reservo-me a tratá-lo detidamente na Parte II deste trabalho, onde discuto as relações do mercado de terras e do capital financeiro (cap. 6, seções 1 e 2).

3 - Comércio Exterior e Agricultura

A importância do comércio exterior para a agricultura brasileira não é nova. Mas a diversificação das exportações agrícolas e a nova composição das importações de produtos agrícolas e de meios de produção para a agricultura terão experimentado mudança no período que estou analisando. O coeficiente de abertura da agricultura para o comércio exterior continua elevado, e muda com certa rapidez a composição da pauta de exportáveis, com o surgimento de novos produtos agrícolas e agroindustriais, competindo em importância com o café.

Essa mudança na estrutura do comércio exterior agrícola altera um pouco o enfoque de considerar o setor agrícola como fonte provedora de divisas para o restante da economia, para fazer realçar também um novo aspecto das relações internacionais do setor agrícola, que é o da integração de relações interindustriais.

Sob o prisma do comércio exterior parece-me relevante analisar o papel da agricultura sob o aspecto da evolução do seu *saldo de divisas*. Assim, consideramos simultaneamente o desempenho das exportações agrícolas e as necessidades de importação vistas de dois ângulos. De um lado, a importação de meios de produção que *abastecem* a agricultura. De outro, a importação de produtos agrícolas que *complementam* a oferta interna de alimentos e matérias-primas.

Há um outro fator que também influi na determinação do *saldo de divisas*, que não se esgota nas transações com mercadorias, medidas pelo Balanço Comercial. A conta de serviços - captando as transações de "Lucros e Dividendos", "Royalties e Assistência Técnica" e "Juros de Empréstimos" das empresas industriais e agroindustriais componentes do chamado complexo agroindustrial - envolve uma teia mais ampla e complexa de relações internacionais que direta ou indiretamente se ligam à agricultura brasileira. Deixo de considerar empiricamente esta questão por dificuldade de construção de balanços apropriados, embora tenha razões para supor que o saldo desse comércio seja negativo.

A análise do comércio exterior agrícola a partir dos dados que apresento nas Tabelas 2 e 3 permite que se identifique algumas modificações importantes que se operam do início ao final do período analisado.

No início do período, de 1967 até 1979, a exportação agrícola comanda praticamente a pauta de exportações globais, com participação em torno dos 80% (Ver Tabela 2, col. 1). Por sua vez, os produtos básicos - e, nesses, preponderantemente o café - dominam as exportações, que, entretanto, se mostram relativamente estagnadas até 1968.

Do lado das importações, nos meios de produção para a agricultura já se observa o crescimento do fluxo de insumos modernos (ver Tabela 3 "Principais Importações de Insumos Industriais para o Setor Agrícola"), mas os valores em dólares desse comércio são relativamente pequenos até 1971, quando apresentaram entre 5 e 6% da exportação agrícola, elevando-se rapidamente para mais de 15% na maioria dos anos subsequentes.

(5)

(4)

(3)

(2)

(1)

Anos	(1)		(2)		(3)		(4)		(5)	
	Exp.Agric. 100	Exp.Agric. 100	Exp.Agric. 100	PIB Agric. (%)	Export. Agrícolas: XA	Import. Agrícolas: MA	Prod.Agrícolas para outros setores	Saldo de Divisas	MA/XA (%)	Saldo Absoluto (XA-MA)
	Exp.Total (%)				Básicos	Elaborados	Meios de Produção para Agricultura			
1967	83,3	44,7	1.143,8	201,5	128,5	332,8	34,2	884,0		
1968	84,3	49,1	1.330,0	255,1	182,8	346,8	33,4	1.055,5		
1969	79,5	52,0	1.573,4	263,9	184,6	310,4	26,9	1.342,3		
1970	76,2	55,6	1.750,9	336,9	230,4	324,5	26,7	1.532,9		
1971	71,3	45,7	1.737,9	333,2	247,6	345,7	28,7	1.476,9		
1972	68,8	53,3	2.321,4	424,7	397,2	374,2	28,1	1.974,9		
1973	73,2	62,8	3.722,1	817,8	488,6	772,6	27,8	3.278,7		
1974	66,8	54,9	4.044,0	1.265,9	1.218,1	1.150,7	44,6	2.941,1		
1975	60,6	48,6	4.022,9	1.227,0	1.162,2	882,3	38,9	3.205,4		
1976	64,7	50,8	5.098,9	1.450,4	1.052,6	1.124,5	33,2	4.372,2		
1977	66,8	48,8	6.085,2	2.007,3	1.147,6	962,5	26,0	5.982,4		
1978	57,2	41,4	4.990,2	2.254,6	1.374,1	1.422,4	38,6	4.448,3		
1979	53,5	42,9	5.340,4	2.820,4	1.775,1	2.143,4	48,1	4.242,3		
1980	50,2	48,6	6.752,0	3.361,9	2.538,0	2.207,5	48,8	5.368,0		
1981	45,9	46,4	6.465,0	3.588,2	1.827,4	2.083,9	37,7	6.130,9		
1982	44,4	n.d.	6.067,5	2.887,9	1.307,5	1.933,5	36,2	5.714,4		
1983*	(45,2)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	(23,6)	(7.576,0)		

FONTES: IBGE; IPLAN/IPEA

(*) : Dados preliminares para 1983.

O avanço do processo de modernização agropecuária que o Brasil experimenta com toda evidência na década dos 70 é refletido claramente na evolução do comércio do setor agrícola, que sintetizo na Tabela 3. Observa-se diversificação das exportações em várias direções. A própria pauta de exportações passa a refletir também a diversificação industrial por que passa o País neste período. As exportações agrícolas passam a apresentar novo perfil, com introdução de novos e importantes produtos agrícolas e, principalmente, produtos agrícolas elaborados (ver Tabela 2, col. 3) pelo setor industrial a jusante da agricultura. Por sua vez, a elevação e diversificação dos meios de produção importados para a agricultura reflete muito claramente as mudanças que estão ocorrendo na base técnica da produção rural.

A resultante em termos de saldo de divisas desse comércio do setor agrícola revela nos anos finais da década de 70, um certo estreitamento do excedente de divisas tradicionalmente gerado (ver Tabela 2, col. 5).

Por esse resultado, em parte é responsável a elevação do coeficiente de meios de produção importados sobre os insumos totais usados pela agricultura. Em parte, também, a importação de alimentos pressiona a balança comercial de alguns anos. Só recentemente - em 1981 e 1982 - as políticas protecionistas da Europa e os reflexos mais profundos da recessão mundial sobre o comércio internacional fizeram-se presentes, inibindo de maneira mais dramática o crescimento das exportações agrícolas brasileiras. Antes disso, já se observavam sinais independentes de estreitamento do saldo de divisas da agropecuária. Como se pode observar na Tabela 2, o saldo absoluto de divisas apresenta-se estagnado ou decrescente desde 1977.

A análise da evolução dos saldos comerciais das transações internacionais do setor agrícola é o caminho mais consistente para se aferir o papel desse comércio sobre a demanda efetiva. Essa colocação, que é teoricamente válida em geral, ficou ignorada em grande número de contribuições sobre comércio exterior e setor agrícola, visto que, estranhamente, sempre se privilegiou a ótica da evolução das exportações e o seu desempenho na geração de divisas para a economia em seu conjunto. Ora, essa visão claramente parcial só faria sentido se fosse admitida, "a priori", a irrelevância quantitativa do coeficiente de importações do setor agropecuário.

Tabela 3 - IMPORTAÇÕES, PRINCIPAIS PRODUTOS E COMPARAÇÃO COM AS EXPORTAÇÕES. (US\$ MILHÕES).

DISCRIMINAÇÃO	1965	1966	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
I. Exportação Totais de Produtos Agrícolas	1.221,5	1.585,1	2.087,8	2.070,2	2.746,0	4.539,2	5.240,0	5.250,0	6.549,3	8.092,5	7.244,8	8.219,8	10.086,8	10.053,2	8.955,4
II. Principais Importações de Insumos Industriais para o Setor Agrícola	63,4	100,1	134,8	150,1	271,3	363,6	286,5	880,1	863,1	1.012,5	1.101,4	1.414,2	2.068,4	1.501,6	1.274,3
1. Fertilizantes Manufaturados	28,4	46,5	72,0	76,9	156,9	169,2	494,4	352,8	251,3	363,8	373,5	526,8	781,9	439,9	300,3
2. Matérias-primas para Fertilizantes 1/	11,4	22,9	18,6	24,7	32,4	47,3	159,8	176,6	221,6	228,1	247,1	331,6	599,2	359,9	291,7
3. Principais Defensivos	9,0	12,3	20,0	20,2	41,2	80,5	119,1	124,6	131,6	136,4	151,7	79,1	75,3	7,9	7,5
4. Combustíveis Líquidos 2/	9,4	12,0	14,6	21,8	29,2	51,2	174,1	185,9	227,0	237,4	267,6	403,2	586,4	677,4	615,8
5. Produtos técnicos para defensivos agrícolas	5,2	6,4	9,6	6,5	11,6	15,4	39,1	40,2	31,6	46,8	61,5	73,5	25,6	16,5	9,0
II/1 - Participação (%)	5,2	6,3	6,4	7,3	9,9	8,0	18,5	16,8	15,7	12,5	15,2	17,2	20,5	14,9	13,7
III. Principais Produtos Agrícolas de Consumo Intermediário ou Final relativo às Exportações	13,8	17,7	11,6	13,1	10,6	14,3	17,7	13,9	14,5	9,6	19,0	25,8	20,5	16,6	14,4
IV/1 - Importações de Bens de Consumo de Massa com Propriedade das Exportações Agrícolas: %	11,3	12,4	6,8	8,1	6,5	10,6	13,2	9,0	10,3	5,8	3,8	20,2	17,2	13,6	11,4
1. Importações de Bens de Consumo de Massa: Valor	138,7	196,0	142,1	169,1	179,5	482,3	703,5	470,4	671,9	472,0	997,0	1.657,9	1.730,5	1.369,8	1.017,7
a) Trigo	135,9	181,7	127,2	124,5	141,2	376,7	522,3	359,6	546,6	295,7	601,0	631,1	1.051,3	962,2	832,0
b) Arroz com ou sem casca	0,1	0,5	0,3	0,1	0,3	0,8	2,0	2,1	1,9	1,0	161,5	233,0	269,0	169,4	0
c) Milho em grão	0	0	0	0,7	0,4	6,9	0,8	2,1	21,8	33,7	3,2	3,8	25,7	2,3	0
d) Feijão	0	0	0	10,9	8,2	43,4	26,4	13,7	13,5	30,3	11,8	12,0	83,7	20,4	18,7
e) Leite e manteiga	0	0	0	5,4	5,2	4,6	77,5	18,7	22,3	29,1	111,3	200,4	98,3	77,4	24,0
f) Carne bovina em várias formas	2,5	10,0	6,7	12,6	13,7	21,2	21,0	22,3	27,1	45,1	40,6	31,9	39,3	34,8	45,4
g) Alho fresco	0	0	0	0	0,7	6,0	7,7	11,2	18,2	21,4	29,1	54,9	29,8	19,2	20,6
h) Feixes	0	0	0	0	0	2,2	4,3	0	7,5	12,3	0	197,8	0	0	0
i) Café cru em grão	0,2	3,8	7,9	11,8	8,6	18,9	41,5	16,8	7,8	4,4	31,0	48,0	39,6	17,7	9,9
j) Selo bovino	3,5	5,3	4,8	5,0	4,1	3,7	4,5	4,9	4,2	3,8	5,2	5,6	3,3	2,7	3,0
2. Bens Agrícolas de Alta Elasticidade-Renda de Demanda: % das Exportações	42,3	83,6	99,6	104,2	112,5	169,5	237,8	259,9	276,0	307,0	380,4	457,4	333,4	274,3	274,2
- Valor	10,3	25,4	26,9	29,2	29,2	38,9	61,8	62,9	78,9	88,4	97,8	101,9	77,2	68,4	67,1
a) Maças frescas	1,3	4,4	6,8	6,3	7,0	10,6	13,8	14,7	17,8	27,6	30,5	28,3	22,1	21,7	24,9
b) Peras frescas	8,0	8,0	12,1	16,2	19,2	23,3	41,0	68,5	63,6	69,2	79,1	77,8	72,6	101,0	70,0
c) Mante	11,2	25,6	31,1	28,4	30,0	48,0	47,8	44,3	32,4	30,6	40,4	48,4	51,4	17,1	47,0
d) Bacalhau	6,7	9,0	10,4	8,5	11,5	14,7	22,0	19,3	17,7	16,9	20,1	29,0	18,0	22,9	20,9
e) Azeite de oliva (bruto/refinado)	3,4	5,2	6,2	6,2	8,6	11,8	9,4	14,9	20,8	23,6	26,0	32,7	26,0	20,4	23,7
f) Azeitonas	1,4	6,0	6,1	9,4	7,0	22,2	42,0	30,3	44,8	50,7	63,6	82,0	66,1	22,8	20,6
g) Borracha natural	0	0	0	0	0,6	1,1	0	0	0	0	22,9	57,3	0	274,4	306,2
h) Soja em grão															

FONTE: Pesquisa sobre "Balanco de Divisas do Setor Agrícola" - IPLAN-IPEN - Coordenado por Christiano V. Guirardes (Instituto Mineiro de Economia).

NOTAS: (1) Matérias-primas e produtos intermediários para fertilizantes incluem: rocha fosfática, enzimas, amônia, ácido orto-fosfórico e boro - (exclui ácido sulfúrico)

(2) Para-se 6% da importação de petróleo, que equivalem ao consumo agrícola do derivado em 1975 e mantém-se o percentual para os demais anos.

(3) Inclui 31 matérias-primas e produtos técnicos usados na indústria de defensivos agrícolas.

Pela análise dos dados de "saldo de divisas" (Tabela 2, col. 5), observa-se que, grosso modo, até 1973 essa premissa de desimportância das importações poderia ser assumida como verdadeira, porquanto o coeficiente de importações sobre as exportações (considero aditivamente as importações de meios de produção e produtos agrícolas por um lado e a soma de exportações de básicos e "elaborados" por outro), é relativamente pequeno (em torno de 28%), e bastante estável ao longo do período 1967/73 - (variou de um máximo de 34% a um mínimo de 26,7%).

Essa situação muda, entretanto, a partir de 1974, passando a oscilar num patamar mais elevado e assumindo valores crescentes no triênio 1978/80, em torno de 50% de importação para cada dólar exportado. Mesmo nos anos de 1981 e 1982, em que as restrições à importação se tornaram muito graves, o coeficiente de "importações agrícolas" é ainda superior a 1/3 das exportações totais da agricultura (ver Tabela 2, col. 5). Já em 1983, os resultados preliminares indicam mudança abrupta no coeficiente de importações.

Se acrescermos à tendência de estreitamento do saldo comercial de divisas do setor agrícola, o saldo de um hipotético "Balanço de Serviços" do complexo industrial a montante e a jusante da agricultura, certamente que a situação cambial ficaria ainda mais precária. Isto ocorreria, certamente, em vista da alta incidência de custos em juros e, em menor escala, de "Assistência Técnica" e "Lucros e Dividendos", que afetam negativamente as transações com o exterior das indústrias integradas no processo de modernização agrícola.

É importante destacar as distintas necessidades de importação que se originam do setor agrícola nesse período de diversificação e integração do comércio internacional. De um lado, observa-se a pressão pela modernização, com o crescimento já indicado dos chamados insumos modernos. Mas há também uma importante pressão pela importação de produtos agrícolas para abastecimento interno, movimento esse que em geral revela-se ainda mais oneroso no consumo de divisas que a pressão específica da modernização. A Tabela 3 resume estes dados, considerando uma lista de principais insumos industriais para a agricultura e os principais produtos agrícolas de consumo intermediário ou final. Compara ao mesmo tempo, a proporção dessas importações

com relação à exportação agrícola total. Como se pode observar na Tabela 3, p. 27, as importações de alguns bens de consumo de massa e de produtos de consumo mais restrito (alta elasticidade renda da demanda), consomem divisas a partir de 1978 em cerca de um quinto das exportações agrícolas.

Ao lado das importações de insumos industriais - expressiva para os itens defensivos, combustíveis e fertilizantes, incluindo matérias-primas para indústria de fertilizantes (Tabela 3) - temos, ainda, a grande expressão dos grupos de produtos agrícolas de consumo de massa (trigo, arroz, carnes, leite, milho e feijão, principalmente).

A lista desses produtos, que discrimino na Tabela 3, compõe uma cesta de bens-salário, relativamente importante nas listagens elaboradas para acompanhamento dos índices de custo de vida. Por aí pode-se avaliar a importância que assume essa produção externa ao setor agrícola na complementação do abastecimento e, de certa forma, na administração indireta do salário real urbano.

Em linhas gerais, os dados desagregados de importação de meios de produção e de produtos agrícolas revelam aprofundamento da dependência do setor agrícola em relação ao comércio internacional. Essa dependência se revela maior a partir de 1978, quando, não obstante sinais de desaceleração do crescimento das exportações agrícolas, a pressão pela importação de insumos modernos perdura até 1981 e é crescente a importação de bens de consumo de massa. Se ligarmos a evolução dessas importações à evolução coetânea do emprego não agrícola e da política salarial, algumas indicações de política macroeconômica ficarão aclaradas.

A observação de forma mais desagregada das importações de produtos agrícolas (ver Tabela 3) permite-nos visualizar, pelo comércio exterior, diferentes momentos do desenvolvimento econômico recente e das estratégias de sua condução pela política governamental. Entre 1967 e 1973 compatibilizou-se alto crescimento do emprego não agrícola com relativamente pequena importação de "bens-salário" - em torno de 10% da exportação agrícola -, parcialmente pelo desempenho da produção interna agrícola e parcialmente pelo controle coercitivo do salário real. A partir de 1974, e mais pronunciadamente em 1979,

liberaliza-se a política salarial, mas, por outro lado, desacelera-se claramente o crescimento do emprego não agrícola. De qualquer forma, os dados desagregados da importação de "bens-salário" evidenciam que a partir de 1978 houve pressões pronunciadas de demanda, que passaram a consumir cerca de 20% das divisas da exportação agrícola (ver Tabela 3, p. 27).

Por último, com a política claramente recessiva a partir de 1981, cai abruptamente o emprego não agrícola (queda absoluta) e, paralelamente, decrescem as importações de produtos agrícolas, como de resto todo o coeficiente de importações da economia.

As relações indiretas que se estabelecem entre o comércio exterior, abastecimento interno e política salarial podem sugerir o argumento da funcionalidade relativamente à oferta agropecuária global e à demanda final para abastecimento e exportações. O ajustamento estaria se dando, pelo lado da oferta, com o recurso à importação de bens-salário, enquanto que, pelo lado da demanda, a política salarial e a evolução do emprego não agrícola cumpririam as metas de "ajustamento", comprimindo as massas de salários. Aparentemente, o recurso às importações se daria nas situações de folga cambial, enquanto a estratégia contencionista em situações inversas.

Não é preciso dizer que uma tal "funcionalidade"ultrapassa inteiramente a capacidade de regulação pelo próprio mercado, pois requer uma posição permanente de arbítrio por parte do Estado. Os resultados, que no plano do bem-estar social revelam-se desastrosos, também pouco logram alcançar simultaneamente, objetivos declarados de estabilidade interna de preços e melhoria nos saldos de divisas. Com possível exceção do ano de 1983, quando as restrições à importação se tornaram praticamente absolutas e a massa de salários caiu de forma substancial, a evolução dos saldos comerciais da agricultura a partir de 1977 não se revela crescente. Por outro lado, assiste-se, também, no período, uma aceleração do processo inflacionário sem paralelo na história recente do País.

Creio que as dificuldades econômicas pelo lado das relações internacionais do setor agrícola projetam-se, hoje, de maneira mais profunda na condução da política interna de abastecimento e de moder

nização agrícolas, ainda que a agricultura tenha logrado um enorme avanço tecnológico e paralela integração nas correntes dinâmica de comércio. Essas questões, como se verá na exposição dos demais segmentos deste trabalho, serão retomadas à luz dos demais elementos que compõem essa estratégia peculiar de crescimento agrícola do período recente.

4 - Transformações na Base Técnica da Agricultura e Constituição do Complexo Agroindustrial - CAI

A transformação da base técnica da agricultura e a constituição do CAI são processos distintos e historicamente separados. O primeiro, se entendido enquanto processo de transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de "insumos naturais" para bens de produção industriais, é basicamente, no Brasil, um processo de mudança técnica do pós-guerra.

O primeiro momento do processo de modernização agropecuária se caracteriza, grosso modo, pela elevação dos índices de trato-rização e consumo de NPK, estimulada e facilitada pelo governo e em-presas norte-americanas. Introduz-se nessa primeira década de inova-ções, que é basicamente a década dos 50, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção in-dustriais. A demanda de insumos é atendida por importações.

O segundo momento é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, e o fa-vorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção. O marco inicial dessa nova arrancada é a implantação no Brasil das primeiras indústrias de tratores, no final dos anos 50.

Um terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa in-tegração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, em-bora se realize com o suporte dela. Mas a integração de capitais te-rá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o apro-fundamento das relações interindustriais, mas outras formas de inte-

gração e conglomeração sob comando do grande capital. A essa análise reservo a Parte II deste trabalho, que trata da constituição e do desenvolvimento do capital financeiro na agricultura.

Por outro lado, o processo de modernização somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60, até o final dos anos 70, quando a conjugação de um sistema financeiro apropriado - o Sistema Nacional de Crédito Rural; a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura, patrocinada pelo II PND, e uma certa folga cambial nas transações externas - possibilita a introdução maciça das transformações na base técnica da agricultura.

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arrancada do processo de *industrialização do campo**. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação**.

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua *base técnica* de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente. No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e

* Para uma análise sobre a constituição do Complexo Agroindustrial (CAI) ver Geraldo Muller "O Complexo Agroindustrial" São Paulo, FGV, 1981.

** Sobre a consolidação do CAI e discussão sobre o período efetivo de sua constituição há interessante trabalho que contradiz a Tese de G. Muller. Ver Tamas Szmrecznanyi, "Nota sobre o Complexo Agroindustrial e a Industrialização da Agricultura no Brasil", Revista de Economia Política, vol. 3, nº 2, abril-junho de 1983.

de bens de capital (tratores, implementos diversos, colhedeiras, equipamento para irrigação, etc.).

A evolução interna do consumo e da produção de fertilizantes e a demanda de tratores comparada com a produção nacional é mostrada nas Tabelas 4 e 5. Os dados, como se pode observar, revelam claramente uma aceleração do crescimento do consumo e da produção dos principais meios de produção industriais para agricultura, a partir de meados dos anos 60. Mas a partir de 1980 há o decréscimo acentuado do consumo e da produção interna desses meios de produção modernos, associado às mudanças drásticas na política de financiamento rural, que examino mais adiante.

Tabela 4 - Produção e Consumo Aparente de NPK (Mil Toneladas de Nutrientes) - 1960-1983

Anos	Fosfatados		Nitrogenados		Potássicos		Total NPK	
	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo NPK	Produção NP
1960	131,6	89,9	66,8	15,8	n.d.	0	198,4	105,7
1967	204,6	109,0	103,4	7,9	136,9	0	444,9	116,9
1970	415,9	169,4	276,4	20,8	306,7	0	999,0	190,2
1975	1.016,7	516,7	406,2	160,8	557,1	0	1.980,0	677,5
1980	1.853,9	1.488,7	905,6	383,0	1.306,6	0	4.066,1	1.871,7
1981	1.218,2	1.082,6	668,4	349,4	766,7	0	2.653,3	1.432,0
1982	1.133,6	1.061,9	646,2	399,8	571,3	0	2.651,1	1.461,7
1983	934,3	991,1	586,2	551,6	726,4	0	2.246,3	1.542,7

FONTE: Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA e Sindicato de Adubos e Colas do Estado de São Paulo - dados provisórios para 1983.

A evolução dos indicadores de mecanização agrícola é mostrada, grosso modo, na Tabela 5, que indica tamanho da frota de tratores agrícolas e a produção interna, importação e exportação de tratores de quatro rodas.

Tabela 5 - Evolução Recente da Produção e Utilização de Tratores de Quatro Rodas

Anos	(1)	(2)	(3)	(4)		(5)
	Frota de Tratores de 4 rodas e de Esteiras	Produção Interna	Importação	Internas	Exportação	
1950	8.372	0	8.373	n.d.	0	
1960	61.345	37	12.702	n.d.	0	
1967	n.d.	6.223	342	n.d.	31	
1970	145.309	14.048	60	n.d.	41	
1975	323.113	56.928	801	n.d.	671	
1980	545.205	58.812	0	n.d.	7.759	
1981	n.d.	38.988	0	28.104	10.073	
1982	n.d.	35.687	0	28.164	6.239	
1983	n.d.	22.612	0	26.639	n.d.	

FONTE: Coluna 1: Censo Agropecuário; cols. 2 e 4: ANFAVEA; cols. 3 e 5: CACEX.

Por sua vez, a indústria de tratores, que já no final dos anos 60 abastece inteiramente a demanda do setor agrícola (ver dados de produção e importação da Tabela 5), sendo, portanto, pioneira no processo de modernização, entra também em crise no final dos anos 70, caindo a produção a menos da metade do seu nível de 1975.

Por outro lado, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas (indústria a jusante da agricultura), de constituição antiga e de graus de modernização variáveis, integrou-se de maneira não uniforme ao movimento de alteração na base técnica da agricultura. Alguns ramos ou sub-ramos, como a produção de "Rações e Concentrados", "Abate de Animais", "Lacticínios", "Madeiras", "Papel e Papelão", "Couros e Peles", "Fumo", "Alcool", etc. se integram de maneira mais direta e necessária ao movimento de modernização da agricultura. Os padrões de produção dessas indústrias, no que se refere a tipos de produto, exigências sanitárias, qualidade e homogeneidade da matéria-prima e, ainda, regularidade de sua entrega, impõem um perfil tecnológico à produção que deve ser seguido pelos agricultores. Porém, é importante destacar que tais exigências são variáveis

de produto a produto. Estão até mesmo ausentes em grande número de produtos consumidos "in natura" (arroz, milho, feijão, etc.). Por si sós, as exigências de padronização de produto não são suficientes para induzir em geral o movimento de alteração da base técnica de produção. Esse depende basicamente, e tem como cerne de sua direção, o ramo industrial que produz meios de produção para a agricultura. É deste ramo industrial que emanam as inovações que estão incorporadas aos novos meios de produção adotados. A ele se integra todo o aparato de pesquisa e extensão rural, conformando o Departamento de Meios de Produção para a agricultura (D_1), que dirige tecnologicamente a modernização agrícola, segundo estratégias políticas mais gerais, que me reservo a comentar na seção de política tecnológica.

A definição de um perfil industrial do CAI, compondo os seus principais ramos a jusante e a montante da agricultura, é um indicador relevante para que se possa, senão medir, pelo menos estimar uma ordem de magnitude desse complexo industrial, e bem assim a relevância das relações interindustriais do tipo insumo-produto. Isso é o que tento fazer na Tabela 6.

Usando os critérios de origem agropecuária das matérias-primas utilizadas e, ainda, de sua participação no valor da produção industrial não inferior a 50%, foi definido o grupo de indústrias a jusante, componente do Complexo Agroindustrial.

Por outro lado, o ramo industrial a montante compreende o grupo de indústrias abastecedoras de insumos e bens de capital da agricultura. Para cada um desses grupos de ramos e atividades a montante e a jusante tentei medir a participação no PIB industrial* nos anos censitários (1970, 1975 e 1979). Os resultados que apresento na Tabela 6 merecem comentário explicativo.

A evolução recente do CAI revela, em primeiro plano, um crescimento expressivo do ramo a montante, entre 1970 e 1975, passando de 2,4% do Valor da Transformação Industrial das indústrias de transformação em conjunto, para 4,0%. Tal crescimento da participação significa que esse grupo de atividades industriais cresceu à frente do conjunto da indústria no período, e o fez de maneira expressiva.

* Considerei o valor de Transformação Industrial do Censo Industrial apenas para as indústrias de transformação e não para todo o PIB industrial.

Tabela 6 - COMPLEXO AGROINDUSTRIAL (CAI) - COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1970-1975-1979

Ramos e Sub-Ramos Industriais	Valor da Transformação Industrial (VTI) do Ramo no VTI da Indústria de Transformação (%)		
	1970	1975	1979
<u>I. Indústrias a Montante</u>	<u>2,40</u>	<u>3,97</u>	<u>3,96</u>
a) <u>Química (parcial)</u>	<u>0,98</u>	<u>1,63</u>	<u>2,77</u>
.Adubos, Fertilizantes e Corretivos	0,68	1,19	1,65
.Inseticidas, Germicidas e Fungicidas	0,30	0,44	0,37
b) <u>Mecânica (parcial)</u>	<u>0,60</u>	<u>1,40</u>	<u>0,90</u>
.Máquinas e Implementos Agrícolas	0,42	0,88	0,58
.Fabricação e Montagem de Tratores	0,18	0,52	0,32
c) <u>Produtos Alimentares (parcial)</u>	<u>0,32</u>	<u>0,45</u>	<u>0,65</u>
.Rações para Animais	0,32	0,45	0,65
d) <u>Produtos Farmacêuticos e Veterinários (parcial)</u>	<u>0,50</u>	<u>0,49</u>	<u>0,39</u>
.Produtos veterinários	0,50	0,49	0,39
<u>II. Indústria a Jusante</u>	<u>26,26</u>	<u>24,68</u>	<u>25,07</u>
i) <u>Produtos Alimentares (parcial)</u>	<u>12,32</u>	<u>10,63</u>	<u>10,21</u>
.Beneficiamento, moagem, torrefação	2,85	2,67	2,19
.Preparação de refeições, conservas	0,58	0,53	0,98
.Abate de animais - frigoríficos	2,00	1,88	1,76
.Preparação do pescado	0,23	0,19	0,26
.Resfriamento e preparação/leite e laticínios	1,34	1,04	1,06
.Fabricação e refino de açúcar	2,12	1,53	1,35

Continua ...

Tabela 6 - Complexo Agroindustrial (CAI) - Composição e Participação Proporcional na Indústria de Transformação
1970-1975-1979

continuação

Ramos e Sub-Ramos Industriais	Valor da Transformação Industrial (VTI) do Ramo no VTI da Indústria de Transformação (%)		
	1970	1975	1979
.Fabricação de balas e caramelos	0,49	0,40	0,46
.Fabricação de produtos de padaria	1,05	1,02	0,73
.Fabricação de massas alimentares	0,58	0,55	0,52
.Preparação de produtos alimentares diversos	1,07	0,83	0,90
ii) <u>Química</u> (parcial)	<u>1,06</u>	<u>1,13</u>	<u>1,70</u>
.Destilação do Alcool	0,15	0,15	0,66
.Óleos vegetais e essências (em bruto)	0,91	0,98	1,04
iii) <u>Fumo</u> (total)	<u>1,30</u>	<u>1,06</u>	<u>1,10</u>
iv) <u>Madeiras</u> (total)	<u>2,34</u>	<u>2,83</u>	<u>2,37</u>
v) <u>Mobiliário</u> (móveis de madeira)	<u>1,29</u>	<u>1,45</u>	<u>1,32</u>
vi) <u>Couros, peles</u> (total)	<u>0,53</u>	<u>0,52</u>	<u>0,63</u>
vii) <u>Bebidas</u> (total)	<u>2,10</u>	<u>1,79</u>	
viii) <u>Têxtil</u> (parcial)	<u>4,07</u>	<u>2,73</u>	<u>3,02</u>
.Benef. Fibras vegetais	0,81	0,72	0,63
.Fiação tec. fibras veg. e animais	3,26	2,01	2,39
ix) <u>Papel e Papelão</u> (total)	<u>2,53</u>	<u>2,55</u>	<u>3,16</u>

FONTE: Censo Industrial IBGE (1970-1975) e Pesquisa Industrial - IBGE, 1979

Por sua vez, a participação no PIB industrial, ainda relativamente pequena do grupo de indústrias a montante - 4,0% em 1975, comparado com os 24,7% dos ramos a jusante - não faz inteira justiça às reais dimensões da demanda do setor agrícola por meios de produção industriais. A composição das indústrias a montante nos itens de insumos e bens de capital industriais, que utilizei, é aquela possível de ser feita com base na desagregação das atividades industriais do Censo Industrial. Com isso se perde grande parte das demandas setoriais da agricultura para a indústria, em termos de combustíveis, material de transporte, equipamento de armazenamento, equipamento para irrigação e, ainda, material elétrico para eletrificação rural, etc., devido à impossibilidade de se atribuir, nos respectivos ramos industriais, qual a efetiva parcela do PIB industrial que é demandado pelo setor rural. Observe-se, ainda, que o setor industrial a montante tem importância crucial como centro criador da tecnologia agrícola, condição mais qualitativa que quantitativa em suas relações com o meio rural.

De outro lado, a expressiva participação da indústria a jusante, capitaneada pelo ramo de "Produtos Alimentares", dá, certamente, uma idéia clara da importância das relações interindustriais para frente. Esse subconjunto de ramos industriais, conquanto classificado geralmente como "indústrias tradicionais", apresenta crescimento inferior ao do conjunto da indústria no período 1970-75, haja vista que houve declínio de sua participação relativa no valor de transformação da indústria de transformação, de 26,26% em 1970 para 24,68% em 1975 e 25,07% em 1979. Esse declínio relativo, que de resto é normal em face ao ritmo mais acelerado de crescimento das indústrias de meios de produção, apresenta graus variados conforme o ramo industrial que se considere.

Observe-se que em alguns ramos e sub-ramos onde é notória a integração da agroindústria com as correntes do comércio internacional e programas de substituição de importações, o valor da transformação industrial cresce até mais que o conjunto da indústria de transformação. Pelos dados da Tabela 6 constata-se crescimento de ramos ou atividades industriais a jusante da agricultura na "Destilação de Alcool", "Óleos Vegetais e Essenciais em Bruto" e no ramo de "Papel e Papelão", que aumentam sua participação no PIB industrial

ao longo da década dos setenta. Por sua vez, os ramos de "Madeiras" e os sub-ramos de "Abate de Animais" e "Beneficiamento, Moagem e Torrefação de Produtos Agrícolas", revelam pequena queda na proporção do PIB industrial entre 70, 75 e 79. Estes cresceram também a taxas razoáveis no período, certamente um pouco inferiores aos 10% ao ano que é, em média, a taxa de crescimento industrial do período 70/79.

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros do Estado. Sobressai, ainda, uma política tecnológica específica, que preside a articulação do D₁ da agricultura e uma política fundiária que, em termos gerais, valoriza a propriedade territorial (ver análise específica às seções 2 e 3 do Capítulo 3). Esse novo bloco de interesses rurais, submetido à crise financeira aguda a partir do final dos anos 70, evolui para novas e ainda mal definidas alianças, em que novamente o grande capital industrial, o Estado e a propriedade territorial estarão presentes, numa articulação de interesses que marcaria uma forma mais avançada de integração de capitais a nível intersetorial (ver análise dos Caps. 4 a 6).

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

Ao contrário, deve-se ressaltar que a concentração espacial do projeto modernizante, abrangendo basicamente os Estados do Centro-Sul brasileiro (MG, GO, RJ, SP, PR, SC e RS). Por seu turno, ocorre paralelamente um movimento de concentração de produção, abrangendo um número relativamente pequeno de estabelecimentos (entre 10 e 20% dos estabelecimentos rurais, conforme o indicador de modernização que se tome), que respondem por parcelas crescentes da produção.

As demais regiões do País e os milhões de estabelecimentos não incorporados ao processo de modernização cumprem, nessa estratê

gia de organização da produção, papéis periféricos na agricultura brasileira. Há mesmo que admitir que significativas parcelas de agricultores residentes em estabelecimentos minúsculos constituem-se numa força de trabalho sobrando, de difícil possibilidade de absorção em qualquer ramo produtivo da economia rural. Nesse sentido, as mudanças no mercado de trabalho induzidas pela "industrialização do campo" fazem crescer uma massa de marginais sociais, cuja absorção, restrita aos assalariados temporários na esfera produtiva, ocorrerá de forma ainda mais precária ao nível da circulação da renda social, no âmbito do que se convencionou chamar de mercado de trabalho informal.

Quanto às regiões não atingidas de maneira predominante pela modernização - o Nordeste, de agricultura geralmente arcaica, e as regiões novas (fronteira agrícola) - prevalecem processos produtivos grandemente heterogêneos e uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade. A valorização do capital no setor agrícola não se dá aí, de forma necessária, por intermédio do CAI, mas pelo controle da propriedade fundiária. Esse é, pois, o lado conservador do projeto de modernização agrícola, que passa pela mediação política de acordo com complexas e instáveis alianças.

5 - Mediação Estatal das Relações Econômicas e Sociais - Auge e Crise

A inserção do Estado, vista a partir dos seus distintos aparelhos, no processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, revela o caráter cada vez mais complexo e abrangente da regulação das relações econômico-sociais pela máquina estatal. Esse processo é grandemente acentuado pela constituição do Complexo Agroindustrial e pelas próprias transformações simultaneamente instituídas para o meio rural.

É importante perceber como as esferas de regulação estatal se tornam cada vez mais onipresentes. Não tanto pelas novas funções, o que poderia dar uma idéia estática de funcionalidade do papel do Estado, mas, e principalmente, pela penetração por dentro da máquina do Estado das condições e meios de reprodução do capital na agricultura em particular, e no Complexo Agroindustrial de forma mais generalizada.

Essa dominação crescente da regulação capitalista pelo Estado, processando-se de maneira não necessariamente funcional, manifesta-se por diversos meios ou níveis de decisão burocrática, que de forma geral poderiam ser sintetizados nas instâncias *normativa, financeira-fiscal, produtiva e previdenciária*. De todas essas instâncias ou meios de regulação econômica, o estilo de regulação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia, como pretendo indicar no desenvolvimento desta seção.

A esfera *normativa* compreende uma função mais tradicional do Estado, qual seja a de legislar e normatizar as bases contratuais sobre as quais se estabelecem as relações sociais no meio rural.

A primeira grande mudança normativa nos contratos rurais de trabalho vem com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02/03/63), norma que em geral se propõe a estender os direitos trabalhistas urbanos - férias, contrato inscrito na Carteira de Trabalho, salário mínimo, estabilidade aos 10 anos de serviço, proteção ao trabalho do menor e da mulher, etc., às relações de trabalho no campo.

Observe-se, entretanto, que essa legislação somente teria sentido prático num corpo de reformas mais gerais da estrutura agrária, o que então era o propósito do governo que a promoveu. Contudo, o que sucede à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural é a mudança do regime político, em 1964, e a promulgação posterior do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de dezembro de 1964). Esse contém toda uma legislação agrária, consubstanciada, por um lado, no princípio da reforma agrária, e, por outro, na estruturação de condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura.

Não é preciso alongar-me para indicar que a vertente reformista do Estatuto da Terra feneceu rapidamente sob o impacto das novas alianças políticas gestadas pelo golpe de 1964. Com ele foi também sepultado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Prevaleceu a vertente do desenvolvimento rural sob a égide da empresa capitalista, que com o tempo assumiu todo o espaço de exe

cução da política agrária, revertendo, na prática, as declarações reformistas do Estatuto da Terra e, principalmente, do Estatuto do Trabalhador Rural. Enquanto o primeiro transformou-se em letra morta na parte que trata da reforma agrária, o Estatuto do Trabalhador Rural transformou-se no exemplo mais flagrante de desrespeito sistemático às suas normas de proteção e garantia das relações formais de trabalho por parte das empresas organizadas em bases modernizadas.

A conjugação dos dois Estatutos e, principalmente, do exacerbado protecionismo ao chamado empreendimento capitalista, acabam por inverter, também, as normas que regulam a função social da propriedade territorial rural, transformando-a em fonte autônoma de valorização patrimonial. Isso tudo modifica, na prática, as relações de trabalho e as relações de propriedade, convergindo no sentido de apoiar novas alianças do grande capital e do Estado em direção à valorização especulativa da propriedade territorial, conformando um peculiar mercado de terras a que me proponho analisar mais adiante (ver Cap. 6).

A segunda esfera de regulação estatal, a que denominei de *financeira e fiscal*, compreende um conjunto amplo de mecanismos monetário-financeiros e de incentivos fiscais, que estimulam, compensam e financiam a aplicação de capitais privados nas atividades rurais ou a essas conectadas por diversas formas de integração.

Nessa esfera financeira e estatal, desempenha papel de destaque a estrutura bancária do Estado e, em particular, a política de crédito rural por ela executada (majoritariamente). Essa política, de que tratarei detidamente no Capítulo 3, contém uma proposta explícita de modernização agropecuária em interação com a constituição integrada do Complexo Agroindustrial. Nessa esfera *financeira e estatal* desempenham papel relevante as diversas instituições encarregadas da concessão de subsídios financeiros e facilidades creditícias que se sucedem desde a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

É particularmente a partir do projeto de modernização e diversificação agropecuárias, que se insinua claramente a partir da segunda metade dos anos 60, que se tenta institucionalizar o SNCR,

Os graus de abrangência e generalidade desse sistema contemplam a mercadoria agrícola em geral e não apenas atividades específicas ao estilo monocultor, como o fazem, subsetorialmente, o Instituto Brasileiro do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool, criados depois de 1930. Parcialmente, também a Comissão de Financiamento da Produção exerceu, nos anos 50 e parte dos 60 uma mediação específica, relativamente aos interesses dos produtores de algodão*.

O novo sistema é montado para agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favoráveis de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do C.A.I..

A relevância que assume o crédito rural no financiamento das atividades agropecuárias pode ser indicada pela intensidade de crescimento dos empréstimos bancários no período 1969/76, que atinge a média de 23,8% ao ano de crescimento real**. Este ritmo de crescimento está certamente muito à frente do crescimento real do produto agrícola e é influenciado por outros fatores, tais como crescimento do complexo agroindustrial, cuja expansão no período é muito mais rápida que da agricultura.

Todo esse aparato financeiro é bancado pelas agências do Banco do Brasil e demais bancos oficiais, com participação muito pequena do sistema bancário privado. Por outro lado, a partir de 1978 o Estado começa a se desvencilhar dessa política financeira, elevando taxas de juros, reduzindo subsídios financeiros e apontando crescentemente para o sistema de crédito privado e para as condições gerais do mercado financeiro, como nova forma de inserção da clientela agropecuária. Essa tendência muito recente, que se acentua particularmente em 1983, com a interferência do FMI sobre a política econômica financeira, e é, possivelmente, o momento de maior embaraço e crise do projeto de modernização conservadora, sob a égide financeira estatal.

* Para uma análise retrospectiva da atuação da CFP e institutos isolados de produtos no período 50/75 ver Guilherme Costa Delgado "Uma Metodologia para Determinação de Preços Mínimos", pp. 17/8, Brasília, CFP, 1978.

** Ver dados de crédito rural à Tabela 9, p.

Além da política financeira, o Estado também administra, a nível federal e algumas vezes com a participação dos governos estaduais, a concessão de uma gama de incentivos fiscais que fornecem de forma diferenciada as margens de lucro dos capitais envolvidos na agricultura. Sobressaem, em especial, as deduções do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas para aplicações nos Fundos de Incentivos Setoriais (FISSET), relativamente à pesca e ao reflorestamento, e os incentivos fiscais e creditícios às empresas engajadas na exportação de produtos agroindustriais. Ademais, os fundos fiscais regionais (Nordeste e Amazônia) também propiciam financiamentos favorecidos aos projetos empresariais na agricultura. Essa bateria de incentivos, conjugada à ação direta do Estado no gasto público em infraestrutura geral (estradas, eletrificação e comunicações) potencia a obtenção de vantagens especiais aos capitais que logram integrar-se no tipo de empreendimento que está sendo patrocinado pela política fiscal e financeira.

Na esfera *produtiva* o Estado não exerce diretamente nenhum papel de destaque, quando se considera isoladamente o setor agrícola. Considerando-se, entretanto, o C.A.I., o papel produtivo das empresas estatais é relevante, principalmente nos ramos de fertilizantes e defensivos químicos, onde a PETROBRÁS e a Companhia Vale do Rio Doce participam em grande número de empresas*.

Ademais, é importante ressaltar que os sistemas EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) patrocinam todo o esforço de geração, adaptação e difusão da tecnologia moderna, cuja produção em escala comercial passa, em última instância, pelo Complexo Agroindustrial.

Finalmente, cumpre dizer algo sobre a esfera *previdenciária* da mediação estatal, que parece ser não somente a mais frágil de todas, como também a que absorve com maior virulência os reflexos contraditórios do projeto de modernização conservadora. A instituição estatal encarregada dos serviços de previdência social e assis-

* A participação de estatais, multinacionais e empresas privadas nacionais no complexo mineral e químico da indústria de fertilizantes é mostrada em dados na Tabela 14.

tência médica rural - o FUNRURAL - somente se constituiu em 1971 e em 1983 integrou-se ao sistema INPS-INAMPS, percebendo ainda benefícios parciais do sistema. Desde sua constituição até o presente, a máquina estatal tem sido crescentemente pressionada por uma massa em elevação de subempregados e desempregados rurais e rurais-urbanos, cuja tendência é crescer ainda mais, como reflexo da atual crise econômica e social. Esse crescimento da marginalização de pequenos produtores e trabalhadores rurais está associado a dois movimentos profundos no desenvolvimento recente da economia brasileira. Por um lado, uma intensa penetração do capitalismo no campo, com o caudal de destruição de ocupações dos pequenos produtores e trabalhadores rurais (veja-se, por exemplo, na Tabela 1, a evolução do Pessoal Ocupado na agricultura entre 1970/80), fator cada vez mais evidente de provocation das migrações rurais-rurais ou rurais-urbanas. Ademais, as precárias condições de vida e de trabalho dessa população, possibilitam alta vulnerabilidade para contrair enfermidades. Essa torna-se clientela crônica dos aparatos de assistência médica e programas de suplementação nutricional do Estado.

Por outro lado, a desaceleração do crescimento do emprego não agrícola a partir de 1974, e a queda absoluta na absorção da mão-de-obra industrial a partir de 1981, colocam problemas muito graves para o Estado-previdência. Certamente o crescimento da marginalização rural e urbana é o problema mais grave enfrentado pela sociedade brasileira nestes primeiros anos da década. Sua adequada solução não é passível de ser enfrentada apenas pelos aparatos do Estado-previdência, que, de resto, vêm-se cada vez mais enfraquecidos com as pressões delineadas. Requer-se uma profunda reorientação do estilo de desenvolvimento, sem o que as tendências marginalizadoras tenderão a se agravar a médio prazo.

Finalmente, deve-se ressaltar que a paulatina inserção do Estado como regulador principal das relações sociais e da reprodução do capital na agricultura opera-se de maneira crítica em todas as esferas onde ocorre tal regulação, e não apenas no nível previdenciário-assistencial.

A continuada presença do Estado nas diferentes esferas que mencionei, regulando em última instância as margens de lucro para os

diversos grupos componentes do Complexo Agroindustrial, provoca o surgimento de novas contradições intercapitalistas, acentuadas ainda mais no contexto de crise econômica e financeira geral, como a que ora vivemos. Tais contradições acentuadas, levam a uma certa ruptura política do *bloco do poder* (o Estado em sentido amplo, segundo Gramsci*). No interior desse processo opera-se a desorganização do chamado interesse político hegemônico, coordenado pela classe capitalista. Surge dessa tensão aquilo que Poulantzas** denomina como condensação de contradições de classe ou crise de Estado.

No âmago dessa crise entrariam múltiplas contradições de interesse entre capital monopólico e não monopólico no seio do C.A.I., burocracias estatais autonomizadas, interesses contrapostos de produtores modernizados (incluindo pequenos produtores modernos) e capitais industriais e bancários. Esses fortes conflitos intracapitalistas, entrelaçados por dentro das próprias agências estatais, configuram uma típica ruptura de um pacto social, razoavelmente bem sucedido no plano econômico até final dos anos 70, que é o chamado processo de modernização conservadora.

Antes de se analisar a crise e suas conseqüências, é importante que se desenvolva a trajetória da estratégia de modernização conservadora por dentro da política governamental. Só assim o entendimento da crise atual e as tentativas internas de gestação de saídas econômico-financeiras poderão mais claramente ser desvendadas. Este é, principalmente, o propósito dos próximos capítulos (2 e 3), que tratam de resgatar, do conjunto da política econômica e financeira para o complexo de atividades rurais e conexas, o sentido e a direção principais dessa política, enquanto projeto maior de regulação pelo Estado de uma estratégia capitalista para a agricultura.

* Uso o conceito de estado em sentido amplo; abrangendo sociedade política e sociedade civil na conotação de hegemonia ou de consenso organizado das classes dominantes que é próprio da teoria política de Gramsci. Para uma interessante discussão da teoria ampliada do estado em Gramsci ver Carlos Nelson Coutinho "Gramsci", Porto Alegre, L&PM, 1981, pp. 87/97.

**Nicos Poulantzas "O Estado, O Poder, O Socialismo", Rio de Janeiro, Graal, 1980. As relações entre crise econômica e crise de Estado que aqui utilizo fundamentam-se na explicação de Poulantzas neste livro e ainda, no ensaio Nicos Poulantzas et alli "La Crisis del Estado", Barcelona, Gráficas Alfonso C. Candi, 1977.

Capítulo 2

Estilo de Crescimento Global e Estratégia Agrícola

Introdução

Situar a estratégia de crescimento agropecuário referenciando-a ao estilo de desenvolvimento recente da economia brasileira envolve a consideração da questão do desenvolvimento em dois níveis de análise. Em primeiro lugar, há que situar a trajetória e o "modelo" recente de crescimento industrial, que de resto capitaneia todo o processo de transformação econômica. Em segundo lugar, deve-se buscar na formulação e execução das políticas públicas de corte econômico-financeiro o lugar privilegiado de definição de uma estratégia geral para acumulação de capital. Essa escolha leva, implicitamente, ao reconhecimento daquilo que já identifiquei de forma geral na seção anterior: o caráter necessário da regulação estatal para efeito de mediar a reprodução do capital e do conjunto de relações sócio-econômicas que se estabelecem na produção capitalista. Esta mediação, que de resto caracteriza a atual etapa de desenvolvimento capitalista na economia em geral, aparece de forma específica aqui, e no próximo capítulo, a partir da análise da política econômica para agricultura.

Isto posto, fica admitido que essa esfera das políticas econômico-financeiras é espaço fundamental para efeito de administração da luta concorrencial entre capitais privados e é, ainda, imprescindível à sustentação das condições de desenvolvimento capitalista, ou seja, à acumulação do capital em geral.

Fica ainda caracterizado, nessa análise da política econômica, o papel especial que ocupa a administração das margens de lucro para distintos capitais individuais e a forma discriminatória de como a política agrícola favorece ou exclui diferentes frações dos capitais engajados na produção rural.

1 - O Marco Geral do Desenvolvimento Econômico

O processo de desenvolvimento econômico que experimenta a sociedade brasileira ao longo das últimas três décadas, com ênfase nos anos 70, é certamente a fase histórica de maior densidade e velocidade de penetração das formas avançadas de desenvolvimento capitalista em praticamente todas as esferas da vida social.

Durante o primeiro ciclo industrial completo para o qual se dispõe de informações mais confiáveis - de 1956/62 (período ascendente) a 1963/67 (período de declínio e recuperação) - o setor agrícola cresce de forma descontínua e problemática. Se, por um lado, a taxa de crescimento da oferta interna de produtos agrícolas aumentou à razão de 4,6% a.a. no período de 1947 a 1961, o desempenho do setor agrícola a partir de 1962 até 1967 é precário. As taxas de crescimento do PIB real do setor agrícola estão aquém do crescimento populacional*. Manifestam-se aí pressões inflacionárias originadas da produção agrícola, observando-se crescimento do Índice de Preços por Atacado de Produtos Agrícolas acima do Índice Geral de Preços, ao longo de todo período 1960/65**.

As crises de abastecimento aparecem com certa frequência, com a escassez aguda de bens de consumo de massa, queda na produção interna de determinados produtos e, ainda, grande aperto na capacidade para importar. Essa restrição cambial limita grandemente o recurso à importação de bens de consumo agrícola, como forma de atenuar os efeitos internos do abastecimento. Apenas a importação do trigo escapa a essas restrições, em razão de acordos de governo a governo que garantam seu fornecimento em volume alto, comparado ao valor das importações agrícolas do período.

Montado um setor de bens de capital e insumos básicos (ver dados da Tabela 7) - como resultado, em parte, de uma política explícita do Estado no Pós-II Guerra, e da combinação dessa pré-condição com o movimento de internacionalização do capital produtivo, capitaneado pelas empresas multinacionais - o sistema econômico vai adquirindo graus crescentes de complexidade e integração com a economia mundial.

* Ver dados da Tabela 7.

** Sobre dados citados de índice de preços ver em Guilherme Costa Delgado op. cit. p. 19.

Superada a pequena recessão industrial dos anos 1963/1965 (ver dados de investimento industrial da Tabela 4), reinstitucionalizada a sociedade política em moldes autoritários, o Estado organiza estruturas políticas que visam a modernizar o sistema financeiro e a sua própria máquina fiscal.

No final dos anos 60, a combinação de um conjunto de circunstâncias favoráveis - "boom" de produtos agrícolas, capacidade ociosa na indústria, expectativas positivas para os investimentos internos e externos e, ainda, uma política do Estado ostensivamente "desenvolvimentista" a partir de 1967 - propiciaram o desempenho de um novo ciclo expansivo industrial, ainda mais vigoroso que aquele experimentado durante o Plano de Metas (1956-1960).

O carro-chefe desse novo surto expansivo - a demanda por bens de consumo duráveis* - define um perfil de produção industrial cuja dinâmica de acumulação parece provir da demanda de bens duráveis, transmitindo-se daí para o Departamento Produtor de Bens de Capital e, dele, para o setor produtor de bens-salário. Os dados da Tabela 4 parecem corroborar essa tese.

As elevadas taxas de crescimento da produção de bens de consumo duráveis no período 1967/73, expandindo-se sempre à frente dos demais componentes da produção industrial (ver Tabela 7), parecem ter exaurido as suas potencialidades de auge no final de 1973. A discussão sobre quais os fatores que determinaram a inflexão cíclica é ainda controvertida e não pretendo entrar nela aqui**. Entretanto, é importante ressaltar que, não obstante a desaceleração do crescimento, as políticas governamentais postas em prática a partir de 1974, sob a égide do II PND, propiciam uma sobrevida ao ciclo expansivo iniciado em 1967, até pelo menos final de 1976. O vigoroso aporte de investimentos das empresas estatais e de economia mista nos ramos de bens de capital - eletricidade, mineração, transporte ferroviário e

* Para uma análise do processo de industrialização recente da economia brasileira ver Maria da Conceição Tavares, "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", Rio de Janeiro, Faculdade de Economia e Administração, UFRJ, cap. 3 (Tese de Livre Docência) - 1976 - mimeografado.

** Maria da Conceição Tavares "Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira", Rio de Janeiro, UFRJ, cap. 3 (Tese de Professor Titular) - 1978 - mimeografado.

química pesada - dá um dinamismo maior ao setor de bens de produção, que passa a crescer à frente da produção de duráveis a partir de 1973*.

Tabela 7 - Dados Macroeconômicos Básicos: Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual

Períodos	Produto			Produção Industrial				Investimentos	
	PIB	Agr.	Ind.	BCD	BCND	BK	BI	Total	Gov.
1955/62	7,1	4,5	9,8	23,9	6,6	26,4	12,1	7,5	9,7
1962/67	3,2	1,7	2,6	4,1	0,0	2,6	5,9	2,7	4,7
1967/73	11,2	4,7	12,7	23,6	9,4	18,1	13,5	14,1	7,7
1967/70	10,0	3,1	11,9	21,7	9,8	13,5	13,7	12,9	5,1
1970/73	12,4	6,3	13,5	25,5	9,1	22,7	13,2	15,4	10,4
1973/80	7,1	5,2	7,6	9,3	4,4	7,4	8,3	7,3	9,2
1973/76	8,3	5,4	9,1	10,3	4,8	13,0	8,7	12,7	13,1
1976/80	6,2	5,0	6,4	8,6	4,1	3,4	8,0	3,5	8,5

FONTE: José Serra "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", Revista de Economia Política, vol. 2, nº 6, 1982, p. 7.

Obs. : BCD - Bens de Consumo Duráveis
 BCND - Bens de Consumo não Duráveis
 BK - Bens de Capital
 BI - Bens Intermediários

Por seu turno, a reforma fiscal e financeira que o Estado promoveu a partir de 1964 criou as bases institucionais para suportar o novo padrão de desenvolvimento industrial, em grande evidência a partir de 1967.

* Uma importante análise da expansão industrial recente e dos fatores críticos que emergem na segunda metade dos anos 70 é feita nos trabalhos que cito a seguir:

Em linhas muito gerais, consideradas as novas formas de financiamento dos setores público e privado e as demandas de recursos de curto e de longo prazo, o perfil do novo sistema financeiro é sinteticamente desenhado na citação que recolho da Professora Maria da Conceição Tavares*.

"No que se refere ao financiamento corrente dos setores privados e público, conseguiu-se uma expansão considerável da liquidez, razoavelmente separada de sua fonte originária de expansão primária dos meios de pagamento. Essa expansão se obteve, sobretudo, graças ao desenvolvimento de esquemas de endividamento extrabancários e mediante a captação e circulação intersetorial de excedentes, através da emissão de títulos de dívidas públicas e privada, com correção monetária".

"No que se refere ao financiamento do consumo, promoveu-se uma ampliação e diversificação do consumo de bens duráveis das camadas médias urbanas, que serviu de base à recuperação e expansão de uma série de setores produtivos novos ou modernizados na indústria, comércio e serviços".

"Em contrapartida, o financiamento de longo prazo a investimentos em setores e áreas prioritárias continuou dependendo, basicamente, de fundos especiais, estrangeiros ou públicos, ligados às agências de desenvolvimento nacionais ou regionais, embora com a criação de novos instrumentos de financiamento e a proliferação de fundos públicos designados a fins específicos".

Além do Sistema Nacional de Crédito Rural, cujo papel na dinamização do C.A.I. já indiquei e voltarei a tratar mais adiante, merece ainda destaque um outro subsistema financeiro que tem papel peculiar no desenvolvimento industrial recente. Trata-se da constituição do Sistema Financeiro da Habitação, alimentado, basicamente, pela captação de recursos compulsórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e pelos depósitos voluntários das "Cadernetas de Pou-

* Maria da Conceição Tavares, "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente" in "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro". Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 213/4.

pança", ambos sujeitos à correção monetária. Tais recursos, canalizados para endividamento das famílias, mediante financiamentos de longo prazo, dinamizaram a demanda habitacional e a produção industrial voltada para a construção civil.

Retomando a observação de que houve em 1974 novo impulso de crescimento industrial, numa conjuntura que indica um aparente esgotamento de novas oportunidades de investimentos, deve-se atentar para as condições especiais do mercado financeiro internacional.

É crucial, para viabilizar esta sobrevida do auge expansivo a partir de 1974, o já observado papel diretor do Estado, mas o elemento exógeno que possibilita tal expansão é dado pelas condições externas de financiamento bastante favoráveis, propiciadas pela oferta de recursos a baixo custo no mercado financeiro de euro-divisas.

As condições favoráveis no mercado interno começam a se reverter já em 1976, sob pressão dos "déficits" do Balanço de Pagamentos e das mudanças de prioridade na política interna. A corrente mais ortodoxa de controle monetário começa a se fazer mais influente a partir de meados de 1976*, levando o governo a revisar em grande parte as metas ambiciosas do II PND. Por sua vez, a partir de 1979 as taxas de juros do mercado internacional começam a se elevar de maneira vertiginosa, tornando crescentemente difícil a captação de novos recursos para investimentos produtivos. Por seu turno, o ano de 1979 surge com o segundo choque dos preços de petróleo, deteriorando de maneira crescente a situação das contas externas do Brasil. O serviço da dívida, onerado principalmente pelas altas taxas de juros, passa a comandar toda a política econômica, que desde então se debate numa crise infundável para "rolar a dívida". A culminância desse processo de perda de autonomia na política econômica interna é o pedido de empréstimos compensatórios ao FMI, no final de 1982, e todas as conseqüências contencionistas que tal recurso implica. Tais ventos recessivos, é necessário que se reconheça, já vinham influenciando a política econômica governamental desde o início de 1981, ano em que pela primeira vez, desde 1930, o Brasil apresentava crescimento negativo no seu Produto Interno Bruto e ainda mais acentuado no seu Produto Nacio

* Para uma análise da política econômica do período 1974-80 ver Lucia no Coutinho "Inflexões e Crise da Política Econômica - 1974-80", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 1, nº 1, jan-março de 1981, pp. 77/100.

nal Bruto. A trajetória recessiva, mantida em 1982, e aprofundada em 1983, conduz a economia a um nível de desemprego tão grave que as conseqüências sociais tornam-se insuportáveis, ainda mais quando o Estado mergulha numa completa paralisia política.

2 - Articulação de uma Estratégia de Crescimento Rural

As políticas econômicas elaboradas e executadas no período de 1965/82, e bem assim os Planos Nacionais de Desenvolvimento que orientam a ação governamental, revelam um conjunto de evidências, tais que, sistematicamente relacionadas, conduziriam à identificação de uma estratégia de desenvolvimento agropecuário. Prefiro trilhar a senda das políticas econômicas executadas, haja visto que é basicamente por essa via que se tem adotado, no Brasil, as prioridades e objetivos governamentais. O sistema de planejamento, mormente no que diz respeito à agricultura, fica normalmente subordinado à execução dos chamados instrumentos de política econômica de curto prazo. De qualquer forma, há uma certa convergência entre os objetivos gerais dos PNDs em seus capítulos declaratórios sobre estratégia agropecuária e a execução direta da política econômica.

Ressalte-se, por outro lado, que a partir de 1979/80 inicia-se uma mudança de estratégia do crescimento agrícola, com orientação ainda indefinida, mas revelando sinais de uma nova onda de centralização do capital, sob a égide de novos protagonistas do setor financeiro, cuja análise me proponho iniciar na seção 3 deste capítulo e ainda na seção 1 do Capítulo 4.

Ainda que subordinadas aos ditames das políticas econômicas de curto prazo, as experiências de planificação agrícola não estão de todo ausentes na estratégia agrícola do período analisado.

Vários esforços de institucionalização do planejamento agrícola chegaram a definir, a partir de 1974, um Sistema Nacional de Planejamento Agrícola. Essa experiência, que é desorganizada a partir de 1979, no governo Figueiredo, mantém-se, entretanto, em ope

ração parcial no que se refere a algumas concepções de planejamento, destacando-se particularmente a continuidade dos programas de desenvolvimento rural integrado, contida nos "Polos" de desenvolvimento rural, de que falarei mais adiante.

O espaço regional, e, bem assim, uma gama de fatores sócio-econômicos, integram elementos diferenciadores da estrutura de produção rural no Brasil, conferindo-lhe um perfil grandemente heterogêneo. Essas diferenças materiais, nem sempre fáceis de serem integradas analiticamente, representam, muitas vezes, um desafio à explicação dos distintos processos de mudança e adaptação do setor rural às estratégias capitalistas gerais para a economia.

Penso que a lógica interna da política governamental e a participação dos seus diferentes protagonistas se definem, em certa medida, pelos interesses específicos e alianças sociais que os diferentes grupos sociais estabelecem entre si e a nível do pacto mais geral com o Estado. Essas alianças contribuem para definir o próprio conteúdo das políticas públicas, fato que requer a identificação dos agentes e interesses envolvidos.

É importante, por outro lado, traçar um perfil da diversidade estrutural do que constitui o setor agrícola no Brasil. Somente assim fará sentido uma certa lógica interna na política oficial e a participação dos seus principais protagonistas.

Partindo esquematicamente de um corte histórico na composição atual do setor agrícola brasileiro, estabelece-se algumas caracterizações que descrevem a diversidade dos segmentos do setor rural brasileiro.

O Quadro A apresenta de forma esquemática algumas características diferenciadoras de três segmentos do setor agrícola. Esse pano de fundo inicial, embora ainda colocado somente de forma descritiva, é um ponto de partida que antecipa o caráter heterogêneo ao invés de uniforme do setor agrícola. As denominações de "subsetor moderno", "subsetor arcaico" e "subsetor de fronteira agrícola", com seus respectivos elementos descritivos, tentam resgatar estaticamente o conjunto de processos sócio-econômicos que constituem e se reproduzem no meio rural brasileiro.

Quadro A - Caracterização e Diferenciação da Produção Rural
no Brasil

Características Diferenciadoras	Subsetor "Moderno"	Subsetor "Arcaico"	Subsetor "Frenteira Agrícola"
1. Localização Regional Predominante	Sul e Sudeste	Nordeste	Norte e Centro-Oeste
2. Estrutura Fundiária	Concentrada: Grande Empresa x Pequena Propriedade	Concentrada: Grande Propriedade x Pequena Exploração	Concentrada: Grande Propriedade x Pequena Posse
3. Tecnologia	Moderna e adaptada ao padrão induzido pela indústria	Tradicional, baseada no uso primitivo da terra e da mão-de-obra	Variável conforme tamanho e natureza da exploração
4. Capitalização	Elevada, tanto por trabalhador quanto por unidade de área	Baixa, tanto por trabalhador quanto por unidade de área	Baixa por unidade de área; variável por trabalhador
5. Mão-de-Obra	Predomínio de assalariados, com baixa utilização por unidade de área e de produto	Semi-assalariados, sujeito a diversas formas de dependência. Alta utilização por unidade de produto	Semi-assalariados e assalariados, com baixa utilização por unidade de área e de produto
6. Grau de integração técnica com a indústria a montante e a jusante	Alto e generalizado	Baixo e generalizado	Variável
7. Grau de acesso às políticas agrícolas	Elevado para os estabelecimentos maiores e restrito à pequena propriedade	Acesso exclusivo à grande propriedade e praticamente vedado à pequena exploração	Prioritário à grande propriedade
8. Organização da empresa	Formas individuais e em sociedade, com crescente integração de capitais	Individual	Individual e em sociedade com crescente integração de capitais

Obs.: Os conceitos de "Grande Empresa" e "Grande Propriedade" estão referidos, a grosso modo, às definições de "empresa rural", em primeiro lugar e "latifúndio por exploração" ou "latifúndio por dimensão" no segundo caso. Estes conceitos estão definidos no "Estatuto da Terra" e são estatisticamente levantados nas Estatísticas Cadastrais do INCRA.

A diferenciação estrutural da agricultura brasileira, que estaticamente tentei descrever no Quadro A, dá conta do caráter não homogêneo do setor agrícola, fenômeno historicamente analisado por vários autores no Brasil, destacando-se em especial a contribuição de Caio Prado Júnior em diversas partes de sua obra*.

Tendo em conta essa diversidade estrutural, a estratégia agropecuária articulada a partir de meados da década dos sessenta contém, simultaneamente, certos fatores de modernização e conservadorismo que se enunciam na caracterização dos subsetores "moderno" e "arcaico". Essa estrutura ao mesmo tempo arcaica e moderna está sendo transformada por um movimento que lhe é interior - o impulso a acumulação capitalista na agricultura - mas que ao mesmo tempo passa por uma mediação necessária da esfera estatal de regulação econômica. A reprodução dessa estrutura manifesta a síntese contraditória dos seus elementos constitutivos e se mostra de maneira mais crua e violenta nas suas "frentes de expansão", genericamente aqui caracterizadas pelo subsetor "fronteira agrícola".

Alguns estudiosos da realidade agrícola e agrária da economia brasileira enfatizam o conceito de hegemonia do subsetor moderno, mediado pelo Estado, e sua tendência a *generalizar e homogeneizar*, como política, o processo de modernização para a economia como um todo. Exemplo maior dessa corrente de pensamento é a tese do Prof. Geraldo Muller sobre o Complexo Agroindustrial Brasileiro**.

O tratamento analítico do processo de modernização agropecuária elude muito frequentemente os aspectos contraditórios e profundamente heterogêneos que o caracterizam no conjunto da atividade agrícola do País. A meu ver, não apenas a tendência à modernização generalizada a que se refere Geraldo Muller - mas ainda outros autores, seguindo perspectivas teóricas distintas - deixam passar ao largo os elementos conservadores desse processo. Outro exemplo de análise com ênfase no processo de modernização e que ao mesmo tempo omite ou desconsidera o lado conservador da modernização é o tratamento dado à questão pelo Prof. José Roberto M. de Barros:

* Ver em especial Caio Prado Jr. "Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil", in "A Questão Agrária", São Paulo, Brasiliense, 1979.

** Geraldo Muller, op. cit. p. 110.

"A estratégia brasileira de modernização da agricultura baseou-se em quatro pontos principais: maior abertura ao comércio internacional, uma dramática expansão dos programas de crédito subsidiado, elevação dos gastos em extensão rural e um especial tratamento ao setor de insumos (tratores, fertilizantes, inseticidas e herbicidas) (grifo meu).*

Quanto aos dois autores citados, que de resto são bastante representativos do pensamento econômico sobre o processo de modernização, cumpre, a meu ver, recolocar o papel da mediação estatal, e em particular, de sua esfera financeira. Parece-me relevante enfatizar que ao lado dos processos modernizantes, patrocinados pelo Estado para a chamada agricultura capitalista, há também uma organização de interesses oligárquicos rurais, não necessariamente modernizantes, mas que dão uma base política de sustentação ao projeto de modernização conservadora. Assim o entendemos, por exemplo, a generosa assistência fiscal e financeira à grande propriedade e ao capital comercial, principalmente nas regiões Nordeste e na "Fronteira Agrícola", ainda que tal apoio financeiro não esteja necessariamente articulado à mudança na base técnica de produção rural. Nesses casos, grandemente associados à distribuição do crédito de comercialização rural no Nordeste e aos projetos agropecuários na Amazônia e Centro-Oeste, a articulação financeira com a indústria a montante e a jusante é muito fraca ou inexistente. Nesse sentido, a mediação estatal não conduz a uma lógica compulsiva no sentido de generalizar a modernização. Ao contrário, há uma aliança de matizes claramente políticos, onde o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se à política financeira e fiscal do Estado, sem que necessariamente realize a reprodução do capital passando pelo aprofundamento de relações interindustriais do C.A.I.. Ainda é pelo monopólio das grandes propriedades territoriais nessas regiões que se dá a reprodução do capital, com todas as relações peculiares de processo de produção e processo de valorização do capital vinculadas a esse monopólio.

Foge ao escopo específico desta tese explicar as alianças

* José Roberto Mendonça de Barros, "Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil". Águas de São Pedro, São Paulo, ANPEC (10º Encontro Nacional de Economia), p. 189.

políticas que se estabelecem ao nível do Estado, para viabilizar a política agrária de conotação nitidamente modernizante. É, contudo, equivocado supor que os grupos de grandes proprietários rurais, atrasados do ponto de vista tecnológico, estejam excluídos das benesses distribuídas pelo Estado, ao longo de pelo menos uma década de benefícios financeiros generosos.

Ressalte-se que a heterogeneidade técnica e a diferenciação social, que estão na base do processo de modernização são endógenas ao próprio processo. Neste sentido, é importante não apenas indicar empiricamente as estatísticas de desigualdade e concentração, que vêm junto com o progresso técnico, mas ainda os diferentes grupos que estão sendo discriminariamente absorvidos ou rejeitados no curso da transformação econômica. Para proceder esta explicação é necessário, por sua vez, construir teoricamente a ligação entre a política do estudo e a estratégia do capital financeiro na agricultura. Em razão dessa necessária explicitação teórica, reservo-me a um segundo momento analítico a retomada desse tema, quando então examino questões da heterogeneidade à luz da associação e exclusão dos produtores rurais da estratégia de crescimento do grande capital na agricultura (ver Cap. 5 - "Formas de Integração de Capitais na Agricultura Brasileira").

3 - Políticas Econômicas Gerais e Estratégia de Crescimento Agrícola

Parece-me que existem duas fases históricas bem delineadas no que diz respeito à compreensão que se tem do setor agrícola como tal no processo de desenvolvimento econômico do pós-guerra. O divisor de águas desses dois períodos é precisamente os meados da década de 60, quando se inicia a atual etapa de desenvolvimento rural que estou analisando.

No primeiro período, marcado por uma política explícita de industrialização, o setor agrícola é visto prioritariamente como uma fonte de transferência de recursos para esse projeto de industrialização que, desde 1930 e, principalmente, a partir do pós-guerra, é assumido pelo Estado. A viabilidade dessa *estratégia de transferên-*

cia se apóia, de um lado, na possibilidade do Estado brasileiro entrar no mercado mundial como formador de preço de um produto básico do comércio internacional - o café -, desfrutando ainda de condições de demanda externa muito favoráveis no imediato pós-guerra (1947/54). Essas condições são mantidas por diversas circunstâncias climáticas e decisões políticas (controle de oferta pelo IBC) até, pelo menos, 1961. Ademais, a incorporação de novas e extremamente férteis terras do noroeste do Paraná, na década dos 50, nas vizinhanças geográficas do oeste paulista e do velho norte paranaense, possibilitam a incorporação econômica dessa nova frente de expansão ao comércio mundial, a custos infra-estruturais relativamente baixos. Esse conjunto de fatores reais muito favoráveis viabiliza que a maciça transferência de renda rural-urbana, processada por diversos mecanismos que tentarei mostrar mais adiante, ocorra pelo lado da política econômica, sem descapitalizar gravemente o setor agrícola.

A partir de meados da década dos sessenta, a mudança paulatina do conjunto de circunstâncias favoráveis acima enunciadas - mudança esta até mesmo decorrente da política anterior, como é o caso da superprodução do café do início dos anos sessenta - engendra condições para modificar a estratégia de transferência de recursos. Comentando esse novo período, que então se inicia, Mendonça de Barros assim o interpreta:

"... a redução da participação da agricultura na renda global (situando-se no presente em torno de 12 a 15%), alterou radicalmente o foco da política macroeconômica em relação a agricultura, A Agricultura deixa de ser um problema de crescimento para ser de estabilidade. Dada a importância do setor primário na formação de um preço básico do sistema, o salário (via custo de alimentação e vestuário), e na geração de divisas, pode-se observar com muita nitidez que para aí se desloca o interesse da política agregada, definindo um padrão de desempenho (esperado) do setor primário"*.

* José R. Mendonça de Barros, op. cit. p. 187.

A meu ver, a mudança que Mendonça de Barros identifica como da estratégia que denomino de transferência, para a estratégia da estabilidade, deixa implícita, ainda, uma transformação na própria noção de setor agrícola. Creio que, se formos adiante na análise, perceberemos que, nos dois momentos históricos analisados, o papel do setor agrícola estará se definindo a partir das necessidades do desenvolvimento industrial e urbano. Num primeiro momento, enfatiza-se a transferência do excedente econômico para financiar um surto industrial, que acabará, num segundo momento, por exigir uma integração das relações intersetoriais. Esse segundo momento, mais além de perseguir objetivos estritos de estabilidade de preços, salários e equilíbrio cambial, incorporará certamente novas demandas por integração interindustrial e internacional do setor agrícola, como já indiquei nas seções precedentes.

Observe-se que a própria mudança de papéis da agricultura no desenvolvimento econômico, modifica sua identidade setorial, fazendo emergir a nova categoria do Complexo Agroindustrial Rural*.

O desenho da estratégia de crescimento agropecuário do período recente e sua comparação com as linhas gerais do período anterior torna-se inteligível a partir da formulação do conjunto de diretrizes de política econômica.

Os dois momentos históricos mencionados revelam diferenças também importantes na forma como o Estado instrumentaliza, por intermédio de sua política econômica, as estratégias específicas com relação ao setor agrícola. No primeiro caso, o da transferência, o carro-chefe da política econômica é a política cambial. No segundo caso - que ao invés de estratégia de estabilidade prefiro denominar de modernização conservadora - os aparatos monetário-financeiros de favorecimento à mudança na base técnica de produção rural sobressaem como eixo da política agrícola. Nesta seção e no Capítulo 3 pretendo examinar de forma detida esse conjunto de mecanismos da política econômica para a agricultura, perseguindo o sentido estratégico de sua formulação e operação.

* Para uma conceituação do complexo agroindustrial envolvendo diversas ligações intersetoriais ver: Tamas Szmreczanyi "O Desenvolvimento da Produção Agropecuária - 1930-70", vol. 1, Campinas, mimeo. 1981, pp. 6/10.

3.1 - Política Econômica Externa

A política de sobrevalorização cambial é adotada com maior ênfase no período 1946 a 1957, por intermédio do regime de licenças de importação a câmbio fixo. O grau de sobrevalorização cambial é extremamente elevado no período, uma vez que o Brasil desde 1938 mantinha uma taxa de câmbio em torno de 18 a 19 cruzeiros (cruzeiros antigos) por dólar. Como assinala Pedro Malan:

*"Do ponto de vista da política cambial, portanto, a característica realmente marcante da década e meia que se estende de 1938 a 1952 constitui na manutenção de uma taxa de câmbio praticamente fixa, em torno de Cr\$ 18-19 por dólar norte-americano, enquanto os preços internos quase quintuplicaram no período, crescendo a uma taxa anual de 11,9%".**

Com pequenas alterações na relação cambial no período 1953 a 1957, mas sem alterar em sua substância o caráter marcadamente sobrevalorizado do cruzeiro, empreende-se pelo regime de taxas múltiplas de câmbio, que se instaura a partir de 1953, a política explícita de transferência das cambiais da exportação agrícola (com preponderância de mais de 70% do café) para importação de insumos e bens de capital e outros produtos definidos como essenciais, e portanto beneficiados pelas licenças de câmbio favorecido.

Esse sistema de taxa de câmbio sobrevalorizada conviveu - sob diversas nuances, até 1961 (até a resolução no 204/61 da Sumoc) - com taxas múltiplas de câmbio. Essas permitiam a manipulação dos excedentes cambiais em cruzeiros, sob a forma de um fundo de "Ágios e Bonificações", oriundo da venda das cambiais dos exportadores em vários regimes de diferenciação da taxa cambial. Essa receita de ágios e bonificações é usada até 1961 como importante fonte de financiamento dos empréstimos rurais. Como mostra Dércio Garcia Munhoz**, o saldo líquido da conta de ágios e bonificações excede o valor dos empréstimos rurais em todos os anos de 1954 a 1961. Conquanto este saldo monetário possa ter sido utilizado em outras aplicações financeiras

* Pedro S. Malan, et alli "Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil" (1939-54), Rio de Janeiro, IPEA-INPS, 1980, p.159.

**Dércio Garcia Munhoz "Economia Agrícola - Agricultura - Uma Defesa dos Subsídios", Petrópolis, Vozes, 1982, pp. 22/25.

ras, Dêrcio Munhoz indica que é preponderante a sua canalização para o crédito rural, até que, com a revisão da política cambial e a mudança do sistema de sobrevalorização e diferenciação das taxas cambiais em 1961, exaure-se sua potencialidade de alimentar de forma não inflacionária a expansão do crédito.

Sem que se abandone a sistemática de sobrevalorização cambial, utiliza-se com maior freqüência, a partir de 1957, a proteção tarifária como forma de incentivo à "indústria nascente". Essa proteção reduziu-se um pouco a partir de 1967*, com a nova legislação sobre tarifas, mas ainda é elevada até o presente.

Observe-se que a inflexão, a partir de 1961, na política de transferência de recursos do setor exportador (preponderantemente do setor cafeeiro) para o conjunto da economia, ocorre simultaneamente à crise da nova política valorizacionista do pós-guerra, que aí então estanca suas potencialidades de geração de excedentes.

Os anos subsequentes, até 1966, revelam-se críticos para a estratégia de transferência, haja vista que as exportações agrícolas ficam estagnadas, a capacidade para importar é apertada e ainda não haviam se apresentado as condições que propiciaram a formulação de uma nova estratégia agrária. Os novos passos de política agrícola começam a ser ensaiados a partir de 1965, com mudanças substanciais na política externa e na política monetária, que passo a examinar.

A partir de 1965 três inovações são introduzidas no sistema de incentivos da política econômica e da política monetária, sendo que tais mudanças vieram a se constituir em peças-chaves do novo arranjo de medidas para a agropecuária:

- . instituiu-se um sistema peculiar de subsídios creditícios à modernização agropecuária e uma forma particular de financiamento desse sistema - institucionalização e operação do Sistema Nacional de Crédito rural entre 1965/67;

* Para uma análise da política aduaneira do período ver Joel Bergsman "Industrialization and Trade Policies", Amsterdam, North Holland Publishing, 1970.

- . adotaram-se medidas de subsídio às exportações, sob a forma de isenções, créditos fiscais e taxas de juros favorecidas (Dec. Lei nº 491/69 e vasta legislação de decretos e portarias subsequentes);
- . abandonou-se o regime da taxa de câmbio fixa, sujeita a grandes desvalorizações a prazos largos, adotando-se, em seu lugar, o sistema de minidesvalorização (1968). A desvalorização cambial é relativamente mais rápida e estável nesse sistema que em todos os regimes anteriores.

A nova política cambial pós 68, combinada com os incentivos fiscais e financeiros à exportação de manufaturados e produtos da agroindústria, modifica sensivelmente a estratégia expropriatória dos anos 50. Essa nova política não afetará uniformemente todos os grupos de produtores engajados direta ou indiretamente na exportação. Ao contrário, tenderá a discriminar, pela generosa provisão de crédito à exportação e incentivos fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias e Imposto de Produtos Industrializados, os setores empresariais da indústria a jusante da agricultura.

Os fluxos de recursos que se dirigem ao crédito subsidiado aos exportadores são, em geral, da mesma origem dos recursos, também subsidiados, que se dirigem ao financiamento do crédito rural. A forma de articulação de uma política monetária específica, com vistas a viabilizar, simultaneamente, exportações agroindustriais e modernização agropecuária, é uma nova e importante estratégia que se vai definindo no final dos anos 60, e que se mantém com relativo êxito até final dos anos 70. Essa peculiar articulação da política monetária merece uma explicação mais detida, pelo seu caráter central na política agrícola pós-65.

3.2 - Política Monetária

Ainda que não se disponha de desagregações setoriais no orçamento monetário, há algumas evidências indiretas de como se logrou financiar as aplicações de crédito rural a nível macroeconômico.

Tendo o sistema de crédito rural operado desde a sua constituição, em 1965*, com taxas de juros reais negativas, a captação dos seus recursos ficou dependendo basicamente de provisão e regulamentação pelas autoridades monetárias. Estas expandem as aplicações do crédito com base em duas categorias de recursos, cuja explicitação é relevante para que se possa avaliar o eventual impacto monetário da política.

De um lado, tem-se a *expansão passiva do crédito*, geralmente precedida da entrada de depósitos e outros recursos previamente disponíveis; de outro, tem-se a *expansão ativa*, quando o banco cria débitos contra si em favor de um tomador, sob a promessa de retorno subsequente e reembolso. Essa distinção conceitual é importante, pois não pouca controvérsia tem sido gerada no Brasil sobre a política monetária para agricultura, sem que, contudo, estejam bem explicitadas as bases conceituais dessa discussão. Explicito aqui as definições de criação *passiva* e *ativa* de moeda bancária no sentido usado por Keynes no seu "Treatise on Money...", por entender que essa colocação conceitual é importante para se interpretar a natureza e implicações da administração financeira do crédito rural no Brasil. Ademais, sendo como é este tema controvertido e palco de várias contribuições recentes na linha da quantificação dos "subsídios" e de seu impacto inflacionário**, parece-me relevante reproduzir esta citação, que coloca os pontos nos ii sobre as formas de expansão do crédito.

"O problema prático do banqueiro consiste, portanto em manejar suas contas de forma que o crescimento diário dos ativos na forma de dinheiro e direitos seja aproximadamente compensado pelo crescimento diário das suas exigibilidades nessas formas".

* A institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, a provisão de fontes e outras normas básicas do sistema, é implantada a partir da Lei do Crédito Rural-(Lei 4.829, de 05.11.65). Para uma análise sobre a implantação e evolução do sistema ver João do Carmo Oliveira e Roberto M.S. Montezano "Os Limites das Fontes de Financiamento à Agricultura no Brasil - Estudos Econômicos", São Paulo, agosto de 1982.

** Duas contribuições recentes para este debate dos subsídios na agricultura, com posições contrastantes, estão representadas nos trabalhos citados de Dêrcio G. Munhoz e João do Carmo Oliveira.

"Segue-se que a taxa a que o banco pode, com segurança, criar ativamente depósitos por empréstimos e investimentos tem que estar numa relação apropriada para com a taxa a que este está passivamente criando-os contra o recebimento de recursos líquidos dos seus depositantes. Estes últimos aumentam as reservas bancárias, mesmo se somente uma parte deles seja retida pelo banco, enquanto os primeiros diminuem as reservas mesmo se somente uma parte delas é desviada para outros bancos... Estes desvios contudo fortificam a criação passiva de depósitos nos bancos para os quais foi desviada e debilitam a posição do banco criador ativo..." (grifo meu).

"Banqueiros práticos como o Dr. Walter Leaf, retiram do exposto a conclusão de que para o sistema bancário em seu conjunto a iniciativa (de criação de moeda) fica com os depositantes e o banco só pode emprestar o que seus depositantes tenham previamente emprestado a ele. Porém, economistas não podem aceitar isto como sendo do senso comum que pretende ser..."*

Isto posto, quero voltar agora a considerar as formas ativas e passivas de criação do crédito rural, considerando inicialmente a categoria passiva, que é geralmente aceita pela teoria monetária mais ortodoxa como "não inflacionária". Contabiliza-se no conceito dela, várias fontes de financiamento dos empréstimos rurais, segundo as seguintes disponibilidades:

- a. saldos de depósitos a vista dos bancos comerciais;
- b. recursos fiscais e para-fiscais dos Fundos e Programas Agrícolas Administrados pelo BACEN;
- c. outros recursos das Autoridades Monetárias (depósitos a vista do B.B., saldos líquidos do Tesouro Nacional e depósitos em moeda dos bancos comerciais no BACEN)**

* J.M. Keynes "A Treatise on Money I - The Pure Theory of Money", London, MacMillan Press, 1971, pp. 22/23.

** Para uma análise detalhada das fontes de financiamento rural ver J. Carmo Oliveira e Roberto M.S. Montezano "Estudos Econômicos", São Paulo, agosto de 1982.

Desses recursos totais levantados, apenas os dos itens "a" e "b" podem ser quantitativamente atribuídos ao financiamento rural (ver Tabela 8), dada a existência de discriminações e regulamentos que destinam esses recursos ao crédito rural. O item "c" contém uma massa de recursos financeiros, de destinação indiscriminada, mas que é em parte utilizada como suporte às várias linhas de crédito subsidiado do BACEN.

Tabela 8 - Fontes e Aplicações do Crédito Rural no Brasil - Saldo em Final de Período. 1971-1981 (Milhões Correntes)

Ano	Aplicações (A)	Fontes				1 + 2 Dividido por A (%)	1 + 2 + dep. a vista do B.B. dividido por A (%)	Total de dep. a vista dividido total de A	
		(1) Exigibilidade dos res. 69 a 698. Bancos Comerciais	(2) Recursos de Fundos e Prog. Agric. do BACEN		(3) Recursos não Esp. das Aut. Monetárias				
			Outros	Dep. a vista do B.B.	Outros				Dep. a vista do B.B.
1965	1.327	-	n.d.	n.d.	1.365	n.d.	100,00	3,52	
1967	3.127	711	n.d.	n.d.	2.253	-	94,79	2,50	
1971	17.619	2.516	3.008	- 622	7.735	31,35	75,25	1,46	
1972	24.519	3.184	4.431	- 932	9.574	31,05	70,10	1,51	
1973	36.849	7.100	8.803	5.422	14.631	43,16	82,86	1,47	
1974	63.135	9.233	11.632	16.134	20.681	33,05	65,58	1,19	
1975	105.392	13.658	20.518	18.219	27.475	32,43	58,50	1,05	
1976	159.011	17.579	29.470	27.243	36.879	29,59	52,78	0,86	
1977	227.286	22.172	40.211	52.422	45.035	27,45	47,26	0,77	
1978	270.009	29.743	39.507	69.400	61.992	25,65	48,61	0,90	
1979	461.313	49.768	52.402	127.870	113.301	22,15	46,71	0,90	
1980	791.822	78.401	112.111	189.219	169.055	24,05	45,41	0,90	
1981	1.421.776	202.226	75.941	115.159	295.851	19,57	40,37	0,90	

FONTE DE DADOS: João do Carmo Oliveira e Roberto M.S. Montezano, Estudos Econômicos. Agosto de 1982, São Paulo.

- (1): Compreende a parcela de depósitos a vista dos bancos comerciais (exceto Banco do Brasil) compulsoriamente aplicáveis em crédito rural.
- (2): Recursos de Fundos e Programas de Fomento Agrícola, cuja fonte é de origem fiscal (Imposto de Exportação, Quota de Contribuição etc.) ou de recursos externos (Acordo do Trigo, financiamentos do Banco Mundial, BID e outros) para o setor rural.
- (3): O item "Outros" compreende Recursos Líquidos do Tesouro Nacional mais Depósitos em Moeda dos Bancos Comerciais nas Autoridades Monetárias.

Como se pode observar pelos dados da Tabela 8, comparando-se o montante de aplicações com as fontes discriminadas, observa-se que até 1974 a expansão do crédito rural é em grande parte expansão passiva, balanceada pelas seguintes fontes de recursos: 1) "Exigibilidades previstas nas Res. 69 a 698", que tratam da aplicação compulsória dos depósitos a vista dos bancos comerciais em financiamento à agricultura; 2) recursos fiscais, para-fiscais e de origem externa (empréstimos do Banco Mundial, BID e Acordo do Trigo principalmente), administrados pelo BACEN e discriminados em "Recursos de Fundos e Programas Agrícolas do BACEN; 3) saldos de depósitos a vista do Banco do Brasil".

Se os recursos dos itens 1 e 2, que corretamente podemos atribuir como fontes específicas para a agricultura, e que representam em torno de 1/3 das aplicações, somarmos os depósitos a vista totais do Banco do Brasil (catalogados separadamente nos "recursos não discriminados"), veremos que até 1974 havia potencialidade de expansão passiva do crédito no sistema bancário de pelo menos 65% dos recursos.

Por outro lado, o crescimento rápido da economia em seu conjunto requer uma política de expansão da liquidez real da economia. Nesse sentido, o sistema bancário, devidamente sancionado pelo Banco Central, realiza também a expansão ativa do crédito no sentido que Keynes define e que normalmente os banqueiros relutam em aceitar. No caso específico do crédito rural, essa expansão ativa é comandada pelos movimentos de expansão dos créditos rurais, sem base prévia de depósitos, que é executada pelo Banco do Brasil. Mas dado ao retorno desvalorizado do cruzeiro que é emprestado por esse mecanismo, em razão da alta taxa de inflação e dos juros reais negativos, as emissões primárias de moeda são necessárias para cobrir essa defasagem. Do contrário, o Banco do Brasil teria debilitada sua posição de criador ativo de moeda.

Observe-se que o mecanismo de expansão do crédito rural subsidiado concorre pela mesma massa de recursos que financia a aplicação de recursos favorecidos à exportação, PROÁLCOOL e programas de apoio à pequena e média empresas. A viabilidade para financiar esses programas requer a ocorrência de determinadas circunstâncias, que passo a enunciar:

1. uma massa apreciável de depósitos a vista não remunerados e, portanto, de custo de captação praticamente nulo;
2. excedentes de recursos fiscais ou para-fiscais, oriundos da manipulação de várias contas de comércio exterior, que em última instância, representam saldos líquidos em razão do crescimento da base de tributação e/ou do saldo de comércio externo;
3. crescimento da renda nacional, com uma política paralela de expansão ativa do crédito e da oferta de moeda, que viabilize transferência de recursos aos bancos que estejam expandindo ativamente o crédito favorecido*.

Ora, o que se assiste na segunda metade dos anos 70 é paulatina reversão das condições econômicas que viabilizaram a política do crédito favorecido.

Pelo lado dos saldos de depósito a vista dos bancos comerciais e do Banco do Brasil assiste-se, no período, a uma clara mudança de composição de ativos financeiros em poder do público. Essa mudança, reflete a opção de substituição na carteira de ativos financeiros dos depósitos a vista - que não pagam juros ou correção monetária - pelas aplicações remuneradas do tipo "caderneta de poupança" e outras. A participação dos depósitos a vista nos haveres financeiros totais em poder do público cai sensivelmente de 69,6% em 1964 para 25,3% em 1978**.

A redução da potencialidade de financiamento *passiva* do crédito rural, pela utilização dos depósitos a vista, é observada já antes de 1974, como se pode ver pelos dados da Tabela 8 (ver na última coluna a relação declinante dos depósitos a vista dos bancos comerciais).

É provável que a partir de 1974 tenha se acentuado a necessidade de *expansão ativa*, haja vista que a taxa de crescimento

* Para uma análise da racionalidade das emissões monetárias financiando o crédito subsidiado ver Dércio G. Munhoz. op. cit. pp. 84/86.

** Ver Maria da Conceição Tavares - "O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente" in L.G. Belluzzo e R. Coutinho Desenvolvimento Capitalista no Brasil, nº 2, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 112.

real do crédito rural se manteve em ascensão, com pequenas defecções, até 1979 (ver dados deflacionados do crédito rural à Tabela 9). Nesse sentido, é lícito supor que a política de crédito rural tenha sido responsável a partir de 1974 pela expansão primária de moeda. Não se conclua daí que tal pressão tenha sido de molde a promover pressões inflacionárias na economia em seu conjunto. Isso porque, com o crescimento ainda elevado do conjunto da economia até 1980, a expansão primária de meios de pagamento que se infiltrasse sob a forma de expansão ativa do crédito rural não teria, em princípio, que exercer pressão inflacionária, dependendo evidentemente dos ritmos de expansão que estivessem ocorrendo. Como o crédito rural já começa a declinar em termos reais a partir de 1977 (ver dados à Tabela 9), não há razão para se atribuir pressão inflacionária aos "subsídios", pelo menos até 1980.

Por outro lado, o declínio muito acentuado dos saldos de comércio externo no final dos anos 70 - 1978/80 (ver Tabela 2 p. 25) e a queda rápida no ritmo de crescimento da economia a partir de 1980, reduzem sensivelmente a base de recursos arrecadáveis sob diversos títulos (imposto de exportação, quota de contribuição do café, etc.) que alimentavam os recursos de "Fundos e Programas Agrícolas" discriminados na Tabela 8, 3a. coluna.

A expansão primária tem a ver com a necessidade de "finance" que a partir de 1974 mostra-se crescente para atender a demanda por crédito rural. Mais uma vez recorro a Keynes para precisar claramente o conceito de "finance" que utilizo:

"Se o investimento se procede a uma taxa firme, o "finance" ou o compromisso de financiar pode ser suprido por um giro de fundos de um montante mais ou menos constante; um empresário tendo seu financiamento provido para o propósito de um projetado investimento, enquanto outro exaure o seu, pagando por ter completado o investimento. Mas se as decisões de investir estão crescendo, o extra financiamento envolvido constituirá uma demanda adicional por moeda".

"Agora uma pressão para assegurar mais financiamento que o usual afeta a taxa de juros através de sua in-

fluência sobre a demanda por moeda; e a menos que o sistema bancário esteja preparado para aumentar a oferta de moeda, falta de "finance" pode trazer um importante obstáculo para um certo montante a mais de decisões de investimento que estejam sendo tomadas ao mesmo tempo. Mas "finance" não tem nada a ver com poupança ..."

*"Finance" e compromisso de financiar são meras entradas de débitos e créditos nas escritas bancárias que permitem aos empresários ir adiante com segurança."**

Por diversas razões, entre as quais podemos alinhar taxa de juros altamente favorecida, desvios do crédito e ainda alta taxa de modernização agropecuária, a demanda de crédito rural cresceu a taxas muito elevadas de 1969 a 1979, com uma média anual, em termos reais, de 17,5% a.a.. Os problemas de oferta de fundos teriam que surgir, ainda mais que as taxas de juros eram praticamente fixas e bastante abaixo da taxa inflacionária. A solução encontrada para atender essa questão não deixou de ter impacto sobre a oferta de moeda, por intermédio da criação ativa de moeda bancária pelo Banco do Brasil. Esse comportamento bancário prescinde do respaldo prévio de aumento dos depósitos do público e de elevação das reservas bancárias, repousando, em última instância, nas emissões primárias das autoridades monetárias.

Esse comportamento ativo do Banco do Brasil convencionou-se em correlacionar com crescimento da base monetária, que o Banco Central define como o passivo monetário ou ainda o excedente das aplicações do sistema bancário e autoridades monetárias, deduzidas as fontes não monetárias de financiamento. Tal pressão do "finance" rural sobre a base veio a se manifestar mais claramente a partir da exaustão das fontes de financiamento tradicionais, revelando que o próprio Sistema Nacional de Crédito Rural, concebido para uma dada realidade econômico-financeira, precisa de modificações. Do contrá-

* Donald Moggridge (Ed.) "The Collected Writings of John M. Keynes"- Vol. XXIX, p. 209 ("After the General Theory").

rio, a expansão da base monetária, que está ligada às necessidades monetárias da economia em seu conjunto, ficará fortemente determinada pela demanda por crédito rural e outras demandas favorecidas, situação que somente se mostrou viável com crescimento econômico.

Ora, com a base monetária em queda real antes mesmo do declínio da economia e com a exaustão das demais fontes de financiamento favorecido, surge o problema da falta de recursos para alimentar esses programas. Isto porque, como tentei mostrar, foram revertidas todas as condições que propiciaram a expansão do crédito rural e dos demais programas de financiamento favorecido. Algumas dessas condições, como o controle apertado da base monetária, são anteriores à recessão dos anos 80 e se fundamentam em princípios ortodoxos de estabilização de preços. Sua aplicação na linha de contenção dos meios de pagamento vem se operando com pequenas variações, desde a reversão do expansionismo do II PND, em dose acentuada, do final dos anos 80, até o presente, não obstante todos os insucessos observados para aquilo a que se propôs.

Em face do impasse criado para a expansão do crédito favorecido, a solução financeira oficial tem sido a de elevar juros e reduzir a liquidez para aplicação no crédito rural, política que é também de tom claramente recessivo para a agricultura.

Por outro lado, inicia-se a partir de 1979, um movimento de mudança na sistemática de financiamento rural, substituindo os tradicionais recursos de custo de captação nulos, pelas transferências de recursos do orçamento fiscal. Contudo, não se pode omitir o fato que a elevação paulatina dos juros agrícolas e a enorme pressão de outras demandas sobre o orçamento fiscal torna esse sistema ainda inviável para permitir uma retomada do ritmo de crescimento do crédito.

Pelas sucessivas mudanças das regras financeiras que o Conselho Monetário Nacional tem ensaiado a partir de 1981, parece claro que a mudança mais significativa que vem sendo tentada é a paulatina inserção do antigo Sistema Nacional de Crédito Rural no domínio do sistema bancário privado, com toda a defesa ideológica implícita da regulação dos juros pelo mercado financeiro. Contudo, nenhuma das no

vas mudanças logrou estabelecer-se com força e consistência necessárias para definir uma nova política de financiamento ou um novo sistema de crédito para a agricultura. Sobre esse assunto voltarei a tratar mais adiante, no Capítulo 3 e na seção 1 do Capítulo 4.

Do exposto, parece-me claro que se pode concluir sobre a exaustão do Sistema Nacional de Crédito Rural, notadamente de sua estratégia de financiamento favorecido à modernização agropecuária. Esvaíram-se algumas das potencialidades endógenas da economia brasileira que possibilitavam ao Estado uma engenhosa transferência não inflacionária de excedentes financeiros, manipulados por meio da política monetária.

A organização de novas estratégias de financiamento rural, que propiciem um novo ciclo de crescimento da agricultura brasileira é o problema crítico que ora se coloca. Creio que a questão está aberta e sobre ela me reservo a retomar essa discussão na análise dos próximos capítulos.

3.3 - Política de Controle de Preços Agrícolas

No contexto das políticas econômicas gerais, tais como a política de comércio exterior e a política monetária, a administração de preços encontra também uma projeção importante na agricultura, como parte dos objetivos gerais da política macroeconômica.

A política de preços contém dois mecanismos básicos de operação, que também correspondem a distintos objetivos. O primeiro é o sistema de garantia de preços agrícolas, executado por distintas agências governamentais, que se encarregam da fixação de preços mínimos, financiamento de comercialização com base nesses preços e, contingencialmente, formação de estoques, quando os preços de mercado caem abaixo do nível estabelecido*. A tradição dessas políticas de garantia de preço tem sido a de funcionarem como mecanismo de apoio à comercialização, mediante concessão de financiamento sob penhor mercan

* Para uma análise da política de preços mínimos da CFP a partir do início dos anos 50 até 1975 e comentário sobre as políticas de garantia de preços do café, trigo e cana-de-açúcar ver Guilherme Costa Delgado op. cit. pp. 11/29.

til. Apenas excepcionalmente se verifica a intervenção direta do Estado no mercado, realizando compras e formando estoques. Por essa razão, reservo comentários mais específicos sobre a política de preços mínimos ao tratar das diversas linhas de crédito rural.

Outro mecanismo de operação da política de preços é, precisamente, seu lado oposto, qual seja a prática do regime de tabelamento ou controle dos níveis máximos. De maneira geral, esse controle incide de forma mais direta sobre os bens agrícolas e pecuários de consumo de massa. Ademais, há peculiaridades que se observam na política de controle de preços, que de certa forma privilegiam determinados ramos empresariais da agricultura, ou pelo menos os compensam do ônus desse controle. Por essa razão, pretendo comentar rapidamente as diretrizes do controle de preços para uma cesta básica de produtos rurais - feijão, arroz, leite "in natura", trigo e derivados, carne bovina, açúcar e café.

Para esse mencionado conjunto de produtos agrícolas - cuja participação no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é preponderante, no item "alimentação" - vigoram critérios de discriminação bastante evidentes. Os dois primeiros - feijão e arroz* - sofrem intermitentemente o ônus do tabelamento sem, na prática, obterem compensações. Quanto aos demais - leite "in natura", trigo e derivados, carne bovina, açúcar e café - observa-se além do tabelamento, políticas compensatórias de preços ou de renda para os ramos agrícolas e agroindustriais engajados na produção e comercialização desses bens.

O trigo e derivados gozam de uma política especial de subsídios generalizados que afetam desde o consumo, passando pelo setor moageiro e chegando ainda ao produtor rural, muito embora boa parte dessa política de subsídios que vigorava desde o pós-guerra venha sendo eliminada a partir de 1980. Vigora ainda um sistema de preço único ao produtor e monopólio da compra pelo Banco do Brasil.

* O arroz situa-se numa região limítrofe entre os produtos que sofrem tabelamento e recebem alguma compensação. Exemplo disso é a política regional para o arroz irrigado do Rio Grande do Sul, que goza de preços mínimos especiais e um esquema de comercialização amparado pelo Estado, por intermédio do IRGA.

A carne bovina, na região Centro-Sul, conta com uma política especial de estoques reguladores dentro do ano safra, que objetiva, em última instância, promover uma certa estabilização de preços entre a safra e a entressafra da pecuária. Frigoríficos e pecuaristas beneficiam-se desse esquema, porquanto a formação dos estoques na safra pressupõe o pagamento de um preço mínimo pelos primeiros aos últimos. Por sua vez, na entressafra, o mercado é regulado livremente do lado do produtor, balizado pela oferta de carnes congeladas a preço estabilizado por parte do governo.

O leite "*in natura*" está sujeito a tabelamento ao consumidor, mas os seus derivados (queijos e manteigas) são comercializados livremente. Assim, os produtores que se associam nas cooperativas de laticínios, que de resto crescem de importância nas bacias leiteiras do Sul e do Centro, compensam suas margens tabeladas de lucro na produção com uma forma peculiar de integração de capitais a nível de comércio e agroindústria. Os produtores individuais, fornecedores das grandes empresas de laticínios, experimentam, contudo, uma situação diversa, porquanto excluem dos mecanismos compensatórios acima apontados.

A produção, comercialização e fixação de preços mínimos e máximos do açúcar estão sujeitas a rigorosa regulamentação por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool. Os Planos Anuais de Safra estabelecem todas as condições de comercialização, inclusive preços para fornecedores de cana e Usinas de Açúcar, constituindo-se no exemplo mais completo de plena regulação econômica do setor pelo Estado, vigorando ininterruptamente desde 1930.

Por último, quanto ao café, vigoram condições parecidas com as do açúcar, pois se há, de um lado, tabelamento de preços ao consumidor, o setor goza também de políticas de sustentação de preços ao produtor em condições mais vantajosas ou pelo menos periodicamente negociadas entre produtores e Estado.

Os demais produtores que não contam com políticas especiais compensatórias, obtêm alguma vantagem em se incluir no programa de garantia de preços mínimos da CFP (Companhia de Financiamento da Produção). Esse é o caso do milho, feijão, arroz, soja, algodão, mandioca, etc.. Contudo, o grau de acesso dos produtores a essa política

tica está em grande parte subordinado ao critério de serem ou não produtores capitalistas ou de alguma forma organizada em estruturas empresariais integradas. Por meio destas, os capitais garantem-se com compensação, pelo acesso aos mercados não controlados (mercado externo por exemplo) e aos benefícios fiscais e financeiros que a política agrícola reserva para segmentos determinados do Complexo Agroindustrial.

Observe-se, ainda, que o tabelamento, juntamente com a importação de bens de consumo, cumpre papel de estabilização de preços no mercado interno, principalmente na formação dos salários de base da economia. Mas não é o conjunto do setor agrícola que subsidia, pelo tabelamento dos preços de alimentos e fibras vegetais, a formação da taxa de salário do restante da economia. Há, além do tabelamento, outros mecanismos de controle da massa de salários da economia, como observei no primeiro capítulo. Mas mesmo quando incide diretamente sobre os produtos da agricultura, as compensações que são oferecidas aos agricultores modernos e integrados à indústria, isentam-lhes do ônus da expropriação de renda.

Por tudo isso é importante ficar atento na análise de quais quer políticas econômicas, para detectar a forma peculiar de sua penetração na agricultura, operando sistematicamente a diferenciação das margens privadas de lucro. Essa diferenciação não é a tradicional transferência intersetorial de renda, do setor rural para o setor urbano, mas discriminação em favor dos capitais intersetorialmente integrados, contra a produção cativa de um único ramo produtivo.

Capítulo 3

Políticas Explícitas de Fomento Agrícola

Introdução

Incorrendo no risco de repetição, acho contudo necessário enfatizar, uma vez mais, as linhas gerais da estratégia agropecuária desenhada na seção anterior, traduzindo suas grandes linhas em termos de objetivos declarados e papéis esperados da produção rural. Tais objetivos e funções a eles associados, resumidamente, podem ser explicitados como se segue:

- | | |
|--|---|
| I. Objetivo de Modernização Conservadora | <ul style="list-style-type: none"> - mudança na base técnica da produção rural pela maior integração com o Complexo Agroindustrial; - apoio à grande propriedade territorial; - mediação estatal pela via financeira e diferenciação das margens de lucro. |
| II. Objetivo de Estabilidade Interna | <ul style="list-style-type: none"> - estabilidade salarial e de outros custos primários mediante elevação de produção e controle de alguns preços agrícolas, de forma a atender equilibradamente o crescimento da demanda de alimentos e matérias-primas; - produção de energia a partir da biomassa. |
| III. Objetivo de Crescimento Externo | <ul style="list-style-type: none"> - elevar o coeficiente de abertura externa; - substituição de importação de alguns produtos agrícolas e dos meios de produção para a agricultura. |

Os objetivos acima delineados, que refletem a grosso modo as declarações de intenção do I e II PNDs, mesclados com as observações e análises que desenvolvi nas duas seções anteriores, contêm vários elementos de contradição, sobre os quais já comentei e ainda voltarei a falar no correr deste trabalho.

Importa agora considerar que, para alcançar os objetivos acima descritos, existe uma lista de políticas de fomento agrícola, que se não é exaustiva para cobrir a gama dos problemas levantados, é, quando menos, suficiente para explicar as grandes linhas de transformação que estão sendo perseguidas.

Pretendo explicitar em três principais segmentos de política agrícola o que entendo de mais importante da estratégia agropecuária detectável à luz dos estímulos e apoios diretos do Estado à produção rural.

1. A política de financiamento rural, abrangendo de maneira ampla o *crédito* para distintas finalidades e ainda a garantia de preços mínimos;
2. a política de tecnologia para o setor rural, abrangendo simultaneamente os programas de pesquisa agropecuária e inovação técnica industrial;
3. a política fundiária do Estado e as relações mais gerais entre estrutura fundiária e mercado de terras.

Dedicarei ainda uma observação especial às experiências de planejamento agrícola no estilo dos programas de desenvolvimento rural integrado. Esses abarcam, em geral, essas três dimensões de política agrícola e, ainda, um conjunto de outros serviços dirigidos especialmente e em termos de clientela, constituindo-se em forma específica de planejamento agrícola adotado no Brasil nos chamados *Polos* de desenvolvimento rural integrado.

1 - Política de Financiamento Rural

Esta política revela uma trajetória expansionista desde o início de sua formulação efetiva - a partir de 1967 - até 1976. Este subperíodo é marcado por um crescimento inusitado das aplicações reais de crédito, bastando, para ilustrar tal afirmação, indicar que, entre 1969 e 1976, o índice de valor real do crédito rural concedido passou de 100 a 444 (ver Tabela 9, 4a. coluna). Tal elevação corresponde ao crescimento geométrico no período 1969-76, de 23,8% a.a., que é várias vezes superior ao crescimento real do produto agrícola, situado em torno de 5% a.a., como já vimos nos dados da Tabela 7. Já em 1977 começam a se esboçar, a nível de governo, as influências contencionistas da política monetária, que nesse ano se reflete numa primeira inflexão para baixo do volume de crédito concedido.

A orientação expansionista é retomada com menor vigor em 1978 e 1979, à luz do discurso oficial do governo de prioridade ao setor agrícola, para ser revertida novamente a partir de 1980. Essa nova reversão - que se mantém cada vez mais acentuada em 1981 e 1982, com tendências de se agravar em 1983 - ocorre agora sob condições mais adversas, quer do próprio contexto da economia brasileira, quer das suas relações críticas com a economia internacional.

O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticos), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial.

A Tabela 9 sintetiza os grandes traços da política de crédito rural do período considerado, manifesta em termos de volume de crédito concedido, taxas médias nominais de juros sempre abaixo das taxas de inflação do período, e, ainda, a destinação do crédito por finalidade (custeio, investimento e comercialização).

A leitura dos dados da Tabela 9 permite-nos interpretar com clareza dois movimentos que se contrapõem na sustentação da política de modernização conservadora. De um lado, entre 1969 e 1979, com pe-

Tabela 9 - Evolução do Crédito Rural Concedido e Outros Indicadores da Política de Crédito entre 1969 e 1982. (Milhões de Cruzeiros)

Anos	Crédito de Custeio Milhões Cr\$ de 1977	Crédito de Investimento Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Comercial Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Real - Base 1969	Crédito Real Total Milhões Cr\$ Correntes	Taxa Nominal de Juros (Taxas máximas cobradas)	Taxa de Inflação
1969	25.873,8	15.649,8	14.176,8	100,00	6.489,0	18,0	20,8
1970	29.543,7	17.982,1	18.719,9	118,97	9.428,0	17,0	19,8
1971	24.957,7	16.918,4	15.475,5	137,47	12.870,0	7,0	20,2
1972	29.610,7	23.522,7	17.985,9	170,49	18.669,0	15,0	17,0
1973	42.949,3	33.278,8	24.384,5	240,62	30.334,0	15,0	15,1
1974	56.003,0	37.652,7	30.726,0	297,56	48.273,0	15,0	28,7
1975	79.480,2	56.683,5	45.172,5	433,76	89.997,0	15,0	27,7
1976	78.399,1	60.233,2	47.149,5	444,93	130.226,0	15,0	41,3
1977	78.428,4	40.236,0	47.193,9	396,75	165.858,0	15,0	42,7
1978	80.437,0	42.122,4	46.108,5	403,45	233.942,0	15,0	38,7
1979	104.730,3	52.020,8	51.476,8	503,13	448.731,0	38,0	53,9
1980	113.720,9	37.700,9	49.558,9	481,11	825.397,8	45,0	100,2
1981	102.227,8	26.942,7	45.129,2	417,27	1.563.090,2	45,0	109,9
1982	108.582,8	22.138,9	38.080,4	404,10	2.960.272,9	60 a 80% da variação da ORTN	95,4

FONTE: Banco Central do Brasil - GERUR

"Crédito Rural - Dados Estatísticos - 1982", dados corrigidos para 1977 pelo Índice 2 da Conjuntura Econômica.

quena defecção em 1977, os recursos volumosos e as altas taxas implícitas de subsídio ao crédito rural sedimentam sólidas alianças urbano-rurais e contribuem efetivamente para uma mudança na base técnica da produção rural.

Por outro lado, a partir de 1980 as condições monetárias restritivas da economia em seu conjunto desencadeiam um movimento de desarticulação do pacto de modernização conservadora. Retrai-se inicialmente o crédito para investimento (1980), acompanhado da redução no crédito para comercialização, também em 1980. Finalmente, inibe-se e retrai-se o crédito para custeio da safra (capital de trabalho) em 1981, recuperando-se ligeiramente em 1982.

Cada uma dessas destinações do crédito rural contempla um bloco agroindustrial específico, em termos de demanda institucionalmente dirigida. Nesse sentido, é relevante detalhar a aplicação dos financiamentos por finalidade, identificando em dois momentos representativos do auge e da desaceleração, respectivamente, quais os segmentos do Complexo Agroindustrial que estão sendo mais ou menos atingidos. Essa análise será feita confrontando-se as aplicações detalhadas de crédito de investimento (Tabela 10), de comercialização (Tabela 11) e de custeio (Tabela 13) nos anos de 1975, 1980 e 1982.

A Tabela 10 permite-nos visualizar dois anos representativos de auge e crise da estratégia agropecuária brasileira pelo lado do crédito para investimento.

A queda no crédito para investimento entre 1975 e 1980, e ainda mais em 1982 - situando-o nesse último ano, em 39% do valor de 1975 - é, seguramente, um indicador de redução do nível setorial de inversões, já que as aplicações com base em recursos próprios também se reduziram sensivelmente no período, dada a acentuada elevação da taxa de juros na economia brasileira.

A desaceleração dos investimentos rurais, tomando o crédito como indicador, atinge de maneira peculiarmente acentuada as compras de bens de capital da agricultura para a indústria (veículos, máquinas e implementos, tratores, equipamentos de beneficiamento e depósitos de armazenagem). Essa redução é reconhecidamente responsá-

Tabela 10 - Crédito para Investimento Segundo Demandas Discriminadas
(Milhões de Cruzeiros de 1977)

Especificação	1975		1980		1982	
	Valor	% sobre C. Invest. Rural	Valor	% sobre C. Invest. Rural	Valor	% sobre C. Invest. Rural
<u>Investimento Rural</u>	<u>56.683,5</u>	<u>100,0</u>	<u>37.701,0</u>	<u>100,0</u>	<u>22.138,9</u>	<u>100,0</u>
a	<u>31.688,5</u>	<u>56,4</u>	<u>23.620,8</u>	<u>61,9</u>	<u>13.876,1</u>	<u>62,7</u>
culos	1.608,4	2,8	1.036,8	2,8	484,7	2,2
. e Implementos	5.925,9	10,5	2.515,0	6,8	1.796,4	8,1
trificação Rural	429,3	0,8	686,0	1,9	111,5	0,5
ósitos para Armazenagem	1.888,0	3,3	834,1	2,3	119,5	0,5
ipamento Beneficiador	1.748,9	3,1	496,0	1,3	246,5	1,1
tores	7.634,5	13,5	3.458,4	9,4	1.909,6	8,6
mação Cut. Perenes	4.813,6	8,5	5.986,7	16,2	1.319,5	6,0
igação e Açudagem	515,8	0,9	1.055,5	2,9	762,7	3,3
teção do Solo	1.198,9	2,1	225,1	0,7	237,2	1,1
horamentos Expl.	2.905,2	4,7	4.113,8	11,1	4.384,8	19,8
mais de Serviço	323,7	0,7	268,1	0,7	154,6	0,6
ros	3.125,6	5,5	2.945,0	5,9	2.347,7	10,6
a	<u>24.976,8</u>	<u>43,5</u>	<u>14.080,1</u>	<u>38,1</u>	<u>8.262,3</u>	<u>37,3</u>
. e Equipamentos	423,1	0,7	165,0	0,4	142,6	0,6
ósitos Armazenagem	370,7	0,6	190,5	0,5	15,2	0,0
ipamento Beneficiador	899,1	1,6	414,7	1,1	97,2	0,4
tores	1.366,1	2,0	423,7	1,1	96,4	0,4
culos	394,9	0,7	127,3	0,3	138,7	0,6
igação e Açudagem	399,0	0,7	677,8	1,8	425,6	1,9
teção do Solo	90,7	0,2	28,2	0,0	29,7	0,1
tagens Permanentes	3.419,3	6,0	1.338,4	3,6	1.187,2	5,3
horamento Exploração	2.904,0	5,1	2.877,5	7,8	2.743,8	12,4
mais (Reprod. Matrizes, etc)	10.453,4	18,4	6.177,3	16,7	2.230,0	10,1
ros	4.256,8	7,5	1.659,7	4,5	1.155,8	5,2

: Banco Central do Brasil

"Crédito Rural - Dados Estatísticos", vários anos, dados corrigidos para 1977 pelo Índice col. 2 da Conjuntura Econômica.

vel pela existência de uma capacidade ociosa em torno de 60% (final de 1982) no ramo de máquinas e tratores para a agricultura, segundo admite a própria Associação Nacional de Veículos Automotores (ANFAVEA) em várias declarações prestadas à imprensa no segundo semestre de 1982.

Por outro lado, os dados da Tabela 10 permitem-nos observar, ainda, que a queda de investimentos expressa preponderantemente pela compra de bens de capital ao próprio setor agropecuário, ou ao setor de serviços, é de menor intensidade que a observada com a demanda industrial. Isso vale em geral, tanto para a agricultura como para a pecuária. Observados os itens "Formação de Culturas Perenes", "Irrigação e Açudagem", "Melhoramentos na Exploração" e "Formação de Pastagens", depreende-se que há menor declínio de investimento que nos itens "Tratores", "Máquinas e Implementos", etc.

O segmento industrial a montante da agricultura, onde nexos de relações intersetoriais dependem fundamentalmente do crédito rural, vê-se hoje às voltas com dificuldades crescentes. O quadro de dificuldades leva em tudo a crer, pelo que se tem observado a partir de 1980, que a crise de crédito não é conjuntural e sua superação não levará à reversão à forma de financiamento rural que vigorou com relativo sucesso até o final da década dos setenta.

Como observei na análise da política monetária, a captação dos fundos para aplicação em crédito favorecido à agricultura e outros setores declinou sensivelmente. Conquanto algumas das causas desse declínio possam ser atribuídas à conjuntura, com a queda da Renda Nacional e das disponibilidades líquidas manipuladas pelo Banco Central e Banco do Brasil, há também mudanças estruturais que afetaram de maneira profunda a mobilização dos depósitos a vista. Até mesmo a hipótese de expansão do crédito subsidiado, sustentado basicamente pelo respaldo de emissões monetárias, posição defendida pelo prof. Dércio Munhoz*, não me parece viável, sem alteração de monta no sistema financeiro como um todo. Isso porque tanto a participação dos depósitos a vista quanto o papel moeda em poder do público declinam ra

* Dércio Garcia Munhoz, op. cit. pp. 84/86.

pidamente na atual estrutura de haveres financeiros*. Ademais, a expansão do crédito favorecido convivendo com uma estrutura de captações e aplicações inteiramente indexadas e ainda com tomadores de crédito subsidiado integrados em vários mercados, cria abertura para desvios do crédito, em relação à finalidade prevista, praticamente incontroláveis. Contudo, a visão de Munhoz não pode ser descartada para uma revisão do sistema nacional de crédito que permitisse a discriminação de um subsistema inteiramente separado a financiar um programa de reforma agrária, por exemplo. A outra parte do sistema, vinculada a demandas empresariais de crédito, poderia ser atendida por recursos captados, em grande parte, dos próprios excedentes financeiros do complexo agroindustrial.

Reconhecer que o antigo sistema de financiamento rural não é reversível, na forma e no estilo dos subsídios creditícios, é uma afirmação que corre risco, no discurso analítico, de ser acoimada como proposta conservadora, ao estilo do discurso ortodoxo da contenção monetária ou da transferência ao mercado financeiro das condições de financiamento ao setor rural. Evidentemente não é este meu ponto de vista. Ao contrário, penso que as mudanças estruturais profundas, quer no sistema financeiro brasileiro, quer na própria estrutura agrária em geral, tornam inviável a reativação do Sistema Nacional de Crédito Rural, nos moldes em que funcionou até 1980. A sua reestruturação é uma questão essencialmente política, que no fundo requer um novo aparato financeiro do Estado para regulação do desenvolvimento rural. Nesse sentido, o grande capital salta adiante com inovações que são próprias do estilo empresarial, embora insuficientes para definir as mudanças financeiras gerais.

Algumas saídas vêm sendo gestadas para o longo prazo, mas ainda não há clareza sobre como sedimentar novas alianças para a política de financiamento rural em geral e para o crédito de investimento particularmente.

* Como proporção dos "Haveres Financeiros em Poder do Público", o papel moeda apresenta a seguinte participação declinante no período recente: 1964: 18,8%; 1968: 12,5%; 1970: 10,6%; 1976: 6,8% e 1978: 5,5%. Dados citados por Maria da Conceição Tavares "O Sistema Financeiro Brasileiro..." op. cit. p. 112.

Uma solução nova que vem sendo ensaiada para o setor de máquinas e implementos rurais é a introdução do sistema "leasing" para alguns bens de capital (tratores e colhedoras em especial). Tal sistema requer a constituição especializada de empresas prestadoras de serviços de alugar e, em alguns casos, de operar máquinas. A forma de ligar essas empresas à clientela de produtores rurais passa necessariamente pela mediação de um novo sistema de financiamento para locação de ativos fixos e prestação de serviços, além de requerer previamente uma elevada concentração de capital nas mãos das próprias empresas de "leasing", que deveriam bancar os elevados investimentos em mecanização. A inovação do sistema "leasing", se bem que operando em escala reduzida, somente para pessoas jurídicas, apresenta grandes dificuldades para generalização a curto prazo, dadas, entre outras, as limitações presentes das altas taxas de juros e do alto custo dos serviços dessa inovação. Por tudo isso, nos parece inviável reanimar a demanda de bens de capital da agricultura com relação à indústria a partir da generalização imediata do "leasing" agropecuário.

Do lado do crédito de comercialização, a retração também é forte, ainda que menos acentuada que no caso do crédito para investimento. As consequências se mostram evidentes para uma certa desarticulação de interesses agroindustriais a jusante do setor agrícola. A Tabela 11 ilustra, com uma comparação entre o auge (1975) e a desaceleração (entre 1979 e 1980) do crédito de comercialização, detalhando por principais linhas e ramos de aplicação.

A interpretação da Tabela 11 remete-nos, novamente, a considerar o processo de integração de capitais como uma vertente já delineada na estratégia brasileira dos anos 70. Nessa estratégia, o crédito subsidiado aos capitais agrícolas, agroindustriais e comerciais que constituem o pólo industrial a jusante do setor agrícola, sedimentou fortes interesses mediados pelo sistema financeiro.

No ramo especificamente agrícola, as linhas de financiamento da política de preços mínimos e de empréstimos para beneficiamento, e os créditos para agroindústrias de oleaginosas, açúcar, torrefação de café e moagem de trigo (sendo estes três últimos compreendidos na rubrica "outros" por impossibilidade de discriminação estatística), constituem uma importante compensação financeira às atividades industriais e comerciais engajadas no complexo agroindustrial.

Tabela 11 - Crédito de Comercialização Rural - 1975, 1979, 1980 e 1982
(Milhões de Cruzeiros de 1977)

Discriminação	1975		1979		1980		1982	
	Valor	% do Crédito de Co merc. Rural	Valor	% do Crédito de Co merc. Rural	Valor	% do Crédito de Co merc. Rural	Valor	% do Crédito de Co merc. Rural
Crédito Comercial								
Rural	<u>45.172,5</u>	<u>100,0</u>	<u>51.476,8</u>	<u>100,0</u>	<u>49.558,9</u>	<u>100,0</u>	<u>38.080,4</u>	<u>100,0</u>
Agrícola	<u>34.506,3</u>	<u>76,4</u>	<u>33.968,2</u>	<u>66,0</u>	<u>37.286,4</u>	<u>75,2</u>	<u>31.658,8</u>	<u>83,1</u>
1. Para Garantia de Preços Mínimos (EGFs)	15.359,1	34,0	13.899,1	27,0	18.932,9	38,2	24.866,3*	65,3*
2. Para Beneficiamento	2.792,7	6,2	544,9	1,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
3. Outros	16.354,5	36,2	19.524,2	37,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pecuária	<u>10.679,4</u>	<u>23,6</u>	<u>17.512,8</u>	<u>34,0</u>	<u>12.271,7</u>	<u>24,8</u>	<u>6.421,5</u>	<u>16,9</u>
a. Bovinos-Carne	5.438,8	12,0	9.242,0	18,0	4.705,0	9,5	1.305,9	3,4
b. Lactícínios	2.994,9	6,6	4.295,0	8,3	3.670,5	7,4	3.475,5	9,1
c. Aves	546,0	1,2	1.338,2	2,6	1.031,2	2,1	301,9	0,8
d. Suínos	582,7	1,3	1.690,8	1,8	1.169,5	2,4	323,9	0,8
e. Outros	1.494,3	3,3	1.690,8	3,3	1.695,5	3,4	1.014,3	2,7

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

(*): Dados provisórios

n.d.: Dados não disponíveis

No ramo da pecuária, as indústrias frigoríficas, de laticínios e a avicultura - ramos notoriamente caracterizados por maior concentração e integração de capitais - são de longe os grandes beneficiários do crédito de comercialização rural.

A própria política de garantia de preços mínimos, que isoladamente compreende mais de 40% do crédito de comercialização agrícola, atingindo 65% em 1982, está também fortemente vinculado ao critério de integração de capitais, para efeito de acesso aos seus benefícios. A evolução da participação dos seus principais mutuários nas últimas safras agrícolas é claramente indicativa disso, como se observa na Tabela 12.

Tabela 12 - Participação % dos Principais Clientes nos Financiamentos Concedidos pela Política de Preços Mínimos no Brasil

Safras	Produtores Individuais	Cooperativas de Produtores Rurais	Agroindústrias Comércio e Outros
1977/78	13,3	21,9	64,8
1978/79	4,8	22,5	72,7
1979/80	7,8	23,0	69,2

FONTE: Marcelo E. Liebhardt "O Sistema Cooperativista Brasileiro - Comercialização, Integração Vertical e Crédito". Brasília, CFP, 1982.

Ora, a prevalência do crédito vinculado à política de preços mínimos nos setores capitalistas onde há maior concentração ou centralização de capitais, como é o caso das agroindústrias e das cooperativas (ver Tabela 12), leva-nos a concluir que quase todo o crédito de comercialização rural dirige-se explicitamente a contemplar setores capitalistas de alta integração de capitais. Sendo assim, a desaceleração do crédito observada intensamente em 1980 para a pecuária, e o pequeno crescimento observado no crédito agrícola de comercialização, representam uma mudança na política de financiamento, que se tem acentuado nos últimos anos. A diminuição dos volumes de crédito concedido é apenas um indicador, pois talvez o maior argumen

to para descartar dos subsídios de crédito rural o bloco agroindustrial processador de alimentos, seja a sua paulatina inserção compulsória no financiamento de mercado, através da fixação de limites máximos de financiamento rural para as operações desses clientes. Essa orientação, que ora se vê confirmada, é, por sinal, generalizada, e atinge também os produtores rurais diretos, refletindo as atuais orientações de eliminação dos chamados subsídios do crédito rural. Mas há compensações que ainda vigoram, inclusive em 1983, quais sejam as de conceder benefícios fiscais e juros reais negativos à comercialização da agroindústria e das cooperativas que se destinam à exportação. Ademais, a política da rápida desvalorização cambial, seguida a partir do final de 1982, privilegiou claramente os segmentos empresariais integrados no comércio exterior.

O crédito para custeio da produção, que é propriamente o capital de trabalho de curto prazo das atividades rurais, representando entre 45 e 50% do crédito rural total nos últimos anos, é o último elo a se romper na estratégia de farto e barato crédito para induzir a modernização conservadora. Os principais insumos modernos aí incluídos, quais sejam os fertilizantes e defensivos químicos, combustíveis, rações e concentrados, sementes e mudas etc., criaram importantes nexos de relações interindustriais com a indústria química e petroquímica e com o ramo de produtos alimentares. Criou-se, em primeiro lugar, uma demanda fortemente em expansão por nutrientes químicos de NPK e defensivos agrícolas (ver dados sobre produção e consumo aparente da subseção 4, Cap. 1). A partir dessa demanda inflada pelo crédito rural, o Estado e o grande capital internacional realizaram pesados investimentos na implantação de unidades produtoras de fungicidas, herbicidas e inseticidas e nas fábricas para produção de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos, passando pela produção de um sem número de produtos técnicos e bens intermediários, que são imprescindíveis aos processos químico-industriais desses produtos (Dados de Participação do Estado e Capital Privado, ver p. 93).

Os dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, ocorreram em plena vigência dessa substituição de importação de insumos básicos para a agricultura, sendo que a partir de 1974 até praticamente 1978 os investimentos industriais para produção de defensivos e de NPK se

mantiveram em expansão, sob os auspícios das metas e incentivos propostos no II PND, corroborados pelas facilidades de financiamento externo.

A desaceleração do crédito de custeio e do uso de insumos modernos, que pode ser detectada na Tabela 13 a partir de 1980, acentuada em 1981 e ligeiramente recuperada em 1982, tem conseqüências econômicas bem mais graves para o próprio projeto de modernização sob vários aspectos. Segundo informações da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA, pelas novas sistemáticas restritivas de crédito adotadas em 1981 "houve uma queda de 36% no consumo aparente de fertilizantes, comparado com 1980".*

Por outro lado, as recentes resoluções emanadas do Conselho Monetário Nacional, em dezembro de 1982 e junho de 1983, elevando substancialmente as taxas nominais de juros e reduzindo os limites de financiamento rural para "pequenos", "médios" e "grandes" produtores, faz-nos antever que em 1983 e 1984 perdurarão as condições críticas de queda no consumo de fertilizantes e defensivos químicos.

A queda no consumo de fertilizantes e defensivos, a partir de 1980, se, por um lado, alivia as pressões de importações por alguns componentes de insumos para a agricultura (potássio principalmente), leva, por outro, à ociosidade industrial um novo ramo químico que mal acabara de se constituir, ou desmobiliza inversões em plantas industriais em fase final de montagem. Entre essas últimas incluem-se como exemplos mais marcantes as fábricas de ácido ortofosfórico, inauguradas em final de 1981, e as plantas para produção de nitrogenados, previstas para inauguração na década dos 80 e dimensionadas para uma demanda em franca ascensão. Sobre este assunto voltarei a comentar com maiores informações na próxima seção, que trata de política tecnológica.

* Informações e declarações publicadas na Revista Dirigente Rural, setembro de 1982.

Especificação	1975		1979		1980		1981		1982	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito de Custeio Rural	79.480,1	100,0	104.730,3	100,0	113.720,0	100,0	102.227,8	100,0	108.582,8	100,0
Agrícola	61.676,2	77,6	90.838,1	86,7	102.784,4	90,4	93.039,5	91,0	98.742,8	90,9
1. Fertilizantes	20.693,1	26,0	23.445,1	22,4	34.886,9	30,7	21.264,6	20,8	n.d.	n.d.
2. Defensivos	3.375,2	4,2	6.328,8	6,0	7.192,3	6,3	7.418,6	7,3	n.d.	n.d.
3. Sementes	3.141,2	4,0	5.325,1	5,1	5.757,7	4,9	5.605,2	5,5	n.d.	n.d.
4. Outros	34.466,7	43,4	55.739,0	53,2	55.047,5	48,4	58.751,1	57,5	n.d.	n.d.
Pecuária	17.803,9	22,4	13.892,2	13,3	10.936,5	9,6	9.183,3	9,0	9.840,0	9,1
a. Fertilizantes	600,4	0,8	603,3	0,6	318,9	0,3	977,3	1,0	n.d.	n.d.
b. Defensivos e Medicamentos	709,2	0,9	277,5	0,3	239,0	0,2	273,0	0,3	n.d.	n.d.
c. Sementes e Mudast	141,0	0,2	59,5	0,0	34,1	0,0	28,9	0,0	n.d.	n.d.
d. Rações e Concentrados	2.899,5	3,6	3.044,7	2,9	3.463,4	3,0	2.559,8	2,5	n.d.	n.d.
e. Outros	13.453,8	16,9	9.907,2	9,5	6.881,1	6,1	5.344,3	5,2	n.d.	n.d.

FONTE: Banco Central do Brasil

"Crédito Rural - Dados Estatísticos", vários anos.

n.d.: Dados não disponíveis.

2 - Política Tecnológica

As diretrizes principais de atuação do Estado, formulando o que se poderia definir como política tecnológica para o setor rural, estabelecem-se por intermédio de suas agências de geração e difusão de tecnologia.

A prioridades institucional da difusão tecnológica, acoplada à montagem do aparato estatal de assistência técnica e extensão rural* é clara no Brasil até, pelo menos, meados da década dos 70. Somente a partir de 1973, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**, o governo federal decide investir magicamente e organizar em escala nacional o seu sistema de pesquisa agropecuária. Faz exceção a essa regra a política de pesquisa agropecuária do Estado de São Paulo, que é, no entanto, limitada em seus objetivos.

Por sua vez, como ficou indicado na seção anterior, o papel da política de crédito rural, associado aos serviços de extensão rural do Estado, é crucial para realizar a transferência de tecnologia gerada no Complexo Agroindustrial a montante da agricultura (insumos e bens de capital industriais).

A indústria processadora de alimentos e matérias-primas (indústria a jusante) também desempenha um papel de mudança tecnológica. Aqui, certamente, são as normas sanitárias e de classificação comercial (tipos e padrões comerciais dos produtos), alidados às exigências de mercado por determinadas características dos produtos agrícolas (formato, sabor, coloração, durabilidade, etc.), que obrigam o produtor rural a seguir um determinado padrão de tecnologia indicado pela agroindústria.

Sem perder de vista as inovações técnicas que são induzidas a partir da linha de produto da indústria processadora, é impor-

* O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER contava em 1980 "com uma força de trabalho de 21.000 pessoas, das quais 8.000 são técnicos".(L.C. Guedes Pinto "Notas sobre a Política de Crédito Rural", mimeografado, UNICAMP, 1981).

** Os investimentos públicos no sistema de pesquisa agropecuária coordenado pela EMBRAPA podem ser dimensionados a partir da comparação da posição da empresa no "ranking" das 200 maiores por "patrimônio líquido": 1973: 131º; 1974: 27º; 1975: 37º; 1976: 62º; 1977: 113º e 1982: 69º posto.

FONTE: Quem é Quem na Economia Brasileira - Visão, 1978 e 1983.

tante, entretanto, adiantar que as inovações que guardam maior grau de *generalidade* e abrangência para a agropecuária como um todo são aquelas geradas na indústria e serviços a montante da agricultura. Essas inovações, para seguir a tipologia adotada pelo prof. Graziano da Silva, classificam-se nas seguintes grandes linhas:

- "a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) inovações físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de trabalho e da potencialização das inovações mecânicas e físico-químicas."*

A presença do Estado na produção direta de tecnologia ocorre conforme uma certa divisão de trabalho. Pelo seu sistema de pesquisa, bastante reforçado a partir da criação da EMBRAPA em 1973, observa-se uma determinada concentração de esforços na geração das chamadas *inovações biológicas* (introdução de novos cultivares, por produtos e distintas regiões, melhoria genética na pecuária, controle de pragas e moléstias, etc.). Aponta-se como uma das razões dessa especialização, os custos mais elevados e demorados de pesquisa, aliados a uma certa dificuldade de apropriação privada dos resultados da pesquisa, haja vista que sua difusão está sujeita a modificações, em razão da diversidade do clima, ecossistema e outros fatores de natureza regional.

Por outro lado, o campo das inovações *mecânicas* e *físico-químicas* é propriamente a esfera de domínio da grande empresa industrial, seja ela de capital estatal, multinacional ou nacional privado.

Essa esfera das inovações mecânicas é tecnologicamente in-

* José Graziano da Silva "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", São Paulo, Hucitec, 1981.

separável do conjunto das inovações biológicas, ou físico-químicas, tanto que essas últimas afetam a arquitetura e espaçamento das plantas, tendo fatalmente que influir sobre o planejamento das inovações mecânicas e vice-versa. Mas há no Departamento de Meios de Produção da Agricultura uma certa divisão de trabalho, que, conquanto não seja rigorosa, permite que se identifique uma certa especialização das inovações biológicas no conjunto do sistema de pesquisa patrocinada pelo Estado.

Por sua vez, a área das inovações mecânicas é dominada por um consórcio de empreendimentos multinacionais ou nacionais, conforme o ramo que se considere. A produção de tratores é majoritariamente dominada por grandes empresas multinacionais. Por sua vez, a produção de implementos, máquinas, colhedadeiras, equipamento para irrigação e equipamento para beneficiamento, etc., está mais dividida entre empresas multinacionais e nacionais dos ramos mais leves da indústria mecânica.

Finalmente, a esfera das inovações físico-químicas, que compreende a indústria pesada de fertilizantes e defensivos, é preponderantemente dominada pelas empresas estatais, vindo em segundo lugar, as estrangeiras e ficando à indústria privada nacional um papel menor, marcadamente nas atividades de mistura e formulação agrônômica dos componentes químicos (ver Tabela 14).

Ainda sobre a política de geração de tecnologia, é relevante explicitar o vigoroso envolvimento do Estado nessa última esfera de inovações físico-químicas, a partir da aprovação, em novembro de 1974, do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, ambos inseridos na meta de substituição de importações de insumos básicos do II PND. A Tabela 14 indica proporcionalmente a participação do Estado, das multinacionais e do capital privado nacional na produção de matérias-primas, produtos intermediários e produtos finais da indústria de fertilizantes, que, de resto, é o principal segmento da esfera das inovações "físico-químicas".

Duas observações sobressaem da leitura dos dados contidos na Tabela 14. Em primeiro lugar, emerge a já indicada prevalência das empresas estatais em todos os segmentos dedicados à produção de matérias-primas (rocha fosfática, enxofre, matérias-primas para

Tabela 14 - Participação dos Capitais Privados e do Estado na Venda Lúcida ou Adm. Fertilizantes Agrícolas, 1979 (Em Toneladas)

Insunhos e Produtos Finais Oferta Interna por Tipo Empresa	Amônia	Rocha Fosfática	Enxofre	Ácido Fosfórico	Ácido Nítrico	Ácido Sulfúrico	Fertil. Nitrog. (*)	Fertil. Fosfat. (**)	Fertil. Potássio	Granulados Complexo NPK
Estatais (%)	98,7	56,1	100,0	74,2	85,9	41,5	59,9	37,0	0,0	52,9
Multinacionais (%)	1,3	16,2	0,0	10,6	14,1	19,2	4,9	5,4	0,0	0,0
Privadas Nacionais (%)	0,0	27,7	0,0	15,2	0,0	40,3	34,5	57,6	0,0	47,1
Produção Física Bruta em t (1979)	567.300	928.100	196.100	660.000	354.900	3.088.400	2.651.500	3.943.400	0,0	1.819.000
Capacidade de Produção até Final de 1983 (***)	1.263.300	1.696.600	410.250	825.000	457.200	4.612.600	3.935.500	4.239.400	300.000	n.d.

(*) Produtos finais nitrogenados: a) Nitrato de Amônia; b) Sulfato de Amônia; c) Uréia; d) Fosfatos de Amônio (MAP e DAP).

(**) Produtos finais fosfatados: a) Superfosfatos; b) Termofosfatos; c) Fosfato Bicálcico.

(***) Capacidade prevista em setembro de 1980, segundo cronograma de investimentos acompanhado pelo MIC - FONTE: G.S. III, CDI, MIC (setembro de 1981) - "A Indústria Brasileira de Fertilizantes", mimeo..

Obs.: A classificação de produção entre "Estatais", "Multinacionais" e "Privadas Nacionais" é feita a partir da listagem de empresas fornecida pelo referido documento (MIC-G.S. III-CDI) e de respectiva classificação de "Quem é Quem na Economia Brasileira - Visão, 1983".

produção de amônia e sais de potássio); produtos intermediários (ácido fosfórico, ácido nítrico e ácido sulfúrico); e, finalmente, dos próprios produtos finais (nitrogenados, fosfatados e potássicos).

Outra observação relevante a se extrair dos dados levantados é vista a partir da comparação da produção física obtida em 1979 com a capacidade produtiva prevista para 1983 (ver as duas últimas linhas da Tabela 14).

Observa-se que a capacidade produtiva planejada cresce 122% para amônia, 82% para rocha fosfática, 109% para enxofre, 25% para ácido fosfórico, 25% para ácido nítrico, 49% para ácido sulfúrico, 49% para produtos finais nitrogenados, 48% para fosfatados finais e se implantam as primeiras unidades para a produção de potássio, previstas para 1983, mas ainda não concluídas.

Observe-se, ainda, que esse crescimento planejado da capacidade produtiva é em parte resultante de investimentos de longa maturação iniciados na segunda metade da década dos setenta, mas também é, por outro lado, fruto das opções de prioridade à agricultura que o governo Figueiredo enfatizou em 1979 e 1980. A partir de 1981, ocorre o descompasso já apontado, com o consumo aparente de NPK declinando, abruptamente, em torno de 35 a 40% entre 1980/82 (ver dados da Tabela 4), enquanto a capacidade produtiva continuava a crescer. A resultante dessa situação crítica é a superprodução quase generalizada em quase todos os segmentos do complexo fertilizantes, com, certamente, duas exceções - produção de enxofre e de potássicos, fato que torna paradoxal tal situação. Há sobra da maior parte dos insumos e fertilizantes finais, por um lado, e necessidade inadiável de importação de alguns produtos ou matérias-primas por outro, sem o que não se viabiliza a própria formulação final de dosagens de NPK, imprescindíveis ao processo de produção de maior parte dos produtos agrícolas.

Além disso, há uma conclusão que bem se aplica ao segmento industrial dos fertilizantes, como também a todo o parque industrial produtor de meios de produção para a agricultura. Observa-se aí que a ociosidade geral das novas plantas industriais e a retração geral de novos investimentos, impostas pela recessão, inibe a conclusão de investimentos de longa duração e até mesmo sucateia processos de pro

dução que no fundo seguem uma matriz energética altamente consumidora de derivados do petróleo (caso dos nitrogenados). Essa situação presente nos remete a reavaliar um lado da política tecnológica que é propriamente o lado da *difusão*, onde o Estado desempenha também um papel crucial.

Por último, acresce notar que a matriz energética básica dessas novas indústrias de fertilizantes é, em essência, o petróleo, presente diretamente como matéria-prima no caso dos nitrogenados ou indiretamente nos demais insumos, pelos processos industriais, desde a extração do minério até a aplicação dos fertilizantes ao solo. Levando-se em conta a escassez interna de petróleo, combinada com a crise cambial presente, revelam-se aí fatores complicadores à formulação de uma nova política agroindustrial mais consistente.

O padrão de difusão de tecnologia adotado em período recente apresenta três características principais, que condicionam sua adoção e a produtividade econômica daí decorrente a condições exógenas ao setor agrícola. Tais características peculiares dos chamados "pacotes tecnológicos" transferidos para a agricultura geralmente implicam em:

1. adaptação das inovações biológicas a estratégias industriais das inovações mecânicas e físico-químicas;
2. estreita vinculação da adoção tecnológica à política de crédito rural e aos serviços de assistência técnica governamental;
3. inovações em geral apoiadas numa matriz energética intensiva no uso de derivados do petróleo.

Essa estratégia tecnológica, apoiada nos princípios técnicos da chamada "Revolução Verde", que combina as inovações físico-químicas e mecânicas com a criação de variedades vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação, está, no momento, sendo objeto de crítica a revisão pelos que dela foram grandes apologistas em passado recente. Mas a interação a nível institucional e tecnológico de uma política alternativa é ainda incerta.

Persegue-se um novo padrão tecnológico no discurso oficial da EMBRAPA, tendo como elementos balizadores principais a economia do petróleo e de insumos importados em geral. Essa nova orientação tem, contudo, uma aplicação mais restrita às inovações biológicas, sob comando do sistema EMBRAPA, só apresentando soluções potenciais a longo prazo.

A questão energética tem também sido colocada, para a agricultura, como uma fonte alternativa de substituição de petróleo, por intermédio de produção de energia a partir da biomassa. O caso particular brasileiro, que é de produção de álcool a partir da cana-de-açúcar, foi visto com a criação do PROÁLCOOL como uma solução factível para os problemas energéticos e econômicos colocados pelos choques do petróleo de 1973 a 1979. Mas essa política de produção de energia em larga escala a partir da agricultura tem também sido apontada em trabalhos recentes como responsável pela redução das áreas agrícolas dedicadas à produção de alimentos, com conseqüências desfavoráveis ao custo da alimentação*.

As limitações pelo lado energético (leia-se petróleo) ou pela crise cambial em geral, são condicionantes básicas a exigir reajustamento tecnológico da indústria e dos serviços de geração de tecnologia do Estado. Isso posto, observa-se com certo desalento que uma parte do próprio programa de substituição de importações de fertilizantes e defensivos, nascido logo após o primeiro choque do petróleo e expandido dentro da mesma matriz energética a partir de 1979, tende à obsolescência econômica antes mesmo que a sua plena operação produtiva tenha se constituído.

Novas ondas de inovação no âmbito do controle integrado de pragas, na engenharia genética, na captação do nitrogênio do ar e na reciclagem de resíduos rurais e urbanos para fertilização agrícola são vislumbradas como alternativas à crise cambial e energética. Essas inovações representam uma opção ao controle e adubação químicos estritos que, em última instância, são o pressuposto dos programas de substituição de importações posto em execução sob a égide do II PND e que, em sua substância, continuam vigentes até hoje.

* Ver Fernando Homem de Mello "Agricultura, Energia e Recessão" - Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 3, nº 2, abril-junho de 1983.

As novas orientações técnico-científicas, embora conhecidas, continuam inócuas enquanto opções de reajustamento tecnológico, tanto pela frouxidão da política interna em definir um novo padrão tecnológico para a indústria da agricultura, quanto pela paralisia dos investimentos públicos e privados no ramo a montante da agricultura.

3 - Política Fundiária

A política governamental que regula a propriedade das terras rurais e sua utilização econômica e social tem importância fundamental na definição dessa nova estratégia agropecuária que se define a partir de meados da década dos 60. A partir da concepção e, principalmente, da execução dessa política de terras é que o aspecto conservador do estilo de modernização agrícola se revelará com toda a força.

O marco legal da política fundiária brasileira a partir de 1964 - o Estatuto da Terra - estabelece duas grandes orientações normativas sobre política agrária: as bases institucionais para realização de uma Reforma Agrária e o princípio de inviolabilidade da chamada *empresa rural*.

O art. 1º do Estatuto da Terra define, genericamente, o conteúdo dessa Lei (Lei nº 4.504 de dezembro de 1964) em dois pontos básicos: 1) normas sobre *Reforma Agrária*; 2) normas sobre *Política de Desenvolvimento Rural*.*

Com relação ao princípio da Reforma Agrária, observa-se, em geral, uma grande lacuna na ação concreta do Estado, que, de resto, sequer admite, até 1980, a necessidade de tal providência em sua política agrária concreta.

* Para uma análise específica sobre legislação fundiária no Brasil, ver Sônia R.N. Guimarães Moraes "Notas Sobre a Legislação Fundiária e a Legislação do Trabalho Rural no Brasil", UNICAMP, (Textos para Discussão, nº 17), dezembro, 1982.

A partir de 1979/80, ou seja, na gestão do atual governo, muda um pouco a atenção que anteriormente merecia a questão do acesso à terra para os pequenos agricultores. Não que isso signifique execução de uma Reforma Agrária, mesmo que no espírito do Estatuto da Terra; mas comparado com o quase nada realizado entre o período 1964/79, aparenta mudança de prioridade.

Em verdade, o que se tem de concreto na esfera da reestruturação agrária conduzida pelo Estado são os projetos públicos de colonização e, mais recentemente, a política de "assentamento rápido", que, na prática, envolve apenas uma titulação legalizada. Esses mesmos projetos públicos de colonização cingiram-se a atender situações que o INCRA reconheceu como de conflito social agudo ou então reassentamento de pequenos proprietários desapropriados nas bordas de grandes projetos hidroelétricos. Como se pode ver pelos dados da Tabela 15, é pequena a dimensão social da colonização oficial e ainda muito menor aquilo que o próprio INCRA admite como tendo sido realizado até 1979.

Tabela 15 - Assentamentos Realizados em Projetos de Colonização Pública ou Particular até Setembro de 1983.

Forma de Assentamento	Nº de Colonos Assentados		Área Total dez. 1983 Mil ha
	Até dez.1978	Até set.1983	
1. Colonização Pública (INCRA)	35.913	77.515	12.213,4
2. Projetos Emancipados pelo INCRA	4.491	7.273	493,0
3. Convênios do INCRA com Outras Entidades (Públicas)	-	4.828	-
4. Assentamentos Rápidos (INCRA)	-	35.264	3.201,2
Subtotal - Colonização Oficial	40.404	124.880	15.907,6
5. Colonização Particular	11.471	31.798	4.079,6
Total - Colonização Oficial e Particular	51.875	156.678	19.987,3

FONTE: INCRA, Departamento de Projetos e Operações.

Conquanto os dados do INCRA possam apresentar de alguma forma tendenciosidade, no sentido de marcar a diferença da política agrária atual com relação às anteriores, transparece que alguma mudança ocorreu na política mais recente. Observe-se, contudo, que dos 84,5 mil colonos dados como assentados pela atual gestão, 35,3 mil são na categoria de "assentamento rápido", que envolve, na realidade, uma intervenção quase cartorial do Estado para legitimar uma posse de fato existente. A organização social e produtiva desses assentados fica por conta própria, enquanto que nos projetos públicos propriamente ditos há uma assistência mais direta do INCRA aos colonos.

Considerando-se, por outro lado, o enorme contingente de 5,16 milhões de estabelecimentos levantados no Censo Agropecuário de 1980, dos quais pelo menos 65% poderiam se situar na clientela prioritária de uma Reforma Agrária*, depreende-se o pequeno significado real da atuação pública no âmbito da reestruturação agrária.

Ainda mais recentemente, em meados de 1982, constituiu-se um Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, sob supervisão do Conselho de Segurança Nacional, com declarada finalidade de realizar uma política de mais equânime distribuição de terras. A criação desse Ministério tem sido apontada como uma tendência a centralizar e ampliar os poderes de regulação federal no setor fundiário.

A legislação agrária em vigor atribui aos governos federal e estadual poderes amplos para realizar mudanças na estrutura agrária. As principais normas nesse sentido, a maioria das quais privadas do governo federal, conferem poderes para:

1) *discriminar e arrecadar* terras devolutas, compreendendo aí o processo de reconhecimento, demarcação, legitimação de posse a particulares, ou arrecadação pelo poder público das terras não tituladas, para posterior venda a particulares. A competência desses processos é dividida entre estados e União;

* Dos 5.159.851 estabelecimentos rurais levantados pelo Censo Agropecuário de 1980, 65,1% (3.369.349) apresentam área total inferior a 20 hectares, sendo potencialmente insuficientes para subsistência familiar.

2) *desapropriação por interesse social* de áreas definidas como latifúndio, ou aquelas situadas em áreas de grave conflito social, a juízo da autoridade executiva. Estende-se ainda a abrangência da desapropriação por interesse social às áreas susceptíveis de irrigação pública, situadas no Nordeste e compreendidas na área de atuação do Programa de Irrigação do Nordeste, sob responsabilidade executiva do DNOCS e da CODEVASF.

A indenização dos desapropriados é estipulada em dinheiro ou Títulos da Dívida Agrária, sendo que no primeiro caso o desapropriante entra em imissão de posse imediata após o ato expropriatório, ficando à discussão judicial o valor de indenização a ser acordado entre as partes ou arbitrado judicialmente.

Excluem-se da desapropriação por interesse social as áreas definidas como de *empresas rurais*;

3) manipulação do *Imposto Territorial Rural*, com vistas a induzir o uso econômico da terra. Esse instrumento, contudo, tem-se revelado, na prática, inoperante para esse fim, mesmo a partir da nova legislação que entrou em vigor a partir de 1980;

4) empreendimento de projetos públicos de *colonização* destacando-se como principais os projetos de colonização em novas áreas (Rondônia e Transamazônica), *reassentamento de desapropriados* em áreas de projetos hidroelétricos, e ainda, os projetos de irrigação pública do Nordeste*.

Os instrumentos de arrecadação e alienação de terras públicas, desapropriação por interesse social, utilização do imposto territorial rural e empreendimento de projetos públicos de colonização, foram usados de maneira tímida ou simplesmente não foram usados para sua finalidade mais específica de política agrária, que é a de mudança da estrutura agrária.

* Além dos Projetos de Colonização Oficial do INCRA, cujos dados resumem na Tabela 15, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-CODEVASF, realizam colonização pública, assentando até 1983 5.048 colonos.

Por outro lado, o princípio de intocalibilidade da empresa rural e as normas incentivadoras do "desenvolvimento rural", também previstos no Estatuto da Terra, assumem todo o espaço da política agrária ordenados nessa legislação e acabam mesmo por suplantá-la.

Destaque-se aqui, como grandes linhas de apoio à política dos grandes empreendimentos rurais, contidos ou implícitos numa política de valorização dos patrimônios territoriais, os seguintes incentivos do Estado, que passo a comentar:

- a) apoio à colonização privada;
- b) incentivos fiscais a projetos agropecuários nas áreas da SUDAM e SUDENE*;
- c) concentração espacial de investimentos e das aplicações subsetoriais em reflorestamento e pesca e infra-estrutura geral e específica para os grandes projetos agropecuários.

Essa três grandes linhas de apoio a projetos empresariais no contexto da política fundiária requereriam um estudo empírico mais direto que, pelas dimensões em termos de empresas, ramos econômicos, regiões abrangidas e diferentes modalidades de ações adotadas, escapam aos limites analíticos desta seção. Entretanto, algumas indicações gerais podem ser extraídas da concepção e execução de grandes projetos agropecuários apoiados naquelas linhas de incentivo público.

O apoio à colonização privada aparece na prática pela canalização de investimentos públicos em infra-estrutura básica, financiamento à implantação de colonos e, fundamentalmente, no patrocínio político pelo INCRA para essa iniciativa do capital no mercado de terras. Os projetos para obterem reconhecimento e inscrição dessa categoria no INCRA precisam reservar o mínimo de 20% de suas áreas para efeito de loteamento, conservado o mais como reserva para exploração ou valorização. Como se observa nos dados da Tabela 15, uma superfície de 4.079,0 mil hectares obteve até 1973 cadastramento como projetos particulares de colonização, susceptíveis, portanto, de lotearem regularmente suas áreas para venda a preços de mercado. Acrescente-se a esses 4,0 milhões de hectares, cerca de 2,8 milhões de

* Além dos incentivos fiscais específicos, o tratamento fiscal do imposto de renda para empresas agropecuárias (Cédula "G") é altamente generoso na isenção à tributação dos lucros.

hectares colonizados sob supervisão da COTRIJUI em Altamira* e, ainda, o projeto de colonização estadual de Aripuanã-MT, sob patrocínio da Cotriguaçu, com área de cerca de 1,0 milhão de hectares, e temos uma área de, praticamente, 8,0 milhões de hectares de fato sob colonização particular reconhecida. Essa área representa 2,2% da superfície total dos estabelecimentos agropecuários, segundo dados do Censo Agropecuário de 1980.

Com relação aos incentivos fiscais setoriais (dedução do imposto de renda para aplicação em pesca ou reflorestamento) há evidências que apontam para grande concentração de recursos nos grandes projetos empresariais. Tomando-se genericamente o Fiset-Reflorestamento como representativo da forma como se dá a distribuição desses recursos, observa-se na Tabela 16, o perfil de projetos incentivados aprovados pelo Fiset-Reflorestamento para o ano de 1982.

Tabela 16 - Perfil do Ramo de Reflorestamento Beneficiado por Incentivos Fiscais - 1982 - Projetos Aprovados

Intervalo de Área de Reflorestamento em ha	Total de Área Explorada (ha)	Nº de Empresas	Total Acumulado Reflorestamento	Total Área Acumulada (%)
De 9.999 a 5.000	63.764,7	9	63.764,7	16,4
De 5.000 a 4.000	37.410,0	8	101.174,7	26,0
De 4.000 a 3.000	32.850,0	9	134.024,7	34,5
De 3.000 a 2.000	64.367,9	25	198.392,6	51,0
De 2.000 a 1.000	67.931,4	44	266.324,0	68,5
De 1.000 a 1	122.683,4	606	389.0007,4	100,0
TOTAL	-	701	389.007,4	100,0

FONTE: IBDF, M.A., Brasília.

* Dado fornecido pelo INCRA, Projetos de Colonização Pública (Deptº de Projetos e Operações).

A concentração de investimentos incentivados para o ano de 1982 (44 empresas compreendeu 68,5 da área reflorestada), é típica não apenas do perfil em geral dos incentivos para reflorestamento, como de resto para as demais aplicações dos incentivos fiscais do imposto de renda - Pesca, Turismo, SUDAM e SUDENE.

Outra política que incide diretamente sobre a valorização da propriedade territorial e que tem sido usada generosamente no Brasil é dos investimentos em infra-estrutura específica para determinadas regiões ou projetos rurais ou, simplesmente, empresas específicas. Aqui também uma análise empírica requer um enorme esforço de compilação de dados, caso a caso, que contanto importante ser realizado, escapa às possibilidades deste trabalho.

Os principais investimentos da espécie que estou tratando contemplam a extensão das linhas de eletrificação rural a preços subsidiados, grandes obras de irrigação pública, privatizadas em benefício de determinadas empresas*, obras de drenagem e outros investimentos em saneamento ambiental executadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento e ainda a construção das estradas vicinais, realizada pelos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem.

Observe-se que toda essa gama de benefícios diretos ou indiretos à propriedade fundiária, que supostamente se inscrevem nos ditames da "política de desenvolvimento rural", é, na verdade, um enorme reforço ao movimento de valorização da propriedade territorial, que de resto está presente endogenamente no processo de desenvolvimento capitalista. Está, também, em clara oposição ao espírito do Estatuto da Terra, relativamente às normas que tratam de limitar a formação de latifúndios rurais, que infelizmente ficaram definidas por critérios puramente físicos de dimensão econômica.

* Exemplos notórios de privatização das obras públicas de irrigação são o Projeto Formoso (Goiás), cujas glebas foram alienadas a preços simbólicos a uma clientela pré-estabelecida de grandes empresas, e ainda os vários projetos de irrigação da CODEVASF, inscritos na categoria de empresariais. Esses projetos (Projeto Tourão-BA), Projeto Jaíba (MG), Projetos Maniçoba e Curaçá-BA e outros), são executados em terras particulares (Jaíba e Tourão), ou alienados a preços simbólicos a uma clientela selecionada de empresas agroindustriais.

A rigor, o caráter conservador da política agrária orientou-se no sentido de sancionar, quando não estimular, a manutenção do latifúndio nas regiões antigas e a sua reprodução na fronteira agrícola Norte e Centro-Oeste.

Mas o que há de novo na política para a grande propriedade, é que nela penetram interesses do grande capital urbano. Nesse sentido é ilustrativo o fato de se observar o aumento da participação das formas societárias de empresa na detenção da propriedade fundiária, como se pode observar na Tabela 15 (ver Sociedades Anônimas e Condomínio de Pessoas). As formas societárias de propriedade rural crescem entre 1975 e 1980, de 17,57% para 23,01% de área total dos estabelecimentos rurais.

Tabela 17 - Propriedade das Terras Segundo a Condição do Produtor

Anos	Propriedade de Individual Área dos Estabel. (%)	Propriedade Societária				Total da Forma Societária (%)
		S/A, Ltda. e Cooperativ. Área* (%)	Condomínio e Sociedade de Pessoas (%)	Entidade Pública (%)	Outros (%)	
1970	82,03	6,16	7,68	3,80	0,31	17,96
1975	82,43	6,58	6,43	4,32	0,24	17,57
1980	76,99	9,90	8,18	4,59	0,34	23,01

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário de 1975 e 1980.

(*): Não se inclui nesta coluna a área das propriedades individuais associadas às cooperativas, mas tão somente as áreas de propriedade das Cooperativas.

Esse fenômeno de aumento da participação das formas societárias de empreendimento rural é, em grande medida, o reflexo do movimento de concentração e centralização do capital no mercado de terras, processo que se desenvolve sob as benesses e o apoio da política fundiária do Estado.

Observe-se que o acesso aos incentivos fiscais para projetos agropecuários em geral requer que a empresa se constitua sob a

forma societária, critério que certamente tem algum peso na explicação do aumento das áreas possuídas sob esse título jurídico.

Mas o grande fator de mobilização de capitais industriais, comerciais e bancários para o mercado de terras está largamente associado à transformação desse mercado em ramo especial do sistema financeiro. O ativo título de propriedade de terras passa em grande medida a ser procurado como reserva de valor na carteira de ativos das empresas, além de ser um meio para o acesso ao crédito subsidiado no mercado monetário. Formam-se expectativas de proteção contra a inflação e ainda de rentabilidade em termos reais desse ativo, independentemente do movimento de aplicação do capital produtivo à terra.

A ótica financeira de valorização torna a formação do preço da terra assemelhável à avaliação capitalista dos títulos financeiros de riqueza em geral (ações, obrigações, títulos governamentais etc.), de tal forma que a renda fundiária capitalizada, que define o preço da terra, passa a espelhar a expectativa de valorização financeira do capital dinheiro empatado na compra de terras. Isto implica que maior ou menor demanda por terras está confrontada com a aplicação do dinheiro em ativos que rendam taxa de juros alternativa do mercado financeiro. A taxa de juros do mercado financeiro passa a ser um elemento de convergência na definição da renda e do preço da terra.

A sanção pelo Estado de um tal processo de valorização financeira apresenta problemas generalizados ao próprio desenvolvimento capitalista na agricultura por um lado, e agrava tensões sociais no campo, por outro.

O crescimento do preço real da terra, fenômeno observável no Brasil ao longo de toda a década dos 70, requer crescente imobilização improdutiva das massas líquidas de capital no mercado de terras.

Por outro lado, o fenômeno especulativo e a apropriação generalizada das terras em novas áreas, mesmo que sem fins produtivos, bloqueiam a fronteira agrícola como espaço natural de acesso aos pequenos produtores e migrantes provenientes de outras regiões.

A disponibilidade física de terras na fronteira agrícola deixa de ser uma possibilidade econômica de absorção dos excedentes de mão-de-obra expulsos das regiões capitalistas maduras (Centro-Sul) ou mesmo das regiões de agricultura mais tradicional e de recursos naturais mais limitados como o Nordeste.

A solução capitalista para reabsorção desse contingente de migrantes tem-se manifestado pela adoção do sistema de loteamento e colonização privada, com reassentamento de agricultores mediante prévia venda de lotes e transferência de suas regiões de origem por conta própria, para este novo "eldorado".

O agravamento da situação de desemprego e o empobrecimento generalizado da população de pequenos produtores torna muito difícil viabilizar essa solução capitalista como forma de reajustamento dos fluxos migratórios e do emprego rural.

O resultante dessas distintas estratégias de valorização capitalista e de sobrevivência dos pequenos produtores e trabalhadores rurais nas regiões novas, converge para o agravamento dos conflitos pela posse de terra e se traduz em obstáculos de toda ordem ao uso produtivo da terra. Mas, certamente, o bloqueio social mais grave se dá pelo lado do emprego. O excedente de população rural que migra para as regiões novas em busca da possibilidade de constituição de uma produção do tipo familiar, vê-se frustrado em seu intento, dada a intensidade do processo especulativo, que virtualmente bloqueia o acesso à terra fora dos canais do novo mercado de terras aí formado. Esse mercado, por sua vez, revela-se altamente excludente para atender as demandas da produção familiar, e está integrado a uma lógica de especulação capitalista que analiso mais profundamente em outro capítulo deste trabalho.

3.1 - Os Polos de Desenvolvimento Rural no Contexto da Política Fundiária

É relevante fazer uma observação a mais sobre política fundiária no âmbito das experiências de planejamento agrícola e, portanto, de intervenção mais direta e organizada do Estado no espaço rural.

Nesse sentido, creio que as diversas experiências de polos de desenvolvimento rural integrado, emergentes no planejamento agrícola do II PND, precisam ser analiticamente localizadas no esforço de máxima prioridade a uma determinada política de desenvolvimento rural que então se perseguia.

A concepção de desenvolvimento rural integrado compreende uma forma planejada de organizar o espaço, promover a racionalização técnica de sua ocupação e dirigir serviços funcionalmente articulados para alcançar objetivos de exploração eficiente ou de equidade social no tratamento de um dado público-meta. Essa orientação tem recebido certo apoio da política agrícola brasileira e ainda maior incentivo por parte do Banco Mundial e de outras agências internacionais de financiamento com objetivos similares.

Da experiência recente de desenvolvimento rural, destaca-se com características similares ao que acima enunciei, a proposta dos pólos de desenvolvimento rural, que se institucionaliza a partir do II PND e cujas estratégias e programas principais se definiram a partir da constituição do POLONORDESTE, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA e POLONOROESTE.

É importante um comentário sintético sobre cada uma dessas experiências, pois além das diferenças regionais que programaticamente se propõem a refletir no planejamento agrícola, destaca-se, ainda, a forma de articulação das distintas políticas agrícolas já analisadas com sua relativa convergência ou autonomia a nível regional. Ademais, o sistema de planejamento dos pólos lida com outros protagonistas da política agrícola, quais sejam sua própria burocracia, encarregada da elaboração, acompanhamento e execução dos projetos; o acompanhamento e co-participação das agências internacionais de financiamento e, ainda, a projeção internacional em termos de capitais privados externos que alguns desses pólos se propõem a atrair.

a) O POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste do Brasil), constituído em 1975, contém uma proposta de aproveitamento integrado dos vales úmidos, serras e zonas especiais de microclima, encravados no semi-árido nordestino ou vizinhos a este espaço.

A partir da definição de um público-meta de pequenos produtores e concentração espacial de serviços (eletrificação, armazenagem, irrigação, estradas vicinais, crédito e assistência técnica), orientados pelos PDRIs (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado), esperava-se reverter simultaneamente as condições de baixa produtividade agrícola e pobreza social dos agricultores.

As avaliações internas do POLONORDESTE apontam para sistemáticos desvios de seus objetivos sociais, em razão, principalmente, da timidez das ações de reestruturação agrária efetuadas, enquanto as ações infra-estruturais promoveram intensa valorização de terras nas áreas programa, dificultando ainda mais o acesso dos pequenos produtores à terra.

b) O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), abarca principalmente as regiões centrais de Minas Gerais e Goiás e contém uma estratégia de aproveitamento econômico dos cerrados, superando a limitação dos seus solos mediante intensa mecanização de suas áreas planas e alta densidade de aplicação de corretivos (correção de PH) e fertilizantes fosfatados.

O Programa demarca-se basicamente pela atribuição de linhas especiais de crédito para a grande empresa rural e pela concentração de esforços de pesquisa e assistência técnica no desenvolvimento de variedades de cultivo ecologicamente apropriadas à região. A experiência mais recente de criação de variedades (cultivares), apropriadas à estratégia do Programa, é o desenvolvimento do trigo do cerrado, experimento recentemente gerado pela EMBRAPA.

Acresce observar que a retração da política creditícia a partir de 1979, aliada ao encarecimento dos custos de mecanização, correção do solo e adubação química, que são utilizados em larga escala nas regiões do cerrado, representam obstáculos de grande monta à continuidade do ritmo de ocupação econômica desse espaço agrícola.

c) O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) compreende, basicamente, a exploração agropecuária, agromineral e agroindustrial dos recursos da região amazônica, contando com linhas especiais de incentivos fiscais dedutíveis do im

posto de renda para aplicação em projetos privados de exploração econômica. Pela própria concepção e pelo vulto dos capitais requeridos ou induzidos a se apropriar e a transformar os recursos naturais, a lógica privada quase sempre prevalece e se antepõe às ações diretivas de planejamento previstas na concepção de desenvolvimento rural integrado.

Outro exemplo bastante peculiar de projeto que segue a concepção do POLAMAZÔNIA, porém que é administrativamente independente dele, é o Projeto Grande Carajás, situado no sul do Pará, na província agromineral do mesmo nome. Esse projeto se propõe a atrair grandes capitais nacionais e, principalmente, estrangeiros, interessados na exploração em larga escala de recursos minerais e agropecuários, com integração direta à exportação, por via ferroviária, por intermédio do Porto de Itaqui, no Maranhão. O grande vulto dos capitais requeridos e sua inserção em múltiplas esferas de valorização (agricultura, agroindústria, pecuária, florestamento, loteamento imobiliário, mineração e metalurgia e exportação), confere ao estilo Carajás uma estratégia de concentração e integração de capitais múltiplos na agricultura, que é uma das facetas da forma capital financeiro que analiso no próximo capítulo.

d) Finalmente, cabe mencionar o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), abrangendo especialmente as regiões novas de Mato Grosso e de Rondônia. Esse Programa, de concepção e execução mais recentes, contém ações de "Desenvolvimento Rural" ao estilo do POLAMAZÔNIA, porém apresenta, por outro lado, projetos públicos de regularização agrária e assentamento de colonos provenientes de outras regiões. Destacam-se, ainda, algumas ações de preservação ecológica e de apoio a comunidades indígenas afetadas pela penetração do crescimento econômico.

Há intensa migração de outras regiões para as áreas programadas do POLONOROESTE, principalmente para o Estado de Rondônia, que é o de maior vocação agrícola.

É particularmente nas áreas do POLONOROESTE, e bem assim nas terras mais férteis do POLAMAZÔNIA (região do Araguaia e sul do Pará), que as migrações se mostram ao mesmo tempo mais frequentes e conflitivas em suas relações com os proprietários rurais.

Em geral, as experiências de desenvolvimento rural integrado, seja pela limitação ou contradição dos seus objetivos, não lograram os resultados positivos no campo social que seus formuladores pretendiam. Há entretanto, experiências localizadas bem sucedidas. Mas para se obter generalidade e abrangência sociais seriam requeridas mudanças profundas e anteriores na estrutura de propriedade da terra. Pois é da essência dos investimentos públicos localizados e integrados espacialmente a sua apropriação privada em favor dos titulares de direitos à monopólios naturais. Esta apropriação se reflete na rápida valorização dos títulos de propriedade, sendo, portanto, um reforço à propriedade territorial.

4 - Sentido de Conjunto da Política Agrícola

Algumas direções gerais já podem ser claramente identificadas e explicadas como características gerais do estilo de desenvolvimento recente da agricultura brasileira.

A velocidade do processo de urbanização e de crescimento do comércio exterior são fatores cruciais para determinar o ritmo e a forma da modernização agropecuária.

Por seu turno, a mudança na base técnica de produção rural e a constituição integrada do complexo agroindustrial tornam-se viáveis a partir do desenho de um sistema financeiro especificamente concebido para induzir e promover as mudanças técnicas e a associação dos grupos sociais reunidos no processo de modernização conservadora: grande capital, Estado e proprietários rurais.

A onipresença do Estado na regulação das novas condições de reprodução do capital na agricultura e a predominância dos mecanismos financeiros de regulação são, por assim dizer, a grande novidade do novo pacto social da agricultura que se expande a partir de meados da década dos 60.

O lugar privilegiado das políticas públicas, sobressaindo aí os arranjos especiais de política monetária que propiciam a alavancagem de fundos para financiar o desenvolvimento rural, correspon-

dem ao itinerário de constituição, auge e crise do Sistema Nacional de Crédito Rural, com a conseqüente constituição, alargamento e crise do chamado complexo agroindustrial.

Além de ampliar e solucionar até final dos anos 70 o problema do financiamento rural, o desenvolvimento do sistema de crédito sob gestão estatal engendra novas formas de desenvolvimento capitalista na agricultura. Sobressai o aprofundamento das relações de integração técnica agricultura-indústria, a montante e a jusante, mediante aprofundamento das relações interindustriais do tipo insumo-produto, produto intermediário e produto final. Mas há, ainda, uma outra forma de integração econômica, que desponta como resultado da acumulação de capital na agricultura. Trata-se do processo de *integração de capitais*, mediante fusão de capitais multissetoriais operando conglomeradamente, processo esse que é decididamente apoiado pelas políticas de corte multissetorial (comércio exterior, tabelamento de preços, incentivos fiscais, etc.) e de fomento direto analisadas (crédito rural, política fundiária, tecnologia e desenvolvimento rural integrado).

A reunião desse conjunto de mudanças e inovações sintetiza das pelo *desenvolvimento do sistema de crédito, consolidação do Complexo Agroindustrial, surgimento das formas específicas de conglomeração de capitais na agricultura e, finalmente, a transformação do mercado de terras num ramo especial do mercado financeiro* estão fortemente imbricadas com o desenvolvimento da regulação estatal da economia rural. Tudo isso faz com que se perceba a emergência do capital financeiro, como uma nova forma de organização dos mercados rurais e de comando da acumulação de capital na agricultura.

Cumprе destacar do conjunto das políticas econômicas analisadas um sentido geral desse estilo de regulação estatal da economia rural. Esse sentido se vislumbra mediante a interpretação de dois distintos aparatos estatais: a) regulação pela via fiscal e financeira das margens privadas de lucro na agricultura, com clara discriminação em favor dos capitais integrados e b) regulação dos ganhos patrimoniais aos empreendimentos favorecidos pela política fundiária.

Essa administração privilegiada dos lucros operacionais e dos ganhos patrimoniais aos capitais de maior vulto e plasticidade para se integrar nos critérios de discriminação da política pública, potencia ainda mais o esforço de constituição de estruturas monopólicas no setor rural.

Nesse movimento de concentração capitalista, a política monetária e a política fundiária cumpriram o papel de carro-chefe. A primeira na administração diferenciada dos lucros ao capital produtivo, e a segunda na valorização autônoma de áreas, projetos e empresas estrategicamente beneficiados por toda sorte de benefícios diretos e indiretos.

Finalmente, deve-se ressaltar que o papel desse mercado de terras, especialmente regulado por uma política fundiária simultaneamente permissiva e incentivadora da valorização territorial, tende a transformar profundamente a negociação imobiliária. Essa entra na esfera de interesse da negociação financeira em geral, seja pela facilidade que goza a propriedade territorial de contrair dívida em condições especiais no mercado monetário, seja pela valorização autônoma que experimenta o título de propriedade.

PARTE II

CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL
FINANCEIRO NA AGRICULTURA

CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL
FINANCEIRO NA AGRICULTURA

1 - Introdução

Pretendo analisar nos próximos capítulos a constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura, destacando em especial o caso brasileiro, assinalando a um tempo aspectos relevantes de sua *dinâmica evolutiva* e ainda os elementos de *instabilidade* do desenvolvimento capitalista.

Capital financeiro e produção agrícola, enquanto objetos teóricos de investigação, têm sido tratados geralmente em separado no âmbito da economia e ainda das ciências sociais em geral. Pretendo superar esse enfoque tipicamente setorialista no caso da economia rural a partir da interação teórica que ora me proponho a explorar.

A grosso modo, o capital financeiro é a relação social mais desenvolvida de valorização econômica nas modernas sociedades capitalistas, e envolve, de maneira geral, crescente concentração e centralização do capital. Este processo de concentração é comandado, normalmente, pelas instituições detentoras da liquidez na economia, em ligação com as empresas responsáveis pela emissão e circulação dos títulos patrimoniais, gerido pelas instituições financeiras e submetidos à sua lógica de valorização. Uma expressão mais simples desse conceito é a de uma relação social abstrata e geral do capital consigo próprio, que se manifesta pela organização monopolista dos mercados, sob comando das instituições controladoras do capital dinheiro.

O marco conceitual em que pretendo me mover toma por base a teoria do capital financeiro e compreende uma retomada do conceito de capital financeiro de Hilferding*, que por seu turno desenvolve e inova a Parte V do Livro III de "O Capital" (Divisão do Lucro do Empresário - O Capital Produtor de Juros).**

* Rudolf Hilferding, "El Capital Financiero". Madrid, Editorial Tecnos S.A., 1963.

**Karl Marx "O Capital" - Livro Terceiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

Por sua vez, a discussão sobre avaliação capitalista e circulação financeira - que Keynes desenvolve em diversas passagens do seu "Treatise on Money..."*, e ainda nos vários capítulos da "Teoria Geral...", onde trata da natureza do capital e do dinheiro e das expectativas capitalistas sobre o futuro - serão pertinentemente integradas à teoria sobre *centralização capitalista e mobilidade financeira do capital*, que seriam, a grosso modo, as duas principais características de dominação desse estágio da acumulação capitalista.

Paralelamente às contribuições de Hilferding e de Keynes à teoria do capital, considero importante a contribuição de Hobson** no que diz respeito à definição de uma função diretiva do "financiador" no processo de concentração do capital.

Por outro lado, a agricultura é um setor de produção econômica que se diferencia dos demais setores de produção capitalista, a partir de dois aspectos de especificidade. O primeiro aspecto é o fato de que os recursos naturais, como meio de produção, apresentam características de *não homogeneidade e não reprodutividade*. Em tais condições, a propriedade privada sobre a terra se converte numa forma específica de monopólio, que não pode ser eliminada pela concorrência capitalista, e que confere ao seu titular a percepção de uma renda específica. Esta se expressa ora em termos de valor de arrendamento (por período dado), ora em preço de venda, quando da alienação, ou ainda como parcela incorporada ao valor das mercadorias, dedutível do lucro capitalista.

O segundo aspecto relevante da produção rural para o propósito analítico que persigo, é evidenciado pela peculiaridade do período de produção agropecuária, manifesta pela grande relevância dos tempos ociosos ou de não-trabalho no processo de produção. Considerando-se a duração global do período produtivo, desde as tarefas mais iniciais de desmatamento, preparação do solo, aração, etc., até a colheita final de toda a produção, ocorrem fases relativamente prolongadas de interrupção do trabalho ou de maturação biológica. Tais fases, se não estão de todo ausentes nos processos industriais, são muito mais significativas no caso da agricultura, e por aí acarretam diferenças importantes na forma como se dá a divisão do trabalho no processo de

* John M. Keynes, "A Treatise on Money - The Pure Theory of Money"; vol. I - London, The McMillan Press, 1971.

** John A. Hobson, "Evolução do Capitalismo Moderno - Um Estudo da Produção Mecanizada", São Paulo, Abril S.A., 1983.

produção agrícola. Essa descontinuidade no interior do período de produção, num grau significativamente maior que dos demais setores produtivos, é ainda mais destacada por um outro fator de interrupção do trabalho: a descontinuidade entre os períodos de produção, característica peculiar do chamado ano safra da agricultura.

Ora, esses aspectos peculiares do período de produção e da divisão do trabalho agrícolas trazem consequências à forma como se dá a rotação dos capitais empregados na agricultura, tema a que me proponho explorar em interação com outros aspectos da circulação do capital nos mercados rurais.

O destaque à especificidade da agricultura nos aspectos mencionados pretende incorporar e reconhecer a materialidade de suas diferenças, resgatando-as numa explicação mais geral do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, se reconhece no processo de produção rural a vigência de leis biológicas de reprodução e a utilização de formas primitivas de uso da energia (fotossíntese). Essas implicam, em última instância, numa determinação do tempo de produção, que não pode genericamente ser antecipado ou reduzido de forma apreciável pelo progresso técnico ou pela intensificação do uso de máquinas e de seus ritmos de trabalho.

Isso porque, dentro do período de produção, há um período de trabalho (onde se aplica a divisão do trabalho), mas há também um período de não-trabalho, ou de maturação biológica, que não pode ser suprimido, mas apenas, em alguns casos, pode ser encurtado pelos progressos da biotecnologia. Não se conclua daí nenhuma característica endógena de atraso relativo da agricultura, tese com que não compartilho no decorrer de meu trabalho.

Proponho-me a estudar neste trabalho as duas questões colocadas: de um lado, o desenvolvimento da valorização financeira do capital, e de outro, o setor de produção agrícola, sob a égide do capital, considerando suas peculiaridades e conexões examinadas à luz de experiência histórica concreta.

Essa é precisamente a questão geral que pretendo analisar. Estudar as conexões teóricas do capital financeiro em relação ao se-

tor de produção rural, interpretando-as à luz do desenvolvimento recente da agricultura brasileira.

Observe-se que essa interação da produção rural ou da economia rural em seu conjunto com o sistema financeiro, está posta de forma potencial em várias das caracterizações específicas do processo de produção rural ou da peculiaridade da propriedade rural. No primeiro e segundo casos, a questão da rotação dos capitais aplicados na produção rural está implícita, e ainda, no segundo caso, a questão da imobilização de capitais em recursos naturais não produzidos pelo capital, colocam simultaneamente problemas concretos sobre a circulação do capital, temas pertinentes ao que modernamente se conceitua como circulação financeira.

A economia rural ligada ao sistema financeiro se integrará à lógica de desenvolvimento do capital financeiro segundo processos específicos, induzidos pelo padrão de desenvolvimento das instituições capitalistas do conjunto da economia.

Em geral, esse desenvolvimento passa pela generalização do sistema de crédito para o conjunto das operações produtivas do setor rural; conecta-se, por outro lado, com a instituição da dívida rural, sob penhor ou hipoteca das terras e de outros recursos naturais, ligando, de uma maneira indireta, as instituições de crédito e os proprietários rurais. Ademais, a generalização do endividamento, conectada ao apreçamento implícito das terras no contrato hipotecário rural, funcionam como uma via de estímulo para o desenvolvimento de um mercado de terras, que com desdobramentos ulteriores passaria a transacionar com títulos de propriedade, avaliados pela mesma lógica financeira que determina a cotação dos demais títulos negociados no mercado financeiro.

Finalmente, a diversificação dos investimentos de grandes grupos econômicos, envolvidos em mercados industriais, comerciais, bancários, etc., com o mercado rural, daria ensejo ao surgimento do conglomerado também na agricultura, buscando a valorização dos seus capitais na produção rural ou na valorização dos títulos de propriedade territorial.

Em síntese, essas características mais gerais de emergência de uma nova relação social capitalista - a do capital financeiro, com sua alta potencialidade de centralização e de mobilidade financeira do capital - confere poderes de dominação crescente ao grande capital, capaz de mobilizar grandes massas de capital dinheiro. As instituições que irão comandar este processo de acumulação certamente serão variáveis de país para país. Certamente os grandes bancos, com sua potencialidade de captar e criar a liquidez na economia, terão papel de destaque. Esse terá sido o exemplo histórico em que se baseou Hilferding para analisar o processo de articulação do capital bancário com o capital industrial na Alemanha, sob hegemonia do primeiro.

Contudo, não se pode confundir capital financeiro com capital bancário, pois o primeiro é uma relação de domínio intra-capitalista mais abstrata e geral, coexistindo sob a hegemonia de distintas instituições nacionais e multinacionais capazes de gerir e criar massas fluidas de capital. A grande empresa multinacional, através de suas divisões financeiras, a grande corporação de economia privada ou de economia mista, a grande corporação industrial, as empresas "holding", os bancos de investimento, etc., são instituições do capitalismo monopolista, ou do capital financeiro - aqui usados como o mesmo significado -, que, por diferentes processos de financiamento, detêm grande parcela de controle sobre a disponibilidade do capital dinheiro da economia. A criação da liquidez bancária, certamente, é uma dessas formas de controle, mas também o é a capacidade de auto-financiamento que uma política determinada de "mark-up" confere a um grande oligopólio industrial. Ou ainda, o poder autônomo que uma grande sociedade por ações detém ao patrocinar ou co-patrocinar o lançamento de títulos financeiros novos no mercado.

O comando dos direitos de propriedade sobre grupos de empresas controladas, centralizado nas empresas "holding", é uma das formas mais comuns de se institucionalizar o controle do capital financeiro sobre a estratégia de diversificação dos investimentos, o comando da administração das empresas e a definição das estratégias de financiamento do grupo econômico.

No caso brasileiro, o desenvolvimento do capital financeiro em geral e, de forma específica, na agricultura, passa necessariamente

mente pela mediação estatal em, praticamente, todas as instâncias ne^{ce}ssárias à regulação dessa nova forma ou nova relação social capita^{li}sta. As grandes fontes de financiamento - crédito rural ou transfe^{rê}ncia de recursos fiscais e para-fiscais - passam pelas agências fiⁿanceiras do Estado. A regulação do mercado de terras, e de sua inte^{gr}ação financeira, passa, necessariamente, pela formulação da políti^{ca} fundiária, como já observei na Primeira Parte e ainda pretendo aprofundar no tópico 5 dessa Segunda Parte. E ainda, a própria diver^ssificação de investimentos produtivos na produção rural, não deixade estar ligada a uma estratégia de conjunto da política agrícola e da aliança do Estado com os grandes grupos econômicos e grandes coopera^tivas, operando nos ramos de ponta da agropecuária, objetivando, em última instância, uma regulação privilegiada da taxa de lucro para esses segmentos conglomerados.

Reservo ao Capítulo 4 (Desenvolvimento do Sistema de Crê^{di}to...) uma abordagem analítica mais abstrata sobre a maneira como se dá a inserção desse sistema de crédito na economia rural, e derivo, a seguir, para a compreensão do papel financeiro do Estado brasi^{le}iro na regulação da produção capitalista. O Capítulo 5 e suas vá^rias seções abordarão o processo de conglomeração de capitais em geral e a forma específica como este se dá na agricultura brasileira.

No capítulo 6, em suas várias seções, tratarei dos aspectos teóricos e práticos da articulação do mercado de terras com o capi^{ta}l financeiro, enfatizando ainda uma vez o papel mediador e, em alguns casos, patrocinador das agências estatais de terras em conexão com este capital.

A seção 3 deste capítulo abordará a "questão agrária" modi^{fi}cada pelo capital financeiro, destacando os novos problemas criados ou transformados pelo atual estilo de desenvolvimento.

Capítulo 4

Desenvolvimento do Sistema de Crédito e o Processo de Integração de
Capital na Agricultura

1 - Desenvolvimento das Relações a Crédito

A especificidade do *período de produção* agrícola caracteriza-se por dois tipos de descontinuidade que trazem consequências à rotação mais lenta dos capitais empregados na agricultura, relativamente aos capitais aplicados em processos de produção contínuos. A *primeira* descontinuidade está referida pelo já apontado problema da interrupção do processo de trabalho, *dentro do período de produção*. Isso implica em rotação mais lenta do capital que, vista de outro ângulo, significa maior necessidade de imobilização do tempo do capital de giro que financia as operações produtivas, desde o preparo inicial do solo até o final da colheita e venda da produção. Mas há ainda uma segunda descontinuidade, que se verifica *entre períodos de produção*. Isso porque, mesmo quando concluído o período de produção de um produto qualquer, em geral não há renovação imediata do processo, mas tão somente em datas anuais pré-estabelecidas no calendário agrícola, variáveis por produto e latitude geográfica.

Essa característica da produção, a intervalos discretos, frente ao caráter contínuo do consumo de produtos agrícolas, engendra condições especiais para a circulação mercantil desses produtos, sobressaindo em especial o papel das Bolsas de Mercadorias e do comércio a termo de "commodities", formas capitalistas de "transportar no tempo" as mercadorias, ou, ainda, de tornar continuamente reversíveis as decisões dos agentes econômicos envolvidos na especulação mercantil.

Outra característica peculiar do período de produção agrícola é o caráter inteiramente ilíquido do capital investido até o final desse período, dado que, pela sua própria natureza, a agricultura, ao contrário da pecuária, não apresenta, durante o processo produtivo, estoques de mercadorias *semi-elaboradas* de uso intermediário. Por isso, o retorno de qualquer parcela de capital de giro (capital circulante) somente poderá apresentar algum grau de liquidez depois

que se dispuser do estoque das mercadorias terminadas, que são propriamente os produtos agrícolas após a colheita. A situação da pecuária é distinta, pela simples razão de que há mercados intermediários e mesmo finais para negociação de animais de diferentes portes e idades, conferindo a esta atividade um caráter inteiramente diverso quanto às necessidades de capital de trabalho. Também as necessidades de capital de longo prazo da pecuária serão distintas da agricultura, assunto que tratarei em outro tópico.

Por outro lado, é preciso, ainda, destacar outras diferenças que as diversas formações agrárias apresentam relativamente às necessidades de financiamento. Considerando, genericamente, a agricultura capitalista e a agricultura camponesa (ou mercantil simples), depreende-se que esta última é governada por um sentido de intercâmbio do tipo *mercadoria-dinheiro-mercadoria*, com relativamente fraca necessidade de mercantilização de insumos, produtos finais agrícolas e compra de produtos não agrícolas para sua reprodução, além de entrar circunstancialmente no mercado de trabalho.

Os segmentos da economia agrária, com elevada parcela de produção auto-consumida a nível do estabelecimento agrícola, predominância do trabalho familiar e reduzida utilização de insumos não agrícolas na produção, apresentam um circuito de intercâmbio semelhante ao de uma economia mercantil simples, ainda que possam estar subordinados a uma economia capitalista mais avançada. Para esses agricultores, a inserção no sistema de crédito será geralmente periférica e grandemente atendida pelas fontes usurárias tradicionais.

Por outro lado, a economia capitalista se guia por um circuito de uma economia monetária da produção*, onde o sentido de intercâmbio segue a direção *dinheiro-mercadoria-dinheiro*. Nesta economia, as necessidades de capital de giro tendem a crescer, quanto mais modernizada ou capitalista seja esta agricultura, em razão do crescimento da mercantilização em todos os mercados e a paralela monetarização das relações de intercâmbio.

* Sobre o conceito de economia monetária da produção, ver em especial, os exritos de John M. Keynes em "Toward the General Theory", in Collected Writings of JMK, vol. xxix, p. 78.

Neste contexto, o papel dos Bancos passa a ser crucial, uma vez que detendo virtualmente o monopólio de uma mercadoria bastante especial, o dinheiro, por eles passarão necessariamente as demandas crescentes de crédito de curto e de longo prazo.

1.1 - Demanda Efetiva e Administração das Margens de Lucro na Agricultura

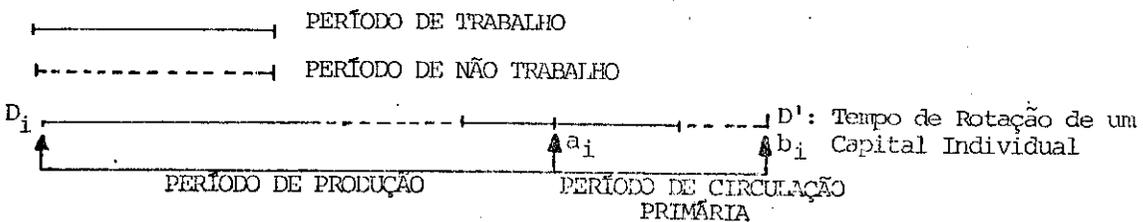
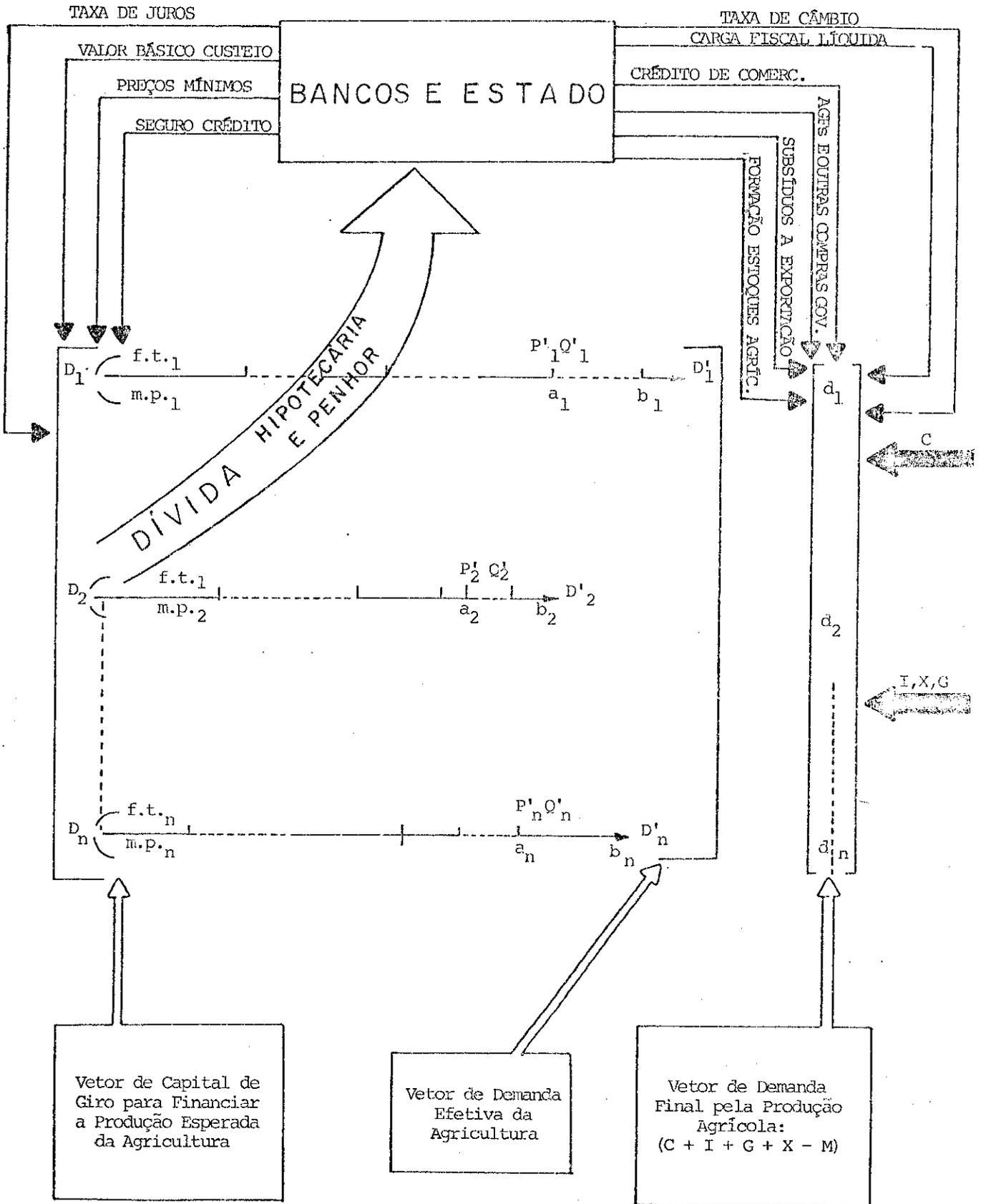
O contexto econômico em que se situa uma economia rural desenvolvida torna-a ainda mais dependente de relações a crédito que outras atividades ou setores de produção com processos contínuos. O papel da política bancária com respeito a taxas de juros, prazos e resgates, carências, preços mínimos de garantia, "valores básicos de custeio", por produto e nível de tecnologia, passa a ter importância fundamental para definição do nível e da composição da produção a curto prazo. Nesse sentido, pode-se dizer que é por meio dessa política bancária, definida no caso brasileiro pelo Estado, que se realiza uma forma peculiar de formação das expectativas sobre a demanda efetiva agropecuária, entendido este conceito na acepção que pretendem resgatar de Keynes*.

O esquema gráfico que a seguir descrevo pretende reunir a maior soma de informações sobre uma das facetas da articulação dos bancos, Estado e produtores na agricultura, mostrando as ligações a nível do crédito e da demanda efetiva.

Esse esquema, embora puramente analítico, é bastante representativo da forma de articulação do Estado-financiador e da estratégia de curto prazo da política de crédito rural brasileiro para orientação da produção rural.

No esquema de fluxos apresentado na página seguinte, D_i é o vetor de capital de trabalho que os empresários precisam no início do processo produtivo para financiar uma produção planejada igual ao vetor D'_i . Esse dinheiro inicial, que está associado a uma demanda

* Ver especialmente as formulações iniciais sobre a teoria da demanda efetiva de John M. Keynes, in "Toward General Theory", op. cit. pp. 64/65.



prospectiva pelo consumo, exportação, formação de estoques, investimentos, gastos do governo em produtos agrícolas, e outras despesas, consubstancia uma decisão de produção dos empresários individuais, segundo uma expectativa de lucratividade bruta medida pela margem de lucro D'/D . Nesse contexto, o papel da política bancária, ou, ainda, do Estado exercendo funções bancárias, é fundamental à formação das expectativas do que e quanto produzir de cada produto.

A um fluxo de dinheiro, no gráfico, que antecipa o capital de trabalho dos produtores no sentido bancos-produtores, corresponde um fluxo em sentido inverso de compromissos de dívida desses produtores com relação ao sistema bancário, respaldado em títulos hipotecários e/ou penhor sobre a produção futura. A conexão do mercado de crédito com o que se poderia caracterizar embrionariamente como mercado de terras já começa por aqui, pela forma social específica com que se reconhece o título de propriedade territorial como hábil para respaldar o financiamento. Por seu turno, o preço que se atribui a esses títulos será tão importante como fonte de antecipação do crédito à produção, como ainda terá influência sobre a demanda monetária para fins especulativos, tema a que me dedico numa outra seção, quando trato da "circulação financeira e o mercado de terras".

Observe-se que, nesse mesmo gráfico, os tempos individuais de rotação dos capitais, medidos pela distância horizontal $D - D'$, refletem as características específicas do período de produção (com interrupções do período de trabalho simbolicamente representadas pela linha pontilhada), e desempenham um importante papel na demanda de crédito. Quanto mais longo esse período, ou mais intensa a necessidade de aplicar insumos e outros meios de produção não naturais na produção agrícola, maiores as necessidades de financiar este capital de trabalho. Crescem, por essa via, as conexões do processo de modernização agropecuária e a necessidade de utilizar as fontes de financiamento que, com o desenvolvimento econômico, tornam-se os principais detentores da liquidez da economia: os bancos.

Os bancos, sozinhos ou em conexão com o Estado, definem "ex-ante" um conjunto de parâmetros financeiros que deve funcionar no ano safra como balizador da produção rural. Esse conjunto de mecanismos financeiros de indução, que indico nas setas à esquerda de

Bancos/Estado, consubstancia-se nos preços mínimos de produtos agrícolas; nos "valores básicos de custeio"*, por produtos, regiões e níveis tecnológicos; nas taxas de juros cobradas para esse crédito de custeio e na sua discriminação segundo insumos utilizados; e, por fim, nas condições de seguro do crédito concedido contra intempéries. Determinam-se "ex-ante" alguns elementos básicos forjadores da decisão sobre a produção agrícola, em termos de nível e composição. Esses parâmetros de política agrícola, ao sancionar, inibir ou estimular expectativas empresariais previamente estabelecidas, geram, concomitantemente, decisões de produção do valor prospectivo D' , traduzidas em demandas para contratação de mão-de-obra (f.t.i., no esquema) e meios de produção (m.p.i), exceto o capital fixo, que supostamente é *dado* no período de produção. O vetor $P'Q'i$, que resultaria, em condições normais, no final do período, em valor de produção esperada, é a oferta agrícola planejada. Por sua vez, o vetor $D'i$, calculado com base em preços e quantidades esperadas de venda da produção, é em valor, muito próximo do vetor $P'Q'i$, diferindo apenas em custos de comercialização, sendo definido como vetor de demanda efetiva.

Observe-se, desde já, que a demanda efetiva D' é balizada pelo conjunto de parâmetros financeiros definidos "ex-ante" pela política agrícola, mas certamente a sua determinação está ligada a um outro conjunto indeterminado de fatores, os quais, por não serem conhecidos por antecipação, incorporam-se às expectativas dos produtores sobre o estado futuro do mercado agrícola.

A distância horizontal $D-D'$ para diferentes produtos individuais é representativa dos tempos individuais de rotação dos capitais, considerados aditivamente tempos de produção e de circulação primária (coleta, armazenagem rural e transporte ao mercado). O período em que o conjunto dos produtos agrícolas efetua, de maneira geral, um giro da forma dinheiro inicial - D - para a forma final D' (dinheiro acrescido), configura uma espécie de "período de emprego"** do setor agrícola.

* Montante de capital de giro concedido para financiar a produção por hectare, variável por região, nível de tecnologia e categoria do produtor rural.

** Uso aqui este conceito no mesmo sentido de um período de produção macroeconômica, recorrendo às formulações iniciais da teoria da demanda efetiva de Keynes, a que já fiz referência.

Por sua vez, a diferença $D - D'$ é o lucro bruto total antecipado ou esperado, que move as decisões de produção no início do processo produtivo. O vetor D' , considerado por simplificação como composto apenas de bens de uso final, é, como já assinalai, o vetor de demanda efetiva ou de demanda esperada, que reflete uma demanda prospectiva dos produtores rurais, convalidada pelos bancos, e que determina as decisões de emprego e de produção, determinando, portanto, o vetor de oferta esperada $P'Q'$, de valor praticamente idêntico.

O lado direito do fluxograma da página 123, contém um outro conjunto de parâmetros da política bancária e estatal que são fundamentais para definição da *demanda final* pela produção agrícola. Observe-se que o vetor d_i , que representa a despesa agregada de bens de consumo, financiamento de estoques, investimento, exportação e gastos do governo com a demanda final de produtos agrícolas, é independente do vetor "ex-ante" D'_{i} . Enquanto esse é fruto das avaliações privadas da produção, condicionadas pela política bancária, aquele é resultante da apropriação e utilização da renda social em termos de despesas de consumo, investimento, estoques, exportação e gasto público. O desajuste entre demanda efetiva e demanda final, além dos aspectos peculiares de risco natural inerente à produção agrícola, explica-se fundamentalmente pela disparidade entre as avaliações privadas da produção e o caráter essencialmente social das decisões sobre o gasto final. Por sua vez, a função dos bancos e do Estado na determinação da despesa final é fundamental para regular o desequilíbrio indicado. O crédito à comercialização rural, incluindo aí os empréstimos EGF; as compras governamentais de produtos agrícolas; as taxas de juros favorecidas e os créditos fiscais à exportação de produtos agrícolas elaborados e semi-elaborados, além, evidentemente, da taxa de câmbio - são os parâmetros principais da política agrícola pelo lado da despesa. Estes parâmetros também exercem influência "ex-ante" no vetor de demanda efetiva, na medida em que também sejam incorporados às expectativas dos produtores.

Todo esse conjunto de ações bancárias-estatais, configura um crescente domínio financeiro e estatal, regulando as condições de produção e formação da renda no setor agrícola. Não se pense que as intervenções compensatórias do lado da demanda final logrem equilibrar as condições de demanda efetiva e demanda final. A teoria da de

manda efetiva, a meu ver, não é uma teoria explicativa do equilíbrio. Ao contrário, é uma construção teórica que dá conta do desajuste endógeno entre o caráter privado da produção capitalista e o caráter social da despesa agregada, em termos de consumo e investimento. Sendo esse último essencialmente instável numa economia capitalista*, os "ajustes" da demanda efetiva se traduzem em flutuações da demanda efetiva entre períodos de produção ou de emprego. Assim, as diferenças entre os vetores $D'i$ e d_i , provocando a formação de estoques ou importações não planejadas, levarão a que, no período posterior, os empresários reformulem suas expectativas de produção, planejando um novo vetor de demanda efetiva, de maior ou menor nível e diferente composição.

É inegável que a política monetária e financeira do Estado, e particularmente no caso brasileiro, compreende um enorme poder de determinação, simultaneamente, da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhe margens de lucratividade mais estáveis e generosas.

A *integração de capitais*, entendida como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura, que analiso mais adiante, tentando identificar suas conexões na agricultura brasileira.

* Recolho e interpreto aqui a visão de instabilidade da demanda efetiva em Keynes, aproveitando a contribuição de L.G. Belluzzo e M.C. Tavares in "Ainda a Controvérsia da Demanda Efetiva: Uma Pequena Intervenção" - Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 3, São Paulo, julho/setembro de 1981.

1.2 - Mudança no Padrão de Financiamento e suas Implicações

Há um padrão de financiamento rural - com predominância dos bancos estatais, taxas de juros altamente favorecidas e todo um conjunto de outros parâmetros de política financeira - orientando a produção agrícola, a que correspondeu uma forma peculiar de mobilização da liquidez econômica geral para efeito de aplicação direta no crédito rural. A esse estilo de financiamento correspondeu um papel bem especial da política monetária voltada para o setor agrícola, tema de que já tratei com maior detalhe nas seções 3.1 e 3.2 da Primeira Parte deste trabalho (Capítulo 2).

Esse padrão de financiamento apresenta visíveis sinais de esgotamento desde final dos anos 70, e vem sucessivamente sofrendo modificações que não lograram até o presente definir um novo sistema nacional de crédito rural. Não obstante, alguns aspectos dessas mudanças podem ser apreendidos e, principalmente, pode-se refletir sobre o momento histórico em que eles se processam, que é precisamente de transição e construção de novas estruturas financeiras para a agricultura.

À luz das novas diretrizes de política monetária que vêm sendo sucessivamente adotadas para a agricultura, com crescente elevação das taxas nominais de juros e inserção do sistema de financiamento no domínio das operações privadas do mercado financeiro, algumas indicações parecem enfatizar a essa nova orientação.

Em primeiro lugar, é de se destacar a nova importância que assumem as fontes de auto-financiamento na produção rural, à vista do encarecimento rápido dos custos financeiros para o tomador.

Em segundo lugar, há, necessariamente, uma seleção na clientela que demanda crédito, com a emergência de clientes preferenciais representados por empresários rurais ligados a atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços, etc.. Esses, constituindo-se num grupo restrito de operadores, contando com massas de lucro apreciáveis a negociar com os bancos, podem eventualmente gozar dos benefícios financeiros da reciprocidade, obtendo taxas diferenciadas de juros, prazos e condições outras que não são acessíveis ao pequeno tomador.

Em terceiro lugar, há ainda que destacar a própria integração direta dos grandes bancos e grandes grupos econômicos com interesses em aplicações na produção agrícola e no mercado de terras, expandindo o negócio bancário para além do crédito.

Em quarto lugar, há que se considerar as novas formas e fontes de captação de excedentes financeiros - as poupanças individuais, sua remuneração e aplicação no crédito rural - admitindo-se que o novo sistema operaria fundamentalmente com menores transferências de saldos líquidos a custo nulo, como o são os depósitos a vista e as transferências fiscais e para-fiscais para empréstimo ao setor rural.

Em quinto lugar, destaque-se que, em período de crise financeira aguda como a que vivemos neste início de década, a mudança do padrão de financiamento, como ora vem se processando, se manifesta geralmente de forma negativa, reduzindo o volume de financiamentos e exacerbando as tendências mais parasitárias do negócio do dinheiro, sem lograr solidificação de novas associações dos empreendimentos produtivos com as instituições financiadoras.

Observe-se que a mudança pura e simples de um sistema de taxas de juros favorecidas para um sistema de juros de mercado, mantidas iguais todas as demais formas estatais e oligopólicas de administrar das margens de lucro nas atividades rurais, representa uma alteração de grande profundidade nas condições sócio-econômicas da agricultura. Significa, em outros termos, crescente poder do capital bancário em reivindicar uma parcela apreciável do lucro agrícola, acrescentando ainda mais restrições e perdas aos capitais cativos de produção exclusiva no setor agrícola.

Conquanto o movimento de conglomeração entre bancos, agricultura, indústria, comércio, etc., tenha avançado recentemente nos ramos agrícolas de demanda mais dinâmica, o que se tenta impor como novo padrão de financiamento, cuja síntese maior é a taxa de juros regulada pelo mercado financeiro, exerce um efeito altamente desestabilizador sobre os grupos de médios e pequenos produtores tecnificados, tema que analiso especificamente mais adiante (cap. 5, seção 3).

Além do impacto desarticulador sobre um grupo social expressivo, inclusive em termos de contribuição à produção, haveria um movimento muito mais agudo de desestruturação desse grupo, promovendo mobilidade social inversa e revertendo-o à escala social inferior, representada pelo grupo informe de agricultores minifundistas, com fraca contribuição econômica em termos de produção, baixíssimos rendimentos e alto nível de subemprego.

Observe-se, ainda, que o padrão de financiamento que teimosamente o Conselho Monetário Nacional tenta implantar "a frio" no auge da recessão econômica, não encontra paralelo nos sistemas de financiamento das economias capitalistas maduras. A estrutura formal mais ou menos assemelhada de financiamento, regulada pelo mercado, seria o exemplo do sistema de crédito rural norte americano. Para tomar um dado mais recente, depoimentos e "papers" apresentados pelos representantes norte-americanos da Administração de Crédito Rural revelam que:

*"O endividamento dos produtores agrícolas nos EUA alcançou no final de 1981, o total de aproximadamente, US\$ 198 bilhões. Deste total, 34 bilhões eram de fontes públicas - 17,4%; e 161 bilhões - 82,6%, de fontes privadas. No setor privado, a maior parte - 78 bilhões - 48,4% do total privado - veio do sistema de crédito rural".**

Ora, considerando que o crédito rural de origem pública, concedido majoritariamente pela CCC (Commodity Credit Corporation) nos Estados Unidos, é feito a taxas favorecidas, e considerando, ainda, que o sistema de crédito rural federal dos EUA, composto por doze bancos federais cooperativos, 12 "Federal Land Banks" e 12 "Federal Intermediate Banks" é, em verdade, operado e associado financeiramente aos negócios dos "farmers", resta ao sistema bancário estritamente privado uma fatia bem menor do financiamento rural total**.

* "INFORME PARA O BRASIL" - preparado por William J. Hoffman-Diretor da Divisão Leste da Administração do Crédito Rural - Seminário Internacional sobre Crédito Rural - 23 a 28 de agosto, 1982 - Rio de Janeiro, p. 12:

**Para uma análise do sistema financeiro rural dos Estados Unidos e seu grau de associação com os produtores rurais ver John B. Penson Jr. e David A. Lins, "Agricultural Finance - an Introduction to Micro and Macro Concepts" - Englewood Cliffs - New Jersey - PRENTICE-HALL - 1980, Caps. 19 e 20.

Considere-se ainda o alto grau de conglomeração e solidariedade financeiras que o sistema financeiro rural americano propicia entre "farmers", cooperativas, agroindústrias, bancos rurais e, por meio delas com o mercado financeiro nacional norte-americano: o montante de bônus colocado no mercado pelo sistema de crédito rural é excedido apenas pelas emissões de títulos públicos dos EEUU, segundo dados contidos no já mencionado "informe" da administração de crédito rural.

Não havendo na economia brasileira algo parecido com o sistema financeiro rural norte americano, a privatização aponta muito mais para o aprofundamento das tendências parasitárias do capital bancário que para uma generalização ou homogeneização do capitalismo no campo.

Observe-se que, ao se reestruturar o sistema de financiamento para o setor agrícola, considerando-se a complexidade da economia rural e sua inserção no domínio do capital financeiro, promove-se, implicitamente, alterações profundas nas relações sociais de diferentes e heterogêneos grupos sociais rurais e urbanos. Nesse contexto, não se pode abstrair a presença financeira do Estado, pois é a partir dela que sua função regulatória se torna eficaz em qualquer novo sistema financeiro que venha a ser organizado.

Um novo padrão de financiamento não é assunto para ser negociado apenas no Conselho Monetário Nacional, pois envolve, na realidade, todo um projeto de reestruturação agrária, onde questões de sentido e de forma do desenvolvimento rural que se projeta terão que ser explicitadas.

À guisa de elucidação do teor e da amplitude dos interesses envolvidos, considere-se alguns dos grupos sociais mais expressivos da agricultura e o seu papel indefinido ou definido às avessas na nova política creditícia pós-FMI.

Parece-me que a nova norma de financiamento que, em sucessivas safras, o Conselho Monetário Nacional tem anunciado a partir de 1981, atenderia, ainda que problematicamente, aos capitais com interesses cruzados no setor agroindustrial, no comércio exterior e no mercado de terras, na medida em que o favorecimento especial da polí

tica de exportação, o poder de administração das margens de preço para os produtos agroindustriais e, ainda, a especulação com terras, realizados por esses capitais viessem a compensar os custos do endividamento. Esses capitais representam um segmento crescente da economia rural brasileira, de que tratarei mais exaustivamente no Capítulo 5, mas revelam contradições em termos de contribuição à produção e apresentam estratégia especulativa instabilizadora no mercado de terras.

Um segundo grupo social organizado, que carece de definições mais claras no sistema de financiamento, é o segmento de cooperativas, tanto as grandes cooperativas voltadas para o comércio exterior quanto as voltadas mais diretamente ao abastecimento do mercado interno (produção de leite, basicamente).

Um terceiro grupo importante de pequenos produtores autônomos e tecnificados, quer aqueles organizados em cooperativas, quer aqueles integrados em processos modernos da agroindústria, da avicultura, da fumicultura, do setor hortigranjeiro, etc., dificilmente lograriam manter-se em suas atividades, a perdurar as dificuldades de acesso e alto custo do endividamento no sistema de crédito.

Um quarto grupo, inteiramente deslocado tanto do antigo como do novo padrão de financiamento que se gesta, é a imensa parcela de cerca de 4 milhões ou mais micro-estabelecimentos rurais, totalmente incapacitados para uma inserção no sistema financeiro privado ou mesmo estatal. Esses, para se viabilizarem como grupo social integrado no sistema financeiro, certamente teriam que contar com mediação das agências promotoras da reforma agrária.

Ademais, há riscos incalculáveis para a própria estabilidade da política financeira em se soltar a taxa de juros para a produção rural, quando essa mesma taxa de juros se revela muito elevada, o sistema financeiro nacional está em desordem, e a produção rural e todos os seus ramos agroindustriais conexos estão comprometidos com altas necessidades de financiamento.

A menos que houvesse outra organização do sistema nacional de crédito rural e de sua articulação orgânica com o capital produtí

vo no campo, a privatização do crédito, aqui entendida, basicamente, como das taxas de juros para financiamentos à produção rural, poderia ser parte de uma estratégia para novas ondas de centralização do capital na agricultura, mas com riscos muito grandes para a sociedade em seu conjunto e mesmo para o processo de crescimento econômico sob comando do grande capital.

2 - Processo de Conglomeração de Capitais e sua Manifestação na Agricultura

Definido o capital financeiro como uma relação social abstrata e geral - sob comando das instituições controladoras da liquidez e dos meios de financiamento como um todo - que envolve crescente organização monopolista dos mercados, desenvolvi, na seção anterior, uma análise da forma peculiar de relacionamento das instituições de crédito com a produção rural. Esse aspecto do financiamento é apenas uma forma de articulação de estruturas monopólicas que, especialmente no exemplo da agricultura brasileira, é basicamente regulado pelo Estado*.

Nesta seção abordarei um outro aspecto de desenvolvimento dessa nova forma de organização monopolista dos mercados. Trata-se do processo de conglomeração empresarial, marcado pela organização de "holdings", "cartéis", "trusts" e um sem número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que se cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação dos capitais em distintos mercados**.

* A função estatal de aglutinar e financiar os empreendimentos do grande capital na economia brasileira é vista por Maria da Conceição Tavares como uma forma passiva do Estado cumprir funções de capital financeiro. Ver em especial Maria da Conceição Tavares, op. cit. p. 111.

** Para uma discussão teórica do processo de conglomeração financeira, ver em especial os capítulos VII, XI, XII e XIV de Hilferding, op. cit. e ainda os capítulos de VI a X de Hobson op. cit. cap. VI.

Esse mesmo processo de conglomeração, analisado por Hobson, revela a necessidade da moderna empresa capitalista de desenvolver suas relações intersticiais (intersetoriais e internacionais), sob a direção de um centro financeiro. Aqui, o processo de conglomeração e a paralela especialização e dominância dos circuitos financeiros são dois momentos de um mesmo processo, como esclarece o autor:

"A complexa diversificação de processos industriais, que resultou na formação de empresas separadas, a concentração de uma longa série de diferentes empresas, contribuindo diretamente para produção de todo tipo de mercadoria, a relação de cada elemento dessa série com empresas dependentes ou subsidiárias, cada uma das quais é, individualmente, um elemento de outra série de processos ordenados em separado, a interdependência dos processos manufatureiros ou comerciais mais amplamente divergentes, por meio de uso de uma fonte comum de força dinâmica ou de um instrumento de transporte, a expansão e conseqüente transformação de mercados locais em mercados nacionais e mundiais, que concretizam a unidade de sistemas industriais antes distintos e auto-suficientes - em resumo o funcionamento de tal organização industrial importa um mecanismo delicado e intrincado de ajustamentos. Para que esse sistema possa funcionar correta e economicamente, torna-se necessário um instrumento automático para aplicação de estímulos econômicos e a geração de força produtiva em pontos de carência industrial e uma correspondente aplicação de dispositivos de contenção em pontos de excesso industrial: a força individual deve ser distribuída de forma geral por todo o organismo, a fim de ser transformada em formas específicas de energia produtiva onde for necessário".

"Essa necessidade crescente de indústria moderna reagiu de duas maneiras importantes sobre a estrutura econômica - primeiro produzindo mudança radical na estrutura da unidade empresarial; segundo, dando ori

*gem a uma classe de especialistas em finanças, cuja tarefa é a direção estratégica das relações intersticiais do sistema".**

A análise de Hilferding desta etapa de concentração e centralização do capital aponta para as ondas sucessivas de inovação tecnológica que levam a uma alteração profunda na composição orgânica do capital. Essa mudança, pela sua natureza, impõe crescente imobilização de capital, sob a forma de capital fixo, obstando por esse lado, a livre mobilidade do capital, e a partir daí, a nivelção da taxa de lucro na economia.

É crucial, a meu ver, que a questão da imobilização do capital fixo seja explicitada, pelas similaridades - mas não identidades - que apresentará com o desenvolvimento da agricultura capitalista, como tento expor mais adiante.

As características da acumulação real de capital, principalmente na 2a. Revolução Industrial, ocorrem - como bem estudou Marx nos capítulos XII e XXIII, de "O Capital" (A Maquinaria e a Indústria Moderna) e (A Lei Geral da Acumulação Capitalista), sob o influxo de intensa elevação da produtividade do trabalho, medida pela sua composição orgânica (capital constante/capital variável). Simultaneamente a essa mudança, ocorre também alteração profunda na composição do capital constante, com o crescimento mais acelerado do capital fixo relativamente aos elementos do capital circulante. Essa alteração da estrutura orgânica do capital impõe dificuldades à sua livre transmigração sob dois aspectos. Por um lado, o capital fixo transfere valor para a mercadoria apenas lentamente, ao longo do período de duração útil do equipamento fixo. Isto posto, se aumenta relativamente o capital fixo, aumenta também o período de rotação do capital (tempo de produção + tempo de circulação), e por isso mesmo, sua fluidez é reduzida.

Por outro lado, a elevação da densidade do capital fixo funciona como uma espécie de barreira à saída nos ramos de produção especializada, como reconhece Hilferding na passagem abaixo:

* John A. Hobson, op. cit., p. 176.

"Uma segunda barreira consiste em que o desenvolvimento técnico amplia ao mesmo tempo, a escala de produção, em que o volume crescente de capital constante e especialmente do fixo, requer uma soma maior de capital para ampliar de um modo correspondente a produção em geral ... Mas a liberdade do capital é uma condição para a nivelação da taxa de lucro. Esta liberdade se perturba quando a afluência ou fuga do capital não pode tomar lugar livremente."*

Essa barreira que o desenvolvimento capitalista faz surgir enseja novas maneiras de centralização do capital, movendo o sistema a retransformar-se em formas fluidas de valorização, que logrem superar as barreiras impostas pela crescente imobilização do capital produtivo, sob a forma de capital fixo.

Nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista, que identifique inicialmente com o processo de conglomeração, a luta concorrencial assume claramente a forma de mobilização (centralização e concentração) ampliada de capital, como recurso possível para enfrentar a rigidez das grandes imobilizações físicas. Neste contexto, a instância financeira assume cada vez maior dominância, como meio de alavancagem de recursos e como gestão superior de sua circulação e valorização. Dá-se, então, a conglomeração industrial, cruzada com os bancos e/ou outras instituições financeiras, instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente, de capital real em ativos financeiros.

Todo esse processo de conglomeração industrial e financeira que descrevo é observada de forma bastante peculiar na agricultura e em escala menor do que a observável na indústria. Há questões semelhantes do desenvolvimento da agricultura capitalista que merecem um tratamento especial à luz das teorias sobre o capital financeiro.

* Rudolf Hilferding, op. cit. p. 205

A imobilização em capital fixo na indústria apresenta uma certa similaridade com a imobilização de capital em terras na agricultura, sem contar as similaridades das formas de imobilização fixa nos equipamentos agrícolas e em algumas lavouras perenes. A "solução" para retransformação do capital, dando-lhe maior mobilidade e poder de alavancagem de recursos, passa também pela esfera financeira, em especial pela órbita da circulação. Este aspecto será examinado especificamente no Capítulo 6, sobre "Circulação Financeira e Mercado de Terras".

Há, por outro lado, uma certa dinâmica de nos ramos mais modernos da agricultura capitalista brasileira, que de resto também está presente em outras economias. A integração que faz sugerir uma forma assemelhada, embora distinta, ao conglomerado industrial clássico, porquanto no exemplo da agricultura não se realizam todos os cruzamentos entre diferentes ramos produtivos e blocos de capital.

2.1 - Integração de Capitais X Integração Técnico-Produtiva

Ressalte-se que os conceitos de integração de capitais (fusão de capitais) e integração técnica intersetorial, a nível das relações interindustriais do tipo insumo-produto, são conceitos inteiramente distintos em sua natureza e implicações. Entretanto, algumas vezes são usados como sinônimos, gerando grande confusão para o tratamento analítico. Mais adiante pretendo indicar o grau de desvio teórico que se estabelece a partir da discussão da constituição do complexo agroindustrial brasileiro e a utilização indiferenciada dos conceitos de integração que ora pretendo discutir.

Adotando-se o conceito de integração de capitais, na linha da fusão e incorporação, segundo Hilferding, persegue-se o conceito de capital financeiro aplicável à agricultura. Essa integração, como já assinalai, implicaria em centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., que, por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agro-comerciais). O objetivo da integração é a busca da taxa média de lucro do conglomerado, como bem enfatiza o professor Giannotti na citação abaixo:

"As grandes empresas conglomeram diversos ramos produtivos, de sorte que se torna possível sacrificar a lucratividade num setor para maximizar a lucratividade de do todo. Elas são socialmente planejadas. A compensação cega do mercado, responsável pela geração da taxa média de lucro, é substituída por uma planificação do lucro que atinge capitais de composição orgânica (diversas). Esta planificação para o lucro, para o movimento de auto-valorização do capital, converte o investimento de uma grande empresa num capital em geral sem passar pela mediação do capital social total ..."*

A posição de Geraldo Muller, louvando-se na interpretação que citei acima do Prof. Giannotti, atribui importância ao papel do Estado como regulador da taxa média de lucro na agricultura capitalista:

"... penso que se pode sustentar que a regulação da agricultura pela taxa média de lucro já não mais é possível, não só pela conversão mencionada (planificação do lucro), realizado pelas grandes empresas, mas porque o Estado é o agente que converte parte do capital social total na agricultura em capital geral. É que o Estado erigiu-se em capitalista financeiro por excelência, levando também para a agricultura a separação entre o grande e o pequeno capital... O Estado planifica a agricultura para o lucro, no interior do qual opera uma certa taxa média que distribui os capitais privados e, por força, as diversas formas de riqueza produtiva."**

A questão, como colocada na citação acima parece-me relevante no sentido de atribuir um papel regulador da política econômica sobre a taxa de lucro da agricultura, discriminando ao mesmo tempo a "planificação do lucro" para grandes capitais, enquanto os pequenos capitais ficariam regulados pelo mercado.

* José Arthur Giannotti, "Formas de Sociabilidade Capitalista". Estudos CEBRAP 24, Petrópolis, Ed. Vozes, p. 109.

** Geraldo Muller, op. cit. p. 74.

Com a pequena ressalva do termo planificação do lucro, que a meu ver enseja o entendimento de uma certa lógica funcional da política econômica do Estado, estou, em geral, de acordo com o caráter da regulação da taxa de lucro no âmbito da política econômica; e completaria, ainda, incluindo mesmo os pequenos capitais nessa regulação, excluindo apenas aquela categoria de "pequenos produtores não associados ao capital financeiro", tratada mais adiante, no Cap. 5.

O tipo de regulação do lucro que se opera pela política econômica explicita-se, geralmente, pela diferenciação das margens brutas de lucro, em razão de um enorme poder de administração de preços de produtos e insumos pelo Estado e sua faculdade de conceder benefícios fiscais e financeiros diferenciados aos capitais operantes no setor rural e atividades conexas. Esse tipo de regulação não é, contudo, planejada, no sentido do equilíbrio e da funcionalidade que o planejamento econômico sugere. Ao contrário, a regulação e diferenciação das margens de lucro para distintos capitais individuais pressupõe a operação do incessante impulso da luta competitiva, e se manifesta como processo instável e altamente diferenciador, onde alguns capitais obterão ganhos especiais e outros serão excluídos ou marginalmente atendidos. Os fatores econômicos e políticos que entram na definição dos ganhadores e perdedores serão simultaneamente relevantes e mutáveis, quer pelo peso da luta competitiva intra-capitalista, quer pelo peso político das demandas emanadas da clientela. A exclusão de grandes parcelas de pequenos produtores, a que me referi acima, está associada a um padrão determinado de relações econômicas e sociais, fundado num determinado pacto de poder do Estado, que vigora em todo o período histórico que estou examinando, tema de que trato com mais vagar no Capítulo 5, seção 3.

Voltando ao tema inicial - a comparação entre os conceitos de integração de capitais e a integração de setores produtivos - temos na posição de Alberto Passos Guimarães, um adepto ostensivo da segunda posição, que como pretendo indicar, segue uma linhagem teórica bem distinta do primeiro conceito, o que muitas vezes dá motivo a confusão pela aparente identidade de abordagem analítica.

Alberto Passos Guimarães, na análise de "O Processo de Industrialização da Agricultura" e o "Complexo Agroindustrial"*, tenta traçar uma símile entre os processos clássicos de monopolização do capital industrial (concentração e centralização sob a égide financeira) e o fenômeno da constituição do chamado Complexo Agroindustrial na Agricultura. Neste sentido, o autor recorre em várias passagens a citações de Kaustsky e, principalmente, de Hilferding, para apontar a semelhança entre a industrialização do campo (com seus exemplos de contratos de quase-integração) e os fenômenos de fusão e acordos industriais entre a indústria siderúrgica e a extrativa-mineral, sob o comando bancário, que caracterizaram, na Alemanha do início do século, uma das facetas da constituição do capitalismo monopolista sob dominação financeira.

Por outro lado, quando o autor chega a examinar concretamente as formas de integração agricultura-indústria no C.A.I., aponta para uma irrecorrível inviabilidade desse pacto, em razão da expropriação de renda realizada pelos monopólios industriais a montante e a jusante da agricultura.

Ora, a integração de que fala Alberto Passos Guimarães não cogita da idéia de conglomeração empresarial, com o fito de realizar uma taxa média de lucro. Na realidade, o autor se refere à integração técnica agricultura-indústria. E interpreta economicamente essa integração à luz da teoria da *troca desigual*, onde a agricultura, conduzida geralmente sob a forma de empresa individual, em bases não capitalistas, defronta-se com uma indústria oligopolizada, que lhe estabelece preços e demais condições comerciais. As relações de intercâmbio agricultura-indústria seriam, então, perversas contra a primeira**, tornando a agricultura inviável para o capital.

As diferentes formas de integração de capitais entre agricultura e indústria sob a mediação do Estado, que analiso especificamente para o caso brasileiro no próximo capítulo, não entram na aná-

* Alberto Passos Guimarães, "A Crise Agrária ...", op. cit. caps. 3 e 4.

** A explicitação direta dessa posição sobre individualidade capitalista na agricultura na forma em que estou aqui resumindo está posta em artigo de Alberto Passos Guimarães - "A Agricultura Capitalista: Uma Perspectiva de Inviabilidade?" - Boletim da ABRA, Ano VII, nov-dez 1978, pp. 4/10.

lise do autor. Até mesmo os contratos de quase-integração entre agroindústria e fornecedores, comuns nos ramos de avicultura, sucos vegetais, fumicultura e vários outros, são tratados tão somente pelo lado de suas cláusulas leoninas sobre regularidade de fornecimento de matérias-primas e de determinação dos preços pela indústria, que submete os produtores a condições espoliativas de comercialização.

Penso que a relevante contribuição analítica de Alberto Passos Guimarães, especialmente nos citados capítulos sobre "Processo de Industrialização da Agricultura" e "O Complexo Agroindustrial", revela uma parte importante do desenvolvimento das relações interindustriais entre as indústrias, a jusante e a montante, e a agropecuária, mostrando um processo muito profundo de integração técnica. Mas esse processo não se esgota aí, como pode sugerir o argumento da inviabilidade capitalista da agricultura. Ao contrário, a integração de capitais, de forma simultânea ou posterior, é a parte que falta desenvolver na análise do autor, o que me propus realizar nessa tese.

A meu ver, o aprofundamento das relações de integração técnica agricultura-indústria, com a disseminação do uso de meios de produção industriais por um lado e modernização dos blocos industriais processadores de produtos agrícolas por outro lado, são uma condição necessária, mas não suficiente, para que se operem simultânea ou posteriormente diversas formas de acordos ou fusão de capitais agroindustriais. No fundamental, a etapa da modernização agropecuária não pode ser contraposta à viabilidade capitalista na agricultura. Ao contrário, prepara o caminho para uma integração capitalista mais profunda.

Aparentemente, o Sistema Nacional de Crédito Rural cumpriu sua função original de cimentar relações técnicas agricultura-indústria, tanto a montante quanto a jusante. Mas, certamente, a articulação orgânica dos capitais bancários, agrários e industriais não logrou desenvolver toda a potencialidade das ligações "intersticiais". A presente crise de crédito, com suas influências negativas sobre a integração técnica estrita, aponta para soluções financeiras a nível da fusão de capitais dentro e fora do C.A.I., direção que embora emergente não está ainda claramente delineada, tanto mais que o papel diretivo e reorganizador do Estado seria fundamental nesse processo.

As diferentes formas de mediação estatal que induzem a integração de capitais, conforme aponte na Primeira Parte, conferem à política econômica para a agricultura uma direção de conglomerado. Isso não implica presumir o desaparecimento ou perda de substância da empresa agrícola individual e, especialmente, da pequena produção agrícola. Essa coexiste com papéis e lugares específicos a ocupar no desenvolvimento agrícola, como pretendo demonstrar no Capítulo 5, seção 3.

Os exemplos mais evidentes de integração de capitais dominando determinados ramos da produção rural e, principalmente, a morfologia das instituições do capital financeiro na atividade rural, são efetivamente o que surge de novo ou se transforma na agricultura brasileira.

2.2 - Mobilidade do Capital Fixo na Agropecuária

Até o presente tratei as peculiaridades de rotação do capital circulante na agricultura (seção 1) e os aspectos conceituais relativos ao desenvolvimento do sistema de crédito e paralela regulação das margens privadas de lucro na agricultura. Esse mesmo processo, incentivando a modernização agropecuária, promove o aprofundamento das relações interindustriais agricultura-indústria, que denominei de integração técnica. O passo ulterior é a integração de capitais, no sentido da fusão de capitais múltiplos e sua conglomeração também na agricultura.

Nessa linha de abordagem, vou analisar a questão da mobilidade do capital fixo na agricultura, expresso especificamente pela rotação dos capitais aplicados em equipamentos, rebanhos, culturas perenes e infra-estruturas incorporadas aos recursos naturais (obras de irrigação e drenagem), deixando ao Capítulo 6 o tratamento específico para a terra.

A principal distinção do capital fixo na agricultura, comparativamente aos processos de produção contínuos, é a sua ociosidade parcial durante o ano civil. Com isso, a rotação de parcelas do capital fixo, reduzido à forma dinheiro, somente se transfere ao valor da mercadoria por ocasião do giro do capital circulante, operado em geral uma única vez durante o ano. Essa é, certamente, uma situação singular, distinta da maioria dos processos industriais, onde a continuidade de giro do capital circulante possibilita uma rotação mais rápida do capital fixo*, ambos reduzidos à forma dinheiro.

É importante observar que não obstante a relativa ociosidade de vários elementos do capital fixo agrícola durante o ano civil, em face das características peculiares do período de produção, não se observa, por outro lado, uma imobilidade técnica do capital produtivo que o impeça em todos os casos de transmigrar entre diferentes ramos de operação na agricultura ou mesmo fora dela. Não se verifica em todos os casos aquele obstáculo identificado por Hilferding, estudando em geral os processos industriais:

*"A tendência à nivelção da taxa de lucro encontra resistência, em proporções cada vez maiores, na impossibilidade de se retirar de um ramo de produção, do capital produtivo, cujo componente principal está formado pelo capital fixo".***

* Uma citação que reproduzo abaixo de Marx esclarece, inclusive com exemplo numérico, a rotação dos diferentes elementos do capital produtivo em processo contínuo:

"Para calcular a rotação global do capital produtivo adiantado, reduzimos portanto todos os seus elementos à forma dinheiro, de modo que a volta a essa forma encerra a rotação. Consideremos o valor como se fosse sempre adiantado em dinheiro, mesmo no processo de produção contínuo em que a forma dinheiro do valor figura apenas em dinheiro de conta. Podemos então tirar a média".

"Daí resulta que - mesmo quando parte bem maior do capital produtivo adiantado consista de capital fixo, cujo tempo para reprodução ou rotação abarca um ciclo de muitos anos - o valor do capital que roda durante o ano pode ser maior que o valor do capital adiantado, em virtude das rotações repetidas, no mesmo período, do capital circulante".

"Seja o capital fixo 80 mil, seu tempo para reproduzir-se 10 anos, de modo que dele 8 mil libras revertem anualmente à forma dinheiro, realizando assim 1/10 de sua rotação. Seja o capital circulante igual a 20 mil, realizando cinco rotações por ano, o que corresponde ao capital global de 100.000 libras esterlinas. Nessas condições, o capital fixo que roda = 8.000 libras; e o capital circulante é igual $5 \times 20 = 100.000$ libras esterlinas, o capital que roda durante o ano = 108.000 libras esterlinas, ultrapassando o capital adiantado em 8.000 libras esterlinas ...". (Karl Marx - "O Capital"; Livro 2, volume 3, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980, p. 192/193).

** Rudolf Hilferding, op. cit. p. 151.

Ora, dois dos principais elementos de capital fixo da atividade agropecuária - os equipamentos (tratores, colhedeiras e implementos diversos), e o estoque de animais - apresentam, em geral, mobilidade, seja ao nível real seja ao nível financeiro, de forma a descongelar-se ou migrar para atividades de maior taxa de lucro, em tempo independente de sua vida útil ou do seu ciclo de reprodução.

No primeiro caso, a maior mobilidade dos equipamentos produtivos está em grande medida associada à constituição de empresas de mecanização agrícola, operando em diferentes modalidades de "leasing" de curta duração. Nesses casos, o ativo fixo envolvido na imobilização de capital em tratores, colhedeiras e outros equipamentos de longo ciclo, transforma-se para o produtor individual, em capital circulante, dimensionado pelo valor de aluguel do equipamento e/ou dos serviços de mecanização adotados.

Por seu turno, para a empresa de "leasing", a imobilização de capital em máquinas continua ser ativo fixo. Mas, dado o caráter diversificado de sua clientela, o equipamento é utilizado em maior número de horas-ano de operação. Ademais, tendo o País diferentes latitudes geográficas (o período - safra do Sul apresenta certa variabilidade em meses relativamente ao Centro, e esse em relação ao Nordeste que, por sua vez, também se distingue do Norte), a organização de um sistema "leasing" com contratos de curta duração, em escala nacional, poderia teoricamente operar com seu equipamento de capital fixo em praticamente todo o ano civil. Em parte, esse papel de fazer circular os equipamentos mecânicos é também, precariamente, exercido pelas patrulhas mecanizadas estaduais.

No caso brasileiro, a tendência que parece estar se definindo para os contratos de "leasing" é, em primeiro lugar, a sua completa separação da prestação de serviços de mecanização agrícola e, em segundo lugar, a adoção do prazo de 2 anos como mínimo período contratual, findo o qual o produtor teria preferência para adquirir as máquinas ou devolvê-las. Esse sistema certamente transfere integralmente ao agricultor a responsabilidade de operar com a maior eficiência possível seu equipamento, inclusive sublocando-o nos períodos de ociosidade.

O sistema de "leasing" agropecuário, que ora está aparecendo no Brasil, surge intimamente ligado ao setor bancário, com integração de capitais à indústria de tratores para a agricultura, constituindo-se numa típica inovação capitalista no campo do financiamento e da mobilidade do capital fixo na agricultura. Tais características permitem identificá-lo como uma forma peculiar de inovação do capital financeiro no sistema de financiamento rural que ora ensaia os seus primeiros passos.

Essa inovação do capital financeiro na agricultura brasileira surge, praticamente, em abril de 1982, com a criação da primeira empresa dedicada à exploração do "leasing" agrícola - a empresa AGRILEASING - ligada ao grupo IOSCHPE.

Surgido tão recentemente, mediante financiamentos externos do Banco Mundial e do "Credit Agricole de France", da subscrição interna de debêntures no mercado financeiro e de outros recursos do próprio grupo, o empreendimento AGRILEASING-IOSCHPE já em 23 de junho de 1983 recebia vultosos financiamentos do BNDES com a finalidade específica de assumir o controle acionário da empresa de bens de capital Massey-Ferguson do Brasil (Folha de São Paulo 23/06/83 - p. 20).

Concomitantemente, ainda no primeiro semestre de 1983, o Poder Executivo enviava mensagem ao Congresso, convertida em Lei em 1984, modificando a legislação vigente sobre operação com empresa de "leasing" para permitir, explicitamente atendendo à demanda agrícola, que as operações fossem extensivas também a pessoas físicas.

As evidências empíricas da operação desse novo sistema são ainda escassas, mas certamente há fortes indícios de sua inserção num novo sistema de crédito rural, que o governo vem discutindo e preparando, sem ainda ter logrado equacionar, juntamente com vários outros problemas do financiamento rural.

Um outro componente quantitativamente importante do capital fixo na agropecuária é, precisamente, o seu estoque de animais, principalmente bovinos. Esse tipo de capital fixo apresenta liquidez muito elevada, funcionando para o pecuarista como se fora o estoque de mercadorias terminadas. O estoque total pecuário, e não apenas a sua taxa normal de desfrute anual, goza de alta mobilidade financeira, podendo o capital materializado nessa forma migrar financeiramente para outros setores, seguindo as expectativas de rentabilidade. Isso, aliás, é um dos fatores de instabilidade cíclica da pecuária, haja vista que nos periódicos ciclos de queda de preços ocorre abate elevado de matrizes, e redução paralela dos rebanhos, provocando subseqüentes fases de escassez de carne no mercado interno e elevação de preços. Os mecanismos de financiamento, a retenção de matrizes e, bem assim, todo um conjunto de medidas tendentes a reduzir a flutuação da taxa efetiva de desfrute que se coadunem com uma certa estabilização interna de preços, é tema que foge ao escopo específico deste trabalho.

Nos outros elementos mencionados de capital fixo - imobilização em culturas perenes, silvicultura e infra-estruturas incorporadas à terra (irrigação e drenagem, principalmente) - temos imobilizadores tecnicamente semelhantes às do capital fixo na indústria. A diferença principal está no fato de que, em geral, o processo industrial se renova continuamente ao longo do ano civil, permitindo que um mesmo capital circulante proceda a sucessivos giros e, portanto, reverta à forma líquida do dinheiro, tornando relativamente menores as necessidades de financiamento desse capital circulante num tempo dado. Em certo sentido, o processo de produção em agricultura irrigada, permitindo a repetição dentro do ano civil, do período de produção agrícola, imitaria a rotação do capital circulante na indústria, haja vista que os ciclos de produção se sucederiam. Há limites ecológicos e econômicos para a continuidade de tais repetições, envolvendo perda irreversível de recursos naturais não reproduzíveis, que se traduzem economicamente em rendimentos decrescentes da aplicação de capital por hectare. Deixo, contudo, de tratar especificamente dessa questão, por extrapolar os limites em que se situa esse trabalho.

Finalmente, deve-se assinalar que a forma de financiamento para todos esses elementos de capital fixo de que estou tratando, ope

ra-se, em geral, com as mesmas características de integração dos produtores à rede bancária e as agências de política agrícola governamental, semelhantemente ao financiamento do capital circulante, já tratado no Capítulo 4, seção 1, e na análise do crédito para investimento da Primeira Parte (Capítulo 3, seção 1).

Capítulo 5

Formas de Integração de Capitais na Agricultura Brasileira

Introdução

A análise do processo de integração de capitais na agricultura brasileira, pretendo fazê-la com o devido cuidado para interpretar os elementos empíricos, os aspectos institucionais e o papel mediador da política econômica, num todo que adquire significado de uma estrutura que se transforma, movida pela inovação crescente do capital no campo. As evidências empíricas, conquanto relevantes, não permitem por si sós deduzir essa dinâmica, sem que se interprete as várias facetas do que aqui estou analisando como processo de desenvolvimento do grande capital no campo.

Analisar a integração de capitais num quadro complexo de inserção do grande capital, sob mediação do Estado, no Universo econômico e socialmente heterogêneo do meio rural brasileiro, requer que se faça, previamente, uma advertência sobre os limites quantitativos relativamente estreitos desse processo, sem perder de vista os elementos qualitativos ainda não desenvolvidos da estrutura mais complexa, que não estão evidenciados de forma empírica.

Ressalte-se, em primeiro lugar, que o processo de integração de capitais manifesta-se de maneira muito desigual e sob comando de instituições distintas. Prefiro, aqui, analisar o papel da integração ou diversificação de capitais que as grandes instituições, tais como S.A., "holdings", bancos e cooperativas, agências estatais de financiamento e de regulação do mercado fundiário, exercem no mercado rural. Um caminho alternativo, que de certa forma também aparece na minha abordagem, seria o de pesquisar os setores de produção rural mais integrados às indústrias, a montante e a jusante da agricultura.

Um segundo aspecto relevante a se assinalar é a morfologia das instituições do grande capital, que mais intensamente realizam a diversificação e cruzamento de seus investimentos na agricultura, aprofundando, ao mesmo tempo, uma grande relação com as agências de Estado. Ao nível das instituições promotoras da integração de capitais, há, ainda, uma certa especialização entre aquelas direta ou indiretamente envolvidas na produção, tais como bancos, empresas "holdings", cooperativas centrais de produção e comércio, empresas de "leasing" e,

por outro lado, as instituições ou funções diretamente voltadas para criação de títulos de renda e captura dos "ganhos de fundador", como as empresas imobiliárias rurais e de colonização privada, cuja análise e observação empírica reservo ao Capítulo 6.

Há algumas evidências recentes no Brasil que mostram determinados ramos da produção rural transformando cada vez mais a natureza caracteristicamente individual da empresa agrícola para formas de *integração de capitais*. Com diferentes arranjos institucionais, pode-se, dizer grosso modo, que os ramos de produção de *soja, trigo, cana-de-açúcar-álcool, reflorestamento, avicultura, leite e laticínios*, e, em menor extensão, a *bovinocultura*, realizam, a partir do setor agrícola, as mais avançadas formas de integração de capitais. Para isso, há toda uma política de incentivos fiscais e financeiros do Estado, que dirige estrategicamente o seu apoio para as empresas que logrem integrar-se, sob a forma de complexos intersetoriais. O desenho dos principais instrumentos de política agrícola de curto prazo que indiquei no esquema de demanda efetiva do gráfico A, permite identificar, com maior clareza, os benefícios diferenciais, sob a forma de margens de lucro, que incorporam as empresas integradas, quer na maior segurança por ocasião do planejamento de sua produção, quer na forma direta de acesso às políticas de gasto do setor público (garantia de preços mínimos, benefícios à exportação, ou crédito subsidiado rural, etc.).

1 - Importância das S.A. e "Holdings" na Agricultura Brasileira

A penetração dos grandes grupos econômicos na economia rural tem se observado e acentuado recentemente, a partir de sua articulação no mercado de terras e da realização de investimentos produtivos em diversos ramos da produção rural. O primeiro aspecto é reservado à análise específica da seção 2 do Cap. 6, e por esta razão somente será tratado aqui nos pontos logicamente inseparáveis da expansão do capital produtivo na agricultura.

Indiquei, na primeira parte deste trabalho, de maneira bastante geral (ver p. 104), o crescimento relativamente rápido das empresas de "propriedade societária" (sociedades anônimas, limitadas, condomínios rurais e entidades públicas), cujo aumento de área é ex-

pressivo entre 1975 e 1980, passando de 17,57% para 22,42% da propriedade total das terras. Contudo, o Censo Agropecuário não permite uma identificação direta dessa categoria de estabelecimentos relativamente à sua contribuição na produção agropecuária. Sobre uma maneira alternativa de medir e estratificar a produção agropecuária, segundo grupos de estabelecimentos, indico no Capítulo 5, seção 3 alguns resultados estatísticos de pesquisas recém-desenvolvidas na UNICAMP, que apontam para o aspecto da concentração da produção relativamente ao número de estabelecimentos envolvidos no Censo. A identificação dessa produção às empresas de propriedade societária é problemática e praticamente impossível para o conceito de "grupo econômico".

Os conceitos de "estabelecimento rural" do Censo Agropecuário, e bem assim o de "imóvel rural" das "Estatísticas Cadastrais" do INCRA, são critérios inapropriados para se captar o fenômeno da participação dos grandes grupos econômicos na agricultura. Isso porque, por dispositivos legais que não vem ao caso discutir, a identificação do estabelecimento ou do imóvel com a empresa ou pessoa física que lhe dão suporte é vedada. Isto posto, tive que recorrer a fontes alternativas de informação para obter os valores de "faturamento" e "patrimônio líquido" de uma amostra de aproximadamente 600 empresas rurais. A partir daí, cruzei essas informações com um outro levantamento dos 200 principais grupos econômicos nacionais. O resultado desse levantamento para o ano de 1980 é apresentado pormenorizadamente no Anexo (Quadros 1 a 6). Sua apresentação sintética para os propósitos analíticos desta seção é feita na Tabela 18, que merecerá comentário mais exaustivo.

A dificuldade empírica para se trabalhar com informações agregadas de "grupos econômicos" ou conglomerados, pelo menos a nível das estatísticas rurais, é, de certa forma, resultante do enfoque teórico ou da crença generalizada de que o setor rural apresenta caráter atomizado e individual. Além disso, a própria noção de setor rural, enquanto departamento autônomo da economia em seu conjunto, usada muitas vezes de maneira inconsciente em grande número de trabalhos de economia rural, contribuiu em certa medida para dificultar a

coleta de dados e apreensão empírica do fenômeno da concentração e conglomeração de capitais na agricultura brasileira*.

É importante ressaltar, ainda, que a estrutura dos grupos econômicos padece de dificuldades de identificação nas estatísticas, em parte pela debilidade orgânica da constituição, disciplinamento e fiscalização de tais instituições.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15/12/76), regulamenta em seus Capítulos XX e XXI as condições para constituição de "Grupos Econômicos" e de suas "sociedades controladoras", às quais impõe a responsabilidade de publicar demonstrativos financeiros consolidados. Infelizmente, esse dispositivo não é aplicado por falta de fiscalização, sendo, portanto, difícil identificar os principais grupos econômicos de maneira formal.

A sociedade controladora, que é de fato e de direito a cabeça do conglomerado e o centro das decisões de investir, padece, igualmente, de completa caracterização nesse sentido. No exemplo de nossa amostra, algumas sociedades controladoras são empresas "Holdings", Empresas de Administração e Participação e Bancos de Investimento bem identificadas. Em vários outros grupos, a identificação somente é possível pela família dos principais acionistas. Em outros casos a cabeça do grupo é uma empresa industrial, comercial ou agrícola. E, finalmente, ocorre a situação peculiar do próprio grupo negar essa condição, muito embora o grau de interligação multi-setorial e o próprio vulto dos capitais centralizados revelarem a evidência do grupo econômico.

Todos esses obstáculos, conquanto dificultem grandemente o trabalho empírico de organização dos dados, são por outro lado, reveladores de uma faceta algo reservada de como se organiza e opera o capital financeiro na economia brasileira e, particularmente, no setor agrícola. Por essas dificuldades, obtêm-se indicadores que certamente conservam uma tendência de subestimação, que desde já fica advertida.

* Esta tendência setorialista, no sentido de isolar a economia rural por suposta diferenciação estrutural do restante da economia, prevalece mesmo quando se analisa o tema das relações interindustriais do chamado complexo agroindustrial. Evidentemente, há várias exceções a essa tendência analítica, destacando-se, em especial, a análise do complexo agroindustrial e, mais abrangentemente, do sistema de produção rural, que desenvolve o Prof. Tamas Szmreczanyi - "O Desenvolvimento da Produção Agropecuária - 1930-70", vol. 1, Campinas, mimeo. UNICAMP, 1981, pp. 6/10.

Na Tabela (sintética) nº 18 , apresentada a seguir, tento resumir os principais grupos econômicos em operação na agricultura brasileira, segundo o valor de faturamento da produção própria de suas empresas. A identificação do grupo econômico, de sua empresa controladora, número de empresas rurais e sua localização, bem assim como todos os demais indicadores constantes da Tabela, exigiram uma pesquisa de fontes secundárias, que, conforme já assinalei, ao lado dos resultados empíricos alcançados revela-se também como questão a problematizar analiticamente: a própria dificuldade de acesso e organização desses dados. De qualquer forma, para aquilo que consegui apurar e resumir em termos de "ranking" por faturamento líquido na Tabela abaixo, há toda uma explicação metodológica que apresento no Anexo, p. 243.

A iniciativa de organização de dados de "Faturamento Líquido"* da produção rural e "Patrimônio Líquido" (ver Tabela 18) dos principais grupos econômicos com negócios na agropecuária, é uma tentativa de colocação do problema da concentração e conglomeração de capitais a nível empírico. Embora circunscrita apenas ao ano de 1980, em razão da grande dificuldade que encontrei de construir levantamentos similares para os anos censitários de 1970 e 1975, creio que algumas observações estáticas, a par de outras tendências qualitativas, são de grande valor para análise que me proponho.

* Faturamento líquido abrange a receita operacional bruta, subtraídos os impostos faturados.

Tabela (sintética) nº 18 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS EM PRESARIAIS NA PRODUÇÃO E PATRIMÔNIO RURAIS COM FATURAMENTO MAIOR OU IGUAL A HUM BILHÃO DE CRUZEIROS (CRUZEIROS DE 1980).

Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de Emps. Rurais, Atividade e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural (1980) Cr\$ Milhões (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais - 31/12/80 (B)	A/B (%)
1. <u>COPERSUCAR</u> (Açúcar, Alcool, Café Solúvel e Fertilizantes) - <u>8</u> emps.	3 emps. UD SP e RJ	11.300,4	4.867,8	232,1
2. <u>OMETTO</u> (Diversos) - Açúcar, Alcool, Agropecuária e outros - <u>31</u> emps.	19 emps. sendo 11 AP (SP e MT) e 8 UD (SP)	8.374,0	17.461,5	47,8
3. <u>OMETTO</u> (Orlando) - Açúcar, Alcool, Agropecuária, Imóveis etc - <u>43</u> emps.	20 emps. rurais. 14 AP (SP, MS, GO e MG); 6 UD (SP)	4.511,8	6.235,8	72,3
4. <u>BIAGI-ZANINI</u> (Metal-Mecânica, Açúcar, Alcool e Fertilizantes) <u>44</u> emps.	19 emps. sendo 9 AP (SP) e 10 UD (SP, MS, SC, DF e BA)	4.078,8	4.301,5	94,8
5. <u>SADIA CONCÓRDIA S.A.</u> (Avicultura, frigoríf. Agropecuária, Transporte Aéreo, etc) <u>22</u> emps.	6 emps. sendo 5 AP (SP, SC, MT) e 1 AV (SC)	2.325,9	1.078,1	215,7
6. <u>KLABIN</u> (Papel, Celulose, Embalagens, Reflorestamento, Agropecuária) - <u>29</u> emps.	7 emps. sendo 4 FL (SP e RJ) 2 AP (MS e PR) 1 madeireira (RJ)	2.312,0	9.055,8	25,5
7. <u>ZILLO-LORENZETTI</u> (Açúcar e Alcool, Agropecuária e outros) <u>4</u> emps.	3 emps. sendo 1 AP (PA) e 2 UD (SP)	2.224,9	1.801,8	123,4
8. <u>BELGO-MINEIRA</u> (Siderurgia, Reflorestamento e outros) - nº de emps. não determinado	1 FL (MG)	2.175,3	699,4	311,2

Continua ...

Tabela (sintética) nº 18 - Participação dos Principais Grupos Empresariais na Produção e Patrimônio Rurais ...

continuação

Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de Emps. Rurais, Atividade e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural (1980) Cr\$ Milhões (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais - 31/12/80 (B)	A/B (%)
9. <u>RESENDE BARBOSA</u> (Açúcar, Alcool e outros) Nº não determinado de emps. controladas	4 emps. sendo 2 AP (SP) e 2 UD (SP)	2.093,9	1.944,7	107,6
10. <u>UGOLINI</u> (Eletrônica, Metalurgia, Açúcar, Agropecuária e Imóveis) 12 emps.	5 emps. sendo 3 UD (SP), 1 AP (BA), 1 ma deixeira (BA)	1.800,0	2.359,7	76,3
11. <u>BEZERRA DE MELO</u> (Hote- laria, Seguros, Têxtil, Açúcar e Agropecuária) 47 emps.	11 emps. sen- do 7 UD (PE, AL, RJ), 3 AP (PE, RJ, SP) e 1 IC (PE)	1.739,5	3.622,8	48,0
12. <u>DEDINI</u> (Metal-Mecâni- ca, Açúcar, Alcool, co mércio de equipamen- tos) 38 emps.	9 emps. sendo 7 UD (MG, SP, RJ e BA) 2 AP (SP)	1.642,3	2.221,4	73,9
13. <u>PAM, SISTEMA: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL</u> (Avi- cultura, Ind. Moagei- ra, Rações, Suinocul- tura, etc) 19 emps.	9 emps. sendo 8 AV (RS, SP, PE e MA) 1 AP (RS)	1.580,5	1.110,6	142,3
14. <u>JOÃO SANTOS</u> (Cimento, Açú- car e Alcool, Papel e Ce- lulose e Outros) 22 emps.	4 emps. sendo 2 UD (PE e MA) 2 AP (PE e MA)	1.539,5	1.666,3	92,4
15. <u>VALE DO RIO DOCE</u> (Minera- ção, Metalurgia, Trans- porte Aquático ETC) 32 emp.	2 FL (MG e ES)	1.580,3	500,8	315,5
16. <u>BUENO VIDIGAL</u> (Metal-Me- cânica, Cimento, Seguros, Agropecuária, Imo- biliárias e Colonizado- ras Rurais, etc) 42 emp.	14 emps. sendo 4 AP (SP), 3 UD (SP), 5 IC (SP, MS, PA), 1 OT (SP)	1.236,7	4.834,6	25,6

continua

Tabela (sintética) nº 18 - Participação dos Principais Grupos Empresariais na Produção e Patrimônio Rurais

continuação

Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de Emps. Rurais, Atividade e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural (1980) Cr\$ Milhões (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais 31/12/80 (B)	A/B (%)
17. <u>GUATAPARA-SILVA GORDO</u> (Açúcar, Alcool, Reflorestamento, Papel e Celulose, Agropecuária e Mercado Imobiliário) <u>34</u> <u>emp.</u>	14 emp. sendo 4 AP (SP), 4 FL (SP), 5 UD (SP) e 1 IC (SP)	1.208,1	15.089,2	8,0
18. <u>HERING</u> (Têxtil, Confeções, Comércio Exterior, Agropecuária, etc) <u>37</u> <u>emp.</u>	5 emp. sendo 3 AP (SC), 1 FL (SC) 1 AV (SC)	1.199,1	500,8	239,4
19. <u>PERDIGÃO</u> (Frigoríficos, Rações, Óleos Vegetais, Avicultura, Fruticultura, Reflorestamento, etc) <u>24</u> <u>emp.</u>	4 emp. sendo 3 AP (SC, PA) 1 FL (SC)	1.070,7	1.962,6	54,6
20. <u>BARPETO FIGUEIREDO</u> (Banco, Indus., Agricultura) <u>27</u> <u>emp.</u>	12 emp. sendo 9 AP (SP), 2 AV (SP) e 1 OT (SP)	1.267,4	607,2	208,7
21. <u>NATRON</u> (Engenharia Consultiva, Sementes Seleccionadas, Rações, Química, etc) <u>14</u> <u>emp.</u>	3 AP (SP, MG e BA)	1.267,4	725,5	174,7
22. <u>MATARAZZO</u> (Café Solúvel, Química, Plásticos, cimento, Papel e Celulose, Açúcar e Alcool e Óleos Vegetais) <u>84</u> <u>emp.</u>	6 emp. sendo 4 AP (SP), 1 FL (SP) e 1 UD (SP)	932,9	4.611,3	20,2
23. <u>ARACRUZ CELULOSE S.A.</u> (Papel, Celulose, Alcool, etc) <u>8</u> <u>emp.</u>	2 emp. sendo 1 FL (RJ) e 1 UD (ES)	<u>1.060,5</u>	<u>252,8</u>	<u>419,5</u>

Continua ...

Tabela (sintética) nº 18 - Participação dos Principais Grupos Empresariais na Produção e Patrimônio Rurais ...

continuação

Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de emps. Rurais, Atividade e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural (1980) Cr\$ Milhões (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais 31/12/80 (B)	A/B (%)
<u>SUBTOTAL</u> - 23 Grupos Listados - 175 emps.		58.538,6	87.502,0	66,9
Demais 136 Grupos Privados do Anexo - 457 emps.		<u>9.498,8</u>	<u>88.035,6</u>	<u>10,7</u>
<u>SUBTOTAL</u> - Todos os Grupos		68.028,4	175.537,6	38,7
S.A. e Ltdas. Autônomas - 131 emps.		<u>27.620,7</u>	<u>49.319,8</u>	<u>56,0</u>
<u>SUBTOTAL 2</u> - Grupos + Independ. - 632 emps.		95.649,1	224.857,4	42,9
Empresas Estatais - 9 emps.		<u>9.727,3</u>	<u>5.213,5</u>	186,6
<u>TOTAL DA AMOSTRA</u> - 641 emps.		105.376,4	230.070,9	45,7

FONTES: "Atlas Financeiro do Brasil-1981", "Quem é Quem na Economia Brasileira 1981 - Visão", "Balanço Anual - Gazeta Mercantil 1981".

Consultar Anexo sobre metodologia de organização dos dados de grupos econômicos, Faturamento e Patrimônio Líquido.

Abreviaturas: AP: Agropecuária
 AV: Avicultura
 UD: Usina ou Destilaria
 IC: Imobiliária Rural ou Colonizadora
 FL: Florestal
 OT: Outra

Ressalte-se a expressiva participação dos 23 grupos principais de nossa amostra relativamente ao faturamento global do setor agropecuário, os quais participam com cerca de 6,3% do Valor Bruto da Produção Rural de 1980, medido pelo Censo Agropecuário de 1980. Por seu turno, quando se desagrega as informações de faturamento para alguns ramos particulares da produção, operação possível com o tipo de informação disponível, observa-se que, para os ramos de produção de Avicultura, Florestas e Açúcar e Alcool, os índices de concentração da produção são bastante expressivos, situando-se, respectivamente, na casa de 11,0%, 50,6% e 35,8%, para os 4 principais grupos, no ano de 1980, como se observa pela organização dos dados da Tabelas 19, 20, 21. Tais índices de concentração aproximam-se dos níveis de concentração dos ramos industriais oligopolizados.

Tabela 19 - Concentração da Produção Segundo Principais Grupos Empresariais - Avicultura
1980

Grupos Econômicos ou Cooperativas Centrais de Produtores Rurais	Faturamento Líquido da Produção Avícola como % do Valor Total de Vendas da Avicultura	Valor do Faturamento Líquido (Milhões de Cruzeiros de 1980)
1. Cooperativa Agrícola Central de Cotia (SP)	3,3	3.105,7
2. Sadia Concórdia S.A. (SC)*	3,1	2.907,4
3. PAM - Sistema - Moinhos Cruzeiro do Sul (RS)	2,4	2.280,5
4. Granja Resende (MG)	2,2	2.050,6
5. Cooperativa Central de Lactícínios do Paraná (PR)	1,0	978,5
6. Hering (SC)	1,0	904,7
7. Perdigão S.A. Indústria e Comércio**	0,6	577,4
Subtotal	13,7	12.804,8
Total de vendas da avicultura (pintos, aves e ovos)	100,0	93.627,1

FONTES: a) Faturamento: dos Grupos Econômicos - Anexo-Quadro 1; das Cooperativas - OCB, Brasília-DF.

b) Total de vendas da avicultura - Censo Agropecuário de 1980.

*) Registra apenas o faturamento da "Sadia Avícola S.A." (SC).

***) Registra apenas o faturamento da "Perdigão Agroindustrial S.A." (SC).

Tabela 20 - Principais Grupos Produtores de Açúcar e Alcool (1981/82)

Famílias e/ou Grupos Empresariais	Usinas ou Destilarias	Produção Nacional da Safra 1981/82 (%)	
		Açúcar	Alcool
Biagi	11	4,6	6,1
Dedini	7	2,1	2,9
Ometto	15	12,7	21,1
Silva-Gordo	5	1,4	1,2
Zilo-Lorenzetti	2	3,9	5,7
TOTAL	40	24,7	37,0

FONTES: "Atlas Financeiro do Brasil" - 1981, para Grupos Econômicos; IAA - Produção de Açúcar e Alcool. Tabela extraída de trabalho não publicado de Ronaldo Coutinho Garcia.

Tabela 21 - Concentração da Produção Segundo Principais Grupos Empresariais: Silvicultura - 1980

Grupos Econômicos ou S.A. Autônomas	Faturamento Líquido da Produção Florestal como % do Valor Total da Produção Florestal	Valor do Faturamento Líquido (Milhões Cr\$)
1. ACESITA (MG)	19,0	3.485,9
2. Belgo-Mineira (MG)	11,9	2.175,3
3. Klabin (PR)	10,5	1.927,0
4. Vale do Rio Doce (MG)	9,2	1.680,3
5. Aracruz Celulose S.A. (RJ)	5,8	1.060,5
6. Plantar S.A.	5,0	917,4
Subtotal	61,4	11.246,4
Total do valor da produção da silvicultura	100,0	18.332,8

FONTES: a) Anexo - Quadros de 1 a 5 para "Faturamento Líquido".

b) Censo Agropecuário de 1980 para "Valor da Produção da Silvicultura".

Os dados de concentração da produção segundo principais grupos econômicos, reunidos nas tabelas apresentadas, indicam desde logo algumas pistas importantes para se interpretar o desempenho dessa agricultura.

Em primeiro lugar, parece evidenciado que, pelo menos nos três ramos para os quais se conseguiu reunir as informações apresentadas, os índices de concentração da produção aproximam-se de índices obtidos para a indústria.

Tomando-se por referência as medições de concentração e diversificação industrial utilizadas em pesquisa realizada por Aluizio B. de Barros e Samuel Sidsamer*, observa-se que o caso dos ramos agrícolas acima citados aproxima-se do estrato modal de indústria brasileira, na tabela do trabalho dos autores citados, reproduzida a seguir.

Tabela 22 - Número de Setores Industriais e Valor da Produção, Segundo Índices de Concentração das Quatro Maiores Empresas

Índices de Concentração	Setores		Valor da Produção Industrial	
	Nº Absolutos	Nº Relativos (%)	Nº Absolutos Cr\$ Milhão	Nº Relativos (%)
TOTAL	393	100,0	524.842	100,0
Menos de 25% (da Prod.Ind.)	56	14,3	168.641	32,1
De 25 a 49% (da Prod.Ind.)	131	33,3	210.637	40,2
De 50 a 74% (da Prod.Ind.)	105	27,7	65.137	12,4
De 75 a 100% (da Prod.Ind.)	101	25,7	80.067	15,3

FONTE: Extraído de Aluizio A. de Barros e Samuel Sidsamer - OP Cit. p. 25.

* Aluizio A. de Barros e Samuel Sidsamer - "Diversificação e Concentração na Indústria Brasileira - 1974" - Rio de Janeiro - 1983 - IBGE.

A diferença maior entre os índices de concentração industrial apresentados e as tabelas de concentração da produção agrícola está no critério de empresas maiores para indústria, enquanto no caso da agricultura trabalha-se com grupo econômico, compreendendo uma ou mais empresas, sob o mesmo domínio de capital.

As similaridades dos ramos agrícolas mencionados (Avicultura, Silvicultura e Açúcar-Álcool) com o setor industrial não ficam apenas nos indicadores de concentração da produção e conglomeração do capital. Os próprios processos de produção e incorporação de inovações nesses ramos produtivos apresentam dinamismo similar ao das atividades industriais mais desenvolvidas. A diferença fundamental entre processos produtivos está no fato de que o tempo de produção na agricultura continua basicamente governado pelas leis naturais de reprodução, impondo prolongados períodos ociosos, principalmente no ramo da Silvicultura. Ressalvada essa diferença, as inovações seguem sendo similares aos processos industriais na automação crescente de determinadas fases do processo produtivo (preparo do solo, colheita, beneficiamento, transporte, etc.). Em geral, o ritmo e a dinâmica dessas inovações tendem a se expandir muito rapidamente pelo ramo produtivo como um todo, haja vista seu caráter concentrado e a grande capacidade financeira para patrocinar ou demandar pesquisas em sistemas de produção de mais elevada produtividade do trabalho.

Conquanto dinâmicos em termos de produção e produtividade, e por esta causa, os ramos agrícolas mais concentrados revelam tendência a prescindir crescentemente do trabalho direto ou a concentrar em curtos períodos do processo produtivo suas necessidades de mão-de-obra*. Tal característica conduz ao surgimento de relações de trabalho peculiares, com primazia ao trabalho volante e à contratação da

* Um dos exemplos mais notórios de atividade agrícola poupadora de trabalho direto é a avicultura moderna. Dados apurados de custo de produção para um plantel de 12 mil aves, revelam custos operacionais tais que a despesa com mão-de-obra é de 1,5% do preço do frango, subindo para 16,0% quando se adiciona o dispêndio salarial incorporado ao valor das rações utilizadas. Ver Bernardo Sorg et alli "Camponeses e Agroindústria", Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 32.

maior parte da força de trabalho rural no chamado mercado de "bóias-frias". Uma proletarização marginal sob vários aspectos é a relação social que se estabelece, destacadamente na atividade canavieira, com períodos de trabalho estreitos, baixa remuneração e condições contratuais extremamente adversas para o trabalhador.

As características de concentração da produção, conglomeração de capitais, elevada produtividade do trabalho e relativamente baixo nível de emprego permanente aplicam-se também a outros ramos produtivos além dos que mencionei às Tabelas 19 a 21. A produção de soja e trigo, a atividade pecuária em geral e, particularmente, o ramo de leite e produtos lácteos, são também exemplos de concentração da produção. Com exceção da pecuária de corte, muito semelhante à organização da produção em grupos empresariais ou grandes S.A. autônomas, os demais ramos citados estão estruturalmente organizados por grandes cooperativas de estilo multi-empresarial, cuja análise me proponho na próxima seção.

A organização dos dados da produção pecuária, ou de seu efetivo, segundo principais grupos econômicos, não pode ser feita ao nível das informações que disponho no Anexo, face à impossibilidade de separar por empresa os dados de produção agrícola e pecuária. Essa é, infelizmente, uma limitação importante que, a nível das estatísticas que disponho, não pode ser superada. Indiretamente, contudo, pode-se verificar no Anexo a grande importância das empresas "Agropastoris" e "Agropecuárias" em praticamente todos os grandes grupos, quer por "faturamento", quer por "patrimônio líquido".

Outro aspecto relevante a destacar nas informações sintéticas da Tabela 18 é sobre o caráter diversificado em termos de interligação multissetorial e localização regional dos principais grupos econômicos com negócios na agropecuária. Dos 205 grupos em todas as atividades econômicas, reunidos no Anexo, 158 apresentaram pelo menos uma empresa rural com ou sem operação produtiva. Desse conjunto maior, o subconjunto dos principais grupos por faturamento apresenta formas preponderantemente produtivas de integração de capitais, enquanto outros, que serão analisados mais adiante, revelam apenas valores patrimoniais.

Do subconjunto dos 23 principais grupos por faturamento da própria produção rural emergem algumas linhas de integração de capitais que parecem significativas.

No âmbito da integração de capitais a jusante da agricultura, destacam-se a indústria alimentar (açúcar, frigoríficos, moinhos e óleos vegetais, etc.), ligada principalmente aos ramos agrícolas de Avicultura e Usinas e Destilarias, e o ramo agrícola florestal, relacionado ao ramo de papel, celulose e siderurgia. Na indústria alimentar, destacam-se, como principais, os grupos Ometto, Sadia, Moinhos Cruzeiro do Sul, Biagi, Resende-Barbosa e Perdigão. Nas indústrias de papel e celulose, mineração e siderurgia, destaca-se a integração da agricultura florestal com os grupos mais expressivos desse complexo, representados aqui pelos grupos Klabin, Aracruz, Vale do Rio Doce, Belgo Mineira e Acesita (este último não mencionado na Tabela 18). O uso da produção florestal em larga escala como matéria-prima - produção de celulose -, ou como combustível, são os principais argumentos para diversificação desses grupos.

Outro estilo de integração de capitais é o das indústrias a montante da agricultura. Tais nexos intersticiais com a agricultura são menos evidentes de parte dos grupos privados nacionais. Ainda assim, destacam-se os grupos Biagi-Zanini e Dedini na produção praticamente monopolizada de destilarias para usinas de açúcar e álcool.

Além das linhas de diversificação a montante e a jusante, destacam-se outras formas de integração de capitais com o setor rural que extrapolam essa classificação, sobressaindo, aí, os grupos Bueno Vidical, Bezerra de Melo, Guataparã-Silva Gordo e Hering, onde as características da integração vertical produtiva insumo-matéria-prima ou matéria-prima-produto final não estão presentes de maneira predominante. Ademais, nos três primeiros grupos aparecem empresas classificadas como Imobiliárias Rurais ou Colonizadoras Rurais (IC), bastante expressivas no grupo Bueno Vidical, e que apontam para uma outra forma significativa de integração de capitais no âmbito da criação e negociação de títulos patrimoniais rurais. Essa atividade não gera o que se denomina "Faturamento da Produção Rural", sendo sua renda proveniente das transações de compra e venda de imóveis. Essas transações, típicas de criação e circulação dos títulos de propriedade, inscrevem-se com maior adequação no movimento da circulação fi-

nanceira do mercado de terras, um campo peculiar de penetração do grande capital no negócio rural, que também merecerá análise específica em outra seção.

Ainda sobre a linha de diversificação de capitais dos grandes grupos econômicos no mercado de terras, há uma outra forma de organização dos dados amostrais reunidos na pesquisa que empreendi. Trata-se da apresentação do "ranking" de grupos econômicos segundo valor do patrimônio líquido aplicado em empreendimentos rurais, mostrando, ao mesmo tempo, todos os demais indicadores anteriormente empregados (diversificação regional, diversificação setorial e o próprio faturamento líquido). Isto é o que se faz na Tabela sintética nº 23, cujas semelhanças e diferenças com a "ranking" de faturamento da produção, examinado anteriormente, passo a comentar.

Uma característica da penetração dos interesses do grande capital na agricultura é sua diversificação a nível regional. Nesse aspecto da diversificação regional, ocorre um fenômeno que se deve desde já ressaltar. Há uma certa concentração das empresas com mais alto valor de "faturamento da produção rural" nos Estados do Centro-Sul, enquanto a diversificação regional mostra-se mais significativa correlacionada à variável "patrimônio líquido". Isto já se pode observar confrontando o "ranking" dos principais grupos em valor do "patrimônio líquido" relativamente aos principais por faturamento (Tabelas (sintéticas 23 e 18). O aparecimento de novos grupos muito representativos em termos de valor do patrimônio, mas que mostram uma baixa relação apurada faturamento/patrimônio (ver, por exemplo, os grupos novos da Tabela 23), revela vários conglomerados encabeçados por Bancos (Bozzano-Simonsen, Bamerindus, Bandeirantes, Itaú, Bradesco) e outras instituições controladoras de grandes grupos financeiros (Antunes-Caemi, Sul América, Andrade Guitierrez, APLUB, etc) que por sua vez, apresentam integração regional mais diversificada nas Estados da fronteira agrícola (MT, MS, AM, PA, MA, GO, RO e AP). Conquanto alguns desses grupos de expressivo valor patrimonial mas de baixa relação faturamento/patrimônio apresentem projetos em fase de maturação, ou deficiências maiores de informação de faturamento, que, de certa forma, contribuiria para reduzir esta relação - é certo, em geral, que o capital envolvido nessas empresas é, em grande parte, negócio especulativo ligado à valorização do mercado imobiliário rural.

Tabela (sintética) nº 23 - ORDENAMENTO DOS 22 PRINCIPAIS GRUPOS EMPRESARIAIS SEGUNDO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RURAL EM 31/12/1980.

Ordem	Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de Emps. Rurais, Atividade e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural-1980 (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais (B)	A/B (%)
01	<u>OMETTO</u> (Diversos) - Açúcar, Alcool, Agropecuária e Outros - <u>31 emps.</u>	19 emps. 11 AP (SP e MT) e 8 UD (SP)	8.347,0	17.461,5	47,8
02	<u>GUATAPARÁ-SILVA GORDO</u> (Açúcar, Alcool, Reflorestamento, Papel e Celulose, Agropecuária e Mercado Imobiliário) - <u>34 emps.</u>	14 emps. 4 AP (SP) 4 FL (SP) 5 UD (SP) 1 IC (SP)	1.208,1	15.089,2	8,0
03	<u>KLABIN</u> (Papel, Celulose, Embalagens, Reflorestamento, Agropecuária) - <u>29 emps.</u>	7 emps. 4 FL (SP e RJ), 2 AP (MS e PR), 1 madeireira (RJ)	2.312,0	9.055,8	25,5
04	<u>ANTUNES-CAEMI</u> (Mineração, Siderurgia, Agropecuária, Exportação, Serviços, etc) <u>36 empresas</u>	8 emps. 6 AP (PA, SP, MG) 2 FL (AP)	429,2	6.450,0	6,6
05	<u>OMETTO</u> (Orlando) (Açúcar, Alcool, Agropecuária, Imóveis, etc) - <u>43 emps.</u>	20 emps. 14 AP (SP, MS, GO e MG), 6 UD (SP)	4.511,8	6.235,8	72,3
06	<u>ATALLA</u> (Açúcar, Alcool e Agropecuária)	2 UD (PR e MG)	662,2	5.248,9	12,6
07	<u>BIAGI-ZANINI</u> (Metal-Mecânica, Açúcar, Alcool e Fertilizantes) <u>44 emps.</u>	19 emps. 9 AP (SP) 10 UD (SP, MS, SC, DF e BA)	4.078,8	4.301,5	94,8
08	<u>BUENO VIDIGAL</u> (Metal-Mecânica, Cimento, Seguros, Agropecuária, Imobiliárias e Colonizadoras Rurais) <u>42 empresas</u>	14 emps. 4 AP (SP) 3 UD (SP) 5 IC (SP, MS, PA) 1 OT (SP)	1.236,7	4.834,6	25,5

Continua ...

Tabela (sintética) nº 23 - Ordenamento dos 22 Principais Grupos Empresariais Segundo Valor do Patrimônio Líquido Rural em 31/12/1980.

continuação

Ordem	Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de Emps. Rurais, Atividade e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural - 1980 (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais (B)	A/B (%)
09	<u>MATARAZZO</u> (Café Solúvel, Química, Plásticos, Cimento, Papel e Celulose, Açúcar e Alcool e Óleos Vegetais) <u>84 emps.</u>	6 emps. 4 AP (SP), 1 FL (SP), 1 UD (SP)	932,9	4.611,3	20,2
10	<u>COPERSUCAR</u> (Açúcar, Alcool, Café Solúvel e Fertilizantes) <u>8 emps.</u>	3 emps. UD (SP e RJ)	11.300,4	4.867,8	232,0
11	<u>BOZANO-SIMONSEN</u> (Bancos, Finanças, Imóveis, Mineração, Agropecuária, etc) <u>51 emps.</u>	6 emps. 5 AP (PR, RJ), 1 FL (PR)	387,1	3.823,5	12,4
12	<u>BEZERRA DE MELO</u> (Hotelaria, Seguros, Têxtil, Açúcar e Agropecuária) <u>47 emps.</u>	11 emps. 7 UD (PE, AL, RJ), 3 AP (PE, RJ, SP) e 1 IC (PE)	1.739,5	2.378,2	48,0
13	<u>FISCHER</u> (Sucos Vegetais, Agropecuária, Transportes, Exportação, Imóveis, etc) <u>23 emps.</u>	7 emps. AP (SP)	107,3	3.144,1	4,5
14	<u>ANDRADE GUTIERREZ</u> (Construção Civil e Rodoviária, Colonização Rural) <u>9 emps.</u>	2 emps. 1 AP 1 IC (PA)	284,2	Projeto Tucumã + 400.000 ha	n.d.
15	<u>CCEI-COTIA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO</u> (Comércio Exterior, Metalurgia, Agropecuária, etc) <u>21 emps.</u>	5 emps. 3 AP (MT, BA, Nigéria), 1 UD (PA), 1 AV (Nigéria)	n.d.	2.896,3	n.d.
16	<u>APLUB-ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL</u> (Seguros, Financiamentos, etc) <u>21 emps.</u>	1 FL (AM)	9,3	2.541,5	0,4

Continua ...

Tabela (sintética) nº 23 - Ordenamento dos 22 Principais Grupos Empresariais Segundo Valor do Patrimônio Líquido Rural em 31/12/1980.

continuação

Ordem	Grupos Econômicos, Ramos Principais de Operação e Nº de Emps. Controladas	Nº de Emps. Rurais, Atividades e Localização por Estado	Faturamento da Produção Rural - 1980 (A)	Patrimônio Líquido das Emps. Rurais (B)	A/B (%)
17	<u>BAMERINDUS</u> (Bancos, Finanças, Seguros, Agropecuária, etc) <u>33 emps.</u>	6 emps. 3 AP (PR) 3 FL (PA, BA e RR)	143,6	2.359,0	6,1
18	<u>UGOLINI</u> (Eletrônica, Metalurgia, Açúcar, Agropecuária e Imóveis) <u>12 emps.</u>	5 emps. 3 UD (SP) 1 AP (BA) 1 madeireira (BA)	1.800,0	2.359,0	76,3
19	<u>SUL AMÉRICA</u> (Seguros, Previdência Privada, Finanças, etc) <u>37 emps.</u>	3 emps. 2 AP (MG, PA), 1 IC (RJ)	n.d.	2.336,7	n.d.
20	<u>BANDEIRANTES</u> (Bancos, Finanças) <u>26 emps.</u>	4 emps. 2 AP (MT, PR), 1 FL (PR) 1 UD (PR)	315,1	2.191,0	14,3
21	<u>ITAÚ</u> (Finanças, Processamento de Dados, Materiais de Construção, Agropecuária) <u>43 emps.</u>	5 emps. 1 AP (SP) 4 FL (SP)	131,3	2.121,0	6,1
22	<u>ENI ENTE NAZIONALE</u> (Itália)	2 AP (MT, SP)	488,8	2.100,4	2,3

É importante não perder de vista que tanto os grupos de mais alta relação faturamento/patrimônio líquido quanto os grupos em que se observa muito baixa essa relação são basicamente representados ou dirigidos por sociedades de participação e administração, "holdings", bancos e mesmo grandes S.A. independentes sediadas no Centro-Sul do País. É, portanto, desse centro regional e dos capitais centralizados da economia em seu conjunto que partem as grandes decisões

de inversão produtiva ou financeira na agricultura. A incorporação da fronteira agrícola ao grande capital também se dá, embora que a título predominantemente de valorização patrimonial, solidarizando os negócios produtivos e especulativos, do ponto de vista desses capitais individuais. Tal solidariedade transforma-se em contradição quando se interpreta o movimento do capital como um todo, haja vista a crescente necessidade de imobilizações improdutivas de capital em terras e outros recursos naturais.

Finalmente, alguma coisa também deve ser dita sobre o papel das S.A. autônomas que, para o nosso propósito, são as que não estão ligadas aos grupos ou não puderam ser identificadas como tais.

Essas empresas crescem de importância e de participação na agricultura, quando se observa o número crescente de empresas que se catalogam nas publicações especializadas. A publicação anual "Quem é Quem na Economia - Visão", uma das poucas fontes para um período maior de acompanhamento, registra, a partir de 1973, os levantamentos de "patrimônio líquido" e "faturamento líquido" das empresas rurais de maior porte*. A listagem das S.A. e Ltda. de maior porte tem a seguinte evolução na referida publicação:

"Este setor (o setor agrícola) vem apresentando índice crescente de participação no "Quem é Quem", sobretudo a partir de 1973, quando passou de 96 para 178 empresas, subindo logo em seguida para 190 (1974), 262 (1975) e alcançando 286 empresas na edição de 1976 e 364 (1977)**.

Em 1980, essas empresas totalizaram 661 e, em 1982, somaram 851. A fonte primária desses levantamentos são os balanços anuais

* Os limites mínimos em valor de "patrimônio líquido" das empresas que podem entrar na listagem da revista têm variado ao longo dos anos, mas aparentemente com o critério de subir em termos reais para evitar o que a própria publicação receia, que seria o adensamento exagerado de suas listas. Em 1980, o critério mínimo mencionado na lista das "Agropecuárias" é o "patrimônio líquido" maior que 60,0 milhões de cruzeiros, ou 1,0 milhão de dólares.

** "Quem é Quem na Economia - Visão", 1977, p. 96.

das S.A., publicados por obrigação legal, enquanto que no caso das Ltdas. não se aplica tal dispositivo, sendo isto fator de exclusão de grande parte de seus dados. A amostra de S.A. e Ltdas. independentes, que computei na Tabela 18, compreende 131 empresas, que somadas àquelas anteriores ligadas a grupos econômicos - 501, perfaz o total de 632 empresas.

2 - Cooperativas Empresariais e "Multicooperativas" na Agricultura

A forma cooperativa não é nova como veículo de concentração da produção e de capitais na agricultura. No Capítulo 6º ("Grande e Pequena Exploração") da clássica "Questão Agrária", Kautsky* aborda este tema, antevendo a possibilidade de reunião de empresários agrícolas nessa forma associativa, tendo em vista perseguir objetivos de ganhos pecuniários e comerciais oriundos da concentração da produção, e de sua negociação no mercado. Nesse sentido, a cooperativa a que se refere o autor é ainda basicamente comercial e agrícola, com uma estrutura organizacional relativamente simples e adaptada às necessidades do capital agrário da época, na Europa.

No Brasil, uma estrutura cooperativa com característica tipicamente comercial predomina até início dos anos 70, embora ainda com fraca difusão no setor agrícola em seu conjunto, ou em qualquer dado ramo produtivo em particular.

O advento da modernização agropecuária, no final dos anos 60 e início da década dos setenta, enseja o surgimento de um novo estilo de cooperativismo agrário, com o nascimento e fortalecimento da "multicooperativa"**, entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial. Tais similaridades manifestam-se

* Karl Kautsky - "A Questão Agrária", São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

**Uma importante análise do surgimento da multicooperativa, ali onde ela aparece com maior vigor - o Rio Grande do Sul, é desenvolvida no trabalho de Maria Domingues Benetti "Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul - Uma Análise do Desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO", Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística - 1982.

pela diversificação multi-setorial e espacial de operação econômica, e pela complexidade da estrutura organizacional, sob a hegemonia de um "staff" que centraliza as decisões de investir. As diversidades entre a morfologia de um grupo econômico e a figura da multicooperativa, convém ressaltar, são múltiplas, a começar pela própria definição da cooperativa como uma associação de pessoas e não uma associação de capitais ao estilo da empresa.

Conquanto o cooperativismo empresarial ou ao estilo altamente diversificado da multicooperativa seja ainda restrito, em termos de regiões abrangidas e grupos sociais envolvidos na agricultura, sua importância econômica já é largamente dominante no espectro do movimento cooperativista brasileiro.

A figura típica da cooperativa altamente integrada é representada de maneira paradigmática pela COTRIJUI (Cooperativa Tritícola Serrana-RS) e pela FECOTRIGO (hoje denominada CENTRALSUL em sua unidade produtiva). Essas cooperativas lograram realizar pesados investimentos no complexo agroindustrial de soja e trigo, seguindo estratégias de inversão que, principalmente no caso da COTRIJUI, transformou-a, em uma década, de simples receptora do trigo adquirido pelo Banco do Brasil, sob o regime de preço único de garantia e de comercialização, numa unidade do grande capital conglomerado com interesses na agricultura.

Os principais passos da estratégia de investimentos da COTRIJUI apresentam várias etapas de integração de capitais: 1) construção ou ampliação da infra-estrutura comercial (terminal marítimo para exportação de grãos, construção da rede armazenadora, transporte terrestre); 2) instalação e ampliação das plantas industriais (óleo e farelo e produção de insumos - mistura de fertilizantes), o que lhe permite aprofundar-se no setor industrial; 3) organização de uma "trading" (Cotriexport) e de todos os serviços de apoio financeiro do sistema de comércio exterior (seguros, corretagem, etc.); 4) entrada no mercado de terras através da atividade de colonização (Projeto Altamira (PA): 2.795.250 ha). Finalmente, a cooperativa expande-se para múltiplos ramos produtivos numa fronteira espacial larga (duas micro-regiões do Rio Grande do Sul - D. Pedrito e Rio Grande, uma no Mato Grosso do Sul - Campo Grande, e um projeto de colonização no sul do Pará. (Ver dados sintetizados à Tabela 24).

Além disso, o sistema cooperativista da COTRIJUI, FECOTRIGO e de outras grandes cooperativas do Paraná e de São Paulo, conta, nesta década, com a poderosa e generosa aliança dos bancos estatais federais e estaduais (Banco do Brasil, BNCC e BDRS), os quais financiam, a juros reais negativos e prazos favoráveis de amortização, o capital de longo prazo que propicia a vigorosa expansão do conglomerado até praticamente final dos anos 70*.

A estratégia de diversificação multi-setorial e inter-regional da COTRIJUI não é, certamente, seguida por todas as grandes cooperativas do Centro-Sul. Algumas grandes cooperativas seguem uma diversificação mais restrita e um perfil aproximado de grandes atacadistas (Cooperativas de Leite e Produtos Lácteos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; COTRISA, no RS; Cafeicultura de Maringá, etc.). O padrão mais avançado da COTRIJUI encontra, possivelmente, paralelo na COTIA de São Paulo, CENTRALSUL (RS), Agropecuária Mourãoense-COAMO (PR) e Central Campos Gerais (PR), cujos padrões de diversificação multi-setorial e espacial guardam proximidade com o caso modelo da Serrana (ver descrição na Tabela 24).

Finalmente, há cooperativas de pequena escala e exclusividade relativamente a produto ou município específicos, que, pelo grau de diversificação muito baixo e reduzida interligação a outras cooperativas singulares, apresentam pouca capacidade comercial e produtiva de influir no mercado. As razões dessa estagnação relativa não são objeto de estudo nessa seção, que se ocupa basicamente de estudar as multicooperativas e cooperativas de grandes atacadistas, e seu processo de transformação, semelhante à dinâmica de crescimento das unidades do capital financeiro na agricultura, mas com restrições e problemas que pretendo analisar.

A tabela 24 resume descritivamente as principais cooperativas brasileiras, classificáveis nas categorias já enunciadas de grandes cooperativas. Apresenta-se em traços gerais a área de operação regional, quadro social, diversificação setorial dos investimentos e, finalmente, os dados de faturamento e patrimônio líquido, sendo que a ordem de grandeza da cooperativa é indicada pelo valor de faturamento.

* Para uma análise exaustiva da expansão e financiamento do complexo cooperativo representado pela COTRIJUI, FECOTRIGO e COTRISA ver o excelente trabalho de Maria Domingues Benetti. Op. cit. caps. 3 a 5.

Tabela 24 - PRINCIPAIS COOPERATIVAS CENTRAIS OU SINGULARES COM FATURAMENTO DE ATÉ 100 MILHÕES DE CRUZEIROS EM 1980

(Milhões de Cruzeiros)				
Nome, Localização e Regiões de Atuação	Nº de Cooperados ou de Cooperativas Singulares 31/12/80	Ramos de Operação Predominantes	Faturamento Líquido (1980) Agroindústria	Patrimônio Líquido em 31/12/80
1. Cooperativa Agrícola Central de Cotia (SP) SP, PR, MG e outros estados e países por intermédio da COTIA Export. e Import.	8.059 produtores associados	<u>Agropec.</u> (batata, soja, avic., algodão, etc.) <u>Indust.</u> (óleo, farelo e frigorif.) <u>Export.</u> (CCEI-ver grupos econômicos); <u>Ter- ras</u> (Coloniz. priv.)	29.490,7 (Q)	3.424,6
2. COTRIJUI-Cooperativa Tri-tícolá Serrana (RS) (singular) RS (D. Pedrito e Rio Grande; MS (Campo Grande; PA (Altamira)	20.421 cooperados	<u>Agropec.</u> (soja, trigo) <u>Inf. Portuária,</u> <u>Armazéns e terminal</u> <u>Meios de Transporte</u> <u>Indust.</u> (de óleo e farelo de grãos); <u>Mistura de Fertilizantes;</u> <u>"Tradino," Colô nização rural,</u> <u>etc.</u>	17.031,3 (C)	2.163,4
3. CENTRALSUL-Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul Ltda. (RS) (RS)-Várias Micro-regiões	65 coop. singulares	<u>Agropec.</u> (soja, trigo, avic., etc.) <u>Indust.</u> (herbicidas e fertilizantes), <u>óleos e farelos vegetais.</u> <u>Transporte, Ar mazéns, seguros</u> <u>etc.</u>	15.458,5 (C)	n.d.
4. Coop. Agropec. Mouraoense Ltda. (PR) COAMO (PR)-Campo Mourão	10.815 cooperados	<u>Agropec.</u> (soja, trigo, feijão e algodão) <u>Armazéns e Trans portes</u>	10.232,2 (Q)	1.540,3

Continua ...

Tabela 24 - Principais Cooperativas Centrais ou Singulares com Faturamento de Até 100 Milhões de Cruzeiros em 1980

continuação		(Milhões de Cruzeiros)		
Nome, Localização e Regiões de Atuação	Nº de Cooperados ou de Cooperativas singulares 31/12/80	Ramos de Operação Predominantes	Faturamento Líquido (1980) Agroindústria	Patrimônio Líquido em 31/12/80
5. Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. (RJ)	n.d.	<u>Agropec.</u> (leite em pó, iogurtes, doces, etc.)	9.598,8 (B)	1.540,3
6. Coop. Central de Laticínios do Estado de São Paulo SP (várias micro-regiões)	30 cooperativas singulares	<u>Agropec.</u> (leite "in natura") <u>Indust.</u> (laticínios em geral) <u>Transporte</u> , etc.	8.208,6 (C)	n.d.
7. Coop. dos Cafeicultores de Maringá Ltda. COCAMAR (singular) PR (noroeste)	11.723 cooperados	<u>Agropec.</u> (soja, trigo, milho, algodão, etc.) <u>Armazéns, Meios de Transporte, Serviços</u>	6.895,8 (Q)	1.542,3
8. Coop. Central Agropec. do Paraná-COCAP (PR) PR (várias micro-regiões)	26 cooperativas singulares	<u>Agropec.</u> (soja, café, milho, etc.) <u>Indust.</u> (óleos vegetais e farelos) Misturadora de fertilizantes <u>Armazéns, transporte e outros serviços</u>	6.539,6 (C)	n.d.
9. Coop. Central Agropec. Campos Gerais Ltda. (PR) PR (várias micro-regiões)	6 cooperativas singulares	<u>Agropec.</u> (soja, trigo, leite e laticínios, avicultura, milho, cevada) <u>Indust.</u> (laticínios, óleos e farelos vegetais) <u>Armazéns e outros serviços</u>	6.739,0 (C)	n.d.

continua ...

Tabela 24 - Principais Cooperativas Centrais ou Singulares com Faturamento de Até 100 Milhões de Cruzeiros em 1980

continuação		(Milhões de Cruzeiros)		
Nome, Localização e Regiões de Atuação	Nº de Cooperados ou de Cooperativas Singulares 31/12/80	Ramos de Operação Predominantes	Faturamento Líquido (1980) Agroindústria	Patrimônio Líquido em 31/12/80
10. Coop. Central dos Produtores de MG (várias micro-regiões)	36 cooperativas singulares	Agropec. (leites) Indust. (laticínios, doces, rações, etc.) Serviços, coleta, assist. técnica, transporte, etc.	6.041,8 (C)	n.d.
11. Copercacau Central da Bahia (BA)	5.684 cooperados	Cacau	5.664,0 (B)	752,7
12. Coop. Avícola Vale do Taquari Ltda. (RS) (Singular)	1.389 cooperados	Avicultura e Serviços	4.512,1 (Q)	2.004,1
13. Coop. Central de Laticínios do Paraná (PR)	6 cooperativas singulares	Agropec. (aves, suínos, leites etc.) Indust. (prod. Lácteos)	3.522,5 (C)	n.d.
14. Coop. Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda. COTRISA (RS) (singular (RS))	13.442 cooperados	Agropec. (trigo, soja, etc.) Armazéns e Transporte	4.786,4 (B)	770,6
15. Coop. Tritícola de Passo Fundo (singular) (RS)	10.066 cooperados	Agropec. (trigo, soja) Armazéns, Transporte	3.315,0	1.239,7
16. Federação Meridional de Coop. Associadas FEMECAP-SP (região de Campinas)	17 cooperativas singulares; 19.932 cooperados	Agropec. (algodão, soja, café, etc.) Indust. (misturas de fertilizantes) Serviços (revenda de insumos e aluguel de máquinas)	2.822,6 (B)	989,1

continua ...

Tabela 24 - Principais Cooperativas Centrais ou Singulares com Faturamento de Até 100 Milhões de Cruzeiros em 1980

continuação		(Milhões de Cruzeiros)		
Nome, Localização e Regiões de Atuação	Nº de Cooperados ou de Cooperativas Singulares 31/12/80	Ramos de Operação Predominantes	Faturamento Líquido (1980) Agroindústria	Patrimônio Líquido em 31/12/80
17. Coop. Central Agropecuária Sul-Brasil (SP) SP (várias regiões)	30 cooperativas singulares	Agricult. (avicult., horticult., café, soja, frutas, etc.)	3.500,0 (Q)	560,3
18. Coop. de Laticínios de São José dos Campos Ltda. (SP)	2.196 associados	Agropec. (leite, queijos e manteigas) Serviços comerciais	1.181,7 (C)	n.d.
19. Coop. Central Gaúcha de Leite Ltda. (RS)	27 cooperativas singulares	Agropec. (leite, bovinos) Indust. (laticínios)	1.222,7 (C)	n.d.
20. Coop. Central Rural de Goiás Ltda.	4.732 associados e 5 cooperativas singulares	Agropec. (leite) Indust. (laticínios)	1.707,3 (C)	n.d.
21. Coop. Central Agrícola da Paraíba Ltda.	15 cooperativas singulares	Agropec. (algodão) Indust. (óleo e torta do caroço de algodão)	1.796,1 (C)	n.d.
22. Coop. Central Agropec. Sudoeste Ltda. PR (várias micro-regiões)	10 cooperativas singulares	Agropec. (bovinos e leite) Indust. (frigoríficos e laticínios)	792,3	n.d.
23. Coop. Central Agrícola Vale Ltda. (SC) SC (Vale do Itajaí)	12 cooperativas singulares; 221 associados	Agropec. (leite "in natura") Indust. (laticínios)	388,5 (C)	n.d.
24. Federação das Coop. Mistas de Pernambuco (PE)	16 cooperativas singulares	Agropec. (feijão e arroz)	146,9 (C)	n.d.

continua ...

Tabela 24 - Principais Cooperativas Centrais ou Singulares com Faturamento de Até 100 Milhões de Cruzeiros em 1980

continuação		(Milhões de Cruzeiros)		
Nome, Localização e Regiões de Atuação	Nº de Cooperados ou de Cooperativas Singulares 31/12/80	Ramos de Operação Predominantes	Faturamento Líquido (1980) Agroindústria	Patrimônio Líquido em 31/12/80
25. Federação das Cooperativas de Arroz do RS Ltda. (RS)	40 cooperativas singulares	Agropec. (arroz)	188,0 (C)	n.d.
26. Coop. Central Regional Iguaçu Ltda. COTRIGUAÇU (PR) (Sudoeste do Paraná)	7 cooperativas singulares	Agropec. (soja, feijão, milho, etc.) Terras (coloniização particular - Projeto Aripuanã - 1,0 milhão de ha)	111,6 (C)	n.d.
		SUBTOTAL	151.894,0	-

FONTES: 1) Nº de cooperativas singulares e ou cooperados - Organização das Cooperativas Brasileiras (Brasília) e Departamento de Cooperativismo do INCRA (Brasília).

2) Ramos de Operação Predominantes - OCB e consultas informais a técnicos do setor cooperativista.

3) Faturamento Líquido Agroindustrial - esse indicador conta na realidade com informações procedentes de três fontes, indicadas na tabela com os seguintes símbolos:

(B) - dado colhido nas listagens da revista "Balanço Anual - Gazeta Mercantil 1981";

(C) - dado fornecido pela OCB, conforme informação remetida pelas cooperativas indicadas;

(Q) - dado colhido das listagens da revista "Quem é Quem na Economia - Visão - 1981".

n.d.- significa dado não disponível.

Conquanto variáveis os graus de diversificação dos investimentos, as grandes cooperativas centrais ou singulares conservam em comum importante participação na produção agropecuária em seu conjunto. Tomando-se o "faturamento líquido" da produção agroindustrial comercializada pelas 26 principais cooperativas descritas na Tabela 24, obtém-se o valor de 151,89 bilhões de cruzeiros de 1980. Esse montante, não obstante contenha um fator de subestimação - a exclusão de impostos, e outro de superestimação - a inclusão do faturamento de insumos e serviços, pode ser comparado à Receita Bruta da Produção Agropecuária* para se ter uma aproximação da sua magnitude. Feito esse registro, observa-se que o faturamento das 26 maiores cooperativas, representa cerca de 11% do RBP, ou mais precisamente 11,04%.

Observe-se ainda que esses 151,89 bilhões de cruzeiros, comercializados pelas 26 cooperativas principais, representaram em 1980 46,2% do valor faturado por todas as cooperativas agropecuárias**.

Por sua vez, se os 11,04% da produção comercializada pelas grandes cooperativas se agrega os 7,68% da produção concentrada nos principais grupos econômicos da Tabela sintética nº 18, obtém-se um indicador expressivo de 18,72% do valor de toda a produção agropecuária e florestal, concentrado em pouco mais de 50 grandes unidades centralizadoras do grande capital no campo. Esse indicador, já por si muito relevante, ficaria ainda mais expressivo quando se desagregasse a produção comercializada pelas grandes cooperativas, relativamente aos ramos em que estas operam mais vigorosamente, quais sejam, soja, trigo, leite e produtos lácteos. Infelizmente, a limitação dos dados de faturamento de que disponho não permite essa desagregação. Não há dúvida, entretanto, que os índices de concentração da produção nesses três ramos apontados é igual ou superior ao que levantei nas tabelas anteriores (para os grupos econômicos), onde cerca de 20% ou mais do valor da produção por ramo se concentrava nos quatro principais grupos. Particularmente, nos ramos de soja e trigo, a participação da CENTRALSUL, COTRIJUI, COAMO e COTIA representa, aproximadamente, 1/3 de toda soja comercializada e, no que se refere ao trigo, a percentagem é ainda maior.

* A Receita Bruta da Produção Rural compreende o faturamento global da produção vegetal, produção animal e derivados, indústria rural e silvicultura, segundo dados do Censo de 1980.

** O valor total comercializado pelas 1.346 cooperativas agropecuárias em 1980 é de 328,87 bilhões de cruzeiros segundo dados do Deptº de Cooperativismo do INCRA. Este valor representa 23,9% da Receita Bruta Agropecuária total do setor rural.

Quanto às cooperativas de leite, a CCPL (RJ), a Central de Laticínios de São Paulo, a Central de Produtores de MG e a Central de Laticínios do Paraná concentram uma fatia expressiva da comercialização do leite "in natura". Comparando mais uma vez o faturamento líquido dessas empresas com o valor bruto da produção de leite, obtém-se o percentual de 29,5% para as regiões Sul e Sudeste e de 22,3% para a mesma proporção a nível nacional*.

A evolução da participação das cooperativas em seu conjunto na produção dos principais produtos por elas controlados é mostrada na Tabela 25, observando-se aí o crescimento verificado no período 1975/80, que de resto confirma a pujança das grandes cooperativas.

Tabela 25 - Principais Produtos Comercializados pelas Cooperativas.

Produtos	% da Produção Total	
	1975	1980
Trigo	78,7	84,3
Soja	52,5	52,8
Leite	n.d.	23,7*
Cacau	17,8	31,2
Algodão	7,4	12,7
Café	9,8	9,5
Arroz	5,0	15,1

FONTE: Censo Agropecuário, 1975 e 1980.

(*): Inclui faturamento em leite e produtos lácteos de apenas 10 cooperativas centrais do Centro-Sul.

As características de diversificação produtiva, centralização dos investimentos e índice elevado de concentração da produção que as "empresas controladoras" exercem em relação aos respectivos grupos econômicos, deve-se acrescentar, no caso das cooperativas, o importante problema de sua relação com os cooperados no que tange à

* Dados de valor da produção de leite "in natura" das "Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário - 1980".

forma como estes participam da gestão e dos lucros (sobras) e, por extensão, do processo de acumulação de capital. Esse é, certamente, um tema amplo, a exigir pesquisa específica, sendo a minha incursão nesse terreno uma abordagem restrita aos propósitos da tese, apoiada em resultados de outros trabalhos.

Pesquisas recentes no âmbito das relações cooperativa-associados, no ramo das multicooperativas de soja e trigo (trabalho já referido de Maria Benetti); das cooperativas de leite e de seus associados* e dos padrões de associativismo na avicultura brasileira** revelam, basicamente, algumas situações típicas em relação ao perfil dos cooperados das grandes cooperativas e sua situação efetiva de poder na direção delas.

Sobre o padrão de integração da multicooperativa de soja-trigo com a massa dos seus associados, antevejo certa similaridade com a relação existente entre o sócio minoritário e a sociedade anônima de um grande grupo econômico. O pequeno acionista goza de direito de participação da assembléia dos acionistas e de algumas outras regalias formais que lhe confere a posse da ação (se ação com direito a voto). Entretanto, é nulo ou desprezível o poder desse acionista em influir na alta direção e nas grandes decisões estratégicas da empresa.

Guardadas as diferenças, o associado da multicooperativa, conquanto detenha mais poder formal que o pequeno acionista, pois é tão responsável quanto qualquer outro pequeno ou grande produtor, de têm pouca influência na gestão da empresa, que, em geral, continua administrada por uma elite de cooperados-empresários, assessorada por tecnoburocratas, muitos dos quais sem vínculo com o quadro social da cooperativa. A essa marginalização do poder diretivo não corresponde uma similar exclusão dos benefícios - participação nas sobras. À semelhança do pequeno acionista, o pequeno cooperado participa também dos lucros das inversões bem sucedidas e dos eventuais prejuízos, na proporção de suas quotas de produção.

* Ver trabalho de Odacir Luiz Coradini e Antoinette Fredericq "Agricultura, Cooperativas e Multinacionais ...", Rio de Janeiro, Zahar 1982.

**Sobre este tema ver de Bernard Sorj e outros "Camponeses e Agroindústria - Transformação Social e Representatividade Política na Avicultura Brasileira", Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

As decisões de investir e a forma de financiá-las tendem a se tornar autônomas no topo da estrutura organizacional da empresa, com seu crescente envolvimento com novos produtos, novos mercados, novas fronteiras de inversão, novos padrões de inovação técnica e financeira do complexo cooperativo, dissociando-se do horizonte individual restrito dos cooperados que representa. Esses, contudo, sendo a base que legitima o poder da alta direção e a fonte primária de crescimento da cooperativa, terão, em última instância, de receber compensações.

No caso da COTRIJUI e das cooperativas de soja e trigo, de uma maneira geral, a compensação dos cooperados viria pela elevação do padrão técnico e da produtividade econômica dos produtores "viáveis", enquanto os micro-estabelecimentos ou os agricultores sem terra entrariam nos programas de colonização pública e privada do INCRA e das cooperativas. Até onde esses programas estariam sendo eficazes para administrar a readaptação da massa sobrando de agricultores não incorporados aos benefícios do crescimento cooperativo é certamente a questão social pendente desse estilo de modernização. Entretanto, para a elite dos pequenos produtores tecnificados e para os produtores médios ou grandes incorporados à sociedade cooperativa, a pesquisa disponível indica que houve efetivamente melhoria sócio econômica significativa, ainda que diferenciada, restrita aos associados e não necessariamente a terceiros de quem a cooperativa pode adquirir produção, sem quaisquer compromissos associativos.

Outra parece ser a situação das cooperativas que se orientaram para uma estratégia de crescimento ao estilo de grande atacadista, situação mais frequente no ramo de leite e produtos lácteos. Aqui, as cooperativas centrais não lograram também diversificar multi-setorialmente a sua produção. Considerando ainda o fato de que o leite "in natura" é tradicionalmente produto tabelado e restrito ao mercado interno, há limites estreitos, pelo lado da demanda, a uma expansão maior. Ademais, a linha de diversificação das Centrais cooperativas chega apenas à produção de leites especiais, queijos e manteigas excluídos de tabelamento. Sua estratégia de investimentos em usinas de beneficiamento e transformação, coleta, transporte, etc (ver lista de produtos comercializados pelas principais Centrais resumidas na Tabela 24), torna-as cativas de mercados restritos.

As relações entre associados e cooperativas singulares e dessas com as cooperativas centrais, no ramo do leite, parecem ser bem menos solidárias do ponto de vista capitalista, que o caso do trigo-soja, e daí alguns observadores enxergarem nessas relações a tese da expropriação de lucros nas relações comerciais entre associados:

"Na medida em que as cooperativas regionais se encarregam principalmente da entrega de leite "in natura" e em que as centrais (que dispõem de maior capacidade competitiva e financeira) cuidam da industrialização, somente estas últimas conseguem certa rentabilidade. É um modo que as centrais encontram para reforçar o poder financeiro de que precisam em sua concorrência com empresas de capital privado nacional e transnacional, transferindo o ônus de suas atividades para seus afiliados e retendo lucros financeiros para si próprios" (*).

A forma como se dá essa expropriação precisaria ser demonstrada em estudo específico de caso, já que somente uma análise dos processos de distribuição de sobras e capitalização dessas cooperativas permitiria concluir algo. Do meu ponto de vista, prefiro interpretar o fenômeno apontado mais ao nível do atraso relativo do movimento cooperativista nesse ramo produtivo e do próprio desenvolvimento incipiente das formas de integração de capitais, comparativamente ao que se observa em outras atividades dominadas também pelo cooperativismo.

O nó górdio para expansão das grandes unidades cooperativas está dado, a meu ver, pela questão do financiamento de sua expansão e da autonomia que estas possam ter em equacionar o problema financeiro. Essa questão coloca-se, primeiramente, no nível mais simples da administração de um sistema de crédito rural especializado para suprir as necessidades de financiamento de curto e de longo prazo dos estabelecimentos agrícolas.

(*) Odacir L. Coradini e Antoinette Fredericq Op. cit. p. 134.

Numa segunda instância, certamente mais importante, o problema financeiro fundamental é o de alavancar os fundos compatíveis com a expansão do complexo cooperativo, num espaço competitivo em que se posicionam grandes empresas oligopólicas do complexo industrial e grandes grupos privados envolvidos na agricultura. Nesse contexto, o papel da multicooperativa é fundamental no sentido de obter e administrar o consenso dos cooperados para permitir a acumulação das sobras e sua reinversão produtiva. É também fundamental a redefinição do papel financeiro dos bancos estatais com relação ao financiamento da expansão dessas cooperativas, e, ainda, o aspecto regulatório que permita a continuidade, aprofundamento e limites do processo de conglomeração. Por último, a entrada específica do conglomerado cooperativo no mercado financeiro, patrocinando a negociação de bônus ou outros títulos de dívida, parece se situar no plano das saídas que o sistema poderia buscar tendo em vista a realimentação e autonomização da sua própria dinâmica de crescimento.

Essa via de autonomização financeira é, entretanto, problemática, pois requereria um grau de coesão maior das grandes organizações cooperativas, o que, na realidade, inexistente no plano das relações econômicas. Tudo indica que a gestão financeira do sistema continuará a se processar por dentro da máquina bancária estatal que, na prática, exercerá o papel de patrocinador para o lançamento de títulos financeiros que venham a ser criados pelo sistema, enquanto às cooperativas poderiam caber papéis secundários na articulação com o mercado financeiro.

A questão do financiamento, da forma e das instituições que venham a gerir os excedentes financeiros cooperativos ou a alavancagem de excedentes externos é uma questão crucial que se coloca, hoje, para o crescimento e diversificação das cooperativas. Igualmente importante é o pacto social que venha a se estabelecer a nível dos próprios grupos de produtores e a alta administração cooperativa, de forma a legitimar a gestão financeira. Essa, por seu turno, terá pela frente o grande capital privado agroindustrial, com interesses competitivos, e do próprio Estado, que em última instância, tem sido o principal agente financeiro no campo. Falta ainda redefinir o lugar dos pequenos produtores não tecnificados e dos trabalhadores rurais nesse novo pacto cooperativo (assunto que examino adiante), sem

o que a estratégia de crescimento torna-se inteiramente indiferente à situação social no campo, em flagrante oposição aos princípios ideológicos do cooperativismo.

É certamente na esfera financeira estatal (Banco do Brasil, BNCC e Bancos Estaduais) que o novo pacto cooperativo se definirá mais claramente, no sentido de suprir ou regular a forma de financiamento e a estratégia de crescimento.

A hipótese da reversão da estratégia de crescimento das grandes cooperativas pelo estrangulamento financeiro, pela fragmentação imposta pelas lutas internas, pela luta competitiva dos demais grupos privados, passa, em última instância, pela mediação do Estado e do papel que este venha a reservar, no futuro, ao movimento cooperativista.

Do meu ponto de vista, não creio nessa reversão. Até mesmo o congelamento da acumulação nesse setor, que seria de se esperar temporariamente dada a recessão que se propaga por já três anos, não é provável. Isto porque a mudança deliberada dos preços relativos imposta pela política cambial, em favor do setor exportador, torna as grandes cooperativas, integradas profundamente no comércio exterior, em ramo privilegiado para acumular excedentes financeiros.

Por outro lado, a concentração de produção já alcançada pelas grandes cooperativas torna-as ainda agentes poderosos na co-determinação interna de preços de alguns dos principais produtos primários e derivados por elas controlados.

As características gerais de alta integração de capitais alcançada pelas grandes cooperativas, aliadas a um certo controle oligopólico dos mercados agroindustriais imprimem a essas cooperativas algumas semelhanças relativamente à operação dos grandes conglomerados empresariais, examinados anteriormente. Essas semelhanças, situadas, como já assinala, numa certa analogia à lógica de acumulação de capitais que o alto "staff" das cooperativas centrais copia das grandes "holdings" agroindustriais, são, entretanto, limitadas por vários fatores. Destaco, em especial, a visceral dependência financeira do complexo cooperativo brasileiro em relação aos bancos estatais

como uma das grandes limitações ao pleno desenvolvimento do capital financeiro no sistema. Ademais, a importância da legitimação do sistema, segundo os princípios cooperativos de participação de pessoas igualmente responsáveis pelos destinos da cooperativa, coloca um fosso de grande profundidade entre a visão capitalista, no estrito senso de acumular e diversificar capitais, e o atendimento desses princípios.

Por tudo isso, interpreto a associação das grandes cooperativas à luz da lógica do capital financeiro, com as ressalvas e limitações inerentes à própria forma cooperativa, por um lado, e, em particular, à maneira como se dá a vinculação do sistema cooperativista ao aparelho financeiro do Estado, no Brasil.

3 - Pequenos Produtores e as Diversas Formas de Associação ao Capital Financeiro

O debate em torno do destino dos pequenos produtores e do papel da pequena produção no desenvolvimento capitalista da agricultura, tem gerado não pouca controvérsia sobre conceitos de campesinato e de sua diferenciação, processos de integração, tendências à permanência ou desaparecimento, formas de subordinação e autonomia da pequena produção ao capital e um sem número de interpretações desses processos sociais. Não é certamente o propósito desta seção retomar as várias facetas deste debate, procedendo a resenha de posições teóricas ou a uma confrontação de versões*.

* Uma resenha de contribuições sobre "Estrutura Agrária, Permanência e Diversificação de um Debate" focaliza de maneira especial essa questão dos pequenos produtores. Ver José C. Gnacarini e Margarida M. Moura in Boletim Informativo de Ciências Sociais, nº 15, 1º de setembro de 1983.

O foco central da discussão desta seção está posto na questão das relações que se estabelecem entre os pequenos produtores rurais e o grande capital monopolista em sua nova forma de acumulação na agricultura, sob comando do capital financeiro.

Tendo em vista o propósito analítico indicado, proponho uma classificação explicativa para o conceito geral dos pequenos produtores, decompondo-a em duas grandes categorias: a dos produtores associados e não associados ao capital financeiro. As formas de associação e as instituições do grande capital e do Estado que realizam ou medeiam essa associação são variáveis e também mutáveis no processo de desenvolvimento econômico.

O significado da associação como aqui é utilizada implica tão somente alguma forma de integração de capitais entre pequenos produtores e o grande capital, geralmente de maneira subordinada, que viabilize algum tipo de reprodução ampliada dessa categoria de pequenos produtores. Por seu turno, a classificação de não associado afirma a não existência dessa integração ou dessa reprodução ampliada. A direção do processo de integração ou rejeição dos pequenos produtores depende da estratégia de diversificação do grande capital em consonância à política agrícola do Estado. Não se deve interpretar a associação ao capital no sentido da homogeneização dos pequenos produtores à imagem e semelhança da entidade centralizadora que comanda o processo de integração. Esse, por sua vez, implica vários matizes e graus de subordinação, como pretendo mostrar andiante.

A primeira categoria compreende o grupo de pequenos produtores tecnificados, sócios menores do projeto de modernização conservadora, mas que lograram de qualquer forma se associar à acumulação capitalista na agricultura. O canal mais explícito desta associação é a figura já analisada da "multicooperativa" e, em menor instância, também a grande cooperativa atacadista, onde formalmente estes pequenos produtores participam, ainda que periféricamente, dos benefícios advindos de uma acumulação diversificada e integrada à estratégia de expansão do grande capital. Ressalve-se, contudo, como já

assinalei anteriormente, que a direção do processo de acumulação está inteiramente centralizada no alto "staff" diretivo das cooperativas e a capacidade do pequeno produtor, enquanto cooperado, de influir sobre essa, é desprezível.

Ainda na categoria de pequenos produtores associados, devo incluir um outro segmento, hierarquicamente inferior, sob o ponto de vista do grau de associação ao capital financeiro, no sentido da integração de capitais, mas que ainda assim conserva importantes nexos de integração técnica com o complexo agroindustrial. Os exemplos mais notórios são os dos pequenos produtores, fornecedores da grande agroindústria nos ramos de pecuária, avicultura, fumicultura, vidicultura, suinocultura, fruticultura, etc., vinculados por distintas formas de relação comercial a grandes indústrias, com ou sem contratos especiais de assistência técnica e fornecimento de matérias-primas e bens intermediários para essas indústrias.

Essa categoria de pequenos produtores cativos, sujeitos formal ou informalmente aos contratos de "quase integração", que já comentei anteriormente, situa-se efetivamente num limite entre a reprodução simples e a reprodução ampliada do pequeno produtor. Segundo interpretam alguns autores*, o complexo agroindustrial expropria-lhes renda da terra e lucros, mediante a imposição de condições de monopólio na determinação de preços industriais que terminam por deteriorar os termos de troca da agricultura.

* Uma interpretação na linha de expropriação dos pequenos produtores pode ser vista no trabalho de Yoshiaki Nakano, "A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura", Revista de Economia Política, vol. 1, nº 3, julho/set-1981, p. 14.

Do meu ponto de vista, creio que esse segmento de pequenos produtores tecnificados, com alto coeficiente de integração técnica a jusante e a montante da indústria, terá de alguma forma de lograr algum benefício para manter-se e reproduzir-se com o mínimo de eficiência produtiva. Nesse sentido, a menos que a estratégia seguida pela indústria seja a de substituir rapidamente a atividade produtiva direta exercida por esta categoria de agricultores por produção própria, haverá alguma margem de lucratividade que a indústria tornará acessível. Ademais, há mecanismos financeiros indiretos de acesso ao crédito subsidiado, garantia de preços, favorecimento fiscal, etc. que, eventualmente, podem e efetivamente são mobilizados politicamente para permitir a expansão dessa categoria de agricultores tecnificados, propiciando-lhes lucratividade mínima compatível com uma pequena acumulação de capital.

Observe-se que o grau de autonomia formal desse subgrupo de pequenos produtores é ainda menor que o dos cooperados. Pois, se a esses ainda se pode identificar formas políticas mais eficazes para influir internamente na direção do complexo cooperativo, àqueles não resta nenhuma possibilidade de participar da estratégia de crescimento da empresa ou do grupo econômico a que se ligam como fornecedores. Sua margem de lucro e possibilidade de reproduzir-se depende, a curto prazo, da política de preço dos grandes oligopólios industriais. Numa instância mais geral, a estratégia de crescimento e diversificação da indústria com a agricultura determinará o espaço de mercado que o grande capital reservará a essa pequena produção. Numa instância política, a forma estatal de administração discriminatória das margens de lucros por grupos de produtores poderá, ou não, viabilizar a permanência ou crescimento dessa categoria de pequenos produtores.

Os exemplos concretos de "quase integração" dos pequenos produtores tecnificados vinculados à estratégia de expansão da agro-indústria revelam, simultaneamente, relevância dos aspectos de eficiência competitiva e representação política, que se fazem necessários à defesa dos interesses dessa categoria de produtores. O ramo de produção avícola é a atividade onde os contratos de integração técnica indústria-pequenos produtores ocorrem de maneira mais for

mal*, com a subordinação dos últimos às condições de regulação das margens de lucro por parte da indústria integrada (frigorífico, rações, exportação e venda de matrizes) e ao Estado, que a partir de sua política agrícola (preços, crédito, assistência técnica, etc.) viabiliza a reprodução desses pequenos produtores em maior ou menor escala.

Outros ramos em que essa relação de integração técnica entre a agroindústria e os chamados pequenos produtores tecnificados perdura de maneira mais informal são os de produção de cítricos, fumi-cultura, laticínios, suinocultura, pecuária em geral e outros. Se a esses ramos acrescermos a produção controlada pelas cooperativas, de que já tratei anteriormente, e ainda os grandes atacadistas do mercado de cereais, podemos dimensionar uma categoria social de certo peso, principalmente na região Centro-Sul, constituída de pequenos e médios estabelecimentos rurais. Ela terá participação relativamente grande na produção agropecuária (ver dados estratificados por grupos de valor da produção na tabela ²⁵), e estará situada numa faixa entre 40 a 50% do valor bruto da produção, conforme o corte que se faça na categoria de pequenos e médios produtores.

A reprodução desses pequenos produtores e o espaço de mercado que ocupam na economia rural dependem hoje, fundamentalmente, dos rumos que toma a política agrícola governamental. Creio, embora não possa corroborar empiricamente tal afirmação, que a cada restrição maior sobre a política de financiamento rural, uma parcela expressiva desses pequenos produtores cai fora do mundo, revertendo à categoria inferior dos pequenos produtores que defino como não associados ao capital financeiro.

* Bernardo Sorj e outros "Camponeses e Agroindústria...", op. cit. pp. 40/4.

Uma segunda categoria geral de pequenos produtores, que também comporta subdivisões, é a que defino como de agricultores não associados à estratégia de crescimento do grande capital. Esse grupo social abrange uma gama vasta de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, trabalhadores permanentes, ocupantes, parceiros, etc., cuja condição em comum é a completa exclusão dos meios de associação ao capital financeiro, seja diretamente, como sócio menor, seja indiretamente, como partícipe de benefícios e compensações financeiras mediadas pela política estatal. A sobrevivência física ou reprodução simples é, em geral, a estratégia econômica desse grupo.

Essa grande categoria representa, em termos numéricos, algo em torno de 4 milhões de estabelecimentos (ver estratificação de estabelecimentos, segundo valor da produção de 0 até 9 salários mínimos-ano, p. 192), e tende a ser crescentemente expelida do mercado, enquanto produtora de mercadorias agrícolas. Alberga-se no setor agrícola, em condições de marginalidade aguda, percebendo rendimentos insuficientes para subsistência social, sob condições de subemprego, emprego sazonal por curtos períodos ou mesmo desemprego aberto.

A discussão sobre o papel dessas categorias enunciadas de pequenos produtores, associados e não associados à estratégia de acumulação do capital financeiro, permite que se vá adiante na compreensão do processo mais geral desse desenvolvimento agrícola, ultrapassando antigas controvérsias sobre tendências à persistência ou desaparecimento de pequenos produtores, colocadas geralmente em abstrato.

Diversamente, a categoria dos pequenos produtores associados que aqui utilizo, conquanto não seja autônoma para definir o grau ou forma de sua participação na acumulação capitalista, dela também pouco é excluída pela penetração do grande capital no campo. Ademais, a forma intrinsecamente política - ou seja, sob mediação estatal - pela qual se dá a associação dos pequenos produtores aos empreendimentos do grande capital no campo, converte as relações e contradições dos pequenos produtores dominados pelas grandes corporações agroindustriais em problemas que transcendem ao econômico. Isso não leva a concluir pela perda de autonomia do grande capital para conduzir essa associação na forma e nos limites que sejam compatíveis com a valorização máxima dos capitais sob seu comando. Mas revela que essa

mesma estratégia, que para concretizar-se passa por inúmeras outras formas de regulação política, também terá de contar nas relações com os pequenos produtores associados, com políticas concretas de orientação para o movimento cooperativista, acesso ao crédito, controle de preços, seguro da produção etc. - que, em última instância, darão maior ou menor viabilidade à reprodução dessa categoria de modernos e pequenos estabelecimentos rurais.

Com relação ao grupo dos pequenos produtores não associados, sua exclusão do processo de modernização agropecuária e de todas as formas de associação às políticas públicas, leva à crescente marginalização desse grupo social enquanto pequenos produtores. Sua integração mais explícita provavelmente se dará de forma parcial, no mercado de trabalho rural, participando da produção capitalista dos estabelecimentos maiores como trabalhadores assalariados*. Aqui, certamente, chegamos a um ponto crucial para a interpretação dessa imensa categoria de microestabelecimentos, com fraca contribuição à produção agropecuária e com força de trabalho livre em grandes proporções.

As interpretações que têm sido dadas por diferentes autores sobre o papel que desempenha essa massa, que denominei de pequenos produtores não associados, parecem convergir para duas vertentes principais, que apresentam em comum o argumento da funcionalidade ao processo de acumulação capitalista**. Num primeiro caso, tem-se destacado o caráter relevante da contribuição produtiva desses pequenos produtores, produzindo alimentos e matérias-primas a custos monetários reduzidos, devidos em certa medida à não imputação dos valores de renda fundiária e lucro capitalista.

* Pesquisa recentemente realizada na UNICAMP revela vários indicadores da participação da mão-de-obra assalariada nos estabelecimentos responsáveis por cerca de 80% do valor da produção agropecuária. Ver Sérgio Silva - "Estudos Sobre a Estrutura de Produção...", p. 31 a 37.

** Esta tese, que aqui denomino funcional, aparece, a meu ver, na interpretação da pequena produção como reservatório de meios de subsistência e de mão-de-obra para o capital. Ver Ana Célia Castro et alli - "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira" - Brasília, BINAGRI, 1979, pp. 174/76.

Uma segunda interpretação, que algumas vezes se combina ou se separa da primeira, tende a realçar o caráter necessário de re produção desse exército de reserva, tendo em vista as necessidades cíclicas de contratação da força de trabalho nos estabelecimentos agrícolas, caracterizados pela prevalência do assalariamento.

Do meu ponto de vista, creio haver algumas evidências quan titativas e qualitativas que nos obrigam a repensar o argumento da funcionalidade.

Quando se avalia o argumento da funcionalidade produtiva e se considera empiricamente a contribuição dos microestabelecimentos ao valor da produção agropecuária, observa-se, como constatou Sérgio Silva na sua pesquisa sobre "Estrutura de Produção no campo e a Questao Agrária", que 63% dos estabelecimentos (3,15 milhões) apresentaram, em 1975, valor da produção inferior a 2 salários mínimos por ano, e contribuíram no total com apenas 10% do valor da produção agropecuária. Considerando-se o enorme contingente social envolvido nessa produção, de pelo menos 3,15 milhões de famílias, e o nível de produtividade extremamente baixo expresso pelo valor de sua produção, dificilmente se poderá sustentar o argumento da funcionalidade. Essa é, praticamente, uma produção complementar de auto-consumo ou de comercialização em mercados locais, que certamente é insuficiente à própria subsistência desses produtores.

Observe-se que esse argumento da baixa contribuição produtiva está referido à categoria que defino como de produtores não associados, que é tentativamente dimensionada na Tabela 26, como constituída pelos estabelecimentos com valor de produção de menos de 1 até 9 salários-mínimos-ano. Temos, nessa faixa, um grupo numeroso de 90,2% dos estabelecimentos, produzindo apenas 1/3 do valor de produção agropecuária. Mesmo o subgrupo de estabelecimentos entre 2 e 9 salários-mínimos, incluído na categoria de microestabelecimentos, contribuindo com 23,5% do valor de produção, apresenta valor médio de produção ainda insuficiente para participar efetivamente na melhoria dos padrões de abastecimento urbano.

Sob o aspecto de abastecimento, não é a mesma a posição dos produtores que defino como associados e que na estratificação da ta-

bela 26 (de 9 a 37 s.m.) representam 8,26% do número de estabelecimentos e 37,2% do valor da produção. Tampouco é funcional a associação desses pequenos produtores como a interpretei anteriormente, haja vista que as condições subordinadas e instáveis de sua reprodução são reguladas pela estratégia de monopólio das empresas e pelo perfil da política agrícola.

Uma tentativa descritiva e até certo ponto arbitrária de dimensionar as diversas categorias e subcategorias de produtores associados e não associados ao capital financeiro é feita a seguir, com base nas informações já citadas da pesquisa sobre "Estrutura de Produção no Campo".

Tabela 26 - Número, Área Total e Valor da Produção dos Estabelecimentos Agropecuários, Segundo Grupos de Valor da Produção: 1975 - Brasil

Grupos de Valor da Produção em Termos de Salários Mínimos-Ano	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Valor da Produção Média Por Estabelecimento em s.m.			Tamanho Médio do Estabel. (ha)
			%	Média Estab.	Média Hectare	
Menos de 1 s.m.	44.21	13.10	4.38	0.48	0.025	19.2
De 1 a menos 2 s.m.	18.98	10.62	5.62	1.43	0.039	36.3
De 2 a menos 9 s.m.	27.00	29.14	23.46	4.20	0.060	70.0
De 9 a menos 18 s.m.	4.88	11.67	12.51	12.38	0.080	154.8
De 18 a menos 37 s.m.	2.18	10.31	11.37	25.14	0.082	160.4
De 37 a menos 100 s.m.	1.20	10.99	14.41	58.03	0.098	592.1
De 100 a mais s.m.	0.52	11.85	28.25	262.63	0.177	1.483.8
Sem declaração	1.03	2.32	-	-	-	-
Total	4.993.30 ^{1/}	323.896.10 ^{2/}	139.106,50 ^{3/}	4.82	0.074	65.2

FONTE: Sérgio Silva "Sobre a Estrutura da Produção no Campo - II", UNICAMP, nov. de 1982.

1/: Número de estabelecimentos em mil unidades.

2/: Mil hectares.

3/: Cr\$ 1.000,00 mil.

Com base nos dados estratificados da Tabela 26 pode-se construir empiricamente uma tipologia aproximada dos diferentes grupos rurais que defino como associados e não associados ao capital financeiro:

Grupo I (Valor da Produção de 0 a 9 s.m.) - pequenos produtores não associados ao capital financeiro, compreendendo aquela gama de minifundistas em condições muito precárias de acesso à terra; exclusão dos benefícios da política agrícola (crédito favorecido e preços mínimos principalmente) e que não estão organizados em quaisquer formas associativas de produção ou comercialização. Grupo predominante nos Estados do Nordeste e em Minas Gerais.

Grupo II (Valor da Produção de 9 a 37 s.m.) - compreende o grupo de pequenos produtores tecnificados com acesso à terra, crédito, preços mínimos etc.). Essa categoria de produtores, embora ainda atomizada (compreende 243,67 mil estabelecimentos entre 9 até 18 s.m. de valor da produção e 108,85 mil entre 18 e menos de 37), apresentava principalmente as formas indiretas de associação ao capital financeiro, sob mediação financeira do Estado, e alguma forma de integração capitalista ao nível das cooperativas e agroindústrias. Grupos mais frequente nos Estados do Sudeste e Sul.

Grupo III (de 37 a menos de 100 s.m. em Valor da Produção) compreende o grupo de médios produtores rurais, que predomina numericamente nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. O grau de integração dessa categoria ao estilo da acumulação financeira é bem mais acentuado, ainda que fundamentalmente dependente da política financeira. O acesso ao crédito favorecido e a organização em cooperativas de grande porte econômico e interação de capitais são as principais vias de associação à dinâmica de acumulação do grande capital.

Grupo IV (de 100 a mais s.m. de Valor da Produção) - constitui o grupo por excelência de dominância do capital financeiro. Contando com apenas 26 mil estabelecimentos em 1975, responde por cerca de 28,2% do valor da produção. A concentração de capitais e de terras nesse pequeno grupo de empresas é extremamente elevado e bem assim as formas mais complexas de conglomeração intersetorial.

O outro argumento "funcional" para interpretar o papel desses pequenos produtores não associados, atribuindo-lhes a condição de força de trabalho necessária ao desenvolvimento do capital no campo, é a meu ver, também equivocado, pelas razões que passo a expor.

Creio que aqui há, particularmente no caso brasileiro, uma enorme distância entre o que efetivamente ocorre no mercado de trabalho e a teoria do exército industrial de reserva, como o identifica Marx no capitalismo do século XIX. Ademais, o próprio Marx já identificava a tendência de diminuição em termos absolutos da procura por trabalhadores rurais, quando a produção capitalista se apodera da agricultura*.

Penso que as tendências contemporâneas de inovação incessante do grande capital no campo não corroboram a tendência de proletarização crescente da força de trabalho rural. Ao contrário, a agricultura capitalista contemporânea é um ramo de produção em que muito rapidamente se manifesta a exclusão do trabalho vivo como necessidade do capital para realizar sua exploração.

As necessidades de força de trabalho na produção, medidas pelo indicador "pessoal ocupado", para os estabelecimentos de 100 a 500 hectares, eram, em 1975, de 12,5% do total empregado no setor agrícola, e de 5,5% para os estabelecimentos de 500 ha e mais. Esses mesmos indicadores apurados pelo Censo Agropecuário de 1980 revelam proporções muito parecidas. O emprego em estabelecimentos de 100 a 500 ha corresponde a 13,8% e acima de 500 ha representa 7,6% de todo o "pessoal ocupado".

Considerando grosseiramente essa faixa como abrangendo a maior parte dos pequenos e médios estabelecimentos com despesas salariais, tem-se um imenso excedente, de algo em torno de 80% do pessoal ocupado, envolvido nos demais estabelecimentos, mais parecidos com aquilo que defini como de pequena produção associada ou ainda, majoritariamente, não associada ao capital financeiro.

* Karl Marx, op. cit. Livro I, p. 745.

Refletindo essa tendência atual de rejeição crescente do trabalho vivo na agricultura, alguns observadores identificam em menos de 30 anos de sucessivas aberturas de novas fronteiras, estilos continuamente excludentes de absorção do trabalho vivo. Os exemplos de colonização do noroeste do Paraná nos anos 50 e 60 e de ocupação recente do sul do Pará (anos 70) ou norte de Mato Grosso, já refletem um enorme encurtamento de tempo entre a fase de tração demográfica e a subsequente rejeição dos trabalhadores na atividade produtiva rural*. Enquanto o Paraná levou pelo menos 20 anos atraindo novos agricultores na esteira da penetração cafeeira, inverteu essa atração nos anos 70, quando diminuiu, em termos absolutos, sua população rural. A nova fronteira aberta nos anos 70 revela bem menos potencialidade para um movimento demográfico similar, como assinala na análise demográfica da Primeira Parte (seção 2, cap. 1).

Do que foi exposto nesta seção e de maneira mais abrangentes neste capítulo, algumas conclusões podem já ser antecipadas sobre as formas de integração de capitais, principais protagonistas, tendências e limites da sua operação na agricultura brasileira.

Os grandes protagonistas do processo de integração de capitais - S.A. e "holdings", Grandes Cooperativas, o Estado e Finalmente numa posição menor os pequenos produtores - realizam um projeto de desenvolvimento econômico na agricultura que a um só tempo integra capitais e exclui uma enorme massa de agricultores que não logram incorporar-se a esse processo. Ao mesmo tempo, esse mesmo processo, para se realizar, requer uma intensa politização das relações do grande capital com as agências de Estado promotoras da política agrícola e, em especial, de sua política financeira. Essa politização das relações econômicas se expressa de maneira explícita na forma discriminatória com que o Estado realiza administrativa e financeiramente a regulação das margens privadas de lucro (ver exemplo gráfico da página 123, que sintetiza esse estilo de regulação no curto prazo).

* Para uma análise de absorção de mão-de-obra no movimento de expansão da fronteira agrícola, concluindo o que aqui exponho, ver: George Martiné: Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola, Revista de Economia Política, vol. 2, nº 3, julho-setembro/1982.

Mas é também esse mesmo processo de politização das relações econômicas do Estado com o grande capital no campo que, por intermédio da política agrária em geral e, especialmente, de sua política de terras, viabiliza a exclusão dos pequenos produtores não as sociados, da apropriação do mínimo compatível com sua sobrevivência humana.

Sendo essa formas todas de integração de capitais que examinei um indicador da penetração do capital financeiro no campo, e ocorrendo a todas elas limitações endógenas que descambam em termos gerais para o patrocínio financeiro e normativo do Estado, será também por aí que penetrarão as demandas políticas dos grupos sociais rejeitados nesse mesmo processo de crescimento capitalista, tema a que pretendo me dedicar na seção específica sobre "questão agrária e capital financeiro".

Capítulo 6

Mercado de Terras e Questão Agrária Face ao Capital Financeiro

Introdução

A questão do congelamento do capital fixo na indústria e as formas de financiar e dar mobilidade a esse tipo de capital encontram certa similaridade no processo de produção agrícola, nas várias formas de imobilização que o capital também aí realiza. Um desses aspectos, de que já tratei, é o da lentidão relativa de giro do capital circulante na agricultura, em face das características específicas do processo de produção agrícola, tema que abordei no Capítulo 4, seção 1 (Desenvolvimento das Relações a Crédito).

Outro aspecto de similaridade a que também já me reportei diz respeito ao descongelamento dos elementos de capital fixo na agropecuária, envolvendo equipamentos, rebanhos, culturas perenes etc., tratado no Capítulo 4, seção 2.2 (Mobilidade do Capital Fixo na Agricultura).

Neste capítulo tratarei do aspecto que me parece mais relevante e específico de agricultura, que é a questão da imobilização do capital em terras e a forma como se dá sua circulação a nível financeiro. Ao longo dessa discussão, recolho algumas contribuições que me parecem relevantes sobre a questão conexa da contradição entre o movimento do capital no campo e a propriedade privada das terras.

A passagem da discussão mais abstrata sobre capital financeiro e mercado de terras para os aspectos mais concretos do seu funcionamento, desemboca para o tratamento específico do funcionamento do mercado de terras no Brasil. Considero aí o importante problema da diversificação das aplicações do grande capital no mercado de terras e as formas de envolvimento da máquina estatal neste processo.

A última seção deste capítulo tenta resgatar o novo perfil da "questão agrária", modificada pelo capital financeiro, discutindo, em especial, o dinamismo e questão sócio-econômica mais geral da propriedade da terra e das demandas por sua reestruturação.

1 - Circulação Financeira e o Mercado de Terras

Para tratar mais a fundo esse problema do mercado de terras, ao nível de circulação financeira, vou retomar teoricamente a questão da mobilidade do capital de Hilferding e Keynes, para então conectá-la com as questões da produção rural em que estou interessado.

Como já indiquei, a função básica da circulação financeira é a de retransformação do capital, descongelando-o de suas aplicações fixas, para fazê-lo circular no circuito financeiro. Como assinala Hilferding:

"... a mobilidade (do capital) se apoia na possibilidade que têm os capitalistas de poderem retirar a todo momento o seu capital invertido sob a forma de dinheiro, transferindo-o para outras aplicações. Quanto mais elevada seja a composição orgânica do capital, tanto menos pode consumir-se esta transferência mediante deslocamento efetivo dos elementos materiais do capital produtivo. A tendência à nivelção da taxa de lucro encontra resistência, em proporções cada vez maiores, na impossibilidade de se retirar de um ramo de produção, o capital produtivo, cujo componente principal está formado pelo capital fixo. O movimento real da nivelção somente se realiza lentamente, e por aproximações sucessivas, sobretudo mediante a reinversão da mais-valia aplicada em esferas onde prevalece taxa de lucro mais elevada, com omissão de aplicação para os ramos de menor taxa de lucro. Pelo contrário, a taxa de juros em contraste com a taxa de lucros, é, em qualquer momento dado, igual e geral. A igualdade de todo o capital - tendo em conta que para os capitalistas individuais consiste não na igualdade das somas nominais, mas na igualdade dos rendimentos produzidos por iguais valores - encontra sua expressão adequada na generalidade da taxa de juros* (grifo meu).

* Rudolf Hilferding, op. cit. p. 151.

Essa mobilidade de capitais a que se reporta Hilferding, pressupõe a negociabilidade de ações ou títulos de renda em geral, emitidos pelas sociedades anônimas em associação com os bancos ou outras instituições financeiras. Essas, ao assumirem a função monetária de deter o controle da liquidez geral da economia, tornam-se peças imprescindíveis para bancar a negociação de quaisquer títulos de renda. Por seu turno, essa nova função de negociar papéis enseja a organização paralela de um mercado de títulos, institucionalizado na Bolsa de Valores, cujos valores transacionados se distinguem autonomamente do capital produtivo a que se referem nominalmente.

Ademais, os "patrocinadores" das novas ações e outros papéis representativos de novos investimentos assumem, na linguagem de HOBSON*, funções especiais de "financiar" sob o comando de banqueiros, corretores e outros financistas, os quais se colocam estrategicamente entre uma massa atomizada de pequenos capitais ou pequenos poupadores e o segmento mais restrito dos empresários organizadores da indústria moderna.

Essa separação da esfera do capital produtivo com relação à esfera financeira é uma das características fundamentais de funcionamento do capitalismo contemporâneo, que por sua vez assume um significado peculiar com a crescente autonomização e hegemonia das instituições financeiras, crescentemente envolvidas com o comando da centralização e valorização dos capitais. Esse processo, marcado por uma potenciação muito maior de mobilidade e concentração do capital no conjunto da economia é, ao mesmo tempo, campo de grande instabilidade para o investimento produtivo na economia, como pretendo ainda desenvolver.

Recorro mais uma vez a Hilferding para apontar esse movimento de separação do capital real relativamente à sua contraface de circulação de títulos financeiros:

* John A. Hobson, op. cit. p. 180.

"A mobilidade do capital, transforma em proporções crescentes a propriedade capitalista em títulos de rendimento, e em volume crescente independentiza assim o processo capitalista de produção do movimento da propriedade capitalista. Pois o comércio com estes títulos, que tem lugar na Bolsa, significa um movimento de propriedade. Porém esta transferência de propriedade pode suceder agora independentemente do movimento de produção e sem nenhuma influência sobre ela".*

As questões da circulação financeira levantadas por Hilferding são retomadas com grande ênfase por Keynes no seu "Treatise on Money" e na própria "Teoria Geral...".

"As decisões de investir em negócios privados do velho tipo eram, em grande parte, irrevogáveis não só para a comunidade em seu conjunto, como também para os indivíduos. Com a separação entre a propriedade e a gestão que hoje vigora, e com o desenvolvimento de mercados de inversão organizados, entra em jogo um novo fator de grande importância, que algumas vezes facilita a inversão, porém também contribui às vezes, para aumentar em muito a instabilidade do sistema. Quando faltam os mercados de valores, não tem sentido tentar reavaliar com frequência uma inversão com a qual nos tenhamos comprometido. Porém a Bolsa reavalia muitas inversões todos os dias e estas reavaliações dão frequentes oportunidades aos indivíduos (ainda que não a comunidade em seu conjunto) para reavaliar seus compromissos. É como se um agricultor ha vendo observado seu barômetro depois do "café da manhã", decidisse retirar seu capital do negócio agrícola entre dez e onze horas da manhã e reconsiderar

* Rudolf Hilferding, op. cit. p. 151.

se deveria voltar a ele posteriormente, durante a semana. Porém, as reavaliações diárias da bolsa de valores ainda que se façam com o objetivo de facilitar transações de inversões passadas entre indivíduos, exercem inevitavelmente, influência decisiva sobre a taxa de inversões correntes; porque não tem sentido criar uma nova empresa incorrendo em um gasto maior que aquele com que se pode comprar outra igual já existente..."*

A existência desse mercado de títulos de propriedade, como assinala o próprio Keynes, assegura a alguns inversionistas a oportunidade de operações financeiras de tal modo que "determinadas inversões que são "fixas" para a comunidade, se transformem em "líquidas" para o indivíduo".**

Ora, se as inversões são socialmente dadas e irreversíveis, como reconhece Keynes, a sua contínua retransformação ou reversibilidade sob formas líquidas de capital não é possível em escala social, mas tão somente sob a sua expressão financeira, para capitalistas individualizados. Está posta nesta não sincronia entre a irreversibilidade social da inversão e sua contínua reversibilidade do ponto de vista privado, mediante negociação e revalorizações diárias atribuídas pela Bolsa de Valores, problemas de instabilidade potencial do mercado de títulos.

A existência de um mercado independente para circulação dos títulos de propriedade e a pressão para descongelar e financiar aplicações fixas de capital, são, a meu ver, faces conexas mas distintas da operação autônoma do capital financeiro. Por um lado, essa esfera de circulação dos títulos de propriedade guia-se por uma lógica de avaliação dos preços desses ativos, que é distinta da formação do preço de oferta dos equipamentos de capital.

* John M. Keynes, "Teoria Geral...", p. 139.

**John M. Keynes, "Teoria Geral...", p. 148.

Enquanto o preço corrente de oferta de um bem de capital é dado, basicamente, pelo seu custo de produção, o preço dos títulos de propriedade com direito à renda e, mais especificamente, das ações, depende da avaliação presente dos rendimentos futuros capitalizados. Essa avaliação guia-se pelas expectativas formadas e diariamente revisadas pelos operadores do mercado de títulos, as quais reletem - na acepção de Keynes, desenvolvida no Capítulo 12 da "Teoria Geral..."*, - uma racionalidade peculiar desses mercados, sob condições de incerteza.

O mesmo princípio de formação do preço dos títulos financeiros com direito à renda aplica-se à formação do preço da terra, não apenas sob o seu aspecto formal - preço como capitalização dos rendimentos futuros - mas, ainda, sob o aspecto da racionalidade financeira que passa a governar o cálculo econômico, numa fase avançada do capitalismo, em que a terra assume inteiramente o caráter de mercadoria.

Keynes faz explicitamente uma ligação entre mercado financeiro e mercado de terras na passagem que reproduzo a seguir:

*"Os preços dos títulos ("securities") existentes não dependem para curtos períodos, do custo de produção ou do preço de um novo bem de capital fixo. Os títulos patrimoniais ("securities") em geral consistem de propriedades que não podem ser inteiramente reproduzidas, de recursos naturais que não podem ser reproduzidos de nenhuma maneira, e do valor capitalizado das rendas antecipadas da posse de quase-monopólios sobre vantagens peculiares de uma categoria ou de outra"**(grifo meu).*

Na citação, fica evidenciada a dicotomia já assinalada entre preço de oferta - o custo de produção de um bem de capital novo, e o preço das "securities", ou dos títulos patrimoniais do mercado

* Cf. John M. Keynes, op. cit. pp. 135/149.

**John M. Keynes "Treatise on Money", p. 222.

financeiro, formado segundo a mesma lógica de avaliação do preço da terra ou, ainda, pela racionalidade que, posteriormente, na "Teoria Geral", Keynes veio a desenvolver para o preço de demanda* de um bem de capital, definido pelo rendimento provável da inversão.

Ora, a terra é um bem natural não reproduzível. O seu preço - segundo Marx e, como vimos, também Keynes - é definido pela soma capitalizada das rendas antecipadas. A esfera da circulação dos direitos de propriedade sobre a terra - ou seja, a circulação financeira - se constitui numa forma autônoma de avaliação, onde concorrem outros títulos patrimoniais monopolizáveis (ações, obrigações e títulos da dívida pública) e, ainda, o dinheiro. É da lógica financeira homogeneizar os diferentes rendimentos de diferentes títulos. Como assinala Ignácio Rangel:

*"...o preço da terra propende para o correspondente ao valor do capital (que no seio da mesma economia e coetaneamente) produza um lucro igual a sua renda".***

A posição de Rangel, um pioneiro no tratamento dos aspectos financeiros do mercado de terras no Brasil, chama atenção para a emergência de uma forma nova de convergência dos capitais em busca de uma dada taxa de valorização. Essa taxa, à qual capitais de distintos valores de uso propendem a se equivaler, no sentido de produzirem rendimentos proporcionais, opera também no sentido de transformar a renda da terra nesse rendimento financeiro equivalente.

Analisando esse mesmo assunto em sua "Teoria do Desenvolvimento Econômico", Shumpeter chega a uma conclusão muito próxima a respeito da conversão das terras em mercado governado pelo cálculo financeiro:

"Os possuidores de "agentes naturais" e os monopolistas têm pois toda a razão, se houver desenvolvimento, em comparar sua renda com o rendimento que poderiam

* Cf. John M. Keynes, op. cit. p. 125.

** Ignácio M. Rangel "Estrutura Agrária, Sociedade e Estado". Boletim Reforma Agrária: Ano VII, nº 6, nov/dez, 1968, p. 31.

obter sobre o capital ao vender os seus agentes naturais ou o seu monopólio, uma vez que tal venda poderia ser vantajosa. E os capitalistas têm razão em comparar sua renda proveniente do juro com a renda da terra ou a receita de monopólio permanente que poderiam obter com seu capital. Ora, em quanto se elevará o preço de tais fontes de renda? Nenhum capitalista, na medida em que se coloque na posição de comprador, pode estimar um valor para um pedaço de terra, que seja mais alto que a soma de dinheiro que rende tanto juro quanto a renda gerada por aquele. Nenhum capitalista pode estimar (grifo meu G.C.D.) um valor menor para a terra com as mesmas qualificações. Se o preço de terra custasse mais, seria invendável... Assim, o "valor de capital" das fontes permanentes de renda é inequivocamente determinado. As conhecidas circunstâncias que fazem com que seja pago mais ou menos na maioria dos casos não afetam o princípio*.

As posições de Marx, Keynes, Shumpeter e Rangel apresentam algumas similaridades nos seguintes aspectos: (1) explicação da formação do preço da terra sob o aspecto de capitalização da renda da terra; (2) de que se trata de monopólio natural apropriado e que não é produzido pelo capital. Marx não chegou a tratar, nos diversos capítulos do Livro III que discorrem sobre a renda da terra, da questão de constituição de um mercado de terra, no sentido que o analisam os demais autores. Tal mercado não existiu nas condições históricas da Inglaterra e da Europa do século XIX, sendo a categoria renda fundiária, e não o seu preço, o elemento privilegiado na análise. Os demais autores citados fizeram a passagem que aponte no sentido da transformação da renda da terra em equivalente a uma taxa financeira de juros. Há múltiplas diferenças e ênfases especiais na análise desses autores sobre a formação do preço da terra. Considero relevante assinalar que a contribuição que me parece ter ido mais longe no sentido da avaliação capitalista, ainda que se ocupando de forma muito breve do assunto, é a interpretação de Keynes. Ele não apenas indica a

* Joseph A. Shumpeter "A Teoria do Desenvolvimento Econômico" - São Paulo, Editora Abril, 1982, p. 136.

forma homogênea de estimar o valor da terra, como o faz Shumpeter, mas ainda vai mais longe, posteriormente, ao desenvolver sobre o papel das expectativas na "Teoria Geral...", tomando-as como uma racionalidade sob incerteza quanto ao futuro, inerente ao cálculo capitalista de longo prazo, que preside a avaliação dos mercados financeiros.

A formação do preço da terra de forma similar ao de outros ativos financeiros é apenas uma das transformações que se operam no desenvolvimento capitalista. Há que considerar, ainda, outras manifestações do capital financeiro nesse mercado, pelo lado da criação e circulação dos títulos de propriedade, à semelhança da potencialidade de emissão do "capital fictício" analisado por Hilferding. Ademais, há os aspectos peculiares de que se reveste o descongelamento do capital imobilizado na agricultura, operando com o sistema de crédito mediante lançamento de penhor e hipoteca sobre os títulos de propriedade rural de que já falei no Capítulo 4.

1.1 - A Especificidade do Setor Agrícola para o Capital Financeiro

A negociação em bolsa dos títulos patrimoniais, principalmente ações, que garantem ao capitalista individual "transformar inversões que são 'fixas' para a comunidade em 'líquidas' para o indivíduo" não é, certamente, a forma institucionalizada de negociação de títulos de propriedade da terra.

Ainda que o número de empresas organizadas sob a forma de sociedade por ações tenha crescido, recentemente, na agricultura brasileira, a grande maioria delas não opera financeiramente nas Bolsas de Valores, embora se liquem, como observei no capítulo anterior, às estratégias de diversificação do grande capital privado na agricultura.

Algumas formas de negociação de títulos de propriedade rural desenvolvem-se informalmente no Brasil, sem, contudo, alcançarem os graus de liquidez, agilidade e transparência do mercado que são atributos das transações organizadas em Bolsas de Valores.

Ignácio Rangel chama atenção para o aspecto importante e pioneiro desse mercado informal imobiliário no Brasil:

*"Não é exagero dizer que o primeiro mercado de valores a se estruturar no Brasil, nos quadros do processo de industrialização, foi, precisamente, o mercado de papéis imobiliários. A escritura de promessa de compra-venda circulava com uma intensidade que não gozavam nem as ações nem as obrigações. Mesmo agora (década dos 70), quando já existe uma bolsa de valores estruturada, seu papel não se compara com o do sistema de poupança, todo ele estruturado sobre ativos imobiliários".**

Conquanto a bolsa não seja instituição muito importante para a circulação financeira no mercado imobiliário, o capital financeiro penetra profundamente nesse mercado, criando e expandindo a circulação dos títulos de propriedade. No que se refere ao mercado de terras, as instituições financeiras que, no caso brasileiro, realizam esses negócios são, em especial, as imobiliárias rurais, as empresas de colonização privada e ainda, com diferentes variações, os Institutos de Terra Estaduais, o INCRA e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para citar os mais importantes.

Há que distinguir dois aspectos do "negócio de terras" que realizam as instituições voltadas para este mercado. O primeiro é a realização das transações de compra e venda de estabelecimentos antigos, situados em zonas localizadas no interior do espaço econômico de antiga ocupação. Essa atividade assemelha-se ao comércio imobiliário geral. Há, por outro lado, a incorporação crescente de áreas novas, seja nas zonas da chamada fronteira agrícola externa (as regiões novas e recém-exploradas), ou, ainda, de áreas da chamada fronteira agrícola interna - zonas interiores às regiões de ocupação mais antiga, que, contudo, se conservaram inexploradas por diferentes motivos. Nesse extenso espaço econômico, o capital financeiro persegue basicamente a captura dos ganhos de fundador. As analogias e diferenciações

* Ignácio M. Rangel "Questão Agrária e Agricultura", in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 7, janeiro, 1979, p. 190.

que esse conceito apresenta com a formulação inicial de Hilferding*, ou com o conceito similar de Hobson, de ganho do financiador**, requerem explicação adicional, tarefa que me reservo na confrontação com o exemplo específico da economia brasileira, desenvolvido mais adiante. Por hora, basta considerar a noção mais simples de ganho de fundador, como sendo dado pela diferença entre o preço da terra - a renda prospectiva capitalizada dessas novas terras que estejam sendo trazidas ao mercado - e o custo privado de sua implantação.

Há evidência de que tais ganhos estejam sendo perseguidos por empresas capitalistas bem organizadas e poderosas financeiramente, que se constituem no mercado como instituições emissoras e negociadoras de direitos de propriedade. Esse mercado constituído coloca novas questões sobre a relação entre capital e propriedade fundiária, num contexto inteiramente diverso das clássicas relações entre capitalistas emergentes e a classe dos "landlords" europeus.

Entender essa relação financeira no mercado de terras passa, necessariamente, pela recolocação da antiga questão da contradição entre o capital e a propriedade da terra. Robin Murray aponta essa questão em seu novo contexto:

"A moderna propriedade fundiária apresenta uma contradição em relação ao capital. Como um monopólio de terra frente ao trabalho cria condições para a produção capitalista, mas ao mesmo tempo é um monopólio contra o capital. Esta é uma armadilha para o capital e para a acumulação, que se mantêm, mesmo onde a propriedade de terra está nas mãos dos próprios capitalistas agrários".

"O capital tem trilhado três caminhos para superar essa armadilha. Primeiro, este tem estendido a zona da moderna propriedade fundiária os direitos de propriedade sobre as "novas terras", mas ao fazê-lo tem tido que estabelecer aqueles mesmos direitos como condição para própria produção. Isto tem implicado em repor a armadilha em escala ampliada ..."

* Cf. Rudolf Hilferding, op. cit. p. 114.

** Cf. John A. Hobson, op. cit. p. 181.

"Segundo, o capital tem procurado reduzir a separação de propriedade e produção sobre a terra pelo encorajamento da ocupação pelo proprietário. Isto tem simplesmente deslocado a contradição entre latifundiários ("landlords") e capitalistas, para uma outra entre o capital em geral e alguns capitais agrários. Em terceiro lugar, o capital tem bombardeado a produção agrícola com novas técnicas que fazem crescer a produtividade da terra e do trabalho. Isto pode erodir a base material de poder da propriedade da terra e da correspondente apropriação da renda".*

Em termos de agricultura brasileira, o primeiro e o terceiro movimentos apontados seriam típicos exemplos do processo de expansão recente do capital, promovendo intensificação do uso de insumos modernos (zonas Sul e Sudeste) e ampliação do espaço apropriado de terras novas nos Estados de fronteira agrícola (Norte, Centro-Oeste e parte do Nordeste). O segundo movimento soa algo estranho à forma como se dá a ocupação histórica das terras no Brasil, já que desde sua constituição ela ocorre com a união entre a propriedade da terra e o comando da produção rural.

Os movimentos contraditórios do capital e da propriedade fundiária revelam não uma oposição externa, mas uma contradição constitutiva da própria acumulação capitalista na agricultura. Pode-se, ademais, interpretá-los como movimentos de autonomização do capital em relação à propriedade fundiária - à semelhança da autonomização técnica do capital e da subsunção real do trabalho pelo capital, movimentos logicamente inseridos na contraditória autonomia entre capital e trabalho, que são próprios do desenvolvimento da maquinaria e da indústria moderna.

A resultante principal dos movimentos apontados por Murray, que nos importa, aqui, considerar, é a questão do envolvimento crescente do capital na agricultura com a esfera financeira.

Esse envolvimento, por seu turno, se dá modificando as antigas questões sobre a relação entre capital e propriedade. Analisando essa questão ao nível das interligações financeiras do grande ca-

* Robin Murray "Value and Theory of Rent: Part Two - Capital and Class", nº 4, Spring, 1978, nº 29.

pital com o mercado de terras e o sistema de crédito, Sérgio Silva coloca a devida ênfase nas novas relações do capital e da propriedade da terra:

"Através do sistema financeiro, a elevação do preço da terra conduz ao crescimento da massa de capital dinheiro disponível. Por esta via o capital resolve, ou, mais precisamente, recoloca em outro nível, a sua contradição com o monopólio da terra. A imobilização do capital dinheiro em terras gera capital dinheiro que ativa o sistema de crédito rural e o sistema financeiro em geral".

"Assistimos então a reprodução e ao reforçamento do monopólio da terra subordinado ao grande capital. Processo garantido (1) pelas possibilidades de reprodução da renda como parte do lucro ou como renda capitalizada, através do mercado de terras; (2) pelas possibilidades de ampliação da capacidade de acumulação (isto é de apropriação da mais-valia, seja lucro, seja renda) por parte do proprietário-capitalista, via maior acesso ao crédito e, diretamente, pela própria valorização da terra".

"... As novidades, estão na pouca expressão da renda sob sua forma clássica, no imbricamento da renda com o lucro, no papel especial da renda capitalizada e, em última análise, pela articulação entre o monopólio da terra e o movimento do capital a nível financeiro".*

Conquanto a colocação das novas relações do capital e da propriedade fundiária seja distinta nas concepções de Murray e Sérgio Silva, ambas apresentam em comum o crescente envolvimento do mercado de terras com o mercado financeiro em geral, seja pela via do crédito, contrapartida da imobilização do capital em terras; seja pela captura dos ganhos de fundador ou lucros imobiliários normais em função do comércio com terras; seja, ainda, pela necessidade de adotar inovações poupadoras de terras, que na visão de Murray tenderiam

* Sérgio Silva "Observações Sobre a Questão Agrária", Estudo nº 3 - UNICAMP, mimeo. 1984, p. 44.

a erodir o poder de monopólio dos "landlords" e a promover mudanças econômicas tais que: "com o desenvolvimento do investimento intensivo e da renda diferencial II, há uma tendência da renda fundiária de mudar de sua forma, para lucros agrícolas e juros pagos aos bancos*.

Os termos novos em que Sérgio Silva coloca ou recoloca a questão do monopólio da terra e da expansão do capital na agricultura são a meu ver, mais abrangentes, captando o movimento real de reforço à monopolização a nível financeiro.

2 - Mercado de Terras no Brasil

Muito se discutiu, na última década, no Brasil sobre a tendência especulativa inerente à expansão imposta pelo capital e manifesta pela verdadeira avalanche de apropriação que se dá nas terras novas, em alguns casos com duplicação de propriedade sobre a mesma área. O caráter especulativo desse movimento foi acentuado, os processos escusos e violentos de apropriação dessas terras e ainda o papel de sanção e garantia estatal foram enunciados na seção 3 do Cap. 3 da Primeira Parte deste trabalho.

É preciso, entretanto, ir mais longe na compreensão desse processo. O conceito de ganho de fundador, como uma forma de incentivar a criação do chamado capital fictício também no mercado de terras, ajuda a uma colocação analítica mais geral: Por aí, a meu ver, é possível, ainda, entender o movimento real do grande capital na agricultura brasileira e, especificamente, sua estratégia de diversificação no mercado de terras.

Recorde-se que, na seção 1 do Cap. 5, identifiquei uma importante significação no patrimônio dos grandes grupos econômicos, representado pelo investimento em negócios rurais, com predominância, em alguns, de "valores patrimoniais" e, em outros, de "faturamento da produção".

* Robin Murray, op. cit. p. 29.

Se ligarmos essas observações à evolução recente do preço das terras no Brasil, podemos indiretamente constatar que, a partir de 1972, os valores dos patrimônios terão tido enorme valorização, com a evolução muito favorável desses preços em termos reais, os quais saltam de um índice 131 em 1972 (base 100 1970), para 412 em 1976, no Estado de São Paulo*.

Menos rápida é a ascensão desses preços nos Estados de ocupação mais recente, seguindo com defasagem a tendência que em geral se observa para o Estado de São Paulo. A variação de preços para os Estados de Mato Grosso e Goiás é, respectivamente, de 119% e 100%, entre 1972 e 1976.

Observe-se, por outro lado, que a valorização real do preço da terra ou dos preços de arrendamento tem-se verificado, de maneira geral, nas economias capitalistas maduras, seguindo tendência do crescimento efetivo da economia**.

Esse movimento recente de valorização da terra é interpretado por Sérgio Silva como uma via capitalista para realização da renda da terra. Segundo o autor:

"Aparentemente, nessas condições, assistimos a um movimento autônomo do preço da terra, erroneamente tratado como um movimento puramente especulativo. Paradoxalmente, a renda parece ser "puxada" pelo preço da terra de tal forma que o preço parece ganhar autonomia incompatível com sua explicação pela teoria do valor (renda capitalizada). Daí a atração pela explicação via pura especulação".

"Na verdade trata-se de um movimento estrutural que se realiza via especulação. O preço da terra não se move por si próprio. Ele apenas reflete as condições do movimento do capital no campo, mas as possibilidades de mobilização do capital-dinheiro via sistema

* Dados de preço de terras - preço de venda em terras de lavoura - extraídos de Gervásio C. Resende - "Crédito Rural Subsidiado e Preço da Terra no Brasil" - IPEA-INPES, out. 1981, mimeo.

** Para uma importante análise e ilustração estatística da evolução internacional do preço do solo rural e da participação do "capital fundiário" no capital total da exploração ver Alberto Passos Guimarães, "A Crise Agrária", op. cit. pp. 159/173.

*financeiro que esta estrutura atribui ao monopólio da terra resultam em reforço da tendência ao crescimento da renda"**.

Observe-se que o próprio Sérgio Silva se dá conta, no trabalho citado, das condições peculiares em que se verifica a realização da renda no mercado de terras do Brasil, em contraposição à realização da produção no mercado produtivo, grandemente administrado em sua taxa de lucro, quer pela política de "mark-up" dos oligopólios industriais, quer pela política estatal de administração de preços agrícolas.

Por tudo isso, a diversificação das aplicações financeiras também no mercado de terras é uma parte importante da estratégia de valorização capitalista seguida pelo grande capital. Tento mostrar algumas evidências dessa integração do mercado de terras na estratégia de diversificação dos Grupos Econômicos e Grandes Cooperativas, levantadas na amostra de empresas com que estou trabalhando (Anexo 1).

Com base nas informações constantes do Anexo (Quadros de 1 a 6) e nos dados fornecidos pelo INCRA sobre o cadastro de empresas de colonização privada, elaborei, com pequenas alterações, uma listagem de 41 empresas identificadas pelas fontes consultadas como empresas do ramo imobiliário rural ou de colonização particular (consultar Anexo, Quadro 6). Essa amostra de 41 empresas, constante da lista dos principais grupos empresariais, constitui a base de observação empírica de que disponho para analisar determinados aspectos do mercado de terras no Brasil.

Consultando-se os dados amostrais de que estou tratando, observa-se, sem maiores dificuldades, o envolvimento do grande capital operando especificamente nas instituições formais do mercado de terras - as imobiliárias e colonizadoras rurais; ou, ainda, diversificando suas aplicações patrimoniais segundo estratégias variadas de valorização financeira nesse mercado. Dentre as empresas mais notá-

* Sérgio Silva, op. cit. p. 46.

veis, do ponto de vista das áreas a colonizar sob sua jurisdição, pela importância de suas transações imobiliárias ou, ainda, pelo valor dos patrimônios aplicados no setor rural, deparo-me com aquilo que poderia representar as várias vertentes de interligação desse mercado com as estratégias de diversificação do capital financeiro. Assim, numa classificação preliminar dos principais grupos, alguma explicação sobre seus papéis já sobressai:

1. Grandes Cooperativas (Cotrijui, Cotia, Cotriguaçu);
2. Grandes Empresas de Construção Rodoviária e do Capital Industrial em Geral (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, CETENCO e Bueno Vidigal);
3. Grandes Empresas do Ramo Seguros-Imóveis e Bancos (Abreu Banco das Nações, Sul América, Tinelli-Sattin, Malzoni, Sinop S.A., Indeco S.A., Grupo Veplan e vários outros, com grandes aplicações patrimoniais na agropecuária (ver Tabela (sintética) nº 23.
4. A esse grupo de instituições privadas operantes no mercado de terras deve-se ainda incluir as agências estatais de terras, as quais, capitaneadas pelo INCRA, exercem uma importante função política de regulação desse mercado.

A interpretação do papel exercido por estas instituições do mercado de terras no Brasil apresenta certas peculiaridades que convém desde já ressaltar.

O papel das cooperativas, ainda que não definido expressamente, situa-se numa esfera mais política, coadjuvando a ação do Estado na redistribuição de terras àqueles pequenos produtores não incorporados ao processo de modernização empreendido por estas mesmas cooperativas em suas respectivas regiões de origem, e que sejam considerados "viáveis" para colonização de novas regiões.

Por sua vez, as Grandes Construtoras e outros clientes preferenciais do Estado no projeto de expansão rodoviária e dilatação da fronteira econômica, credenciam-se com grande especialização técnica

a obter fatias apreciáveis do mercado imobiliário que se abre com a emissão de novos títulos de propriedade. As estratégias de valorização capitalista são diferenciadas de grupo a grupo. Alguns, certamente, adquirem várias propriedades, segundo processos contratuais que, pelos mais variados e até obscuros meios, redundam em virtuais subsídios concedidos ou regulados pelo Estado.

De posse de grandes propriedades, há, pelo menos, três estratégias que se desenham no mercado. A primeira, que tem sido a mais comentada, refere-se à manutenção da terra em ociosidade, com vistas à valorização especulativa. A segunda, consiste na incorporação dessas novas terras ao comércio imobiliário, seja àquele regulado pelo INCRA, por intermédio dos projetos de colonização privada, seja ao comércio privado estrito. Nos dois casos, essas empresas se apropriam dos ganhos de fundador pela simples incorporação dos direitos de propriedade no espaço novo de exploração do capital. Em particular, quando essas empresas contam com a legitimação pública do INCRA, como é o caso dos projetos de colonização privados reconhecidos por esta instituição, o preço dos novos títulos de propriedade ou loteamento que essas empresas colocam no mercado (ver relação das principais e suas áreas de operação até 1983 no Anexo, Quadro 6), tendem a se valorizar tanto pelo prestígio e poder comerciais da colonizadora, quanto pelo aval político da instituição reguladora do mercado de terras. A renda capitalizada que estes preços embutem é fruto de uma potencialidade peculiar dessas empresas de induzir e fazer aceitar perspectivas favoráveis de expansão futura da agropecuária nestas regiões; da garantia implícita e explícita do Estado a esse projeto; e, finalmente da articulação dessas empresas de terras com instituições financeiras que permitem a ampliação da clientela dos novos proprietários. Essa última condição termina por recair no campo do financiamento dos bancos rurais estatais, sob quais condições de juros, prazos e carências para financiamento fundiário ou financiamento produtivo essa clientela nova será incorporada ao mercado de terras.

Segundo dados recentes do INCRA, a colonização privada regulamentada envolveria, até setembro de 1983, 4.079.633 hectares, abrangendo 22.952 lotes ocupados ou disponíveis para venda, sendo que deste total 9,9 mil famílias foram incorporadas em 1980, 4,1 mil em

1981, 2,5 mil em 1982 e 0,64 mil até setembro de 1983*. A redução recente do movimento de incorporação de novos colonos estaria muito provavelmente ligada a dificuldades financeiras em trazer agricultores "viáveis" do ponto de vista capitalista para esse projeto empresarial de incorporação de novas fronteiras.

Ainda observando as estratégias de valorização territorial dos grandes grupos (bancos, seguradoras, imobiliárias, grande indústria, etc.), constata-se uma conduta de diversificação de duplo sentido. De um lado, grandes incorporações territoriais são feitas, principalmente na fronteira agrícola, com vistas a uma estratégia de longo prazo de valorização patrimonial e/ou de utilização produtiva. Esse é, por sinal, o sentido que se pode interpretar da grande relevância dos valores patrimoniais em contraste com valores de faturamento desprezíveis, verificados em grande número de grupos econômicos que identifiquei na Tabela 23. Um dos grupos que ali identifiquei aparentemente nessa condição foi o Sul América. Posteriormente li entrevista concedida à Revista "Senhor"**, onde o principal executivo desse grupo definia uma estratégia de longo prazo com vistas à formação de um grande patrimônio em agropecuária, equivalente ao patrimônio das empresas de seguros. O investimento produtivo a longo prazo planejado seria em grandes empresas agropecuárias (várias fazendas de 100 mil reses cada, grandes plantações de cacau, soja, café, etc.), em vários Estados, até 1994.

O que me parece importante nessa estratégia de diversificação para o mercado de terras é sua potencialidade como fonte autônoma de valorização, mesmo a curto prazo. Recorrendo a fontes empíricas seria possível obter corroboração dessa hipótese. Há, entretanto, dificuldades práticas que demandariam um trabalho de levantamento direto, caso a caso. Creio, contudo, que não se deve desprezar evidências indiretas, mesmo que fragmentárias, para tentar captar essa via de valorização de que estou tratando.

* Dados colhidos junto ao Departamento de Projetos e Operações-Divisão de Colonização Particular do INCRA. Não está incluído no total o Projeto Aripuanã da Cotriguaçu, que abrange cerca de 1 milhão de ha no Mato Grosso.

**Revista "Senhor" - 21/03/84.

Ciente das limitações conceituais e contábeis, levantei no período 1980-1982 a valorização dos indicadores "Patrimônio Líquido" e "Ativo Imobilizado" das 33 principais empresas, segundo valor de patrimônio, listados na revista "Quem é Quem na Economia - Visão". O resultado do levantamento, resumido na Tabela 27, apresenta alguma significação para se detectar as fontes de valorização dessas empresas.

Em primeiro lugar, observa-se que das 31 empresas levantadas com dados disponíveis no período apontado (1980-1982), 24 apresentaram crescimento real do patrimônio líquido e uma manteve inalterado o valor real do seu patrimônio. Destas vinte e cinco empresas, 16 obtiveram elevação real do ativo imobilizado e mais duas mantiveram o valor real desse ativo. É importante comparar as fontes prováveis de crescimento do patrimônio líquido, que para efeito da contabilidade, é definido como o capital social realizado + reservas e lucros ou prejuízos acumulados.

Observando-se atentamente os dados da Tabela 27, constata-se que o grupo de empresas com mais alta valorização do patrimônio líquido no biênio 1980-1982 (ou do ativo imobilizado), quase sempre não apresenta uma rentabilidade operacional, medida pela taxa de rentabilidade, compatível com a variação do seu capital social ou, especificamente, do seu ativo imobilizado. Taxas bianuais de incremento de 50, 60, 100 e até no limite 855% em termos reais (grupo Klabin), não encontram respaldo no crescimento do lucro líquido dessas empresas, tudo levando a crer que tenham aportado novo capital ao empreendimento, recorrendo ao endividamento, que tenham valorizado seu ativo imobilizado (e aqui os recursos naturais passam a ser um importante componente), ou, ainda, que as várias estratégias tenham se combinado.

Observa-se, ainda, que mesmo as empresas que experimentaram declínio real do patrimônio, num período de inflação acumulada de 310% (12/80 a 12/82), apresentam declínios relativamente brandos, geralmente entre 10 e 20%.

É certo que não se pode concluir dos dados contábeis sintetizados na Tabela 27 que a alta taxa de valorização do ativo imobilizado dessas empresas - ou, em alguns casos, o decréscimo pouco significativo desse indicador - seja atribuído preponderantemente à evolução dos

Tabela 27 - VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DAS 33 MAIORES EMPRESAS RURAIS - 1980-1982

Empresas e Atividade Rural Principal	Grupo Econômico	Variação Patrimonial (1)		Taxa de Rentabilidade (2) %		
		Patrim. Liq. %	Imobilizado %	1980	1981	1982
1. Cooperat. Regional Tri- tícola-COTRIJUI (RS) <u>AP</u>	Cooperat. Singular	376,15	399,21	n.d.	5,7	n.d.
2. Klabin Paraná Agroflo- restal S.A. (SP) <u>FL</u>	Klabin	0,5	5,7	1,0	1,6	2,8
3. Granja Resende S.A. (MG)	Independen- te	22,5	-110,8	23,7	6,6	7,1
4. Cia Melhoramentos Nor- te do Paraná (SP) <u>AP</u> e <u>IC</u>	Bueno Vidi- gal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	16,7
5. Bamerindus S.A. Emp. Florestais (PR) <u>FL</u>	Bamerindus	138,38	239,59	0,4	(-)	0,4
6. Fazenda Eldorado S.A. (MS)	Independen- te	628,0	5.901,0	69,3	3,7	5,5
7. SASA Agropastoriã (SP) <u>AP</u>	Antunes- CAEMI	0,1	- 0,3	2,5	3,9	n.d.
8. Cooperat. Agrícola Mourãoense Ltda. (PR) <u>AP</u>	Cooperat. Singular	58,1	34,2	53,5	40,5	22,4
9. Empreendimentos Flo- restais S.A.-FLONIBRA (ES) <u>FL</u>	Vale do Rio Doce	58,7	15,9	(-)	(-)	(-)
10. Miranda Estância S.A. Agropec. (MS) <u>AP</u>	Klabin	855,5	991,6	33,2	12,2	2,5
11. APLUB - Agroflorestal Amazônia S.A. (AM) <u>FL</u>	APLUB	(-)11,5	(-)10,5	0,8	0,3	0,8
12. Florestal Matarazzo S.A. (SP) <u>FL</u>	Mataraz- zo	150,5	121,9	(-)	2,3	(-)
13. Seiva S.A. Florestas Industriais (RS) <u>FL</u>	GERDAU	23,2	467,4	(P)	(-)	(P)
14. Emp. Rural Bauru S.A. (MG) <u>AP</u>	Independen- te	22,0	13,1	13,3	13,0	11,0
15. Fischer S.A. Com. Ind. e Agricult. (SP) <u>AP</u>	Fischer	(-)14,5	(-)22,4	40,0	10,2	10,1

Continua ...

Tabela 27 - Valorização Patrimonial das 33 Maiores Empresas Rurais - 1980-1982

continuação

Empresas e Atividade Rural Principal	Grupo Econômico	Variação Patrimonial (1)		Taxa de Rentabilidade (2) %		
		Patrim. Liq. %	Imobilizado %	1980	1981	1982
16. Klabin Campo Mourão Agroflorestal S.A. (RJ) <u>FL</u>	Klabin	(-)16,5	(-) 8,41	24,3	(-)	(-)
17. Porto Real S.A. Com. Ind. Agricult. (RJ) <u>AP</u>	Porto Real	(-)16,10	(-)58,46	(-)	2,3	5,3
18. Coop. Agropec. Cascavel Ltda (PR) <u>AP</u>	Cooperat. Singular	198,9	206,1	7,8	6,3	1,3
19. CARPA-Cia Agropec. Rio Pardo (SP) <u>AP</u>	BIAGI	72,9	54,5	27,5	30,9	73,7
20. Henrique Lupo S.A. (AP) <u>AP</u>	Independente	(-)6,30	(-) 5,32	0,8	(-)	(-)
21. Fazenda Velha Agropecuária S.A.	Independente	n.d.	n.d.	n.d.	(-)	0,0
22. Cia Agric. Florestal Santa Bárbara (MG) <u>FL</u>	Belgo-Mi-neira	73,5	(-) 13,9	0,6	(-)	46,6
23. Agropec. Mogno S.A. (MT)	Independente	59,95	4,22	0,1	17,4	22,2
24. Itamaraty S.A. Agropec. (MT)	Itamaraty	13,96*	5,65*	n.d.	43,0	18,6
25. Duratex Florestal S.A. (SP) <u>FL</u>	Itaú	(-)83,7	(-) 95,1	23,2	1,9	4,1
26. Agropastoril São Bento S.A. (PR) <u>AP</u>	Independente	0	0	1,3	4,1	2,1
27. Cia. Agropastoril Rio Dourado (RJ) <u>AP</u>	Sul América	29,66	3,2	(-)	(-)	(-)
28. Agropec. do Cachimbo S.A. (MT) <u>AP</u>	OMETTO (Diversos)	50,39	22,93	(-)	(-)	(-)
29. Citrorrico S.A. Empreend. Rurais (SP) <u>AP</u>	CUTRALE	71,11	53,91	(-)	(-)	3,1

continua ...

Tabela 27 - Valorização Patrimonial das 33 Maiores Empresas Rurais - 1980-1982

continuação

Empresas e Atividade Rural Principal	Grupo Econômico	Variação Patrimonial (1)		Taxa de Rentabilidade (2) %		
		Patrim. Liq. %	Imobilizado %	1980	1981	1982
30. Modo Batistella Rec. Florestais S.A.-MOBASA (PR) <u>FL</u>	Batistella	8,0	0,0	(-)	0,0	1,9
31. Agropec. Santana S.A. (SP) <u>AP</u>	OMETTO (Diversos)	34,6	3,3	8,5	18,6	15,1
32. Cia Agric. Sonora Estância (SP) <u>AP</u>	Independente	33,33*	2,09*	n.d.	18,4	(-)
33. Liquifarm Agropec. Suiã Missu S.A. (MT) <u>AP</u>	Eni Ente Nazion.	77,9	546,4	3,1	(-)	(-)

$$(1) \text{ Var. Pat.} = \frac{X_t - X_0}{\text{IPO}} \cdot 100$$

onde X_t é o valor das variáveis em 1982, ou 1981, neste caso estando as sinalado por asterisco.

X_0 é o respectivo valor em 1980; e IPO o índice de preços com base 100 em 1980.

(2) Taxa de Rentabilidade é dada pela razão entre o lucro líquido do exercício e o Patrimônio Líquido da empresa.

Símbolos Gráficos:

* Variação correspondente aos anos 1981-1982.

O símbolo (-) indica valor nulo ou impossível de ser calculado no levantamento da fonte.

(P) = Empresa em fase de implantação.

preços de terra. Em alguns casos, contudo, há tamanhas variações (fazenda Eldorado-MS, Miranda Estância-MS, Florestal Matarazzo-SP, Seiva S.A.-RS, Liquifarm Agropecuária-MS e vários outros), que se conclui seguramente fortes indícios de obtenção de ganhos especulativos de parte desses aplicadores no mercado de terras. Em tais casos, a valorização terá sido a taxas muito elevadas, concorrentes, certamente, com os ganhos coetâneos das aplicações em títulos públicos e outros papéis negociados no mercado financeiro, a taxas reais de rendimento acima de 20% ao ano.

Finalmente, fica faltando a interpretação do papel das grandes empresas ou agências estatais responsáveis pela política fundiária, relativamente à sua articulação ou patrocínio do grande capital no mercado de terras.

Na primeira parte deste trabalho, tentei descrever alguns aspectos da política fundiária recente, realçando o papel do Estado como garantidor e, em alguns casos, estimulador direto do próprio funcionamento desse mercado de terras. Os principais instrumentos que enunciei: discriminação e arrecadação de terras devolutas, desapropriação por interesse social, manipulação do imposto territorial rural, apoio à colonização privada, concessão de incentivos fiscais, etc., dão ainda uma idéia pálida da real articulação das agências estatais com o grande capital. Pois, mais além do aparato formal, ou mesmo da base documental de que se dispõe para demonstrar esta articulação, é importante se compreender o papel dessas agências, regulando ou patrocinando a formação dos patrimônios e a captura dos ganhos de fundador e outros ganhos especulativos por parte das empresas que operam no mercado de terras.

O profundo envolvimento da máquina estatal no mercado de terras, creio que já ficou suficientemente caracterizado nas seções em que tratei da política fundiária, ou, ainda, do envolvimento dos bancos estatais com o financiamento rural e, por consequência, em sua contraface, que é a dívida hipotecária rural.

Há, contudo, um campo ainda pouco explorado analiticamente, ainda que muito evidente em suas consequências. Trata-se do estudo do processo regulatório no mercado de terras, relativamente ao grande capital, o que seria fundamental para se compreender a real dimensão e articulação do capital financeiro com o Estado. Esse processo

teria que considerar não apenas o aspecto formal, mas principalmente os mecanismos reais pelos quais se realiza a adjudicação de terras, escolha de clientes, concessão de incentivos fiscais, processos de licitação de terras públicas, titulação privada em terras devolutas ou de comunidades indígenas e a sua consequência fatal de expropriação das terras de índios e posseiros.

É importante insistir na questão do processo regulatório, que infelizmente escapa aos limites analíticos de meu trabalho. Porque aí se pode compreender a faceta privatizante do Estado que se opera nas relações com o grande capital. Há certamente a influência do nepotismo e do tráfico de influências na realização de um sem número de procedimentos sobre concessão de benefícios ou benesses estatais, e os processos paralelos de cooptação burocrática e institucional. Não me cabe o ônus da prova em tal assertiva, mesmo porque não estou fazendo nenhuma afirmação singular. Cabe, entretanto, chamar a atenção para um fato pouco realçado na análise desses procedimentos em que está envolvido o interesse público. Geralmente, tende-se a investigar, de maneira exclusiva, a honorabilidade pessoal dos dirigentes das grandes agências reguladoras dessas benesses públicas, ou, ainda, os aspectos formais de que se revestiram as ações concessórias por eles homologadas. Tais investigações esquivam-se de considerar o que me parece o fundamental na questão: a própria base de relações entre o grande capital e as agências estatais.

É da essência dessas relações a arbitragem pela tecno-burocracia estatal - ou, mais especificamente, por sua alta direção - das condições pelas quais determinadas empresas ou determinados grupos terão acessos a benefícios especiais. Por sua vez, essas mesmas condições credenciadoras elegem "a priori", um grupo determinado de empresas "hâbeis" a receber determinados favores (áreas públicas a colonizar, infra-estruturas públicas em novas áreas, etc.), tornando-as beneficiárias exclusivas de uma renda da terra capitalizada. Isto tudo implica, na prática, em patrocinar ganhos monopólicos àqueles capitais mais ágeis em se integrar aos requisitos e exigências institucionais. Esse processo, que em última instância corresponde à transferência crescente de funções de direito público para o domínio privado, engendra formas de uma virtual privatização do Estado. Acrescente-se a is

so o fato de que tais negócios se realizam de forma sigilosa e em condições de difícil acesso para investigação e controle das instituições da sociedade civil com interesses direta ou indiretamente envolvidos na política agrária.

Todo esse conjunto de procedimentos que aproxima de maneira muito íntima o grande capital das agências estatais envolvidas com o mercado de terras, torna essas relações susceptíveis de macular honorabilidades pessoais. Mas é importante destacar que, mesmo quando não há evidência de ações pessoais neste sentido, a prevalência da lógica "especulativa" do grande capital no interior das agências estatais, perquirindo vantagens financeiras ou fundiárias excepcionais, redundando num processo de erosão institucional do serviço público, de consequências gravemente instabilizadoras para o exercício das funções de estado.

Por tudo isso, destaco a relevância do processo em que se situam essas relações do grande capital e do Estado, e a necessidade de um controle social mais aberto, transparente e representativo do ponto de vista da sociedade, sem o que o mais honrado dos cidadãos produzirá atos que, em última instância, redundarão em benefícios indevidamente apropriados.

Essa digressão sobre o caráter das relações do grande capital com o Estado fica a dever uma análise mais cuidadosa da natureza do Estado e das classes sociais no campo, tema que já se insinua numa outra fronteira de pesquisa, qual seja a do capital financeiro e das classes sociais. Julguei, entretanto, indispensável incursionar por esse campo das relações com o aparelho estatal, pois vejo, como outros autores da UNICAMP* uma caracterização constitutiva do capital financeiro na economia brasileira, intrinsecamente ligado e dependente da máquina fiscal, financeira e fundiária do Estado.

* Ver em especial sobre a posição do Estado brasileiro desempenhando papéis similares aos do capital financeiro no processo de industrialização COUTINHO E BELLUZZO "O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial", Estudos CEBRAP 23 São Paulo, Edições CEBRAP.

3 - A Questão Agrária Face ao Capital Financeiro

A emergência de grandes mudanças estruturais por que passou a agricultura brasileira e, em especial, o desenvolvimento do capital financeiro nesse processo, transformam não apenas a realidade rural brasileira, mas ainda modificam qualitativamente o entendimento teórico e político dos problemas do desenvolvimento econômico e da forma como ele se dá na agricultura.

O centro da discussão sobre "questão agrária" situa-se na obra de Kautsky como um debate simultaneamente teórico e político sobre a superioridade econômica da grande exploração em confronto com a pequena, com as consequências desse desenvolvimento no sentido de criar, também no campo, uma relação de assalariamento crescente. Ademais, o próprio Kautsky reconhecia que, em paralelo à proletarização agrária, sobreviviam e se reproduziam as formas tipicamente camponesas de exploração agrícola, com grande significação quantitativa para a produção agrícola de sua época e uma não menos significativa e majoritária classe de camponeses, com seu peso social e político a considerar.

Creio que a mediação entre as questões teóricas e sua significação política, enunciada por Kautsky, continua válida até hoje, ainda que como um problema cuja passagem é das mais complexas e cheia de armadilhas:

*"O teórico desejoso de pesquisar as leis fundamentais que governam a vida da sociedade atual não pode desencaminhar-se por esta multidão de fenômenos. Ele deve considerar o modo de produção capitalista na sua essência, nas suas formas clássicas, separando-o de todos os restos e germes ambientais de outras formas de produção. Inversamente, o político prático cometeria uma grave falta se considerasse os capitalistas e os proletários como os únicos fatores da sociedade atual e desviasse os olhos das outras classes".**

* Karl Kautsky, "A Questão Agrária", São Paulo, Proposta Editorial, 1980, pp. 25/6.

As novas questões que o desenvolvimento do capital financeiro coloca para a sociedade brasileira permitem recuperar alguns aspectos desse debate clássico, sobretudo a grande atualidade do estudo analítico do capital financeiro e suas implicações políticas práticas, não apenas para os partidos de esquerda, mas creio que, certamente, também para sociedade civil em geral.

Tento aqui situar dois aspectos que me parecem fundamentais no debate da questão agrária contemporânea, mostrando de alguma forma a realidade desses problemas hoje e o contraponto de sua colocação pretérita, mais especificamente na sua discussão dos anos 50 e 60. O objetivo é limitado a levantar as transformações conceituais e políticas que a emergência do capital financeiro traz para as discussões sobre: produção e abastecimento e propriedade fundiária e reforma agrária. Essas questões permitem retomar as observações gerais que fiz anteriormente sobre pequenos produtores face às tendências de evolução do emprego e das relações de trabalho na agricultura capitalista.

3.1 - Dinamismo e Debilidades da Produção Capitalista na Agricultura

Os debates agrários dos anos 50 e 60 revelaram uma certa tendência relativamente à possibilidade de a produção capitalista na agricultura vir a se constituir em obstáculo ao desenvolvimento econômico geral*. Não faltaram argumentos sobre a natureza atrasada das forças produtivas envolvidas na agricultura, justificando-se por essa via uma reforma agrária que viabilizasse o desenvolvimento capitalista das pequenas e médias explorações. Também vicejou a tese da dualidade, apontando para os "Dois Brasis": um urbano, moderno e favorável à mudança; outro rural, arcaico, resistente à transformação. Notória, ainda, foi a tese de origem cepalina sobre a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, tendo em vista a suposição de não haver resposta aos incentivos de mercado por parte dos proprietários rurais.

* Para uma interessante resenha sobre as correntes agrárias e seus principais argumentos no quadro de debates dos anos 1950/70 ver Ana Castro et alli: "A Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira", EIAP-FGV-MINAGRI, 1979, pp. 31/57.

Certamente todas essas teses mostraram-se equivocadas. Mi nha tese sobre capital financeiro na agricultura e, bem assim, grande número de trabalhos sobre agricultura nos anos 70, se propõem a demonstrar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, e ainda mais, o grande dinamismo, em termos de velocidade de crescimento, dos ramos mais diretamente atingidos pela modernização. Escuso-me da ilus tração empírica dessa assertiva, pois creio que todo o arrazoado his tórico e teórico da primeira e segunda partes dessa tese é significa tivo no sentido de demonstrar a plena viabilidade produtiva do capita l na agricultura.

As debilidades pelo lado produtivo que se vêm apontando re centemente - num debate que, para datar, diria que é do final dos anos 70 - decorre não da incapacidade ou limitação técnica ou social do capital em produzir mercadorias, mas de outros fatores típicos do desenvolvimento do grande capital, coexistindo com a extrema desigual dade social na distribuição dos rendimentos.

A discussão, como tem sido colocada recentemente, baseada em várias pesquisas empíricas, sobressaindo os trabalhos de Fernando Homem de Melo*, revela a grande desproporcionalidade com que cresce a produção de alimentos básicos, produtos exportáveis e cana-de-açúcar. A tabela 28 ilustra com dados mais recentes, reunidos pelo autor, esses perfis de crescimento desigual da produção da agricultura.

* Fernando Homem de Mello - "Agricultura, Energia e Recessão", Revis ta de Economia Política, vol. 3, nº 2, abril-junho de 1983.

Tabela 28 - Evolução dos Índices de Produção por Habitante
1977 - 1983

Anos	Alimentos	Exportáveis	Cana-de-Açúcar
1977	100,0	100,0	100,0
1978	82,1	86,3	105,1
1979	85,4	90,5	110,5
1980	94,8	113,7	115,6
1981	90,8	110,7	118,3
1982	97,9	103,7	138,5
1983	74,4	106,9	156,7

FONTE: Fernando Homem de Melo, Folha de São Paulo - 02/10/83.

Nota : Índices Laspeyrs, preços de 1982, crescimento populacional de 2,3% ao ano.

Alimentos: Arroz, feijão, milho, mandioca e batata.

Exportáveis: algodão, amendoim, fumo, laranja e soja.

A interpretação correta que deve ser dada ao crescimento desproporcional da agricultura está inegavelmente ligada aos padrões de pobreza e miséria urbanas, que, por seu turno, se refletem numa débil estrutura de demanda agrícola por fontes de calorias e proteínas.

Não há, certamente, nenhuma debilidade endógena da agricultura capitalista em produzir os meios de abastecimento alimentar da população. Mas há, com certeza, um grave problema de desigualdade extrema na distribuição da renda urbana e rural, que se reflete dramaticamente na elevação dos índices de desnutrição com todas as suas seqüelas preocupantes de propagação dos problemas de insanidade fisiológica, debilitamento intelectual e atrofiamento físico das populações mais vulneráveis - menores, gestantes, anciãos, etc..

A questão nutricional é, certamente, também uma questão de produção de alimentos. Daí, contudo, a se tirar ilações sobre inviabilidade capitalista nesse tipo de produção é, sem dúvida, uma interpretação sem base. As mesmas fontes que revelam, com razão, a queda dramática das disponibilidades internas de alimentos "per capita",

apontam o paralelo dinamismo da produção voltada para o mercado mais dinâmico de "exportáveis" e cana-de-açúcar, fato revelador, a meu ver, do inteiro descompromisso do capital relativamente aos valores de uso por ele produzidos. Por tudo isso, penso que não se deve apelar para teses bem intencionadas, mas inconsistentes, sobre a incapacidade da agricultura capitalista em resolver o problema alimentar; nem, tampouco, se deve adotar o jargão apologético da solução mágica pelo mercado livre. Creio que a questão nutricional deve claramente ser associada a uma política de Estado que, na sociedade brasileira, teria que ter vulto e abrangência de grande amplitude.

Não se conclua daí que o simples redirecionamento da política pública de gastos sociais com alimentação e nutrição, suprimindo as deficiências nos rendimentos familiares, resolveria a questão nutricional. Conquanto fundamental uma política de envergadura para melhoria dos padrões alimentares das populações pobres mais vulneráveis do ponto de vista nutricional, há outros problemas que também precisam ser atacados do lado da produção capitalista de alimentos.

Creio que o cerne da questão da produção em geral, já enunciada nos Capítulos 4 e 5, aponta para a administração das margens diferenciais de lucro que os grandes capitais realizam em consorciação com a política governamental. Ademais, esses mesmos capitais reivindicam uma renda fundiária equivalente à renda financeira obtida com aplicação dos seus capitais em outras atividades. Se apenas a produção dos "exportáveis" e da cana-de-açúcar permite, pelos seus preços relativos, que os retornos do capital paguem a renda fundiária compatível, essa produção tornar-se-á prioritária do ponto de vista capitalista. Isto ocorre mesmo que se elevem as carências nutricionais das populações mais pobres.

O fato de se ter introduzido, no final dos anos 70, o Programa Nacional do Alcool, confunde muitas vezes a avaliação que alguns analistas fazem sobre a causa da queda da produção "per capita" de alimentos.

É certo que o deslocamento da demanda dos consumidores de gasolina para a produção do setor agrícola, mantida intacta, ou até

piorada, a estrutura de distribuição de renda no conjunto da economia, concorre com áreas de produção de alimentos e outros produtos que apresentam menores margens de lucratividade. Mas esse mesmo deslocamento também poderia ocorrer em presença de movimentos distintos, como, por exemplo, um novo "boom" de exportações agrícolas, ou, ainda, a redução real na massa de salários da economia e elevação paralela das rendas de capital.

Penso que o funcionamento do mercado de terras e todo o conjunto de uma política pública e privada de administração diferencial das margens e taxas de lucro na agricultura está na base do crescimento desproporcional da produção agrícola, com o agravante, ainda, do uso improdutivo da terra pelo grande capital, bloqueando formas diversas de reprodução dos pequenos produtores.

Igualmente preocupante é a orientação da política de financiamento rural, de que tratei no Cap. 4, seção 1.2, no sentido de reivindicar para o capital bancário taxas de juros de mercado em contrapartida à provisão do crédito rural. Assim como a renda fundiária, os juros do capital dinheiro reivindicam uma fatia crescente do lucro agrícola, segundo uma lógica estritamente financeira de retorno do capital, penalizando fortemente os pequenos capitais cativos do setor agrícola e carentes de estratégias mais abrangentes de diversificação multi-setorial dos investimentos.

Ora, uma produção agrícola dominada por determinações financeiras desse quilate, em meio a uma massa enorme de população pobre e carente do mínimo até para subsistência, provoca carências profundas no abastecimento, que de resto terminam por ser realimentadas e não corrigidas pelo sistema de preços. O capital segue a senda indicada pelas margens de lucro, em relação às quais detém algum grau de monopólio para co-determinar, diversificando aplicações na produção ou no mercado de terras conforme a expectativa mais provável de realização da renda fundiária. Ademais, ainda tem que deduzir das aplicações produtivas os juros que crescentemente passam a ser cobrados pelo agente financiador. Recebe ainda um conjunto de compensações por operar em mercados determinados - mercado externo por exemplo -, ou ramos determinados da produção (exportáveis e cana-de-açú-

car para citar o exemplo dos dados). Disso tudo, resulta um conjunto de taxas de retorno segundo a importância do grupo econômico, seu grau de interação com as agências estatais e seu poder específico de determinação de preços. Dessa administração dos lucros capitalistas resultam, por certo, muitos problemas para a produção em seu conjunto e, principalmente, para a deficiência apontada na produção de alimentos.

Não pretendo ir adiante identificando procedimentos específicos de natureza política no sentido de resolver os impasses criados também ao nível da produção capitalista. Penso que, se o fiz com clareza e consistência analíticas, terei levantado aspectos importantes dessa nova questão agrária, que a crise financeira faz aflorar, revelando contradições também ao nível da produção capitalista.

3.2 - A Questão da Terra e o Capital Financeiro

Retoma vigor, nesta primeira metade dos anos 80, a questão mais geral na reforma agrária, concebida como uma reestruturação da propriedade e da produção agrária. Conquanto vasta em suas concepções e implicações, a reforma agrária não será tratada em sua complexidade intrínseca, mas tão somente nos aspectos que dizem respeito ao contexto específico desse trabalho. É, portanto, no contexto da reestruturação da propriedade agrária que a questão da terra será abordada na presente seção.

Recorde-se que a questão agrária dos anos 60 apresentava também uma proposta de reestruturação da propriedade rural. Contudo, o contexto histórico e teórico da proposta era bem diverso. Cogitava-se, com diferentes matizes de interpretação, de desenvolver o capitalismo no campo, expropriando terras não utilizadas de proprietários rurais pré-capitalistas ou não capitalistas. Não faltou, até mesmo nessa abordagem, a caracterização explícita sobre a persistência de restos feudais na agricultura brasileira, tema que provocou uma acesa discussão no seio da intelectualidade entre as correntes favoráveis à tese do feudalismo, tendo a seu favor nomes do peso de Ignácio Rangel*, Alberto Passos Guimarães** e outros; e de outro lado,

* Ignácio Rangel "A Questão Agrária Brasileira", Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de PE, 1962.

**Alberto Passos Guimarães "Quatro Séculos de Latifúndio", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

como pioneiro no combate às teses de "restos feudais", o trabalho de Caio Prado Jr. explicitado mais detalhadamente no livro "A Revolução Brasileira"*.

A questão da propriedade fundiária, como está posta hoje pelo desenvolvimento de um mercado de terras a nível nacional, apresenta inegavelmente uma conotação diversa, relativamente ao contexto histórico dos anos 50 e 60.

O capital em geral, agrário, industrial, comercial, bancário etc., penetrou a fundo no negócio de terras, detendo sob a forma de títulos patrimoniais, os direitos legais sobre vastas extensões de terras ociosas e produtivas. O mesmo capital que produz "empresarialmente" na agricultura do Centro-Sul, controla especulativamente o patrimônio territorial das novas zonas do Araguaia, Carajás, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Bahia, etc..

A reestruturação agrária é hoje, e isso é importante que se destaque, uma proposta de contenção da especulação financeira e de desvalorização do patrimônio do capital financeiro. Nesse sentido, a reforma agrária se inscreve num pacto social mais geral de controle coletivo da liberdade de movimentos do capital, submetendo-o a uma regulação social mais ampla. Por tudo isso, a reforma agrária que efetivamente possa mudar a estrutura de propriedade e produção rurais, somente se viabiliza pelas mudanças a nível de redefinição das alianças de classes e grupos sociais, compondo um novo pacto de poder a nível de Estado.

Um programa de desapropriações agrárias nas áreas de maior viabilidade econômica, e isto é extensivo também às zonas novas da fronteira agrícola, encontrará pela frente zonas apropriadas pelo capital financeiro, inscritas sob diferentes títulos jurídicos nos patrimônios dos Bancos, "Holdings", Cooperativas, Sociedades Anônimas Comerciais e Industriais, Imobiliárias, etc..

* Caio Prado Júnior "Nova Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil" - in A Questão Agrária, São Paulo, Brasiliense, 1981.
Caio Prado Júnior "A Revolução Brasileira", São Paulo, Brasiliense, 1966.

Além da desapropriação, a necessidade de regulação do mercado de terras sob novas bases é essencial para que essas mudanças não revertam em pouco tempo às mesmas contradições que se apontou sobre os ganhos especulativos nesse mercado.

A colocação da questão da terra, hoje, não mais se inscreve como uma contradição pré-capitalista, mas, talvez, como um problema da instabilidade capitalista, se assim entendermos as questões da intensa monopolização das terras e instabilidade social presentes na regulação econômica imposta pelo capital financeiro. Isto posto, creio que a questão da reforma agrária terá que se viabilizar ao lado das questões mais gerais sobre as políticas macroeconômicas de emprego, contenção da especulação financeira, planejamento do investimento agregado, reestruturação da política de financiamento rural e reestruturação do gasto público dirigido aos programas de alimentação e nutrição. Isto tudo somente é suportável mediante uma mudança qualitativa do Estado, tema que já foge aos limites dado de meu trabalho e que será retomado apenas nos aspectos específicos desta seção.

Creio ser também importante ressaltar, que qualquer mudança significativa na estrutura agrária, contemporânea à emergência do capital financeiro na agricultura, deve considerar o enorme avanço tecnológico e organizacional das estruturas produtivas sob comando do capital financeiro, comparado à clientela dos pequenos produtores e agricultores sem terra. Nesse sentido, seria inviável, política e economicamente, desorganizar a produção capitalista, dominada pelo capital financeiro, ou pretender confrontá-la com uma organização fragmentária de pequenos produtores. Por outro lado, o oposto de toda visão de reestruturação, que é confiança na lógica cega do desenvolvimento econômico sob a égide do capital financeiro, peca por uma ótica igualmente equivocada, ou certamente deslocada historicamente, qual seja, a de confiar ao mercado livre a solução dos problemas econômicos e até mesmo sociais.

Mais próxima da verdade é, talvez, a crença racional de que as inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas pelo capital financeiro no desenvolvimento rural vieram para ficar. Contudo,

enquanto processo de acumulação capitalista, o capital financeiro é semelhante àquela máquina de destruição criadora de que nos fala Schumpeter*, erodindo continuamente estruturas sociais, grupos e instituições econômicas primitivas, na busca incessante das novas fronteiras de acumulação. Esse processo de destruição e suas implicações não ficam socialmente regulados pelas instituições capitalistas que os promovem. Daí porque é fundamental que o controle social das inovações criadas pelo capital financeiro - ao nível de produtos, mercados, organizações monopolistas, distribuição da renda etc. - ocorra a nível das organizações da sociedade civil, guiadas por uma lógica social distinta da acumulação de capital.

Tudo isso converge, a meu ver, retornando explicitamente à questão da terra, à necessidade social e econômica de controles e limitações dos movimentos do capital financeiro no campo, mormente nas áreas de geração de maior instabilidade social, quais sejam, a especulação fundiária e a destruição das ocupações produtivas na agricultura. Por aí creio que a reestruturação agrária pode e deve ocupar um espaço social e econômico significativo, abarcando ainda mais demandas confluentes com a dos grupos sociais urbanos.

Na seção 3 do Cap. 5, em que tratei das relações entre pequenos produtores e o capital financeiro, indiquei uma categoria geral de pequenos produtores que se associava ao grande capital no campo, conservando a sua característica geralmente familiar ou de recurso limitado ao trabalho assalariado. Mostrei, também, o grupo socialmente mais expressivo da imensa maioria dos pequenos produtores, da categoria não associada, cujos níveis de produção excluía-na do mercado produtivo, deixando-lhe, por outro lado, uma porta estreita de acesso ao mercado de trabalho rural.

Ora, essa imensa massa sobranete de agricultores sem acesso à terra e de fraca contribuição à produção agropecuária, que está sujeita a condições subumanas de vida e de trabalho, pode e deve incorporar-se ao novo pacto social que se desenha com uma reforma agrária nos termos em que a estou tratando.

* Para uma análise do processo capitalista da destruição criadora ver em especial Joseph A. Schumpeter, "Capitalismo, Socialismo, Democracia", Madrid, Aguillar, 1971, Cap. VII.

Creio que os requisitos políticos dessa reestruturação agrária ultrapassam o campo específico da formulação teórica, situando-se na esfera da política concreta do Estado democrático e de seus deveres com a proteção da cidadania.

O que me parece essencial explicitar é o fato de que a inserção desse imenso grupo social na política agrícola não está implícita no funcionamento do mercado ou das funções do Estado.

Ao contrário, sua exclusão e rejeição pelo capital, sancionada pela política pública, conduzem a uma sistemática e desumana destruição pessoal e social de seus diversos segmentos, compostos por "bóias frias", "posseiros", "parceiros", "pequenos proprietários", comunidades silvícolas etc., num processo surdo e violento de negação dos direitos humanos fundamentais.

O destino social dessa categoria majoritária de agricultores destituídos da posse das terras ou do acesso aos postos de emprego estáveis, coloca-se, a meu ver, como uma questão política de primeiro plano no contexto da questão agrária dos anos 80.

Um programa de reestruturação agrária amplo, que se proponha a enfrentar as novas demandas suscitadas pela penetração do capital financeiro na agricultura, teria que atacar simultânea e diferentemente vários aspectos geradores da instabilidade econômica e social no campo. Mesmo sem ter a pretensão de indicar receituários programáticos, creio que a indicação de pistas no campo da política e do planejamento agrícola ajudam a compreender a passagem da abordagem teórica para o nível da política.

A primeira grande mudança que se faz necessária num programa dessa envergadura é a alteração das bases normativas que ora regulam a valorização financeira da propriedade territorial rural. Obstar essa valorização ou, ainda, apropriar socialmente a valorização especulativa, ocorre geralmente em economias capitalistas mais organizadas do ponto de vista político, pela introdução da taxaço sobre o uso (no Brasil o ITR teria conceitualmente esta função); da taxaço progressiva sobre valores de transmissão da propriedade (por venda ou herança); ou ainda, pela cobrança da contribuição de melhoria, quando da introdução de infra-estrutura de bens pública no setor rural, nos casos em que a propriedade incorpora benefícios substanciais e diretos desses investimentos públicos.

A forma mais ostensiva de desvalorização da propriedade é a sua desapropriação por interesse social, para efeito de realização de reforma agrária, forma esta já largamente incorporada à legislação de terras no Brasil. Tal forma, certamente, não encontraria viabilidade política ali onde o grande capital detém uma grande contribuição produtiva na agricultura, mas possivelmente a encontrasse nas regiões de fronteira agrícola e mesmo nas zonas antigas não ocupadas pela exploração agropecuária.

Uma segunda linha fundamental à consecução de um programa amplo de reestruturação agrária, passa, necessariamente, pela reforma, em profundidade, do aparelho estatal encarregado da regulação financeira (crédito, preços de garantia, estoques reguladores, benefícios fiscais, etc.) e, em especial, pela reforma das agências encarregadas de regular o mercado de terras e os investimentos públicos susceptíveis de valorizá-las.

O controle público das decisões emanadas dos organismos que promovem em última instância a apropriação dos "ganhos de fundador" e das margens administradas de lucros, requer o estabelecimento de critérios gerais definidos em acordos, planos e programas agrícolas, perfeitamente conhecidos e legitimados pela aprovação de órgãos legislativos e acompanhados pelos Conselhos de Estado. Esses mesmos Conselho de Estado, que poderiam até se insinuar nos Conselhos de Administração e Conselhos Diretores da alta administração pública, funcionam como canais de participação onde novos protagonistas teriam que se fazer representar, trazendo demandas concretas da sociedade civil e acompanhando passo a passo o processo de tomada de decisões econômicas.

A função maior dessa nova forma de controle da sociedade sobre o Estado teria que ser, efetivamente, a de modificar em profundidade as relações de consorciação entre a alta burocracia do Estado e o grande capital com interesses na agricultura.

No campo das relações com os pequenos produtores e trabalhadores rurais, emerge como essencial o fortalecimento da representação sindical e política das diversas categorias de pequenos produtores hoje representados pela CONTAG. Aqui, certamente, haveria a

explicitação concreta das demandas específicas dos pequenos produtores tecnificados por uma regulação mais favorável das suas quotas de fornecimento e das suas margens de lucro; ou das demandas dos trabalhadores volantes por salários e garantias de emprego; ou, ainda, dos trabalhadores rurais subempregados ou desempregados pelo acesso aos programas regionais de reforma agrária. Essas demandas teriam que encontrar canais explícitos de veiculação no movimento sindical rural e nas agências estatais envolvidas no processo de reestruturação agrária.

Outra grande necessidade geral à reestruturação agrária é a da reforma do sistema de financiamento rural, relativamente à garantia de financiamento a projetos de colonização e reforma agrária, conduzidos em consonância com diretrizes gerais para enquadramento de uma clientela específica de pequenos produtores, socialmente organizados e representados por suas associações sindicais ou cooperativas.

Finalmente, não se pode esquecer a necessária reestruturação da produção que um programa agrário dessa envergadura produziria. Mas aqui também há que se ressaltar os canais institucionais já montados pelo setor público, seja pelo programa de garantia de preços da CFP, seja pelo programa de compra de alimentos do INAN, os quais, num primeiro instante, teriam papéis de relevo para permitir o escoamento da produção agrícola das áreas de reforma agrária.

Tudo isto é, evidentemente, muito sintético e hipotético para poder expressar o verdadeiro peso de uma mudança profunda na estrutura agrária, que, ao mesmo tempo, ainda se tornasse compatível de convivência com um capitalismo reestruturado no campo. Creio, pessoalmente, na viabilidade desse novo pacto, assumindo, já aqui, uma postura de avaliação política e de opção por justiça social.

CONCLUSÕES

1. O desenvolvimento econômico da agricultura brasileira, ocorrido a partir de meados dos anos 60 até final dos 70, responde a uma demanda crescente pela elevação e diversificação das exportações agrícolas, reforçada pelo movimento de industrialização acelerada, simultâneo às altas taxas de urbanização.

Esse desenvolvimento realiza-se não apenas setorialmente, medido pelo crescimento do produto interno da agricultura, mas envolve de maneira mais geral um conjunto de atividades conexas à produção rural, abastecendo-a de meios de produção industriais, por um lado, e realizando o processamento industrial de grande número de matérias-primas e outros produtos primários, por outro.

Essas relações intersetoriais, ao estilo de compras e vendas de insumos e de produtos semi-elaborados, aprofundam dois blocos distintos de integração técnica agricultura-indústria. De um lado, a integração a montante, caracterizada pela mudança na base de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos, sementes melhoradas, combustíveis líquidos, etc.) e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação e outros). De outro lado ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e os ramos industriais encarregados do processamento e conservação (refrigeríficos, laticínios, oleaginosas, moinhos, indústria do açúcar e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas, etc.).

O cerne da mudança na base técnica da produção rural identifica-se pela disseminação das relações interindustriais a montante, pois são essas que efetivamente modificam o processo produtivo. Conquanto algumas relações interindustriais a jusante também induzam a mudanças nas técnicas de produção agrícola (exigências sanitárias, padrões comerciais de sabor, formato e coloração e outros caracteres dos produtos agrícolas), são variáveis de produto a produto e até mesmo ausentes em determinados produtos de consumo "in natura" (arroz, feijão, milho dentre outros).

A integração técnica a montante, que inicialmente pode se operar mediante importação de meios de produção, evolui para a formação articulada do Departamento de Meios de Produção Industriais para a Agricultura, doravante chamado D_1 , a partir de duas importantes estratégias da política econômica.

Cria-se, por um lado, um Sistema Nacional de Crédito Rural e uma forma específica de captar excedentes financeiros livres que permitem ao Estado financiar a expansão do crédito rural, em condições de rápida expansão e juros reais negativos até 1976, e moderada expansão ou pequena queda até 1980. Esse sistema de crédito, estreitamente vinculado ao financiamento de meios de produção industriais em condições atrativas para o agricultor e bastante vantajosas para a indústria, viabiliza o espaço de mercado compatível com a montagem do D_1 industrial da agricultura, que, por seu turno, ainda é mais complementado pela reorganização pública do sistema nacional de pesquisa e extensão rural, em 1973.

Criado o espaço de mercado compatível com a estruturação de um sistema industrial para produção de insumos e bens de capital, procede-se a implantação ou expansão do D_1 da agricultura, articulado ao mesmo tripé Estado-Multinacionais-Grande Empresa Nacional que orienta o programa mais geral de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos do II PND.

Ainda que a forma de articulação financeira e mediação estatal do processo de integração técnica agricultura-indústria entre em crise a partir da crise do sistema de financiamento rural, isso não implica em que o processo de integração técnica venha a se reverter. Provavelmente deverão mudar algumas relações industriais, substituídas por outras, fruto de inovações que venham a ser gestadas no próprio Departamento de Meios de Produção. Concebo a integração técnica como um momento do processo mais geral de integração de capitais ou de fusão de capitais múltiplos em conglomerados, operantes também no setor rural.

2. O processo de integração de capitais na agricultura brasileira revela a presença de uma nova estratégia do grande capital na agricultura. O capital financeiro organiza de forma diversificada a aplicação dos excedentes financeiros da sociedade, que a um tempo centraliza e dá mobilidade, perseguindo uma taxa média de lucro do conjunto de atividades e mercados onde opera. A agricultura não foge desse raio de diversificação por várias razões. Primeiro, porque o processo de integração técnica a montante e a jusante já desenvolveu nexos profundos de relações agroindustriais, justificando-se a penetração na produção direta de matérias-primas ou alimentos processáveis em nível de auto-suficiência aos empreendimentos agroindustriais, pelo menos de uma parcela importante do fornecimento. Em segundo lugar, a valorização que alcançam os títulos de propriedade territorial no decorrer do processo de desenvolvimento econômico converte esses mesmos títulos em ativos financeiros avaliados pelo mesmo cálculo capitalista que determina os preços dos demais títulos portadores de renda. Em terceiro lugar, porque a política agrícola do Estado administra margens diferenciais de lucro aos empreendimentos integrados, concedendo-lhes compensações fiscais e financeiras vantajosas, comparativamente aos capitais cativos da produção agrícola exclusiva. Tudo isso converte o setor rural num campo propício à valorização dos capitais em busca de novos mercados e novos produtos, para uma composição balanceada de sua taxa de lucro. Estes capitais encontram também na agricultura possibilidades de captura das margens monopólicas de lucro operacional e ganhos financeiros oriundos da valorização do patrimônio territorial.

3. As formas concretas de como se dá o processo de integração de capitais na agricultura brasileira, apresenta distintos graus de profundidade e morfologia variada das instituições que comandam no mercado esse processo de integração. Tem-se, por um lado, a estratégia de diversificação das grandes sociedades anônimas e grupos econômicos, organizados sob a forma de "holdings", "empresas de participação e administração", "bancos de investimento" ou simples S.A. rurais, que passam a operar na produção rural e/ou no mercado de terras, de forma crescente, destacando-se, em especial, os ramos de produção de açúcar-álcool, reflorestamento e pecuária de corte.

Observa-se por outro lado, uma transformação no sistema cooperativista, com a emergência da "multi-cooperativa" e cooperativas grande atacadistas, realizando uma diversificação agroindustrial, certamente mais limitada que a dos grupos econômicos, mas, mesmo assim, com vários e novos elos de articulação a montante e a jusante da agricultura. Os ramos de produção agrícola onde mais se desenvolve essa integração são a sojicultura, triticultura, e, em menor escala, produtos lácteos.

Outra linha de integração, numa escala quantitativamente mais baixa, é a disseminação dos chamados contratos formais ou acordos informais de quase-integração entre a grande agroindústria e a clientela de pequenos e médios fornecedores rurais modernizados.

Esses contratos, muito comuns na moderna avicultura, são encontráveis de maneira informal também na citricultura, fumiicultura, suinocultura, etc.. Mas, tanto no caso desses pequenos fornecedores autônomos como no exemplo antes citado das cooperativas, o processo de integração de capitais, sob comando quer da grande agroindústria, quer da cooperativa central, apresenta limites variados, ligados à forma subordinada de como se dá a associação dos pequenos produtores à estratégia de acumulação do grande capital.

O caso da cooperativa é bem explícito, pois em se tratando de uma forma associativa de pessoas físicas, a sanção para continuidade e aprofundamento do processo de conglomeração comandado pelo alto "staff" dirigente das cooperativas, depende da legitimação e participação delas.

Por seu turno, no caso dos pequenos produtores tecnificados, a sua associação, ainda que subordinada à estratégia de expansão agroindustrial da empresa, somente se viabiliza se houver alguma forma de acumulação de capital que lhe garanta a reprodução como pequeno produtor modernizado. Certamente, quando falham as suas demandas de reivindicação política por margens mínimas de lucro, ou cai o nível da sua eficiência produtiva, dissolvem-se as condições que propiciam sua reprodução ampliada.

Em todos os casos examinados de integração de capitais, sobressai muito evidente a função patrocinadora, financiadora ou regu-

ladora do Estado, possibilitando, por seus distintos aparatos de política agrícola, a captura de margens diferenciais de lucro e ganhos de fundador por parte dos capitais que logram se integrar, ou mais profundamente organizar-se como conglomerados também na agricultura.

4. O capital financeiro aparece na agricultura brasileira, num primeiro instante, pelo lado da provisão farta e barata de recursos que financiam e propiciam a integração técnica. Os agentes financiadores em geral não estão envolvidos no processo de monopolização e conglomeração de capitais nos diversos mercados agroindustriais, que se realiza de maneira limitada em setores específicos. Essa separação do agente financiador - em grande parte o Estado - e os protagonistas da monopolização agroindustrial, está presente em geral nos demais setores e mercados sob controle do grande capital, podendo mesmo ser interpretada como uma característica peculiar ou debilidade específica do capital financeiro na economia brasileira.

5. O mesmo processo que integra capitais, rejeita crescentemente uma massa não associável, situada num limite entre 80 e 90% do número de estabelecimentos rurais. Esses estabelecimentos - situados numa faixa de contribuição produtiva baixa, em termos absolutos, e menor ainda em termos de contribuição média por pequeno produtor - albergam a esmagadora maioria da força de trabalho rural em condições de vida muito precárias. A porta que se lhes abre alternativamente no sentido de assalariamento dessa força de trabalho no restante da economia rural, é muito estreita do ponto de vista quantitativo e igualmente precária sob o aspecto das condições de vida e de trabalho.

6. Ressalte-se, por outro lado, que o processo de integração de capitais que analiso contempla, simultaneamente, mercados produtivos e mercados financeiros. Nesse sentido, deve-se destacar, também, que é da lógica desse processo de crescimento capitalista abrir novas fronteiras, criar novos mercados, inovar introduzindo produtos e técnicas de produção que permitam passar adiante na luta competitiva. Esse avanço produtivo se faz com enorme deterioração das condi-

ções sociais de vida dos grupos sociais marginalizados - a saber, assalariados e pequenos produtores -, como acima observei. Mas é importante também ter em conta que o capital financeiro, integrado no mercado de terras, parcialmente no sistema de crédito, no complexo agroindustrial e no mercado financeiro, persegue, antes de tudo, a sua auto-valorização. Essa integração leva a economia a se instabilizar crescentemente pelo lado da especulação financeira, que se transmite ao próprio mercado produtivo rural.

Na crise capitalista, como a que ora presenciamos, manifestam-se certas tendências contrapostas à acumulação produtiva direta, que se expressam pela reivindicação de maiores prêmios requeridos pelo capital bancário em contrapartida ao financiamento da produção rural. Por seu turno, a constituição de um mercado de terras e a imposição da lógica financeira, equiparando o retorno dos capitais empregados nesse ativo à semelhança das aplicações alternativas do dinheiro em outros títulos financeiros, tendem a propagar certas ondas de instabilidade dos mercados financeiros também para a produção rural. Por sua vez, sendo a terra um meio essencial de produção agrícola, e o capital de trabalho (capital de giro) uma necessidade crescente de antecipação pela via do crédito, ficam imputados altos valores de juros e de renda da terra nos preços de produção, erodindo parasitariamente os lucros operacionais da produção. E mesmo quando não se realiza a renda de terra mediante imputação nos preços de produção, ocorrerá fatalmente sua realização no mercado de terras, livre de qualquer tabelamento ou controle administrativo em sua valorização.

7. Todas estas questões de instabilidade da produção e politização das relações econômicas que estão na base da constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura brasileira, colocam ou recolocam a "questão agrária" dos anos 80 numa perspectiva modificada.

A concentração da propriedade da terra se inscreve, agora, no domínio das estratégias de diversificação das aplicações do capital financeiro e os problemas decorrentes da especulação fundiária colocam-se como questões típicas da instabilidade capitalista.

A concentração da produção e sua composição desbalanceada do ponto de vista das necessidades sociais, refletem as estratégias de integração de capitais, que se orientam pelas determinações do sistema de preços, com forte influência do mercado externo. Em contraste, coexistem os problemas mais agudos de empobrecimento e subnutrição de uma enorme massa de população não abastecida.

Por outro lado, as questões de acesso à terra e acesso a postos estáveis de trabalho no mercado rural ficam crescentemente dificultados pelo crescimento dos empreendimentos conglomerados.

Toda essa questão social, pendente desse estilo de crescimento, se expressa na alta marginalização da massa de população rural, quer de microprodutores expulsos dos mercados mais dinâmicos, quer dos assalariados volantes, empregados por curtos períodos, baixa remuneração e crescente substituição no processo de produção modernizado.

8. As questões mais gerais de regulação das relações sociais de produção desse estilo de crescimento capitalista, atacando simultaneamente os fatores de injustiça social e instabilidade econômica e institucional, passam por uma reestruturação geral da política agrária, e em especial, da forma como se dá a regulação pelo Estado das margens de lucro e dos ganhos patrimoniais do grande capital. Essa regulação para se tornar efetiva, no sentido de mudanças em profundidade, requer nova forma de controle da sociedade civil sobre a política agrária e bases reguladoras essencialmente modificadas para o controle dos ganhos de monopólio e das estratégias especulativas do grande capital no campo.

Uma nova forma de regulação econômica da política agrária do Estado, que persiga objetivo de maior equidade social e estabilidade econômica, é essencialmente uma opção de política concreta. Chamamos atenção para a diferença qualitativa dessa passagem, relativamente à sequência analítica de passagens que percorro na explicação abstrata do capital financeiro. Enquanto essas últimas se estabelecem logicamente, aquela requer um sentido interpretativo de valor ético, que é aqui assumido conscientemente. Conquanto não se deduza logica-

mente da explicação teórica, a passagem do teórico ao nível político prático pressupõe e se fundamenta naquela, e ainda no posicionamento peculiar do analista.

9. O raio amplo de abrangência das questões tratadas neste trabalho teria que deixar muitos dos temas pendentes de fundamentação empírica mais acurada. Estou consciente disto, como também do fato de que a interpretação que ora faço do desenvolvimento recente da agricultura brasileira requer testes de corroboração em várias de suas passagens. O estudo empírico dos processos de conglomeração de capitais, da administração das margens de lucro e, particularmente, uma investigação do mercado de terras no Brasil são insuficientes para chegar aos resultados conclusivos sobre a valorização do capital no meio rural. Há, certamente, necessidade de se desenvolver pesquisas específicas sobre estas questões.

Mas, como assinala antes, a amplitude das questões tratadas não permitiria realizar o tratamento empírico detalhado, não somente pelas dificuldades práticas de conduzir individualmente uma pesquisa de tal abrangência, como também porque meu trabalho não se propôs a realizar um teste de corroboração simples para uma dada hipótese teórica. Diversamente, o propósito deste trabalho é o de reinterpretar global do desenvolvimento econômico rural brasileiro a partir de um novo referencial teórico. Neste sentido, o tratamento empírico que utilizei para corroborar a constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura não é susceptível de testes estatísticos de hipóteses, funcionando tão somente como acervo fenomênico disponível, que provisoriamente permite apoiar o tratamento teórico.

A N E X O

NOTA EXPLICATIVA SOBRE O ANEXO

Os 182 Grupos Econômicos de "A" até "Z", constantes da listagem elaborada com base nas informações do "Atlas Financeiro do Brasil - 1981" (Quadro 1), compreendem apenas grupos nacionais, definidos como tais pela referida publicação, em razão do controle acionário majoritário exercido por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. Os grupos estrangeiros estabelecidos no Brasil não foram pesquisados pela mesma fonte editorial, que no caso é o "Guia Interinvest", mas pela publicação "Quem é Quem na Economia - Visão" (Quadro 2), na parte referente às principais empresas operante no setor agropecuário. No Quadro 2 são listados 22 maiores grupos com negócios na agricultura, dos quais apenas cinco são identificados pela "Visão" como estrangeiros.

A definição de grupo econômico adotada segue o critério pesquisado pelas publicações referidas que, por intermédio de levantamentos nas juntas comerciais, "Diários Oficiais" e Balanços das Empresas, obtêm e atualizam a composição e interligação patrimonial dos referidos grupos.

Os Quadros 3 e 4 levantam uma amostra de 131 principais empresas rurais autônomas listadas em 1981 pelas Revistas "Visão" e "Balanço Anual - Gazeta Mercantil". O Quadro 5 levanta as nove principais estatais do ramo produtivo rural.

A definição de empresa controladora, que aparece sempre grafada na primeira coluna, corresponde à empresa que detém comando sobre a indicação da maioria dos administradores das empresas controladas. Essa informação é possível de se obter indiretamente, a partir dos organogramas apresentados pelo "Atlas Financeiro". Este não é o caso da revista "Quem é Quem na Economia - Visão", que não apresenta os mesmos indicadores.

As empresas rurais ligadas ao grupo são identificadas nas listagens dos respectivos grupos econômicos. O caráter rural de sua atividade é identificado em razão de sua denominação social, confron-

tada com outras indicações, quando possível, para se obter a certeza do caráter rural da produção dessas empresas. Pelas mesmas fontes levanta-se a localização geográfica da empresa. O critério mais frequente dessa aferição é o de verificar nas listagens de empresas agropecuária publicada nas revistas "Quem é Quem na Economia - Visão" e "Balanço Anual - Gazeta Mercantil" a verdadeira posição setorial e regional dessas empresas. Com base nessas informações, complementadas por outras fontes informais, obtêm-se ainda uma subclassificação das empresas rurais por "Atividade". Estas são divididas em seis categorias, conforme a especialização da atividade rural em que a empresa está envolvida.

A subdivisão das empresas rurais por Atividade é a seguinte:

- AP -- empresa dedicada à agropecuária em geral
- AV - empresa dedicada predominantemente à exploração avícola
- FL - empresas de exploração florestal e de reflorestamento
- UD -- empresas integradas na exploração agrícola (cana-de-açúcar basicamente) e que opera simultaneamente usina de açúcar e/ou destilaria de álcool
- IC - empresa especializada no ramo imobiliário rural, identificada conforme as publicações consultadas ou por informações de terceiros, e também empresas de colonização privada registradas no INCRA ou simplesmente denominadas socialmente como de colonização
- OT - outras empresas não compreendidas nas categorias anteriores e que são em cada caso identificadas por atividade específica.

Faturamento Líquido: este dado é apurado a partir da receita operacional da empresa, deduzidos os impostos indiretos. Em se tratando de receita obtida pela produção agropecuária, excluem-se os valores correspondentes à transformação industrial, quando se

trata de agroindústria. Desta forma, todas as empresas classificadas como UD (Usina ou Destilaria) são apropriadas nas listagens dos grupos econômicos pelo efetivo valor de faturamento, mas quando se calcula o valor da produção rural, se deduz o excedente de valor correspondente à transformação industrial. O critério para realizar essa dedução, constituiu em aplicar os coeficientes de "matérias-primas, materiais e componentes" dos respectivos ramos industriais levantados pela "Pesquisa Industrial de 1979 - IBGE", sobre os valores totais de faturamento agroindustrial das empresas. O mesmo procedimento se adotou para empresas agrícolas integradas a frigoríficos, madeireiras e algumas do ramo de produtos lácteos. Em todos os casos procurou-se incluir apenas a produção própria e não a produção adquirida de fornecedores.

Patrimônio Líquido: compreende o capital social realizado, mais as reservas, acrescido ou deduzido do lucro ou prejuízo do período. Este conceito é adotado para a quase totalidade das empresas, baseado nos dados apurados pela revista "Quem é Quem na Economia - Visão". Apenas no caso em que se indica outra fonte - "Balanco Anual - Gazeta Mercantil", o conceito de Patrimônio Líquido é um pouco diferente, uma vez que inclui, além dos itens anteriores, os seguintes: "mais rendas a apropriar, menos despesas a apropriar, capital a integralizar, prejuízos acumulados e diferidos do ativo."

Na ausência da informação sobre patrimônio líquido, utilizou-se o conceito de Capital Registrado (CR), que corresponde ao capital social integralizado na data referida. A fonte de CR é o "Atlas Financeiro do Brasil - 1981". Os dados patrimoniais são todos para o mês de dezembro de 1980. Quando os Balanços ocorrem em data diferente de até seis meses, considerou-se como se fossem da mesma data base. Quando há discrepância de mais de seis meses, menciono a data do Balanço ou do registro e excludo das agregações que são feitas para efeito de cálculo do valor patrimonial do final do ano.

Por último, o Quadro 6 sintetiza um grupo de 41 empresas imobiliárias ou colonizadoras rurais na amostra total de empresas pesquisadas - 632 -, na listagem de colonizadoras do INCRA e na seleção de principais cooperativas rurais (Tabela

Os símbolos n.d. - corresponde a dados não disponíveis; (P) empresa em implantação. Empresa independente é considerada como pessoa jurídica em operação na atividade rural com fins lucrativos e que não pode ser identificada como ligada aos Grupos Econômicos componentes da nossa amostra.

QUADRO 1

GRUPOS ECONÔMICOS LEVANTADOS PELO "ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL-1981"
- PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS RURAIS -

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
1. <u>ABRAMO-EBERLE-METALÚRGICA A.E.S.A.</u> (RS) (Metalurgia, eletrônica, etc. - 17 empresas)	Nova Verona Agropecuária S.A. (minor.) (MT)	AP n.d.	n.d.
2. <u>ABREU-BANCO DAS NAÇÕES S.A.</u> (SP) (Bancos, financeiras, têxtil e rural - 10 empresas)	Pabreu Agrícola S.A. (SP)	AP; IC: 8,9	1.569,5
	Pabreulândia - Cia. Agropastoril do Brasil Central (MT)	AP: 11,1	70,1
	Subtotal	11,1	1.639,6
3. <u>AFONSO FERREIRA - BAHEMA EMPREEND. S.A.</u> (Mecânica, comércio exterior, etc - 10 empresas)	Bahema Agropecuária S.A. (BA)	AP: 17,4	249,6
4. <u>ALCÂNTARA MACHADO PARTICIP. LTDA.</u> (SP) (Comunicações, comércio e imóveis - 12 empresas)	Agropecuária São Roberto S.A.	AP n.d.	8,9 (CR)
5. <u>ALIANÇA DA BAHIA CIA. DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA</u> (RJ) (Seguros, imóveis e at. rurais)	Agrícola Aliança da Bahia Ltda. (BA)	AP n.d.	0,6 (CR)
	Agrícola Santa Tereza Ltda. (BA)	AP n.d.	78,0 (CR)
	Agropastoril V.Real S.A. (BA)	AP: 12,4(P)	93,9
	Subtotal	12,4	172,5
6. <u>ALMEIDA-CR ALMEIDA S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES</u> (RJ) (Const. civil, mineração, at. rurais e exportação - 25 empresas)	Rondon Agropecuária Ltda.	AP n.d.	709,9
7. <u>AMÉRICA DO SUL - BANCO AMÉRICA DO SUL</u> (SP) (Banco, financeiras, seguros - 14 emps.)	Agroflora S.A. Reflorestamento e Agrop. (minor.) (SP)	FL n.d.	45,0
	América do Sul de Reflorestamento (SP)	FL n.d.	6,3
	Empresa Agro-Comercial de Santa Ercília S.A. (SP)	AP n.d.; IC	
	Subtotal	n.d.	51,3

Continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
8. <u>ANDRADE CARVALHO - FAMÍLIA ANDRADE CARVALHO (RJ)</u> (Const. civil, imóveis e outros - 16 empresas)	Rio Lambari Agropastoril Ltda ()	AP n.d.	18,4
	Serra do Cabral Agroindústria S.A. (MG)	AP: 132,0	137,8
	Subtotal	132,0	156,2
9. <u>ANDRADE GUTIERREZ - CRISTIANA ADMINISTRAÇÃO PARTICIP. E COMÉRCIO S.A. (MG)</u> (Construção civil e atividades rurais)	Colonial Agropecuária S.A. (MG) Administradora do Projeto Tucumã de colonização privada, abrangendo área de cerca de 400 mil ha no estado do Pará	AP: 111,3; IC	181,9
	Calciolândia Agropecuária S.A.	n.d.	n.d.
10. <u>ANTARTICA PAULISTA (CIA) IND. BRAS. DE BEBIDAS E CONEXOS (SP)</u> (Bebidas e transportes - 23 empresas)	Agrícola Maués S.A. - SAMASA (AM)	AP n.d.	70,0
	Agromalte S.A. (PR)	AP n.d.	413,6
	Subtotal	n.d.	483,6
11. <u>ANTUNES-CAEMI-CIA AUXILIAR DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO CAEMI (RJ)</u> e várias "holdings" (mineração, siderurgia, agropecuária, exportação, serviços, etc.)	Agropecuária do Pará CAPP - Cia (PA)	AP: 69,5 (P)	595,4
	Amapá Florestal e Celulose AMCEL (Amapá)	FL (P)	216,8
	BRUMASA MADEIRAS S.A. (Amapá)	FL n.d.	160,2
	Fazendas NORCAM S.A. (SP)	AP: 66,1	1.434,9 (4/81)
	Fazendas Piratininga S.A. (SP)	AP: 51,2	494,6 (4/81)
	Fazendas SWIFT KING RANCH LTDA. (SP)	AP: 7,5	426,3
	SASA Agropastoril S.A. (SP)	AP: 199,0	2.618,1 (4/81)
	Veredas de Minas Agropecuária VERAGRO (MG)	AP: 35,7	645,0 (3/81)
Subtotal	429,2	6.591,3	
12. <u>ANTUNES MACIEL-FAMÍLIA (RJ)</u> (Finanças e imóveis - 19 empresas)	-	-	-

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
13. ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL-APLUB (RS) (Seguros, financeiras, etc. - 21 mps.)	APLUB Agro-Florestal Amazônia S.A. (AM)	FL: 9,3	2.541,5
14. ARACRUZ CELULOSE S.A. (Papel, celulose, Álcool, etc - 8 empresas) (RJ)	ARACRUZ Florestal S.A. (RJ)	FL: 1.060,5	136,6
	Cristal Destilatória Autônoma de Álcool S.A.-CRIDASA (ES) (minor.)	UD (P)	116,2
	Subtotal	1.065,5	242,8
15. ARAUJO AGROINDUSTRIAL LTDA. (SP) (Mecânica, petroquímica, celulose - 12 empresas)	Araujo Agroindustrial LTDA. (SP)	AP n.d.	n.d.
16. ARTEX S.A. FÁBRICA DE ARTEFATOS TÊXTEIS (SC) (Têxtil etc - 7 empresas)	ARTEX Agrícola Ltda (MG)	AP n.d.	n.d.
17. ASSA-Intercontinental de Café S.A. (RJ) (Exportação de café, soja, etc.- 5 empresas)	-	-	-
18. ATLÂNTICA BOAVISTA-Atlântica Cia. Nacional de Seguros (RJ) (Seguros, imóveis, agropecuária, comércio, etc. - 51 emps.)	Agro-Comercial Gondarem Ltda (RJ)	AP n.d.	5,0
	Agropastoril Rio Tiraximim, Cia. (PA)	AP (P)	77,9
	Agropecuária Condado de Maricã S.A. (RJ)	AP n.d.	n.d.
	Agropecuária Rio Murdriré S.A. (RJ)	AP n.d.	3,0
	Fazenda Frade S.A. Agroind. Pecuária (RJ)	AP n.d.	27,8
	Pastoril e Agrícola Canauanã (GO)	AP: 40,1	159,1
	Subtotal	40,1	272,8

Continua...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
19. BCN-Banco de Crédito Nacional S.A.-Família Conde (SP) (Bancos, financeiras, seguros, ind. química - fertilizantes -, etc. - 30 empresas)	A.C. Agro-Mercantil Ltda. (SP)	AP n.d.	1,0
	BCN-Agropastoril S.A. (PA)	AP: 0,0	290,0
	Conde Agro-Mercantil e Pastoril (SP)	AP n.d.	8,0
	Desenvolvimento do Araguaia-CODEARA-Cia (MT)	AP: 64,8	469,1
	Subtotal	64,8	761,1
20. BAMERINDUS-Banco Bamerindus do Brasil (PR) e Soc. Merc de Adm. Empreend. S.A. (Bancos, financeiras, seguros, agropec. e outros - 33 empresas)	Bamerindus Agropastoril e Industrial S.A. (PR)	AP (P)	490,4 (6/81)
	Bamerindus S.A. Empreendimentos Florestais (PR)	FL: 141,2	1.479,8 (6/81)
	Bamerindus Nordeste S.A. Ind. e Reflorestamento (BA)	FL n.d.	70,0 (6/81)
	Bamerindus Roraima S.A. Agric. e Reflorest. (RR)	AP; FL	n.d.
	Bamerindus S.A. Sementes e Agricultura (PR)	AP: 2,4	139,6
	Vilhena Agropastoril S.A. (MS)	AP n.d.	218,2
Subtotal	143,6	2.398,0	
21. BANDEIRANTES - Banco Bandeirantes S.A. (SP) Ligação com várias "holdings" (bancos, financeiras etc)	Agropecuária Borba Gato S.A. ()	AP	2.098,0
	Bandeirantes Agro-Florestal Ltda.	FL	n.d.
	Açúcar, Alcool Bandeirantes S.A. (PR)	UD	n.d.
	Bandeirantes 67 Agropec. S.A. (MT)	AP: 66,6	81,7
	Subtotal	66,6	2.179,7

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80	
22. <u>Bardela S.A. Ind. Mecânicas (SP)</u> (Metal mecânicas, bens de capital - 7 emps.)	Energo Agroindustrial S.A. (MS)	FL n.d.	200,0	
23. <u>BARRETO-Banco F. Barreto S.A. (SP)</u> (Banco, indústria Alimentar e Agropec. - 27 empresas)	Agrícola e de Parts. Divina Pastora Ltda. (SP)	AP n.d.	4,2 (CR)	
	AVISCO-Avicultura, com. e Indust. (SP)	OT e AV: 410,2	240,4	
	Bocaina Agric. e Pec. Ltda. (SP)	AP n.d.	n.d.	
	Guassu Agric. e Pec. Ltda. (SP)	AV n.d.	n.d.	
	Kenia Agrícola e Pecuária Ltda. (SP)	AP n.d.	10,0 (CR)	
	Laticínios MOCOCA S.A. (SP)	OT: 1.083,7	343,1	
	SAGENE Agric. e Pecuária Ltda. (SP)	AP	n.d.	
	Santa Gertrudes Agric. e Pecuária Ltda. (SP)	AP n.d.	5,0 (9/77) (CR)	
	Senhora das Graças Agric. e Pecuária Ltda. (SP)	AP n.d.	n.d.	
	Senhora de Lourdes Agric. e Pec. Ltda. (SP)	AP n.d.	n.d.	
	Lavínia Agric. e Pec. Ltda. (SP)	AP n.d.	n.d.	
	Lucélia Agric. e Pec. Ltda. (SP)	AP n.d.	n.d.	
	Subtotal		1.267,4	602,7
	24. <u>BARRETO FIGUEIREDO (MG)</u> (Imóveis, comércio exterior e Ind. Alim - 5 emps.)	-	-	-

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados Pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Patrimônio Líquido	
		Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
25. BARRETO DE ARAUJO LAVOURA IND. E COM. S.A. (BA) (Ind. Alimentar, imóveis e agricultura - 15 empresas)	n.d.	n.d.	n.d.
26. BATTISTELLA - Família Battistella (SP) (Trading, florestal, comércio e transporte-17 empresas)	Agrícola Battistella Ltda.	n.d.	n.d.
	Florestal Battistella S.A.-FLOBASA (SC)	FL (P)	93,5 (4/81)
	Modo Battistt, Reflorestamento S.A. NOBASA (PR)	FL (P)	1.031,8
	Subtotal	-	1.125,3
27. BELINKY-Família (SP) (Metalurgia, comércio exterior - 13 empresas)	Agrícola Faz. Santa Cruz do Pau D'Alho, Cia.	AP n.d.	12,0 (7/77)
28. BEZERRA DE MELO-Família (RJ) (Hotelaria, agroindústria açucareira, seguros, têxtil e imóveis - 43 empresas)	Usina Central Barreiros S.A. (PE)	UD:601,1	921,2
	Açucareira Norte Alagoas-Usina Santana (AL)	AP:243,9; UD	358,4
	Açucareira Santo André do Rio Una (PE)	AP:286,2; UD	848,9
	Usina Crapebus S.A. (RJ)	AP:310,3; UD	353,6
	Açucareira Usina Barcelos-Cia. (RJ)	AP:388,4; UD	499,1
	Açucareira Usina Cupim Cia (RJ)	AP: 522,5; UD	641,6
	Agropastoril Rio Una S.A. (PE)	AP n.d.	n.d.
	Usina Central Barreiros (PE)	AP e UD: 601,1	921,2
	Agropecuária Monte Serrano (SP)	AP n.d.	n.d.
	Rimália Agropecuária Ind. e Com.S.A. (RJ)	AP n.d.	n.d.
	Cia Pernambucana de Terrenos (PE)	IC n.d.	n.d.
	Subtotal	2.953,5	4.544,0

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
29. BIAGI - Família Biagi (Biagi Parts. Ltda. e Zanini Equipamentos Pesados) (SP) (Metal-Mecânica, equip. para usina e destilarias, açúcar e Alcool, fertilizantes, etc - 44 empresas)	Açucareira Vale do Rosário, Cia. (SP)	AP:902,0; UD	417,7
	Agrícola Sertãozinho (SP)	AP:369,6	763,6
	Agroindustrial Eng. Central-CATEC (SP)	AP n.d.	1,0 (12/73)
	Agropecuária Biagi-Garcia Ltda (SP)	AP n.d.	1,0
	Agropecuária Lagoa da Serra Ltda (SP)	AP n.d.	30,0
	Agropecuária do Rio Turvo Ltda (SP)	AP n.d.	80,7
	Agropecuária São José Ltda (SP)	AP n.d.	32,0
	ALBASA-Álcool Mandioca da Bahia S.A. (BA)-Fundada em 26/08/80	AP (P); UD	40,0
	CARPA-Cia. Agropecuária do Rio Pardo (SP)	AP:642,5	912,8
	Destilaria de Alcool MB Ltda. (SP)	AP n.d.; UD	87,6
	Destilaria Brasilândia S.A.-DEBRASA (MS)	AP n.d.; UD	n.d.
	Destilaria CIANORTE Ltda. (SC)	AP (P); UD	72,9
	Destilaria Lago Azul S.A. (DF)	AP n.d.; UD	29,8 (CR)
	Destilaria Moema Ltda. (SP)	AP n.d.; UD	60,5 (CR)
	Irmãos Biagi S.A. A.A. (SP)	AP:2.281,5; UD	1.637,4
	Nova Aliança Agric. Com. Ltda.	AP n.d.	18,8 (CR)
	Prata S.A. Reflorescimento (SP)	FL n.d.	1,1 (CR)
	SEV-Açúcar e Alcool S.A. (SP)	AP:622,0; UD	118,8
	Usina Santa Elisa S.A. (SP)	AP:1.401,1; UD	
	Subtotal		6.218,7

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
30. <u>BONFIGLIOLI - Banco Auxiliar S.A. e Banco Auxiliar de Investimento S.A. e várias "holdings" (SP)</u> (Bancos, financeiras, ind. alimentar, Agropecuária, etc. - 42 empresas)	Agropecuária Bonfiglioli (SP)	AP:56,0	97,2
	Agrocica S.A. (SP)	AP:176,4	375,0
	Agropec. Vale Verde S.A. (SP)	AP n.d.	20,8 (CR)
	Planter-Planej. Tec. Rural S.A.	AP; OT: 189,0	375,8
	Planeal-Planej. Rural S.C.Ltda.	OT n.d.	n.d.
	Cicanorte S.A. (Associada à CODEVASF no Proj. Irrigação Maniçoba-Curacá (BA)	n.d.	n.d.
	Subtotal	421,4	868,8
31. <u>BORDON - Frigorífico BORDON S.A. (SP)</u> (Ind. frigorífica, agropecuária, imóveis, etc. - 8 emps)	BORDON S.A. Agropec. da Amazônia (PA)	AP: 63,8	254,6
32. <u>BÓRIO - SOMAPI S.A. Ind. e Com. (RJ)</u> (Comércio exterior, mercado imobiliário, engenharia, etc - 13 empresas)	Capão Bonito Agr. Com. e Ind.Ltda.	AP n.d.	n.d.
	Capivara Agropec. Ltda.	AP n.d.	n.d.
33. <u>BOZANO - SIMONSEN - Cia Bozano-Simonson Com. e Ind. (RJ)</u> (Bancos, financeiras, imóveis mineração, comércio agropec. etc)	Bozano-Simonsen - Agropec. S.A. (RJ)	AP:39,8	994,2
	COMPET Agro-Florestal S.A. (PR)	FL: 0,0	290,1
	COMPET Agropastoril Ltda. (PR)	n.d.	n.d.
	Ipanema Agroindust. S.A. (RJ)	AP:191,2	1.370,2
	Guanabara Citrus S.A. (RJ) ex Agropastoril Macaúba S.A.	AP:156,1	1.147,0
	Itapema Agrícola Ltda. (RJ)	n.d.	22,0 (CR)
	Subtotal	387,1	3.823,5

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80	
34. <u>BRADESCO-Banco Brasileiro de Descontos S.A. e Banco BRADESCO de Investimentos S.A. (SP)</u> (Bancos, seguros, imóveis, agropecuária, etc. - 59 empresas)	Agropastoril Babiê (GO) (minor.)	n.d.	n.d.	
	Agropastoril Gradaús (PA) (minor.)	AP (P)	99,4	
	Agropecuária Rio Araguaia Capra (PA)	AP:17,0	197,6	
	Agropecuária Sul da Bahia (BA)	AP: 6,7	158,9	
	ARBOR Minas Reflorestamento e Agropec. Ltda. (MG)	FL n.d.	6,0 (CR)	
	Floresta Chapadão do Bugre S.A.	FL n.d.	30,2 (CR)	
	Floresta Monte Carmelo Agropec. Ltda (MG)	FL n.d.	30,9 (CR)	
	PAGRISA-Pará Pastoral e Agrícola S.A. (PA)	AP: 6,3	97,1	
	Pastoral e Agrícola Vale do Gurupi S.A. (PA)	AP:40,8	132,3	
	Rio Capim Agropecuária (PA)	AP:20,4	388,4	
	Santa Maria Agropec. S.A. (SP)	AP:101,9	380,2	
	Subtotal	193,1	1.521,0	
	35. <u>BRAHMA-Cia. Cervejaria BRAHMA (RJ)</u> (Bebidas, agricultura, comércio exterior, etc. - 15 empresas)	Agro-Brahma S.A. (BA)	AP (P)	63,5
		Capiaba Agropecuária S.A. (GO)	AP n.d.	28,4 (CR)
Subtotal		-	91,9	
36. <u>BRASILPAR-Comércio e Participações (SP)</u> Participação acionária minoritária (vários ramos e setores econômicos - 8 empresas)	-	-	-	
37. <u>BRASMOTOR S.A. (SP)</u> (Eletrodomésticos etc. - 9 empresas)	Agropecuária Consul S.A. (MT) (minor.)	(P)	204,7	

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80	
38. BRASTEL-Santa Rosa Adm. e Participações e Família Paim Cunha (RJ) (Finanças, comércio, eletrodomésticos, hotelaria, etc -39 empresas)	Acqua S.A. Agricultura (SP)	n.d.	51,7 (CR)	
	Bocaina Zootécnica Ltda. (RJ)	n.d.	35,0 (CR)	
	Fado-Fazendas do Doutor S.A. (SP)	n.d.	44,0 (CR)	
	Nova Suíça S.A. Emp. Florestais e Madeiros (SP)	n.d. -	6,5 (CR) 137,2	
39. BUENO VIDIGAL-Família Bueno Vidigal (SP) (Metal-mecânica, cimento, seguros, agropecuária, imobiliária e colonizadora, etc. - 42 empresas)	Agrícola Bom Jardim Ltda. (SP)	AP n.d.	56,7	
	Agrícola Santa Cecília (SP)	AP n.d.	90,7 (4/81)	
	Agrícola Usina Jacarezinho-Cia. (SP)	UD: 957,8	909,8	
	CADAC-Cia. Administ. Agro-Comercial (SP)	AP: 0,9	270,1	
	CAIT-Cia Agroindus. do Triângulo Mineiro (SP)	AP: 4,4	95,7	
	Destilaria Melhoramentos S.A. (SP)	UD (P)	240,0 (CR)	
	Faz. Maria Amélia S.A. (SP) (empresa "holding" de vários empreendimentos agro mercantis)	OT: 563,6	2.060,3	
	Melhoramentos Norte do Brasil, Cia. (SP) (Colonizadora)	IC n.d.	n.d.	
	Melhoramentos Norte do Paraná, Cia. (SP) (Colonizadora)	IC n.d.	780,4 (CR)	
	Melhoramentos do Pará S.C. Ltda. (PA)	IC n.d.	15,0 (CR)	
	Melhoramentos Sul do Pará S.C. Ltda.	IC n.d.	2,0 (CR)	
	Usina Morretes S.A. (SP)	UD n.d.	42,6	
	SOMECO S.A.-Soc. Melhoramentos e Colonização (MS)	IC: colonização partic. em Ivinhema, (MS)-Área 27.719 ha	103,7	271,3
	Subtotal	1.630,4	4.834,6	

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
40. CCEI - <u>Cotia Comércio Exportação e Importação (SP)</u> (Comércio exterior, metalurgia, indúst. alimentar, agropec. etc. - 21 emps.)	Dendê do Parã S.A. - DENPASA (PA) (agrícola e indúst.)	UD: 207,4	472,3
	Jequié Agropastoril Ltda.	AP n.d.	n.d.
	Lemaco Ltda. (Granja avícola integrada) Nigéria	AV n.d.	US\$ 4,0 (CR)
	Nigéria Ranches (Nigéria)	AP n.d.	US\$ 40,0 (CR)
	Triângulo Agropastoril Ltda. (MT) (plantação seringueiras)	AP (P)	n.d.
	Subtotal	207,4	472,3
41. CCN - <u>Cia. Comércio e Navegação e São Bento Importação e Administ. S.A.</u> Associada ao Banco Bamerindus de Investimento (RJ e SP) (Indústria naval, transporte naval, imóveis, etc - 25 empresas)	Agropecuária Boiadeiro Ltda.	AP n.d.	4,9 (CR)
42. CACIQUE - <u>Cia Cacique de Café Solúvel (SP)</u> (Indúst. alimentar, agropecuária, exportação, etc - 13 empresas)	Agropastoril e Indústria Tucumã (MA)	AP: 9,5	116,8
	Cacique Agrícola S.A. (PR)	AP (P)	131,2
	Cacique Agropecuária e Indust. do Maranhão S.A. (MA)	AP: 68,1	196,5
	CIPARI-Genética Animal S.A. (PR)	AP: 115,3	134,7
	Subtotal	192,9	579,2
43. Camargo Correa - <u>Participações Morro Velho Ltda.</u> (SP) (Construção civil, banco, agropec. metalurgia, cimento, mineração, etc - 33 emps)	Arosenal Agropecuária e Indust. S.A. (MT)	AP: 96,7	269,4
	Fazenda Nova Kênia S.A. (PA)	AP n.d.	n.d.
	Fazenda São João S.A. (MT)	AP: 94,1	373,6
	Imobiliária e Colonizadora Camargo Correa Ribeiro S.A. (SP)	IC n.d.	11,8 (CR)
	Subtotal	191,7	654,8

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
44. <u>Carvalho Júnior-Cia de Ferro, Ligas da Bahia e Família Carvalho Júnior</u> (Mineração, metalurgia e florestamento - 7 empresas)	REFLORA - Reflorestadora e agrícola S.A. (BA)	FL n.d.	52,9 (CR)
45. <u>CASAS DA BANHA-Família Pereira Veloso</u> (RJ) (Comércio, supermercados, ind. frigorífica, banco, comércio exterior, etc - 20 empresas)	-	-	-
46. <u>CASAS SENDAS-Casas Sendas Com. e Ind. S.A.</u> (RJ) (Comércio atacado e supermercados e agropecuária-7 emps.)	Agropastoril Porto Alegre S.A. (MG)	AP:8,1	166,1
	Sendas Agropecuária S.A. (RJ)	AP:11,6	231,4
	Subtotal	19,7	397,5
47. <u>CATAGUAZES-LEOPOLDINA-Cia. Força e Luz Catag. Leopoldina</u> (MG) (Distrib. energia, metalurgia, eletrônica, etc - 8 empresas)	-	-	-
48. <u>CATÃO-EMACOBÁS</u> - Empreend. Agroindustriais (RJ) - Francisco Catão (Indústria do sal, imóveis, etc - 19 empresas)	Agropastoril São João do Penedo Ltda.	AP n.d.	1,0 (CR)
	EMACOBÁS Imobiliária S.A.	IC n.d.	50,0
	Subtotal	-	51,0
49. <u>Cavalcante Lacombe - Família</u> (SP) (Mineração, metalurgia, construção civil, etc, 31 empresas)	Agropecuária Tranco Ltda.	AP n.d.	21,0 (CR)
	Tradesco S.A. Empreendimentos Comerciais e Agropec. (SP)	IC	n.d.

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
50. <u>CAVAN-Postes Cavan S.A.-Família Deffen</u> (RJ) (Construção civil)	-	-	-
51. <u>CETENCO ENGENHARIA S.A. - Família Malzoni</u> (SP) (Engenharia, agropecuária, pedreiras - 8 empresas)	Campo Alegre Colôni- zadora S.A. Agropecuária Campo Alegre S.A. (PE) Industrial e Agro- pastoril Vale do Campo Alegre (PA) Subtotal	IC n.d. AP (P) AP -	n.d. 580,1 (12/82) 736,1 (9/82) -
52. <u>CEVEKOL S.A.</u> (SP) (Química e petroquímica, agropec., mat. plástica, etc - 13 empresas)	Cia Agrícola e Indust. Taboão	AP n.d.	224,4 (CR)
53. <u>CHAMAS - Inds. Reunidas São Jorge S.A.- Família Chamas</u> (SP) (Laticínios, têxtil etc - 14 empresas)	Santo Antônio Agrícola e Industrial Ltda.	AP n.d.	n.d.
54. <u>CIRAGE-Cia. Imobiliária e Agropec. CIRAGE</u> (RJ) (Imóveis, comércio de veículos, agropec.-12 emps.)	Imobiliária e Agropec. CIRAGE (RJ)	IC:54,8	76,7
55. <u>CIVITA-Família Civita</u> (SP) (Editorial e gráfica, hotelaria, turismo, ind. frigorífica - 16 empresas)	Libra Agrícola e Florestal Ltda (SP)	FL n.d.	30,7 (CR 6/79)
56. <u>COHN, S. - Amira S.A. Indústria e Comércio</u> (RJ) e <u>Família Cohn</u> (Imóveis, financeiras, agropec., etc- 24 empresas)	Cia Colonizadora Brasileira (RJ) DAICO-Desenvolvimento Agrícola, Indust. e Comercial S.A. (RJ) Subtotal	IC n.d. AP (P) -	80,4 (CR) 68,8 90,2

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
57. <u>COMIND-Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. e COMIND Banco de Investimentos (SP)</u> (Bancos, financeiras, seguros, processamento de dados engenharia, etc - 32 empresas)	Pedra Pedra S.A. Agropecuária (SP)	AP (P)	89,0
58. <u>CONCIC-Engenharia e Banco Econômico de Investimentos (BA)</u> (Construção civil, imóveis, agropecuária, etc - 11 empresas)	Agropecuária Beira Rio S.A. (BA)	AP:11,6	115,6
	CONCIC Lopes Marques Agrícola S.A. (BA)	AP n.d.	19,3
	Itabera Agropec.S.A.	AP n.d.	10,3
	Subtotal	11,6	146,2
59. <u>CONFRIO-Cia Nacional de Frigoríficos (RJ)</u> (Indústria de pesca e exportação-10 empresas)	-	-	-
60. <u>COPERSUCAR-Coop. Central dos Prod. Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - Associação dos Grupos Ometto, Biagi, Zillo e Giorgi</u> (Açúcar, álcool, café solúvel, fertilizantes - 8 emps.)	Refinaria Piedade S.A. (RJ)	UD:3.799,7	412,6
	União dos Refinadores de Açúcar e Café Cia. (SP)	UD:14.469,5 OT	2.755,1
	União São Paulo S.A. Agric. Indust. e Comércio	UD:916,6	1.700,0
	Subtotal	19.185,8	4.867,8
61. <u>CORREA RIBEIRO S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA (BA)</u> (Seguros e mercado imobiliário - 11 empresas)	-	-	-
62. <u>CUTRALE-Sucocítrico Cutrale S.A. (SP)</u> (Industrialização, suco de laranja e exportação-8 emps.)	Citrórrico S.A. Empreendimentos Rurais (SP)	AP:79,1	651,7

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
63. DEDINI - Dedini S.A. Administração e Participações e Construtora de Destilarias Dedini S.A. CONDISTEL (SP) (Açúcar, álcool, construção de destilarias, siderurgia de laminados, engenharia, fabricação e comércio de equipamentos, etc - 38 empresas)	Usina Delta (MG)	UD: 249,8	124,8
	Açúcar e Álcool São Luiz S.A. (SP)	UD: 1.296,1	910,0
	Agropecuária Santa Veridiana Ltda. (SP)	AP n.d.	2,7 (CR-12/75)
	Dedini Agropecuária Ltda. (SP)	AP ver UD	100,0 (CR-6/79)
	Destilaria Alto Alegre S.A. (SP)	UD: 87,4	124,1
	Destilaria São João Ltda	UD n.d.	n.d.
	Destilaria Santa Cruz S.A. (RJ)	UD: 190,6	328,1
	Embaúba S.A. Desenvolvimento Energético (BA)	UD (P)	4.692,8 (12/82)
	Usina São Francisco do Quilombo Ltda. (SP)	UD: 964,4	631,7 (CR-1977)
	Subtotal	2.788,3	2.221,4 (80)
64. DELFIN - Família Levinsohn-Banco Denasa de Investimentos (SP) 20 empresas	Ubatuba Agropecuária e Industrial S.A. (PR)	AP: 16,7	66,6
65. DENASA - Família Barbara (Finanças, imóveis, agropec., etc - 39 empresas) (RJ)	Agrícola e Comercial Desenvolv. Nacional (RJ)	IC	47,4 (CR-9/79)
	Agropastoril Grupiã S.A.	AP n.d.	91,7 (CR-6/81)
	DEPAR-Desenvolv. do Pará Comercial e Agrícola	IC n.d.	8,4 (CR-3/81)
	CIDAPAR-Desenvolv. Agropec. e Mineral do Pará S.A. (PA/MA)	AP e IC n.d.	228,6 (CR)
	Subtotal	-	376,1

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados Pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

continuação			
Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
66. <u>Econômico-Banco Econômico S.A. e Banco Econômico de Investimento (BA)</u> (Bancos, financeiras, agropecuária, imóveis, turismo, comércio exterior - 25 empresas)	CAJUBA - Caju da Bahia S.A. (BA)	AP, OT n.d.	1.176,5 (10/82)
	Econômico Agropastoril Industrial S.A. (BA)	AP: 3,0	150,0
	Subtotal	3,0	-
67. <u>ELUMA S.A. Ind. e Comércio (Luiz Eduardo Campelo)</u> (Mineração, metalurgia, auto-peças, etc - 31 empresas)	-	-	-
68. <u>EMINCO - Empreend. Ind. e Comerciais EMINCO</u> (Indústria aeronáutica e transporte aéreo - 6 empresas)	-	-	-
69. <u>EMPAR-Cia. Brasileira de Empreendimentos e Participações</u> (Financeiras, seguros, imóveis, química, etc - 21 emps.)	INOM, Agrícola Industrial e Participações S.A.	IC	n.d.
70. <u>ENDLEIN - Família Endlein</u>	Taomina Agroflorestral Ltda.	FL n.d.	20,0 (CR-5/79)
71. <u>Espírito Santo-E.S. Holding Adm. e Participações S.A. (RJ)</u> (Financeiras, seguros, agropec. turismo, Indust. alimentar, etc - 24 empresas)	Agrícola Palmeiras S.A. (RJ)	AP n.d.	20,0 (CR)
	COBRAPE - Cia Brasileira de Agropecuária (GO)	AP (P)	3.007,0 (12/82)
	Subtotal	-	-

continua...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
72. FEFFER - SSP Nemo S.A. Comércio e Administração (SP) (Papel e celulose, agroflorestal, química, etc - 34 empresas)	Agroflorestal Paulista, Cia (SP)	FL:220,8	394,0
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. (SP)	AP n.d.	100,0 (CR-6/81)
	Empresa Agric. Bandeirante S.A. (SP)	FL:106,6	249,7
	Florestal Santana Ltda. (SP)	FL n.d.	13,2 (CR)
	Subtotal	327,4	756,9
73. FENÍCIA - Simeira Comércio e Indústria Ltda. - Família Simeira JACOB (SP) (Finanças, agropec. e indust. alimentar - 15 empresas)	Agrícola, PAOLETI, Cia	AP n.d.	n.d.
	Agropecuária Simeira Cia (PA)	AP:5,7	76,0
	Arapuã Norte - Agropec. e Exportadora S.A. (PA)	AP: 8,1	175,3
	Subtotal	13,8	151,3
74. FERRAZ DE ANDRADE - FLM Comércio e Participações Ltda e Família Ferraz de Andrade (SP) (Siderurgia, e indústria metalúrgica em geral - 25 empresas)	-	-	-
75. FINASA - G.E.B. Vidigal Participações e Banco FINASA de Investimentos (Finanças, metal-mecânica, seguros etc - 23 empresas)	FINASA-Reflorestamento S.C. Ltda. (SP)	FL n.d.	77,0 (CR-6/81)
76. FISCHER-Administradora Tapajós S.A. - Família Fischer (RJ) (Indústria sucos vegetais, agropec. transportes, exportação, imóveis etc-23 empresas)	Agropecuária Gavião Ltda.	AP n.d.	45,2 (CR)
	Agropecuária Águas Claras do Sul Ltda. ()	AP n.d.	1,8 (CR-12/79)
	Agropec. Guarany Ltda. (SP)	AP n.d.	33,4 (CR)
	Aninga Comércio Indust. Agric. ()	AP n.d.	7,0 (CR)
	Fazenda Canadá Agropec. Ltda. ()	AP n.d.	32,1 (CR)
	FISCHER S.A. Comércio, Ind. e Agric. (SP)	AP:107,3	2.267,7
	Subtotal	107,3	2.378,2

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
77. FORMIPLAC - Família Degenszeijn (RJ) Várias Holdings (Química, defensivos agrícolas, laminados plásticos, madeira aglomerada e reflorestamento - 15 empresas)	Empreendimentos Agrícolas Gauchos Ltda.	AP n.d.	n.d.
	FORMIPLAC Agroflorestal Ltda. ()	FL n.d.	n.d.
	Minasplac S.A. Indústria e Reflorestadora (MG)	OT:466,1	452,8
	NORSUL Participações e Reflorestamento Ltda. (RJ)	FL n.d.	1,0 (CR-12/79)
	TANAC Reflorestamento S.A. (RS)	FL:61,2	62,7
	Subtotal	527,3	516,5
78. FORSA - Ferragens e Laminação Brasil S.A. (SP) (Plástico, móveis, eletrônica e metalurgia - 16 emps.)	-	-	-
79. FORTES, João - João Fortes Engenharia S.A. (Construção civil, imobiliária, hotelaria e comércio - 9 empresas)	Pedras de Maria Agropecuária S.A. (MG)	AP (P)	294,7
80. Geral de Indústrias Cia Geral de Indústrias (RS) (Mecânica - 8 emps.)	-	-	-
81. GERDAU - Família Gerdau Johanpeter (Várias holdings) (RS) (Siderurgia, metalurgia, comércio, etc - 43 empresas)	CIFSUL-Cia de Inds. Florestais do RS (RS)	FL:169,2	138,5
	Seiva S.A. Florestas e Indust. (RS)	FL (P)	1.610,5
	Tane Florestas Industriais Ltda.	FL n.d.	3,6 (CR)
	Subtotal	169,2	1.752,6

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
82. <u>GIORGI - Família Giorgi e Banco Financeiro e Industrial de Investimento (SP) (Têxtil, metalurgia, agropecuária, açucareira - 16 empresas)</u>	Agropecuária Santa Maria de Guataporanga S.A. (SP)	AP:102,2	644,6
	Usina Açucareira Parredão S.A. (SP)	UD:399,5	492,8
	Subtotal	2.254,3	1.137,4
83. <u>GLOBEX - Globex Utilidades S.A. (RJ) (Comércio Seguros, finanças etc - 11 empresas)</u>	-	-	-
84. <u>GLOBO-Família Marinho (Jornal, editorial e gráfica, rádio, TV, etc - 36 empresas)</u>	Agropecuária Portuscale S.A. (RS)	AP n.d.	16,2 (CR)
85. <u>Gomes de Almeida Fernandes S.A. (RJ) (Construção civil, incorporação de imóveis, açúcar, álcool agropec., etc - 20 empresas)</u>	Beta Agropec. S.A. (RJ)	AP:70,9	263,6
	Olimpia Agrícola Ltda (RJ)	AP n.d.	120,0 (CR-9/79)
	Unacau Agrícola S.A. (RJ)	AP n.d.	343,9 (05/82)
	Usina Açucareira Guarani S.A. (SP)	UD:363,0	331,0
	Subtotal	433,0	687,6 (80)
86. <u>GRADIENTE - Família Staub - Várias holdings (Eletrônica, telecomunicações, etc - 13 empresas)</u>	-	-	-
87. <u>GREGORI - Alvo Participações Ltda. (Bancos, financeiras, processamento de dados, etc - 11 empresas)</u>	-	-	-

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80	
88. GUATAPARÁ - Família <u>Silva Gordo - Guata</u> para Participações Ltda. e outras Holdings (SP) (Açúcar, álcool, reflorestamento, papel e celulose-mercado imobiliário - 34 empresas)	Agrícola e Comercial Santana Ltda. (SP)	AP:2,4 e IC	74,5	
	Agropecuária do Paraná, Cia. (SP)	AP:95,3	284,7	
	F.G. Agropec. Ltda. (SP)	AP n.d.	590,0 (CR)	
	FIBRA-Florestamento Integrado Brasileiro Ltda. (SP)	FL n.d.	57,4 (CR)	
	Guataparã S.A. Agropecuária (SP)	AP:121,7	1.038,4	
	Guataparã Florestal S.A. Planejamento e Reflorestamento (SP)	FL: 54,7	239,4	
	Imobiliária Monte Alegre S.A. (SP)	IC:75,0	366,3	
	Paulista de Silvicultura, Cia (SP)	FL n.d.	n.d.	
	Refinadora Paulista S.A. Açúcar e Álcool (SP)	UD n.d.	n.d.	
	Tamoio Florestal S.A. Planejamento e Reflorestamento (SP)	FL n.d.	1,0 (CR)	
	Usina São José Açúcar e Álcool (SP)	UD:339,6	124,7	
	Usina Piracicabana			
	Usina Tamoio S.A. de Açúcar e Álcool (SP)	UD:925,4	2.656,7 (05/80)	
	Usinas Brasileiras de Açúcar S.A. (SP)	UD:103,8	3.403,2	
	Usinas Paulistas de Açúcar S.A. (SP)	UD:217,0	6.253,6	
	Subtotal		1.934,9	15.089,0
	89. GUINLE - Família <u>Guinle de Paula Machado</u> (RJ) (Serviços portuários, seguros, indust. eletrônica e informática, hotelaria, agropec, etc - 29 empresas)	Agrícola Botucatu, Cia (RJ)	AP:11,2	245,1
Agrícola e Ind. Santa Cecília (RJ)		n.d.	136,9 (CR-4/81)	
PHIDIAS Agropec.S.A. (MT)		AP:30,1	339,5 (9/80)	
Subtotal			41,3	721,5

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
90. HANSEN - JHJ Empreendimentos e Participações S.A. (SC) (Tubos e conexões plásticas e mat. plástico em geral - 15 empresas)	-	-	-
91. HERING - Família Hering (SC) (Têxtil, confecções, comércio exterior, agropecuária - 37 emps)	CEVAL Agrícola S.A. (SC)	AP:45,1	79,9
	Agropecuária Uirapuru Ltda.	AP n.d.	n.d.
	CEVAL Florestal S.A. (SC)	FL n.d.	10,0 (CR-6/81)
	Seara Avícola Xanxerê S.A. (SC)	AV:904,7	164,0
	Seara Brascarne Agropecuária S.A. (SC)	AP:249,3	246,9
	Subtotal	1.199,1	500,8
92. INEPAR-Com. Adm. e Participações Ltda. (SP) (Eletromecânica, etc - 8 emps)	-	-	-
93. IOCHPE-Cia. Iochpe de Participações (RS) (Finanças, exportação e, a partir de 1981, passou a operar no "leasing" agropecuário. A partir do segundo semestre de 1983 passou a controlar a "Massey Ferguson do Brasil" e, portanto, o ramo de tratores agrícolas - 23 emp)	IOCHPE Agropecuária do Norte S.A. (MT)	AP:89,2	114,4

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
94. <u>IRSA-Indústrias Reunidas S.A. (RN)</u> (Têxtil, confecções cartonagem, hotelaria, café solúvel, etc - 8 empresas)	-	-	-
95. <u>ITAP S.A. Embalagens (PR)</u> (Embalagens, resinas, imóveis, etc - 8 empresas)	-	-	-
96. <u>ITAÚ - Banco Itaú S.A. Investimentos Itaú S.A.</u> (Finanças, processamento de dados, material de construção, agropec., etc. - 43 emps.)	Duraflora Silvicultura e Comércio Ltda.	FL n.d.	211,6 (CR)
	DURATEX Florestal S.A. (SP)	FL:46,5	1.075,6
	Fazenda Paraíso Agropecuária S.A. (SP)	AP:31,0	538,8 (3/81)
	Itariri Florestal S.A. (SP)	FL n.d.	818,8 (11/82)
	OPENFLORA Reflorestamento e Agropecuária S.A.	FL:83,8	295,4
	Subtotal	161,3	2.121,4 (80)
97. <u>Gereissati Participações Ltda (RJ)</u> (Artefatos de metal, shopping centers, hotelaria, mineração, etc - 10 empresas)	-	-	-
98. <u>KASSINSKI - COFAP Companhia Fabricadora de Peças (SP)</u> (Metal-mecânica, imóveis, etc - 8 empresas)	COMGUAPE-Cia Guaporé Agropecuária (MT)	AP (P)	847,5 (12/82)
	CONFAP - Cia Nova Fronteira Agropecuária (PA)	AP (P)	1.338,2 (12/82)
	Subtotal	-	-
99. <u>KIEP-Família Leisler Kiep Jürgen (SP)</u> (Metal-mecânica, equipamentos para irrigação etc - 13 emp)	Agro-Corona Empreendimentos Agropastoris Ltda. (SP)	AP n.d.	80,8 (CR)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
100. <u>KISSAJIKIAN - Família Kissajikian</u> (Banco, financeiras imóveis, etc - 13 empresas)	Fazenda Maranhão Agropecuária S.A. ()	AP n.d.	50,1 (CR-4/81)
101. <u>KLABIN-Família Klabin</u> (Papel, celulose, embalagens, reflorestamento, agropecuária, etc - 29 empresas)	Agro-Florestal CELUCAT S.A. (SP)	FL:218,2	551,7
	KLABIN Boa Vista Rural S.A. (RJ)	FL:4,0	444,3
	KLABIN Campo Mourão Agro-Florestal S.A. (SP)	FL:896,0	2.181,6
	KLABIN do Paraná Agro Florestal S.A. (SP)	FL:808,8	5.478,6
	Madereira Klabin do Paraná S.A. (RJ)	OT:500,3	145,8
	Miranda Estância S.A. Agropecuária (MS)	AP:156,1	253,6
	Pecuária Paranaense Ltda. (SP)	n.d.	0,2 (CR)
	Subtotal	2.583,4	9.055,8
102. <u>LANGE, ARTHUR - Arthur Lange S.A. Ind. e Comércio</u> (Calçados, frigoríficos e Agropec. - 10 empresas)	Colonel Pedro Osório S.A. Ind. e Com. e Agrícola (RS)	AP:251,0	507,1
	Integral Arroz Agropastoril S.A. (RS)	AP:175,5	143,3
	Integral Arroz de Goiás S.A. (GO)	AP n.d.	0,1 (CR)
	Subtotal	426,5	650,4
103. <u>LION - Lion Empreendimentos Adm. e Comércio S.A. (SP)</u> (Financeiras, atacado de peças e máquinas, agropecuária, etc - 14 empresas)	Agropastoril Araguaia Cia (PA)	AP:25,6	197,2
	Botujuru Agropecuária S.A. (SP)	AP:34,4	356,9
	Subtotal	60,0	554,1

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
104. LUNARDELLI - Família Lunardelli (SP) (Frigoríficos, agropecuária, comércio exterior, etc - empresas)	Agropastoril Santo Antônio Ltda (SP)	AP n.d.	n.d.
	Agropastoril Santa Heloisa Ltda. (SP)	AP n.d.	n.d.
	Agropastoril Santa Lúcia Ltda. (SP)	AP n.d.	81,0 (CR)
	Aguapei Norte Agropecuária Ltda.	AP n.d.	n.d.
	G. Lunardelli S.A. Agricultura, Comércio Export. (SP)	AP:30,5	460,1
	G. Lunardelli S.A. Pecuária e Agricultura (SP)	AP:65,9	318,4
	Lunares Agropastoril Ltda (SP)	AP n.d.	66,0 (CR)
	Subtotal	96,4	925,5
	105. LUNDGREN - Arthur Lundgren Tecidos Casas Pernambucanas (SP) (Ind. Têxtil comércio tecidos, hotéis etc - 16 emps)	-	-
106. MAGNESITA S.A. (Mineração, cerâmica, montagens, engenharia, química, etc - 31 empresas)	-	-	-
107. MAIOSNAVE - R.M. MAIOSNAVE Particips. Represents. Imobs. Ltda. (RS) (Finanças, participações, comércio, defensivos agrícolas, etc - 18 empresas)	-	-	-
108. MAKSOUD - Hidroservice Engenharia de Projetos (SP) - Família Maksoud (Engenharia de projetos, editorial, hotelaria, agropec. - 12 empresas)	Hidroservice Amazônia S.A. Agropec. Indl. (PA)	AP (P)	135,2
	Hidroservice Centro Oeste S.A. Agropec. Industl. (SP)	AP:30,6	149,8
	Subtotal	-	285,0

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
109. <u>MANGELS - Família Mangels (SP)</u> (Metalurgia, comércio de metais - 15 empresas)	-	-	-
110. <u>MALZONI - Família Malzoni (SP)</u> (Finanças, imóveis, etc - 9 empresas)	Comercial e Agrícola Alpavi S.A. (SP)	IC, OT	2.471,2 (12/82)
111. <u>MARCELINO MARTINS/JOHNSTON EXPORTADOS S.A.</u> (Finanças, com. exterior, com. atacadista, armazenagem, etc - 18 empresas)	Agromercantil Ind. Goitacás (RJ)	AP:1,2	63,6
112. <u>MARIANI BITTENCOURT Família e Banco da Bahia de Investimentos (BA)</u> (Bancos, financeiras, seguros, metalurgia, química, defensivos, agropec., etc - 22 empresas)	Nordia S.A. Agropecuária (RJ)	AP:14,0	307,5
113. <u>MARCOPOLO S.A. - CARROCERIAS E ÔNIBUS (RS)</u> (Carrocerias para ônibus, comércio exterior, etc - 9 empresas)	-	-	-
114. <u>MARTINELLI - Família Martinelli</u> (Mercado imobiliário, finanças, turismo, etc - 13 empresas)	-	-	-

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
115. MATARAZZO S.A. Inds. Reunidas F. Matarazzo (SP) (Café solúvel, produtos químicos, plásticos, cimento, papel e celulose, açúcar e álcool, óleos vegetais, etc - 84 empresas)	Agroind. Amália S.A. (SP)	UD:1531,6	3.715,1
	Agrícola Itaipava S.A. (SP)	AP n.d.	1.105,1 (12/82)
	-	-	-
	Agropecuária São Francisco Sítio do Bebê S.A. (SP)	AP n.d.	3,4 (CR)
	Florestal Matarazzo S.A. (SP)	FL:17,3	854,5
	Mandacaru Agrícola e Comercial Ltda. (SP)	AP n.d.	25,8 (CR)
	MAPIA Agropecuária e Comércio Ltda (SP)	AP n.d.	12,5 (CR)
	Subtotal	1.548,9	4.611,2 (80)
116. Mendes Júnior - Construtora Mendes Júnior S.A. e Família Vale Mendes (Construção pesada, comércio exterior, siderurgia, mecânica, pesquisas minerais, etc - 20 empresas)	-	-	-
117. Mercantil do Brasil-Banco Mercantil do Brasil S.A. (Bancos, financeiras, seguros, hotéis etc - 17 empresas)	-	-	-
118. MESBLA - Mesbla S.A. e Família Sagne de Botton (RJ) (Comércio de duráveis e conexos - 23 empresas)	Maracaçamé Agroindustrial S.A. (PA)	AP:0,4	66,1 (07/80)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
119. METALMA - Metalúrgica Matarazzo S.A. (SP) (Metalurgia, mineração, etc - 18 empresas)	-	-	-
120. METALUR - Metalurgia Administ. e Participações (SP) (Mineração, metalurgia, etc - 24 emps)	Agrolur Ltda (MG) METALUR Florestal (MG) Subtotal	n.d. FL:223,1 223,1	2,0 (CR) 93,9 95,9
121. Monteiro Aranha S.A. (SP) (Participações, turismo, imóveis, com. de veículos, ind. de componentes navais, agropec. etc - 42 emps)	Fazenda São Joaquim S.A. Agropecuária (RJ) ITAPISA Agropecuária e Industrial S.A. (BA) Indústria Agropecuária da Saudade (RJ) Vale do Rio Cristalino Agropec., Cia. (minorit.), sendo a Volkswagen o maior acionista Subtotal	AP n.d. AP:3,3 AP n.d. AP:48,6 51,9	179,6 (CR-3/81) 139,8 n.d. 1.150,0 1.469,4
122. MONREAL-Montreal Empreendimentos, Comércio e Indústria (RJ) (Engenharia consultiva, montagens industriais, const. elétrica, manutenção, etc - 12 empresas)	-	-	-
123. Moreira Sales-Cia Metropolitana de Comércio e Participações - Família Moreira Sales (RJ) (Mineração, metalurgia, financeiras, etc - 20 emps)	Pastoril e Agrícola São Bartolomeu Ltda (RJ)	AP n.d.	139,2 (CR-6/79)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
124. <u>Multiplic S.A. Empreendimentos e Comércio (RJ)</u> (Bancos, financeiras, etc - 18 empresas)	São José Agropastoril S.A. (RJ)	AP:4,2	62,5
125. <u>Munck S.A. Equipamentos Industriais (SP)</u> (Implementos para a agricultura - 15 empresas)	-	-	-
126. <u>NACIONAL - Banco Nacional, Cia. Brasileira de Participações CEBEPE - Família Magalhaes Pinto</u> (Bancos, financeiras, seguro, agropecuária e mineração - 39 empresas)	Agropec. e Indust. Campinas S.A. (MT)	AP:6,1	151,8
	Athayde Vieira Agropec.S.A. VIPASA (MG)	AP:8,2	194,4
	Fazenda Boiadeiro S.A. (MG)	AP n.d.	5,3
	Fazendas Reunidas Boa Sorte S.A. (MG)	AP n.d.	394,2 (12/82)
	ICI Florestal e Agropec. S.A. (MG)	FL n.d.	5,0 (CR)
	Rodeio Cia Agropecuária da Amazônia (PA)	AP:2,3 (P)	139,5
	Subtotal	16,6	496,0 (80)
127. <u>Nadir Figueiredo Ind. e Comércio S.A. (SP)</u> (Minerais não metálicos e Agropec. - 10 empresas)	Cia Agrícola, Administradora, Comercial e Ind. CAADI (SP) (Administração e Part.)	OT n.d.	3.623,3 (12/82)
	FABRISA S.A. Fazenda Água Branca (MG)	AP:20,2	61,1
	Subtotal	20,2	61,1 (80)
128. <u>NAHAS - Selecta Comércio e Indústria S.A. e Família Nahas (SP)</u> (Bancos, financeiras, hotelaria, mercado imobiliário, etc - 17 empresas)	Empreendimentos SUNACO Comercial e Agrícola Ltda (SP)	IC n.d.	30,0 (CR)
	Selecta Reflorestamento Ltda (SP)	FL n.d.	0,5 (CR)
	Subtotal	-	30,5

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
129. <u>NATRON Consultoria e Projetos S.A. e Seara Empreendimentos e Particips. S.A.</u> (RJ e SP) (Engenharia consultiva, sementes selecionadas, rações para pecuária, química, etc - 14 empresas)	Agroceres PIC Melhoramento de Suínos Ltda. (MG)	AP n.d.	49,2 (CR)
	CULTROSA Culturas Tropicais S.A. (BA)	AP:41,4	160,4
	Sementes Agroceres S.A. (SP)	AP:1.263,4	515,9
	Subtotal	1.304,8	725,5
130. <u>ODERBRECHT-Contrutora Norberto Oderbrecht S.A. e Família Oderbrecht</u> (BA) (Engenharia pesada, agregados para const. civil, prospecção de petróleo - 24 emps)	-	-	-
131. <u>OLVEBRA S.A. Ind. e Com. de Óleos Vegetais</u> (RS) (Óleos vegetais, adubos, petroquímica, etc-9 emps)	OLVEBRA Agropecuária Ltda (RS)	AP n.d.	5,0 (CR)
132. <u>OMETTO (Diversos) U.S.J. Administ. e Participações S.A. e Agropecuária do Cachimbo</u> (SP) Família (irmãos) Ometto (Açúcar, Alcool, agropecuária e outros - 31 empresas)	Agrícola Fazenda Boa Vista, Cia (SP)	UD:226,2	453,3
	Agrícola São Jerônimo, Cia (SP)	AP:213,8	389,8
	Agropecuária Boa Vista S.A. (SP)	AP:481,7	721,7
	Agropecuária do Cachimbo S.A. (MT)	AP (P)	784,1
	Agropecuária Caieiras S.A. (SP)	AP:571,4	633,8
	Agropecuária Campo Alto S.A. (SP)	AP:494,3	676,1
	Agropecuária Monte Sereno S.A. (SP)	AP:1.251,6	650,8
Agropecuária Nova Louzã S.A. (SP)	AP n.d.	2.760,5 (12/82)	

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80	
132.OMETTO (Diversos) continuação	Agropecuária Santana S.A. (SP)	AP:504,0	804,8	
	Fazendas Reunidas Vale do Mogi S.A. (SP)	AP:430,8	626,5	
	Industrial e Agrícola Ometto, Cia. (SP) Iracemápolis	UD:2558,1	2.697,4	
	Industrial e Agrícola Orissanga (SP)	UD n.d.	20,0 (CR)	
	Industrial e Agrícola S. João (SP-Araras)	UD:3949,0	3.222,7	
	J.O.Agropecuária S.A. (SP)	AP:217,7	475,0	
	Monte Alto S.A. Agropecuária (SP)	AP:319,2	336,6	
	Ometto Pavan S.A. Açúcar e Alcool (SP) A. Brasiliense	UD:2.306,2	1.136,2	
	Usina Sant'ana S.A. Açúcar e Alcool (SP) Rio Claro	UD:339,6	124,7	
	Usina Santa Lúcia S.A. (SP) - Araras	UD:532,4	558,8	
	Usina São Martinho S.A. (SP)-Pradópolis	UD:4.599,6	3.140,2	
	Subtotal	18.995,6	17.461,5	
	133.OMETTO, Orlando Pedro Ometto S.A. Administração e Participações (SP) (Açúcar, álcool, Agropecuária, imóveis, etc - 43 empresas)	Agrícola Pedro Ometto, Cia (SP)	AP:377,5	564,1 (05/80)
		Agrícola Rodrigues Alves, Cia (SP)	AP:111,8	179,6
Agrícola de Santa Bárbara (SP)		AP n.d.	0,1 (CR-12/79)	
Agropecuária São Pedro S.A. (SP)		AP:157,5	296,7	
Agropecuária Vale do Tietê S.A. (SP)		AP:42,4	86,9 (05/80)	
COPIAGRO S.A. Agropecuária (SP)		AP n.d.	20,0 (CR)	
Fazenda Bodoquena S.A. (MS)		AP:130,2	825,6	
Inajá Agropecuária Ltda (SP)		AP n.d.	n.d.	
Industrial Paulista de Alcool (SP)		UD n.d.	17,6 (CR)	

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
133.OMETTO, Orlando continuação	Itaguira Agropecuária Ltda (GO)	AP n.d.	n.d.
	Itapera Agropecuária Ltda (SP)	AP n.d.	n.d.
	IUNA Agropecuária Ltda. (GO)	AP n.d.	n.d.
	Jaíba S.A. Açúcar e Alcool (MG) - projeto de cana irrigada (30.000 ha), associado à CODEVASF em fase de implantação	AP e UD (P)	n.d.
	MALASCA Agropecuária (GO)	AP:107,0	1.006,6
	Monte Belo S.A. Açúcar e Alcool (SP)	UD:308,5	163,9 (05/80)
	Serra Azul S.A. Agropecuária (MG) (Manga-Jaiba)	AP:22,9	121,4 (05/80)
	Usina da Barra S.A. Açúcar e Alcool (SP)	UD:5273,4	1.810,3
	Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool (SP)	UD:1.020,0	307,1 (05/80)
	Usina Santa Bárbara S.A. Açúcar e Alcool (SP)	UD:654,4	836,0 (05/80)
	Cia. Agrícola Sertãozinho (SP)	369,6	733,6
	Subtotal	8.205,6	6.235,8
	134.PAM, SISTEMA - Moinhos Cruzeiro do Sul S.A. (RS) (Avicultura, moinhos de trigo, rações, suinocultura, etc - 19 empresas)	Aviários Pena Branca S.A. (RS)	AV:560,0
Big Birds S.A. Produtos Avícolas (SP)		AV:149,4	168,3
Granja Sumivit S.A. (PE)		AV:209,0	150,7
Jollybel S.A. Indústria e Integração Agropecuária (RS)		AV:262,0	125,0
Jollymar S.A. Indústria e Integração Agropecuária (MA)		AV:106,1	78,0

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
134. PAM, SISTEMA continuação	Jollyvit S.A. Integração Avícola (PE) (frigorífico)	AV:237,9	67,8
	Jolly S.A. Ind. e Integração Agropecuária (RS)	OT e AV n.d.	230,9 (12/82)
	Pena Branca S.A. Integração Avícola (RS) Frigorif.	AV:756,1	93,2
	Suinocultura Jolly S.A. (RS)	AP n.d.	25,0 (CR-4/81)
	Subtotal	2.280,5	1.110,6
135. PÃO DE AÇÚCAR S.A. Indústria e Comércio e Família Santos Diniz (SP) (Comércio - supermercados-serviços e outros-36 empresas)	Agrícola e Industrial Fazenda da Toca (SP)	AP:16,7	127,9
	Fazenda Candiru S.A. ()	AP n.d.	n.d.
	Ibirapuera de Avicultura (SP) - Emp. Atacadista	OT:398,1	636,5
	Subtotal	414,8	764,4
136. PEIXOTO DE CASTRO - Família Peixoto de Castro S.A. e GPC Ind. e Comércio S.A. (RJ) (Refinação de petróleo aço-mecânica, estruturas industriais, imóveis etc - 25 emps.)	Fazenda Mondesir Ltda. (RJ)	AP n.d.	24,8 (CR)
	Indusflora Reflorestamento (SP)	FL:206,3	214,6
	MADEPAN Florestal S.A. (RS)	FL n.d.	n.d.
	VTL Valorizadora Territorial S.A.	IC:0,0	132,8
Subtotal	206,3	372,2	
138. PERDIGÃO S.A. Ind. e Comércio e Família Brandalise (PR) (Frigoríficos, rações, óleos vegetais, avicultura fruticultura, reflorestamento etc 24 empresas)	Perdigão Agroindustrial S.A. (SC)-frigorífico	AP e OT: 577,4	810,0 (CR-8/81)
	Perdigão Agropecuária S.A. (SC)	AP:539,3	556,6
	Perdigão Agropecuária Parã (PA)	AP:69,5 (P)	595,4
	Perdigão Florestal S.A.	FL n.d.	1.116,0 (12/82)
	Subtotal	1.186,2	1.962,2 (80)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
139. PEREIRA DA SILVA - <u>Fábrica de Tecidos Santa Rosália</u> (Cimento, têxtil, mineração, etc - 18 empresas)	Empresa Granja Paraíso Ltda (SP)	AV: n.d.	10,8 (CR)
	Pilar Agro-Florestal Ltda (SP)	FL n.d.	0,5 (CR-12/79)
	Subtotal	-	11,3
140. PETRÓLEO IPIRANGA <u>Refinaria de Petróleo Ipiranga</u> (Refinaria de petróleo, ind., fertilizantes e defensivos agrícolas, etc-38 empresas)	Agropecuária Três Marias Ltda (RJ)	AP n.d.	0,1 (CR)
	ISAGRO Agricultura e Pecuária Ltda ()	AP n.d.	48,4 (CR)
	Subtotal	-	48,5
141. PIRES, FRAGOSO - <u>J.C. & Filhos Participações S.A.</u> (RJ) (Navegação marítima, imóveis, etc - empresas)	-	-	-
142. QUARTIM BARBOSA - <u>Família Quartim Barbosa</u> (SP) (Equipamentos para agricultura, imóveis, etc - 11 empresas)	-	-	-
143. RANDON S.A. <u>VEÍCULOS E IMPLEMENTOS</u> (RS) (Transporte rodoviário, seguros, etc - 14 empresas)	Randon Agro-Silvo-Pastoril Ltda ()	AP n.d.	35,5 (CR)
144. REAL - <u>Real S.A. Adm. e Participações e Consórcio Real Brasileiro de Adm. e Part.</u> (SP) (Bancos, financeiras, processamento de dados, turismo, agropec.-65 emps)	Agroindustrial Rio Novo, Cia (AC)	AP: 4,6	136,3
	Fazenda Fortaleza Ltda (SP)	AP n.d.	37,5 (CR)
	Fazenda Santa Fé Ltda. (SP)	AP n.d.	25,0 (CR)
	Fazenda Vera Cruz Ltda (SP)	AP n.d.	60,0 (CR)
	Subtotal	4,6	258,8

continua ...

QUADRO I

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
145. <u>RENNER - Astra Cia de Administração e Comércio (RS)</u> (Tintas, seguros, têxtil e confecções lojas, etc - 33 empresas)	Fazendas Guajuviras Ltda.	n.d.	4,4 (CR)
146. <u>ROCHA MIRANDA - Família Rocha Miranda (RJ)</u> (Seguros, imóveis, mineração, etc - 23 empresas)	Fazendas Reunidas PACAJAX Ltda	AP n.d.	n.d.
	RONDORANDA Comércio e Agropecuária Ltda	AP n.d.	n.d.
147. <u>ROCHA (Paranaguá) - Rocha S.A. (PR)</u> (Armazéns gerais, transportes marítimos, hotelaria, etc - 16 empresas)	-	-	-
148. <u>SABIO DE MELO - Misa me Comércio Ind. Participação e Adm. (SP)</u> (Calçado, cor tumes e agropecuária - 10 empresas)	Circle's Agropecuária S.A. (SP)	AP:12,2	306,1
	Santa Fé S.A. Agropastoril (SP)	AP n.d.	27,8 (CR)
	SUDAMATA S.A. Agropecuária (MT)	AP:12,7	110,5
	Subtotal	24,9	444,4
149. <u>SADIA CONCÓRDIA S.A. Ind. e Comércio (SC)</u> (Avicultura, frigoríficos agropecuária, transporte aéreo, etc - 22 empresas)	Híbrid Agropastoril Ltda.	AP n.d.	12,0 (CR-12/79)
	Sadia Agropastoril Ltda.	AP n.d.	14,6 (CR)
	Sadia Agropastoril Paranaense ()	AP n.d.	25,0 (CR)
	Sadia Avícola S.A. (SC) (frigorífico)	AV:2907,4	1.001,5 (6/80)
	Sadia Agropecuária S.A. (MT)	AP n.d.	696,7 (12/82)
	Sadia Paulita Agropastoril Ltda (SP)	AP n.d.	25,0 (CR)
Subtotal	2.907,4	1.078,1 (80)	

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
150. SAFRA - Banco Safra S.A. e Banco Safra de Investimentos S.A. (SP) (Bancos, financeiras, imóveis, seguros, agricultura, etc 28 empresas)	Agropecuária Acácias Ltda. (SP)	AP n.d.	39,7 (CR-6/79)
	Agropecuária Juvai Ltda. (SP)	AP n.d.	12,4 (CR)
	Barro Branco Imóveis e Representações Ltda.	IC n.d.	2,1 (CR)
	Subtotal	-	54,2
151. SANTOS, JOÃO - João Pereira dos Santos e Família (PE) (Cimento, açúcar e álcool, papel e celulose e outros - 22 empresas)	AGRIMEX - Agroindustrial Mercantil Excelsior S.A. Goiânia (PE)	AP:1022,8	404,9
	Agroindustrial de Goiânia, Cia. (PE) Goiânia	UD:877,2	886,1 (8/80)
	Itaquatins S.A. Agropecuária (MA)	AP (P)	78,5
	Itajubara S.A. Açúcar e Alcool (MA-Coelho Neto)	UD (P)	296,8
Subtotal	1.900,0	1.666,3	
152. São Paulo Alpargatas S.A. (SP) (Têxtil e calçados - 10 empresas)	Agrícola FIBRASIL, Cia (SP)	AP n.d.	38,9 (CR-5/81)
153. SEHBE, KALIL - Sehbe S.A. Administração e Participações (Têxtil, confecções comércio, hotelaria etc - 19 empresas)	-	-	-
154. SELMI-DEI - CEIET S.A. Construção de Inst. Elétricas e Telef. (SP) (Construção civil, de inst. indust., mercado imobiliário - 8 empresas)	São Roberto Araraquara e Empreendimentos e Particip. S.C.Ltda (SP)	IC n.d.	271,7 (CR-01/80)
	Mercantil Agropecuária de Araraquara SAMUA S.A. (SP)	AP:102,8	486,7
Subtotal			

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
155. SHARP S.A. Equipamentos Eletrônicos e Durável S.A. (Eletrônica, informática, banco, mineração - 32 empresas)	-	-	-
156. SÍLVIO SANTOS Adm. e Participações (SP) (Rádio, T.V., Comércio, financeiras, etc - 23 empresas)	Agropecuária Tiaipê S.A. (MT) Agropecuária Tamakavy S.A. (MT) Subtotal	AP n.d. AP:46,9 46,9	n.d. 235,0 235,0
157. SIMÃO - Indust. de Papel Simão S.A. (SP) (Papel e celulose - 9 empresas)	Agropastoril Simão S.A. (SP) Florin Florestamento Integrado S.A. (SP) Subtotal	AP:41,2 FL:1,6 42,8	1.665,8 (4/82) 87,6 (4/80) 87,6 (80)
158. SISAL Imobiliária Santo Afonso (Hotéis, empreendimentos imobiliários, turismo, etc 17 empresas)	-	-	-
159. SLAVIERO - F. Slaviero Ind. e Com. de Madeiras (PR) (Comércio e Ind. de madeiras, reflorestamento, cimento, etc - 21 emps)	Moto-Agrícola Campo Real-CIMOCAR, Cia. (PR) Slaviero Florestal S.A. (PR)	AP n.d. FL n.d.	32,8 (CR-4/81) 251,4 (12/82)
160. SMITH DE VASCONCELOS - Sifco do Brasil S.A. Inds. Metalúrgicas (SP) (Metal-mecânica, papel e outros - 15 empresas)	Agro-mercantil Metropolitana, Cia. (SP)	AP n.d.	1.057,0 (12/82)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
161. <u>Sul América S.A. e</u> <u>Financiam. e Comerci-</u> <u>al do Brasil S.A.</u> (RJ) (Seguros, financeiras, merca- do imobiliário, agro- pec., etc - 37 emps)	Agropecuária Borba Gato (MG)	AP n.d.	n.d.
	Agropastoril do Rio Dourado, Cia (PA)	AP (P)	912,5
	Sul América Comercial e Agrícola S.A.	IC:87,2	1.424,2
	Subtotal	87,2	2.336,7
162. <u>SUL BRASILEIRO -</u> <u>Banco Sul Brasilei-</u> <u>ro S.A. e Montepio</u> <u>da Família Militar</u> (RS) (Previdência privada, finanças, seguros, etc - 43 empresas)	Fazendas M.F.M.Ltda. São Domingos - Cia. de Agropecuária, Ind. e Com. de Carnes e Derivados (RS)	AP n.d. AP e OT: 622,8	200,0 (CR) 113,5
	Subtotal	622,8	313,5
	163. <u>SUPERGASBRAS Ind.</u> <u>e Comércio S.A. e</u> <u>SAJUTHA S.A. Parti-</u> <u>cipações (RJ)</u> (Dist. de gás, imo- biliárias, transpor- te, finanças e agro- pecuária - 37 emps.)	Agropecuária Barra das Princesas S.A. (PA) BBG Empreendimentos Imob.S.A. (RJ) ELAGRO Pecuária S.A. (MT) Fartura Agroindustri- al S.A. (PA) Itapura Comercial Agropecuária S.A. (SP)	AP (P) IC n.d. AP (P) AP:1,5 (P) AP:96,9
Subtotal	98,4	649,9	
164. <u>TERUSZKIN - Famí-</u> <u>lia Teruszkin (RJ)</u> (Comércio de madei- ras, imóveis, etc - 7 empresas)	Madereira Teruszkin S.A. Exportadora (RJ)	FL n.d.	413,4 (CR- 5/79)
165. <u>TINELLI - Sattin</u> <u>S.A. Agropecuária e</u> <u>Imóveis (SP)</u> (Indústria frigorí- fica, imóveis e pe- cuária - 9 empresas)	Agropastoril Fasta S.A. (SP)	AP (P)	255,2
	SATTIN Agropecuária e Imóveis (SP)	IC:1311,0	1.102,8
	Tagros Pastoril e Agrícola Ltda (SP)	AP:444,8	500,4
	Subtotal	1.755,8	1.858,4

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais"

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
166. <u>TOLEDO LARA - Família Toledo Lara (SP)</u> (Química, fertilizantes, mineração, etc - 8 empresas)	Taquari Agro-Comercial S.A. (SP)	AP:17,8	159,8
167. <u>TROMBINI S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES (PR)</u> (Papel e celulose, comércio de máquinas e outros - 18 emps.)	Agropastoril Trombini S.A. (PR)	AP:55,6	145,1 (8/80)
	Tro. Agropecuária S.A. (PR)	AP:14,6	73,8
	Trobasa Florestal S.A. (BA)	FL n.d.	2,0 (12/79)
	Trombini Florestal S.A. (PR)	FL:113,5	203,1
	Subtotal	183,7	424,0
168. <u>TUPY - Tupinambá de Administ. e Particip. S.A. e Fundação Tupy (SC)</u> (Metal-mecânica e outras - 14 emps.)	Tupy Agroenergética S.A.	(P)	n.d.
169. <u>UGOLINI - Cia Industrial Roberto Ugolini (SP)</u> (Eletrônica, metalúrgica, açúcar, agropecuária e imóveis - 12 empresas)	Açucareira Corona S.A. (SP) - Guariba	UD:2503,8	1.944,1
	Agropecuária Santa Ernestina S.A. (SP) - (Dobrado)	UD:109,7	124,7
	Diamantina S.A. Comercial Agropecuária (SP) - Taquarit.	AP:207,4	109,1
	Itamaraju Agrícola e Madeireira (BA) (madeira)	OT:116,9	159,6
	Usina Açucareira Sta Ernestina (SP) - (Dobrado)	UD n.d.	22,2 (CR)
	Subtotal	2.937,8	2.359,7
170. <u>ULTRA - Empreendimentos e Participações (SP)</u> (Química, petroquímica e dist. de gás - 51 empresas)	Acarajá Agropecuária Ltda. (SP)	AP n.d.	9,0 (CR)

continua ...

QUADRO 1 .

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980)	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
171. UNIÃO - Unipar - União de Inds. Petroquímicas S.A. (RS) (Química, petroquímica, fertilizantes, mat. plástica, etc - 22 emps.)	Agropecuária Intermares S.A. (RJ)	AP n.d.	73,1 (CR)
172. UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros e UNIBANCO - Banco de Investimento S.A. (RJ) (Bancos, seguros, financeiras, etc - 30 empresas)	-	-	-
173. VARIG-CRUZEIRO - Viação Aérea Rio Grande do Sul e Fundação Rubem Berta (RS) (Transporte aéreo e hotelaria - 13 empresas)	-	-	-
174. VEPLAN - Cia. Brasileira de Part. e Invest. e várias "holdings" setoriais (RJ) (Bancos, const. civil, mercado imobiliário, hotelaria, etc - 32 empresas)	Agropecuária M.A.E. Ltda (RJ) CODAL Agropecuária Ltda (RJ) ITAIPIU - Cia de Desenvolvimento Territorial (RJ) Subtotal	AP n.d. AP n.d. IC n.d. -	75,0 (CR) 6,2 (CR-4/80) 157,0 (CR) 232,0
175. VILARES - Inds. Vilares S.A. (SP) (Metalurgia, mecânica, etc - 28 empresas)	Agropecuária do Rio Jabuti, Cia. (PA) Fazenda Buracão Agrícola e Pecuária Ltda (SP) Florestadora Perdiges Ltda (MG) Ibaté S.A. Agrícola e Pecuária (SP) Perlita Agrícola e Pecuária Ltda (SP) Subtotal	AP n.d. AP n.d. FL n.d. AP n.d. AP n.d. -	34,2 (CR) 19,5 (CR) 25,0 (CR-6/80) 18,9 (CR) 2,7 (CR) 100,3

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"

- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
176. VONTOBEL - Refrigerações Vontobel S.A. (RS) (Bebidas, transportadora, etc - 14 empresas)	Agropecuária Poço Azul (MT)	AP n.d.	n.d.
	Fruticultura Mu-Mu Ltda.	AP n.d.	0,3 (CR)
	Fruticultura Voltobel Ltda.	AP n.d.	0,2 (CR)
	Subtotal	-	0,5
177. VOTORANTIM - S.A. Inds. Votorantim e Família Ermírio de Moraes (SP) (Cimento, mineração química, siderurgia metalurgia de não ferrosos, etc - 84 empresas)	Cia Usina Tiúma (PE)	UD:544,4	151,6
	Agrícola Santa Helena Ltda (SP)	AP n.d.	16,0 (CR-10/79)
	Agropecuária Santa Helena, Cia. (PE)	AP n.d.	n.d.
	Fazenda Nova Granja Ltda (MG)	AP:215,4	198,0
	Mantiqueira Agroflorestal S.A. (GO)	FL n.d.	3,0 (CR)
	Reflorestamento Rio Escuro Ltda (MG)	FL n.d.	0,1 (CR)
	Santa Cecília Agropecuária Ind. e Com. S.A. (MG)	AP n.d.	3,0 (CR)
	Subtotal	759,8	371,7
178. WALLACE - Banco Noroeste do Est. de São Paulo S.A. e Família Wallace Simonsen (SP) (Banco, seguros, comércio, etc - 25 empresas)	Agrícola e Pátoril S. Silvestre S.A. (SP)	AP n.d.	37,0 (CR)
	Agropecuária Bom Jesus S.A. (SP)	AP n.d.	1.911,3 (12/82)
	Agropecuária Tapirapé S.A. (MT)	AP:22,2	223,1
	Subtotal	22,2	260,1
179. WILWE - Ivo Weiler S.A. Export. e Importadora (RS) (Comércio exterior - 6 empresas)	Agropecuária Encruzilhada Ltda (RS)	AP n.d.	60,0 (CR)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais"

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
180. ZORZI, DE - MADE- ZORZI S.A. (RS) (Inds. madeireira, agropecuária e florestal - 21 emps.)	Agroflorestal Brasma deira S.A. (RS) (madeireira)	FL:41,4	76,3 (1/80)
	Agropecuária Indust. e Colonizadora Rio Candeias	IC n.d.	62,0 (5/81)
	Agropecuária Tapagem S.A. ()	AP n.d.	0,7 (CR-5/79)
	Agropecuária Urupi S.A.	AP n.d.	0,9 (CR-5/79)
	Dobreve Agropecuária Ltda. (RS)	AP n.d.	39,9 (CR)
	Empreendimentos Florestais Ibiritê Ltda	FL n.d.	n.d.
	Reflorestadores Unidos S.A. (RS)	FL n.d.	1.837,0 (12/82)
	Subtotal	41,4	179,8 (80)

HOLDINGS E OUTRAS

ENTIDADES ESTATAIS

1. MECÂNICA BRASILEIRA S.A. EMBRAMEC (Metal-mecânica, participações em 45 empresas) inc. B.K. agric.

2. Insumos Básicos S.A. Financiamentos e Participações e BNDE (RJ) (Química, petroquímica, metais, etc inclusive emp. de fertilizantes e defensivos - 53 empresas)

Braskraft S.A. Flores FL:121,5 6.129,0
tal e Industrial (SP) OT
(Papel)

continua ...

QUADRO 1

Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil-1981"
- Participação das Empresas Rurais -

continuação

Grupo Econômico, Emp. Controladora e Ramos Principais de Operação	Empresas Rurais Ligadas (Nome e Localização)	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido da Emp. Rural 31/12/80
3. Investimentos Brasileiros S.A. IBRASA BNDE (Diversos ramos e participações - 67 empresas)	Agroindústrias do Vale do São Francisco Agrovale (AL)	AP:144,1	741,5
	Cristal Destilaria Autônoma de Alcool S.A. CRIDASA (ES)	UD (P)	116,2
	Granja Guanabara S.A. (RJ)	AV:247,6	242,0
	Subtotal	391,7	1.099,7
4. PETROBRÁS - <u>Petróleo Brasileiro S.A.</u> (Petróleo - extração, refino, transporte etc., fertilizantes e petroquímica - 17 empresas)	-	-	-
5. PETROQUISA - <u>PETROBRÁS S.A.</u> (Química e petroquímica - 39 empresas)	-	-	-
SUBTOTAL QUADRO 1 (Exceto Vale do Rio Doce)		55.954,8	151,727,6

QUADRO 2

GRUPOS ECONÔMICOS COM NEGÓCIOS NA AGROPECUÁRIA
QUE NÃO CONSTAM DO LEVANTAMENTO DO "ATLAS FINANCEIRO"

Nome da Empresa	Grupo Econômico e Ramo de Operação	Atividade e Faturamento	Patrimônio Liq. da Emp. Rural em 31/12/80
. Porto Real S.A. (RJ)	<u>PORTO REAL</u> - (Bebidas)	AP:222,1	2.104,2
. Liquifarm Agropec. Suia Missu S.A. (MT)	<u>Eni Ente Na-</u> <u>zional</u> (gru- po italiano)	AP:430,0	1.449,5
. Liquifarm do Brasil S.A. Agropecuária (SP)	Idem Subtotal	AP:50,8 480,8	601,4 2.050,9
. Cia Agrícola Extremo Sul (RS)	<u>Lauro Ribeiro</u> (Avicultura e	AP:281,0	803,1
. Granja Salso Ltda (RS)	Frigoríficos)	AV:275,8	344,0
. Granja Mangueira Agro- pecuária Coml. Ltda. (RS)	Idem Subtotal	AV:178,8 735,6	310,1 1.457,0
. Cia Agrícola Flores- tal Santa Bárbara (MG)	<u>Belgo-Mineira</u> (Siderurgia e Reflorest.)	FL:2.175,3	699,4
. Humus Agrícola S.A. (SP)	<u>Fri Ribe</u> (agri- cult. Rações)	AP:403,9	612,2
. Cia Agrícola Pastoril Campanário (SP)	<u>Resende Barbo</u> <u>sa</u> (agropec.	AP:230,1	501,6
. Cia Agrícola Santa Ol- ga (SP)	açúcar e álco- ol, etc)	AP:474,4	383,2
. Usina Maracai S.A. Açú- car e Alcool (SP)	Idem	UD:1.020,0 UD:1.338,9	307,1 752,8
. Usina Nova América S.A. (SP)	Idem Subtotal	3.063,4	1.944,7
. Cia Agroflorestal Mon- te Alegre (SP)	<u>Grupo Freuden</u> <u>berg</u> - Alema- nha	FL:334,1	752,8
. Porto Velho Agropecuá- ria S.A. (MT)	<u>Grupo IAP</u> (Fer- tilizantes)	AP:70,0	408,3
. Blomaco Agric. S.A. (ES)	<u>Grupo CZERTOK</u> (ind.alimen- tos)	AP:85,2	293,0
. Mossoró Agroindl. S.A. MAISA (RN)	<u>Grupo EIT</u> - Const. Civil e Rodoviária)	AP:126,6	232,7

. Continua ...

QUADRO 2

Grupos Econômicos com Negócios na Agropecuária
que não Constam do Levantamento do "Atlas Financeiro"

continuação

Nome da Empresa	Grupo Econômico e Ramo de Operação	Atividade e Faturamento	Patrimônio Liq. da Emp. Rural em 31/12/80
. MAGRISA Marubeni Agro industrial S.A. (SP)	<u>Grupo Marubeni - Japão</u>	AP:87,8	196,9
. Cimetal Florestas S.A. (MG)	<u>Grupo CIMETAL (metalurgia)</u>	FL:371,8	177,4
. Agropastoril Gentil Moreira S.A. (SP)	<u>Gentil Moreira</u>	AP:50,0	133,8
. Fazendas Reunidas Emay (PA)	Idem	AP:38,7	66,8
	Subtotal	88,7	200,6
. Guama Agroind. S.A. (PA)	<u>Grupo Pirelli - Itália</u>	AP:146,6	127,8
. Cia Agropast. Rio Grande (MG)	<u>Grupo Marchesi</u>	AP:63,8	126,1
. Cia Açucareira Rio Grande (MG)	Idem	UD:274,9	85,0
. Usina Albertina S.A. (SP)	Idem	UD:329,7	194,8
	Subtotal	668,4	405,9
. Financial Empreend. Florestais S.A. (MS)	<u>Grupo Financeiro</u>	FL:110,7	105,0
. Arbor Acres S.A. Avicultura (SP)	<u>Grupo Internacional Basic Economy (USA)</u>	AV:172,8	73,9
. Agrolin S.A. Agropecuária (SP)	<u>Grupo Calfat</u>	AP:60,0	69,2
. Manasa Agroflorestal S.A. (SP)	<u>Grupo Lupatelli</u>	FL:399,0	68,9
. Agropecuária Vale do Guaporé S.A. (PA)	<u>Zillo-Lorenzetti (açúcar e álcool, agropec. e outros)</u>	AP:23,1	643,0
. Açucareira Zillo-Lorenzetti S.A. (SP)	Idem	UD:2.193,9	1.083,2
. Usina Barra Grande S.A. (SP)	Idem	UD:1.544,4	735,6
	Subtotal	3.969,3	2.461,8
. Irmãos Franceschi S.A. (SP)	<u>Grupo Franceschi (açúcar, álcool e agricultura)</u>	UD:1.022,0	1.245,0

continua ...

QUADRO 2

Grupos Econômicos com Negócios na Agropecuária
que não Constam do Levantamento do "Atlas Financeiro"

continuação

Nome da Empresa	Grupo Econômico e Ramo de Operação	Atividade e Faturamento	Patrimônio Liq. da Emp. Rural em 31/12/80
. Usina Central do Paraná (PR)	Grupo Atalla (Açúcar, álcool e Agropecuária)	UD:579,9	5.063,2
. Industrial Malvina (MG)		UD:544,4	185,7
SUBTOTAL QUADRO 2 (Produção Rural)		12.073,6	20.936,7
QUADRO 2 - Faturam. Total (16.622,9)			

FONTE: "Quem é Quem na Economia - Visão" - 1981.

QUADRO 3

EMPRESAS INDEPENDENTES (NÃO RELACIONADAS NO "ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL" COMO LIGADAS AOS PRINCIPAIS GRUPOS EMPRESARIAIS)

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
1. Granja Resende S.A. (MG)	AV	2.050,6	3.044,1
2. Henrique Lupo S.A. (SP)	AP	100,4	1.616,2
3. Empresa Rural Bauru S.A. (MG)	AP	417,0	1.598,4
4. Técnica Florestal S.A. (PR)	FL	99,8	1.515,4
5. Farmisa - Fazendas Reunidas Miranda S.A. (RJ)	AP	174,6	1.327,3
6. Agropastoril S. Bento S.A. (PR)	AP	21,6	1.193,3
7. Agronorte S.A. (MG)	AP	(P)	1.058,1
8. Balbo S.A. Agropecuária (SP)	AP	882,8	1.047,7
9. AJC Agropecuária S.A. (SP)	AP	146,7	1.031,8
10. Moura Andrade S.A. Past. e Agrícola (SP)	AP	342,8	1.009,6
11. Marchesan Agroindustrial Pastoril S.A. (SP)	AP	87,0	945,7
12. Amarante Agroindustrial S.A. (PI)	AP	(P)	900,3
13. Triflora - Triângulo Florestadora S.A. (MG)	FL	104,7	898,4
14. Agropecuária Coml. Indl. Caarapó S.A. (SP)	AP	36,5	821,6

Continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligadas aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
15. Agropecuária Mogno S.A. (MT)	AP	51,4	751,0
16. Cia Agrícola Seretãozinho (SP)	AP	369,6	733,6
17. Agropecuária Capela S.A. (RS)	AP	(P)	729,0
18. AVIPAL S.A. Ind. e Coml. Avic. Agropec. (RS)	AP e AV	565,7	723,4
19. Cia Mate Laranjeira (SP)	AP	141,1	n.d.
20. Cia Agroindl. Zabele (RN)	AP	82,0	649,4
21. Cia Agropec. Santa Emília (SP)	AP	220,0	596,4
22. Agropec. Florêncio Bonito S.A. (MG)	AP	263,6	590,1
23. Agropecuária Criúmal S.A. (SP)	AP	326,7	587,4
24. Plantar S.A. Planej. Tecn. Adm. Refl. (MG)	FL	917,4	578,1
25. Cia Agric. Vale do Zutia (MA)	AP	(P)	554,4
26. Cia Brasil. de Plantações (AM)	AP	(P)	537,2
27. Nello Morganti S.A. (SP)	AP	179,6	479,0
28. CIPA - Cia Indl. de Prod. Alimentícios (CE)	AP	414,0	478,6

continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligadas aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
29. A Rural Mineira S.A. (MG)	AP	319,0	457,9
30. Mutum Agropecuária S.A. (MT)	IC e AP - Empresa responsável pelos projetos MUTUM I e II (81.950 ha)	116,4	454,2
31. Araucária S.A. Agropast. Indl. (MA)	AP	179,2	431,4
32. Granja Quatro Irmãos S.A. (RS)	AV	228,8	430,4
33. Cia Agropec. Noroeste (SP)	AP	92,0	382,0
34. Rio Pedrense S.A. Agropastoril (SP)	AP	163,6	381,8
35. ORPECA S.A. (MT)	AP	153,3	379,1
36. Real Agropecuária S.A. (RS)	AP	322,0	370,6
37. Fazenda Sete Lagoas Agrícola S.A. (SP)	AP	205,0	368,7
38. José Zancanaro S.A. Agricult. Pec. (PR)	AP	135,4	351,6
39. Cia Alimentos do Nordeste CIALNE (CE)	AP	321,9	344,0
40. Agropastoril Guariçanga (SP)	AP	79,9	313,3
41. Agropec. Guaimbê S.A. (SP)	AP	76,6	292,3

continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligados aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
42. Florestaminas - Flor. Minas Gerais S.A.	FL	722,1	287,7
43. Razzo S.A. Agro industrial (SP)	AP	297,2	275,9
44. Agropecuária Santa Catarina S.A. (SP)	AP	383,2	227,1
45. Miguel Lamar S.A. Coml. Ind. e Agrícola (MA)	AP	58,5 (P)	213,7
46. Produtora Avic. Agric. S.A. (ES)	AV	234,9	206,9
47. Cia Agrícola Amabai (SP)	AV	52,5	205,2
48. Granja Salto S.A. (SP)	AV	135,8	205,0
49. Cia Agric. Pec. Lincoln Junqueira (PR)	AP	206,7	197,3
50. Propira S.A. Agropec. Indl. (PA)	AP	502,9	196,4
51. Dagránja S.A. Agropec. (PR)	AP	247,3	192,9
52. Reflorest. Invest. S.A. (SP)	FL	182,2	189,5
53. Agric. Fraiburgo S.A. (SC)	AP	108,5	189,2
54. Agropec. Santa Sílvia S.A. (PA)	AP	52,3	185,2
55. Granjas S. José S.A. (CE)	AV	200,3	181,3

continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como ligadas aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
56. Agric. Tipuana S.A. (SP)	AP	67,6	177,9
57. Fujiminas S.A. Agropast. (SP)	AP	170,1	176,7
58. Agropecuária Furlan S.A. (SP)	AP	59,4	168,7
59. Cia Cafês Bom Retiro (SP)	AP	108,6	166,6
60. Granja Nagao S.A. (SP)	AV	262,6	156,6
61. Cia Agropec. Irmãos Azevedo Campia (MG)	AP	190,2	156,2
63. Triunfo S.A. (SP)	AP	83,0	149,8
64. Granja Carola S.A. (RS)	AV	114,3	139,6
65. Pró-Árvore Empreend. Florestal S.A. (SP)	FL	84,6	138,2
66. Proagro Pioner S.A. Agric. Indl. Coml. (RS)	AP	384,1	133,1
67. Letícia Avícola S.A. (SC)	AV	201,1	130,7
68. MESAPEC S.A. Agropec. Extrativa (GO)	AP	61,2	126,6
69. Agroavícola Saito S.A. (GO)	AV	148,5	126,6
70. Agroman Empreend. Técnicos S.A. (MG)	AP	95,0	126,0
71. Calnorte Pecuária S.A. (MG)	AP	63,9	125,6

continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligadas aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
72. Cia Agric. Parnaíba (SP)	AP	73,2	117,5
73. Fazenda Boa Vista S.A. (MG)	AP	125,8	116,9
74. Ramires S.A. Reflorestamento (SP)	FL	258,9	112,1
75. Reflorestadora Marquesa S.A. (SP)	FL	91,4	111,7
76. Agropec. Vale do Rio Grande S.A. (MG)	AP	354,3	108,7
77. Agropec. Carvalho Brito S.A. (ES)	AP	81,4	108,3
78. Fazenda Mandacaia S.A. (SP)	AP	57,0	104,5
79. Citobrasil S.A. (SP)	AP	279,8	101,0
80. Paraíso Agroavícola S.A. (SP)	AV	100,5	100,6
81. Reflorestamento Fraiburgo (SC)	FL	213,1	99,6
82. Avícola Eliane S.A. (SC)	AV	456,0	96,6
83. Fazenda Sabará S.A. (PR)	AP	82,8	96,4
84. Soc. Agrícola Santa Clara S.A. (SP)	AP	67,0	94,6
85. Pecuária Santa Julieta S.A. (SP)	AP	57,2	92,5
86. SAPEL Soc. Agric. Pec. Ltda. (AL)	AP	71,8	88,8

continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligadas aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
87. Cia Conquista Agropec. (SP)	AP	59,5	88,1
88. CIF - Cia Integração Florestal Ltda (MG)	FL	143,1	88,1
89. Cia Agropec. Palestina S.A. (BA)	AP	65,6	86,7
90. Vale do Rio Grande Reflorestamento S.A. (MG)	FL	78,5	86,5
91. Agroflorestal Sul Brasil S.A. (PR)	FL	79,8	85,8
92. SOBAR S.A. Reflorestamento (SP)	FL	57,5	85,3
93. Yoshimura S.A. Ind. Com. Agropec. (SP)	AP	215,7	84,3
94. Estância Esmeralda S.A. (MS)	AP	70,9	83,9
95. Algodoeira União S.A. (GO)	AP	409,6	82,2
96. Pinara Reflorestamento e Adm. S.A.	FL	98,2	78,9
97. Flor da Praia Agropec. S.A. (RS)	AP	61,1	77,8
98. Guaibarroz S.A. (RS)	AP	70,0	74,2
99. CERMA Cia Emps. Rurais do Maranhão (MA)	AP	56,9	73,5
100. Cia Agric. Colombo (SP)	AP	108,7	73,4

continua ...

QUADRO 3

Empresas Independentes (não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligadas aos Principais Grupos Empresariais)

continuação

Nome da Empresa e Localização	Ramo de Operação ou Grupo Econômico	Atividade e Faturamento 1980	Patrimônio Líquido em 31/12/80
101. Capuava S.A. Agric. Industrial (SP)	AP	85,7	70,9
102. Granja Walkyria (ES)	AV	99,4	70,2
103. Pains Florestal S.A. (MG)	FL	103,2	69,6
104. Agroindus S.A. Emp. Agric. Pastoral (SP)	AP	60,0	69,2
105. Cia Agrícola Santa Cruz (SP)	AP	51,6	64,0

FONTE: "Quem é Quem na Economia - Visão - 1981"

QUADRO 4

RELAÇÃO DAS EMPRESAS LEVANTADAS PELA REVISTA "BALANÇO ANUAL-1981-
GAZETA MERCANTIL", NÃO CONSTANTES DAS LISTAS ANTERIORES

Nomê e Localização	Ramo de Opera ção ou Grupo Econômico	Faturamento 1980	Patrimônio Líquido
1. Oeste de Minas, Cia Indl. e Agrí cola (MG)	UD	1.108,5	2.141,6
2. Cia Agroindl. N. S. do Carmo (PE)	UD	519,7	410,4
3. Cinco S.A. Indl. e Comércio (SP)	AP	512,6	38,8
4. Ondalit S.A. Indl. Coml. Agropec. São Paulo (SP)	AP	493,9	233,6
5. INDECO (MS)	AP e IC	302,7	1.421,2
6. Arroeira Cama- quense S.A. (RS)	AP	427,9	144,7
7. Baixa Grande Cia Agric. (RJ)	AP	421,1	347,0
8. Agrovale Cia. Agro indl. do Vale do Rio Curu (CE)	AP	408,4	469,1
9. ALGOVAM S.A. - Al godoeira Vale do Mogi	OT	336,4	73,8
10. INCOBAL S.A. Ind. Com. Construções Agropec. (Madeiras)	OT	324,3	233,6
11. Reinald Roesch (Moinhos) (RS)	OT	330,7	118,7
12. Agrovale Agroind. Vale do São Fran- cisco S.A. (AL)	IC e AP	144,8	741,5
13. CIASA - Cia. San- to Antônio Agric. Pastoril (SP)	AP	145,4	607,4
14. Socil Pro-Pecuã- ria S.A. (SP)	AP	209,9	258,2

Continua ...

QUADRO 4

Relação das Empresas Levantadas pela Revista "Balanço Anual-1981-
Gazeta Mercantil", Não Constantes das Listas Anteriores.

continuação

Nome e Localização	Ramo de Opera- ção ou Grupo Econômico	Faturamento 1980	Patrimônio Líquido
15. Fazenda S. Izidro (SP)	AP	154,2	40,9
16. Irmãos dal Prã (PR)	AP	165,0	80,6
17. Costi S.A. Com. Agric. Pecuária (RS)	AP	190,5	28,7
18. JUBRAN Engenharia S.A.	AP e OT	197,9	2.122,8
19. Santa Helena Cia. Agropec. (PE)	AP	241,4	13,3
20. Cascavel S.A. La- voura Indust. e Comércio (SP)	AP	295,2	277,5
21. ZIMBARDI (SP)	AP	297,3	277,5
22. Palmasola-Madei- ras e Coloniza- ção (SP)	FL	273,7	266,8
SUBTOTAL: Empresas In- dependentes Quadros 3 e 4		27.620,7	49.319,8

QUADRO 5
Empresas Estatais

Nome da Empresa e Localização	Entidade Pública	Faturamento 1980	Patrimônio Líquido
1. Florestal ACEBITA (MG)	Ministério da Fazenda	FL 3.485,9	714,7
2. Emp. Florestais Flonidra (ES)	Vale do Rio Doce	FL 102,8	1.612,7
3. Florestas Rio Doce S.A. (MG)	Vale do Rio Doce	FL 1.577,5	1.562,7
4. BANESTADO S.A.Re florestadora (PR)	Estado do Paraná	FL 158,6	200,9
5. Goiás Hortigranjeira S.A. (GO)	Estado de Goiás	AP 38,5	146,2
6. Café do Paraná (Cia. Agropecuária de Fomento (PR)	Estado do Paraná	AP 1.035,9	221,8
7. Cia Agrícola do Estado de Goiás CAESGO	Estado de Goiás	AP 634,4	421,5
8. Cia Usinas Nacionais (RJ)	Ministério da Indústria e Comércio	UD 4.371,1	238,8
9. Açúcar Gaúcho S.A. - AGASA (RS)	Estado do Rio Grande do Sul	UD 202,3	94,2
SUBTOTAL: QUADRO 5 (Produção Rural)		9.727,3	5.213,5
Faturamento Total	(11.607,0)		

QUADRO 6

ALGUMAS IMOBILIÁRIAS E COLONIZADORAS OPERANDO NO MERCADO DE
TERRAS

Nome da Empresa e Sede Social	Grupo Econômico	Localização, Atividade e/ou Área do Pro- jeto	Patrimônio Lí- quido da Em- presa 31/12/80
. Pabreu Agríco- la S.A. (SP)	<u>Abreu-Banco das</u> <u>Nações S.A.</u>	SP - Compra e venda de imóveis rurais	1.569,5
	Subtotal		1.569,5
. Empresa Agro- Comercial San- ta Ercília S.A. (SP) (Em presa de par- ticipações)	<u>América do Sul-</u> <u>Banco Americano</u> <u>Sul</u>	SP - Empresa de participações e do mercado de imóveis	n.d.
	Subtotal		n.d.
. Colonial Agro- pecuária S.A. (MG) - Colonização privada - Responsável pelo Proje- to Tucumã (PA)	<u>Andrade Gutier-</u> <u>rez-Cristiana Ad-</u> <u>ministração Par-</u> <u>ticips. e Comér-</u> <u>cio S.A.</u>	Empresa sediada em MG e patroci- nadora do Proj. Tucumã de Colo- nização Agríco- la (PA), com área de 400.000 ha (S.Félix, Xin- gu)	181,9
	Subtotal		181,9
. Cia. Pernambu- cana de Terre- nos (PE)	<u>Bezerra de Melo</u> <u>- Família</u> Subtotal	PE - Imóveis ur- banos e rurais	n.d.
. Melhoramentos Norte do Bra- sil Cia. (SP)	<u>Bueno Vidigal -</u> <u>Família Bueno Vi-</u> <u>digal</u>	Colonizadora Reg. no INCRA com se- de em Cuiabá	
. Melhoramentos Norte do Para- ná Cia. (SP)- Colonizadora		Colonizadora (PA)	780,4 (C.R.)
. Melhoramentos do Pará S.A. Ltda. (PA)-Co- lonizadora		Colonizadora (PA)	15,0 (C.R.)
. Melhoramentos Sul do Pará S.C. Ltda.-Co- lonizadora		Colonizadora (PA)	2,0 (C.R.)

Continua ...

QUADRO 6

Algumas Imobiliárias e Colonizadoras Operando no Mercado de Terras

continuação

Nome da Empresa e Sede Social	Grupo Econômico	Localização, Atividade e/ou Área do Pro- jeto	Patrimônio Lí- quido da Em- presa 31/12/80
. SOMECO S.A.Soc. Melhoramentos e Colonização-Colo- nizadora (MS)		Colonizadora, pa- trocinada proje- tos novos e já emancipados em Invinhema-MS, com área total de 93.731,7 ha	271,3
	Subtotal		1.068,7
. Camargo Correa Ribeiro-Imobi- liária e Coloni- zadora (SP)	<u>Camargo Correa- Participações</u> Morro Velho Ltda.	Imobiliária e Colonizadora	11,8 (C.R.)
	Subtotal		11,8 (C.R.)
. EMACOBRA S Imobi- liária S.A.	<u>Catão-EMACOBRA S</u> <u>Empreendimentos</u> <u>Agroindustriais</u>	Mercado imobi- liário Rural e geral	50,0 (C.R.)
	Subtotal		50,0 (C.R.)
. TRANESCO S.A. Empreendimentos Comerciais e Agropecuários (SP)	<u>Cavalcanti La- combe-Família</u>	Mercado imobi- liário rural e geral	n.d.
	Subtotal		n.d.
. Campo Alegre Colonizadora S.A.	<u>CETENCO Engenha- ria S.A. Famí- lia Malzoni</u>	Colonizadora	n.d.
	Subtotal		n.d.
. Imobiliária e Agropecuária Cirage (RJ)	<u>CIRAGE-Cia.Imo- biliária e Agro- pecuária-CIRAGE</u>	Agropec. e mer- cado imobiliá- rio rural (RJ)	76,7
	Subtotal		76,7
. Cia Colonizado- ra Brasileira (RJ)	<u>Cohn, S.-AMIRA</u> <u>S.A. Indust. e</u> <u>Com. e Família</u> Cohn	Colonizadora Sede RJ	80,4 (C.R.)
	Subtotal		80,4
. Agrícola e Com. Desenvolv. Na- cional (RJ)	<u>DENASA-Família</u> <u>Barbara</u>	Mercado imobi- liário rural e geral RJ e PA	47,4 (C.R.- 9/79)

continua ...

QUADRO 6

Algumas Imobiliárias e Colonizadoras Operando no Mercado de Terras

continuação

Nome da Empresa e Sede Social	Grupo Econômico	Localização, Atividade e/ou Área do Pro- jeto	Patrimônio Lí- quido da Em- presa 31/12/80
. DEPAR-Desenvolvimento do Pará Comercial e Agríc.			8,4 (C.R.- 3/81)
. CIDAPAR-Desenvolv. e Mineral do Pará S.A. (PA/MA)			228,6 (C.R.)
	Subtotal		284,4
. INOM, Agrícola Industrial e Participações S.A.	<u>EMPAR-Cia Brasileira de Empreendimentos e Participações S.A.</u>	Participações e mercado de imóveis	
	Subtotal		n.d.
. Agrícola e Comercial Santa-na Ltda. (SP)	<u>Guataparã-Família Silva Gordo - Guataparã Participações Ltda.</u>	Agropec.agroind. e mercado imobiliário	74,5
. Imobiliária Monte Alegre S.A. (SP)			366,3
	Subtotal		440,8
. Comercial e Agrícola Alpavi S.A. (SP)	<u>Malzoni-Família Malzoni</u>	Mercado imobiliário geral e rural (SP)	
	Subtotal		2.471,2 (12/82)
. Empreendimentos SUNACO Comercial e Agrícola Ltda. (SP)	<u>Nahas-Selecta Com. e Indust. S.A. e Família Nahas</u>	Mercado imobiliário geral e rural (SP)	30,0 (C.R.)
	Subtotal		30,0
. VTL Valorizadora Territorial S.A.	<u>Peixoto de Castro-Família Peixoto de Castro S.A. e GPC Ind. e Com. S.A.</u>	Mercado imobiliário geral e rural	132,8
	Subtotal		132,8

continua ...

QUADRO 6

Algumas Imobiliárias e Colonizadoras Operando no Mercado de Terras

continuação

Nome da Empresa e Sede Social	Grupo Econômico	Localização, Atividade e/ou Área do Pro- jeto	Patrimônio Lí- quido da Em- presa 31/12/80
. Barro Branco Imóveis e Repre- sentações Ltda.	<u>Safra-Banco Sa- fra S.A. e Ban- co Safra de In- vestimentos S.A.</u>	Mercado imobi- liário geral e rural (SP)	2,1 (C.R.)
	Subtotal		2,1
. São Roberto Ara- raquara e Empre- endimento e Part. S.C. Ltda (SP)	<u>SELMI-DEI-CELET S.A. Construção de Inst. Elet.e Telef.</u>	Mercado imobi- liário geral e rural	271,7 (C.R.- 17/01/80)
	Subtotal		271,7
. Sul América Co- mercial e Agrí- cola S.A.	<u>Sul América S.A. e Financeira e Comercial do Brasil S.A.</u>	Mercado imobi- liário rural	1.424,2
	Subtotal		1.424,2
.BBG Empreendimen- tos Imob. S.A. (RJ)	<u>SUPERGASBRAS Ind. e Com. S.A. e Jutha S.A. Part.</u>	Mercado imobi- liário rural	
	Subtotal		389,9 (12/82)
. Sattin Agrope- cuária e Imó- veis (SP)	<u>Tinelli-Sattin S.A. Agropecuá- ria e Imóveis</u>	Imóveis e agro- pecuária	1.102,8
	Subtotal		1.102,8
. Itaipu - Cia. de Desenvolvi- mento Territo- rial (RJ)	<u>VEPLAN - Cia. Bras. de Part. e Invest.</u>	Mercado imobi- liário rural	157,0 (C.R.)
	Subtotal		157,0
. Agropecuária Indust. e Colo- nizadora Rio Cadeias	<u>Zorzi, De-Made- zorzi S.A.</u>	Colonizadora e Agropecuária	62,0 (5/81)
	Subtotal		62,0
. Mutum Agrope- cuária S.A. (MT)	Independente	Colonizadora e patrocinadora de projetos em Diamantino (MT) Área: 8.095	454,2
	Subtotal		454,2

continua ...

QUADRO 6

Algumas Imobiliárias e Colonizadoras Operando no Mercado de Terras

continuação

Nome da Empresa e Sede Social	Grupo Econômico	Localização, Atividade e/ou Área do Pro- jeto	Patrimônio Lí- quido da Em- presa 31/12/80
. INDECO S.A. In- tegração, De- senvolv. e Co- lonização (MT)	Independente	Colonizadora e patrocinadora Projetos Alta Floresta (MT) 400.000 ha	1.421,2
	Subtotal		1.421,2
. AGROVALE-Agro- indust.Vale do São Francisco S.A. (AL)	Independente	Agropec. e as- sociação à CODEVASF e Pro- jetos de Irri- gação no Vale do São Francis- co (Projeto Tou- rão)AGROVALE- CODEVASF	607,4
	Subtotal		607,4
. Colonizadora SINOP S.A. Imo- biliária Noroes- te do Paraná		Colonizadora- patrocina pro- jetos novos e já emancipados em SINOP (MT) com área total de 449.204 ha	464,5
. Colonização e Consultoria Agrária-CONAGRO SR Ltda.	Independente	Colonizadora- patrocinadora de projetos nos municí- pios de MT:Ca- narana, Água Boa, Barra do Garças e Nova Xavantina, com área total de 259.577 ha	n.d.
. COTRIJUI-Coop. Tritícola Ser- rana Ltda. (RS)	Cooperativa singular	Colonizadora em projeto públi- co por delega- ção do INCRA, município de Al- tamira no PA 2.795.250 ha	2.163,4

continua ...

QUADRO 6

Algumas Imobiliárias e Colonizadoras Operando no Mercado de Terras

continuação

Nome da Empresa e Sede Social	Grupo Econômico	Localização, Atividade e/ou Área do Pro- jeto	Patrimônio Lí- quido da Em- presa 31/12/80
. Cooperativa Agropecuária Mista Ltda. Barra do Garças (MT)	Cooperativa sin- gular	Colonizadora e patrocinadora de projetos em Colider (MT) com área total de 279.819 ha	n.d.
. Cooperativa de Colonização 31 de Março (MT)	Cooperativa sin- gular	Patrocina projetos de colonização em Canarana, Água Boa e Barra do Garças (MT), abrangendo área de 161.291 ha	n.d.
. COTRIGUAÇU	Cooperativa Central	Patrocinadora do Projeto Aripuanã em associação com Estado de Mato Grosso, com área de aproximadamente 1.000.000 ha (projeto de sativado)	n.d.
. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-CODEVASF	Estatal-Minis- tério do Inte- rior	Implanta infraestrutura de irrigação no Vale do São Francisco e vende áreas irrigadas a preços subsidiados a várias empresas agroindustriais Área irrigada em operação: (1983) 25.072 ha; Área irrigada de empresa: 11.079 ha; Área irrigada de colonização: 13.993 ha; Área irrigada em operação mais área em processo de implantação: 37.897 ha	

LISTA DE TABELAS E QUADROS

	Pág.
Tabela 1 - Evolução Recente do Emprego no Brasil e no Estado de São Paulo: Taxas Anuais de Crescimento	21
Tabela 2 - Indicadores Agregados de Desempenho do Setor Agrícola (US\$ Milhões Correntes) - 1967-83	25
Tabela 3 - Importações: Principais Produtos e Comparação com as Exportações (US\$ Milhões) - 1967-82	27
Tabela 4 - Produção e Consumo Aparente de NPK (Mil Toneladas de Nutrientes) - 1960-83	33
Tabela 5 - Evolução Recente da Produção e Utilização de Tratores de Quatro Rodas	34
Tabela 6 - Complexo Agroindustrial (CAI) - Composição e Participação Proporcional na Indústria de Transformação. 1970-1975-1979	36
Tabela 7 - Dados Macroeconômicos Básicos: Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual - 1955-80	50
Quadro A - Caracterização e Diferenciação da Produção Rural no Brasil	55
Tabela 8 - Fontes e Aplicação do Crédito Rural no Brasil - Saldo em Final de Período. 1971-1981 (Milhões Correntes)	66
Tabela 9 - Evolução do Crédito Rural Concedido e Outros Indicadores da Política de Crédito Entre 1969 e 1982 (Milhões de Cruzeiros)	79

Tabela 10 - Crédito Para Investimento Segundo Demandas Discriminadas (Milhões de Cruzeiros de 1977) - 1970, 1975 e 1980	81
Tabela 11 - Crédito de Comercialização Rural - 1975, 1979, 1980 e 1982 (Milhões de Cruzeiros de 1977)	85
Tabela 12 - Participação % dos Principais Clientes nos Financiamentos Concedidos pela Política de Preços Mínimos no Brasil	86
Tabela 13 - Crédito Para Custeio e Participação dos Principais Insumos Modernos (Milhões de Cruzeiros, 1977)	89
Tabela 14 - Participação dos Capitais Privados e do Estado na Oferta Interna do Ramo Fertilizantes Agrícolas, 1979 (Em Toneladas)	93
Tabela 15 - Assentamentos Realizados em Projetos de Colonização Pública ou Particular até Setembro de 1983	98
Tabela 16 - Perfil do Ramo de Reflorestamento Beneficiado por Incentivos Fiscais - 1982 - Projetos Aprovados	102
Tabela 17 - Propriedade das Terras Segundo a Condição do Produtor - 1970, 1975 e 1980	104
Fluxograma da Demanda Efetiva Agrícola	123
Tabela 18 - Participação dos Principais Grupos Empresariais na Produção e Patrimônio Rurais Com Faturamento Maior ou Igual a Um Bilhão de Cruzeiros (Cruzeiros de 1980)	153
Tabela 19 - Concentração da Produção Segundo Principais Grupos Empresariais - Avicultura: 1980	157

Tabela 20 - Principais Grupos Produtores de Açúcar e Alcool (1981/1982)	158
Tabela 21 - Concentração da Produção Segundo os Principais Grupos Empresariais: Silvicultura - 1980	158
Tabela 22 - Número de Setores Industriais e Valor da Produção, Segundo Índice de Concentração das Quatro Maiores Empresas	159
Tabela 23 - Ordenamento dos 22 Principais Grupos Empresariais Segundo Valor do Patrimônio Líquido Rural em 31/12/80	164
Tabela 24 - Principais Cooperativas Centrais ou Singulares com Faturamento de Até 100 Milhões de Cruzeiros em 1980	171
Tabela 25 - Principais Produtos Comercializados Pelas Cooperativas - 1975 e 1980	177
Tabela 26 - Número, Área Total e Valor da Produção dos Estabelecimentos Agropecuários, Segundo Grupos de Valor da Produção: 1975-Brasil	192
Tabela 27 - Valorização Patrimonial das 33 Maiores Empresas Rurais - 1980-1982	216
Tabela 28 - Evolução dos Índices de Produção por Habitante. 1977-1983	225
Anexo	243
Quadro 1 - Grupos Econômicos Levantados pelo "Atlas Financeiro do Brasil" - 1981 - Participações das Empresas Rurais	248

Quadro 2	- Grupos Econômicos com Negócios na Agropecuária que Não Constam do Levantamento do "Atlas Financeiro"	290
Quadro 3	- Empresas Independentes (Não Relacionadas no "Atlas Financeiro do Brasil" como Ligadas aos Principais Grupos Empresariais)	293
Quadro 4	- Relação das Empresas Levantadas pela Revista "Balço Anual - 1981 - Gazeta Mercantil", Não Constantes das Listas Anteriores	301
Quadro 5	- Empresas Estatais	303
Quadro 6	- Algumas Imobiliárias e Colonizadoras Operando no Mercado de Terras	304

B I B L I O G R A F I A

I - Livros e Folhetos

- BARROS, Aluisio A. e SIDSAMER, Samuel - "Diversificação e Concentração na Indústria Brasileira" - 1974, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- BENETTI, Maria Domingues - "Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul: Uma Análise do Desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980", Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1982.
- BERGSMAN, Joel - "Industrialization and Trade Policies", Amsterdam, North Holland Publishing, 1970.
- CASTRO, Ana Célia et alli - "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira", Brasília, BINAGRI, 1979.
- CORADINI, Luiz Odacir e FREDERICO, Antoinette - "Agricultura, Cooperativas e Multinacionais", Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson - "Gramsci", Porto Alegre, L&PM, 1981.
- DELGADO, Guilherme Costa - "Uma Metodologia para Determinação de Preços Mínimos", Brasília, CFP, 1978.
- GUIMARÃES, Alberto Passos - "Quatro Séculos de Latifúndio", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
- HILFERDING, Rudolf - "El Capital Financiero", Madrid, Editorial Tecnos S.A., 1963.
- HOBSON, John A. - "Evolução do Capitalismo Moderno - Um Estudo da Produção Mecanizada", São Paulo, Abril S.A., 1983.
- KAUTSKY, Karl - "A Questão Agrária", São Paulo, Proposta Editorial, 1980.
- KEYNES, John M. - "A Treatise on Money I - The Pure Theory of Money" London, MacMillan Press, 1971.
- KEYNES, John M. - "Teoría General de La Ocupación, el Interés Y el Dinero", México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

- LIEBHARDT, Marcelo E. - "O Sistema Cooperativista Brasileiro - Comercialização, Integração Vertical e Crédito", Brasília, CFP, 1982.
- MALAN, Pedro S. et alli - "Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil" (1939-54), Rio de Janeiro. IPEA-INPES - 1980.
- MARX, Karl - "O Capital" Livros I, II e III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- MÜLLER, Geraldo - "O Complexo Agroindustrial", São Paulo, FGV, 1981.
- MUNHOZ, Dercio Garcia - "Economia Agrícola - Agricultura - Uma Defesa dos Subsídios", Petrópolis, Vozes, 1982.
- POULANTZAS, Nicos - "O Estado, O Poder, O Socialismo", Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- PRADO Jr., Caio - "A Revolução Brasileira", São Paulo, Brasiliense, 1966.
- RANGEL, Ignácio M. - "A Questão Agrária", Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- SCHUMPETER, Joseph A. - "A Teoria do Desenvolvimento Econômico", São Paulo, Ed. Abril, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. - "Capitalismo, Socialismo e Democracia", Madrid, Aguillar, 1971.
- SILVA, José Graziano da - "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", São Paulo, Hucitec, 1981.
- SILVA, Sérgio - "Valor e Renda da Terra", São Paulo, Polis, 1981.
- SORG, Bernard et alli - "Camponenses e Agroindústria", Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

II - Artigos de Periódicos ou Coleção de Ensaios

"Atlas Financeiro do Brasil - 1981", Rio de Janeiro.

"Balanço Anual - Gazeta Mercantil - 1981", São Paulo.

BARROS, José Roberto Mendonça de, - "Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil" - Sumário do 10º Encontro Nacional de Economia - Águas de São Pedro, São Paulo, ANPEC, 1981.

BELUZZO, L. G. e TAVARES, Maria da Conceição - "Ainda a Controvérsia da Demanda Efetiva: Uma Pequena Intervenção", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 1, nº 3, julho/setembro de 1981.

COUTINHO, Luciano G. - "Inflexões e Crise da Política Econômica-1974/80", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 1, nº 1, jan/março de 1981.

COUTINHO, Luciano e BELUZZO, Luiz Gonzaga - "O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial", Estudos CEBRAP, nº 23, São Paulo (S.D.).

"Dirigente Rural", São Paulo, setembro de 1982.

GIANNOTTI, José Arthur - "Formas de Sociabilidade Capitalista", Estudos CEBRAP, 24, Petrópolis, Ed. Vozes (S.D.)

GNACARINI, José C. e MOURA, Margarida M. - "Estrutura Agrária, Permanência e Diversificação de um Debate", Boletim Informativo de Ciências Sociais, nº 15, 1º de setembro de 1983.

GUIMARÃES, Alberto Passos - "A Agricultura Capitalista: Uma Perspectiva de Inviabilidade?", Boletim Reforma Agrária, ano VII, nov-dez de 1978.

GUIMARÃES, Alberto Passos - "O Complexo Agroindustrial", Revista Opinião, São Paulo, nº 159, 21/11/75.

- HOMEM DE MELLO, Fernando - "Agricultura, Energia e Recessão", Revista de Economia Política, vol. 3, nº 2, abril-junho de 1983.
- KEYNES, John M. - "Toward The General Theory" e "After The General Theory", in Moggridge, Donald - The Collected Writings of John Maynard Keynes", vol. XXIX, London, MacMillan Press, 1977.
- MARTINE, George - "Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 2, nº 3, julho/setembro de 1982.
- MURRAY, Robin - "Value an Theory of Rent: Part Two" - Capital and Class, nº 4, Spring, 1978.
- NAKANO, Yoshiaki - "A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 1, nº 3, julho/setembro de 1981.
- OLIVEIRA, João do Carmo e MONTEZANO, Roberto M.S. - "Os Limites de Financiamento a Agricultura no Brasil", Estudos Econômicos, São Paulo, agosto de 1982.
- POULANTZAS, Nicos et alli - "La Crisis del Estado", Barcelona, Gráfica Alfonso C. Candi, 1977.
- PRADO Jr., Caio - "Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil" in "A Questão Agrária", São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PRADO Jr., Caio - "Nova Contribuição para Análise da Questão Agrária Brasileira" in "A Questão Agrária", São Paulo, Brasiliense, 1981.
- "Quem é Quem na Economia - Visão", São Paulo, vários anos.
- RANGEL, Ignácio M. - "Estrutura Agrária, Sociedade e Estado", Boletim Reforma Agrária, Ano VII, nº 6, nov/dez 1968.

RANGEL, Ignácio M. - "Questão Agrária e Agricultura", Encontros Com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 7, janeiro de 1979.

SCMRECSANYI, Tamás - "Nota Sobre o Complexo Agroindustrial e a Industrialização da Agricultura", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 3, nº 2, abril/junho, 1983.

SERRA, José - "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra", Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 2, nº 6, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição - "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente" in "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição - "O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo da Expansão Recente" in Belluzzo, L.G. e Coutinho, Renata - "Desenvolvimento Capitalista no Brasil", nº 2, São Paulo, Brasiliense, 1983.

III - Publicações Oficiais

Banco Central do Brasil - "Crédito Rural - Dados Estatísticos", 1982.

Fundação Getúlio Vargas - "Conjuntura Econômica", vários anos.

IBGE - "Anuário Estatístico do Brasil", vários anos.

IBGE - "Censo Agropecuário", 1970, 1975 e 1980.

IBGE - "Censo Demográfico - Mão-de-Obra", 1970 e 1980.

IBGE - "Censo Industrial", 1970 e 1975 (Brasil).

IBGE - "Pesquisa Industrial - 1979" (Brasil).

IBGE - "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980", vol. 1, Tomo 1, Rio de Janeiro, 1981.

INCRA - "Relação das Empresas de Colonização Particular e Empresas de Imigração - 1982", Brasília, Departamento de Projetos e Operações.

Ministério da Indústria e Comércio - Grupo Setorial III, CDI - "A Indústria Brasileira de Fertilizantes", Brasília, GS III - CDI, setembro de 1981.

UDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) - "Informe Para o Brasil", apresentado por William J. Hoffman no Seminário Internacional Sobre Crédito Rural, de 23 a 28 de agosto, no Rio de Janeiro, como contribuição do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

IV - Textos Mimeografados e Não Publicados

CARVALHO FILHO, José Juliano "Política Cafeeira do Brasil - Seus Instrumentos: 1961/71", São Paulo, FEA-USP, 1975 (Tese de Doutorado).

GUEDES PINTO, Luiz Carlos - "Notas Sobre a Política de Crédito Rural", Campinas, UNICAMP, 1981.

GUIMARÃES, Christine Viveka - "Balanco de Divisas do Setor Agrícola", IPLAN-IPEA, 1983.

MORAES, Sônia R.N. Guimarães - "Notas Sobre a Legislação Fundiária e a Legislação do Trabalho Rural no Brasil", Campinas, UNICAMP (Textos para Discussão, nº 17), 1982.

RESENDE, Gervásio Castro - "Crédito Rural Subsidiado e Preço da Terra no Brasil", Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1981.

SCMREZANYI, Tamás - "O Desenvolvimento da Produção Agropecuária - 1930-70", Campinas, 1981.

- SILVA, Sérgio - "Sobre a Estrutura de Produção no Campo-II", UNICAMP, nov. 1982.
- SILVA, Sérgio - "Observações Sobre a Questão Agrária - Estudo nº 3",
- SOUZA, Paulo Renato de - "Relatório de Pesquisa Sobre o Mercado de Trabalho no Brasil", Campinas, DEPE-UNICAMP, 1980.
- SZMRECSANYI, Tamás - "Contribuição à Análise do Planejamento da Agricultura Canavieira do Brasil", UNICAMP, 1976 (Tese de Doutorado).
- TAVARES, Maria da Conceição - "A Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", Rio de Janeiro, Faculdade de Economia e Administração-UFRJ (Tese de Livre Docência), 1976.
- TAVARES, Maria da Conceição - "Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira", Rio de Janeiro, UFRJ (Tese de Professor Titular), 1978.